

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO

CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

O ESTADO E A CIDADANIA FEMININA: VOZES DAS MULHERES MIL

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

MARÇO DE 2017

ANDRÉ PIZETTA ALTOÉ

O ESTADO E A CIDADANIA FEMININA: VOZES DAS MULHERES MIL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do Centro de Ciências do Homem da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como requisito final para a obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.

Orientadora: Prof. Dra. Marinete dos Santos Silva

Aprovada em 14 de Março de 2017

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Marinete dos Santos Silva (UENF-Orientadora)

Prof. Dr. Vitor de Moraes Peixoto (UENF)

Prof. Dr. Nilo Lima de Azevedo (UENF)

Prof. Dr. Carlos Abraão Moura Valpassos (UFF)

Prof. Dr. Fabricio Barbosa Maciel (UFF)

Dedico esta tese a Professora Marinete dos Santos Silva por ter me ensinado os meandros da escrita acadêmica.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Dayane, minha companheira de todos os dias nesta caminhada de quatro anos. Dayane me trazia de volta a lucidez nos momentos de ansiedade e insegurança que vivi quase diariamente.

Agradeço aos colegas do ATEGEN (Atelier de Estudos de Gênero), Fábio Pessanha Bila, Christiane de Cássia, Marusa Bocafoli, Sana Gimenes e Rafael França pelas contribuições teóricas dadas a esta pesquisa.

Agradeço aos queridos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, principalmente aos professores que deram contribuições a este trabalho: Roberto Dutra, Vitor Moraes Peixoto, Nilo Azevedo e Denise Terra. Da mesma forma agradeço a colaboração dos professores da Universidade Federal Fluminense, Fabrício Maciel e Carlos Abraão Moura Valpassos.

Agradeço a ex-diretora do Instituto Federal Fluminense Campus-Guarus Christiane Menezes Rodrigues Falcão por permitir que acessasse os dados socioeconômicos das participantes do Programa Mulheres Mil. Também do Instituto Federal Fluminense, agradeço as professoras e gestoras do Programa Mulheres Mil Raquel Fernandes e Anete Ribeiro por facilitar meu contato com as egressas do Programa.

Agradeço ao meu pai Daniel e a minha mãe Elizabeth. Vocês que por diversas circunstâncias não completaram o ensino fundamental entenderam como ninguém a importância do estudo na vida de seu filho. O menino que foi compelido a deixar a casa aos quatorze anos de idade para conseguir estudar, aprendeu com o sofrimento desta precoce separação a aproveitar todas as oportunidades que a vida lhe deu. Amo muito vocês dois.

Agradeço as minhas queridas tias Eufrazia e Saletti e ao meu tio Murilo que por muito tempo me receberam em suas casas e deram condições para que eu pudesse ter uma moradia para prosseguir nos meus estudos.

Agradeço a CAPES que viabilizou este doutorado através da concessão de uma bolsa de estudos.

Por fim, agradeço à minha orientadora Marinete dos Santos Silva pela orientação dedicada e desafiadora. Se esse trabalho possui algum mérito, deve-se a sua orientação. Por outro lado, as lacunas que eventualmente ficaram são dívidas deste autor.

A mulher é um ser de paixões e de emoções, comandada por seu útero. Todo o resto deduz-se a partir disso. (Denis Diderot)

RESUMO

Este trabalho propõe discutir a cidadania feminina tendo como referência o Programa Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável a partir de sua implementação no Instituto Federal Fluminense (IFF), campus Campos-Guarus situado em Campos dos Goytacazes cidade localizada ao norte do Estado do Rio de Janeiro no Brasil. O Programa Mulheres Mil é uma política pública do Governo Federal voltada para mulheres que tem como principal objetivo, através de cursos de qualificação profissional, a inserção das egressas no mercado de trabalho e com isso contribuir para que estas desenvolvam autonomia e exerçam sua cidadania. Utilizando como referencial teórico a teoria de gênero, partiu-se da noção de que a cidadania plena só será alcançada quando não somente na esfera legal, mas também na prática, existir uma igualdade de gênero, ou seja, quando homens e mulheres forem equivalentes na esfera pública e privada. Com uma abordagem metodológica qualitativa, buscou-se verificar através de entrevistas individuais se a partir da formação profissional ocorreram mudanças nos tradicionais padrões de gênero, nas relações familiares ou domésticas das mulheres egressas do programa. As conclusões deste estudo demonstram que as responsabilidades para com as tarefas de reprodução, principalmente no que tange às atribuições domésticas é um fator que contribui decisivamente para obstar a conquista das mulheres à cidadania. Por mais que se avance em direitos civis, sociais e políticos, o nó de uma cidadania de segunda categoria só será desfeito quando homens e mulheres conseguirem partilhar de forma equânime a responsabilidade pelas tarefas domésticas e, dessa forma, é que poderão ocupar em condições de igualdade a esfera pública como verdadeiros cidadãos. Neste sentido, conclui-se que programas governamentais que buscam levar a avanços na cidadania feminina não podem se furtar a promover medidas concretas e direcionadas ao questionamento da divisão sexual do trabalho e demais relações de poder entre homens e mulheres dentro do lar.

Palavras-Chave: Cidadania, Relações de Gênero, Políticas Públicas.

ABSTRACT

In This work, it was discussed the female citizenship with reference to the Thousand Women Program: Education, Citizenship and Sustainable Development from its implementation at the Instituto Federal Fluminense (IFF), campus Campos-Guarus located in Campos dos Goytacazes city, on north of Rio de Janeiro State in Brazil. The Thousand Women Program is a public policy of the Federal Government to women whose main goal, through professional training courses, the insertion of graduating in market and thus contribute to these develop women autonomy and exercise their citizenship. Using gender theory, started from the notion that the completed citizenship will only be achieved when not only in the legal sphere, but also in practice, claim gender equality, in other words, when men and women will be equal in the public and private. With a qualitative approach, we aimed to verify through individual interviews if from the training occurred changes in traditional gender patterns in the family or domestic relations of women graduating from the program. The conclusions of this study demonstrate that the responsibilities to the reproductive tasks, especially with regard to domestic duties is a factor that contributes decisively to prevent the conquest of women to citizenship. As a progress in civil, social and political, the node of a citizens' second category will only be broken when men and women get to share in an equitable manner the responsibility for household tasks and thus can they occupy in a position to equality the public sphere as true citizens. In this sense, it was concluded that government programs seeking to bring the advances in women's citizenship, can not avoid promoting concrete measures and aimed to question the sexual division of the job and other relations of power between men and women within the household.

Key Words: Citizenship, Gender Relations, Public Policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – OS PLANOS NACIONAIS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES E A QUESTÃO DE GÊNERO NA AGENDA ESTATAL	21
1.1-O I Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres	30
1.1.1 Autonomia, Igualdade no Mundo do Trabalho e Cidadania	33
1.1.2 Educação Inclusiva e Não Sexista	36
1.1.3 Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos	38
1.1.4 Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	40
1.2-O II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres	42
1.2.1 – Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho, com Inclusão Social	43
1.2.2 – Educação Inclusiva, Não-Sexista, Não-Racista, Não-Homofóbica e Não-Lesbofóbica	45
1.2.3- Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres	48
1.2.4 - Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão	51
1.2.5- Desenvolvimento Sustentável no Meio Rural, Cidade e Floresta, com Garantia de Justiça Ambiental, Soberania e Segurança Alimentar	53
1.2.6- Direito à Terra, Moradia Digna e Infraestrutura Social nos Meios Rural e Urbano, Considerando as Comunidades Tradicionais	55
1.2.7- Cultura, Comunicação e Mídia Igualitárias, Democráticas e Não Discriminatórias	56
1.2.8- Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia	57
1.2.9- Enfrentamento das Desigualdades Geracionais que Atingem as Mulheres, com Especial às Jovens e Idosas	59
1.3- O III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	60
1.3.1- Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica	60
1.3.2- Educação para a Igualdade e Cidadania	62
1.3.3- Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia	63
CAPÍTULO II – O PROGRAMA MULHERES MIL: HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO	69
2.1 O Início do Programa: um projeto piloto	69
2.2- A Institucionalização do Programa Mulheres Mil	71
2.3- A Metodologia do Programa: Acesso, Permanência e Êxito	76
2.4 - A Integração do Programa Mulheres Mil ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC)	83

2.5 A Implementação do Programa Mulheres Mil no Instituto Federal Fluminense no Campus Campos-Guarus	85
CAPÍTULO III – CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE CIDADANIA E A CIDADANIA FEMININA	95
3.1- O Desenvolvimento da Cidadania no Ocidente	95
3.2 -O desenvolvimento da cidadania no Brasil	128
CAPÍTULO IV – MULHER PODE SER CIDADÃ? VOZES DAS MULHERES MIL ..	155
4.1 – O Perfil das Ingressantes: Renda, Escolaridade e Expectativas em Relação ao Programa	155
4.2- Os efeitos do Programa Mulheres Mil na vida das egressas	158
4.2.1- Mercado de Trabalho e Renda	158
4.2.2 -O aproveitamento dos conhecimentos na vida cotidiana, a natureza dos cursos e a divisão sexual do trabalho	171
4.2.3 – Conhecimentos sobre a violência doméstica e os direitos da mulher	193
4.2.4 O retorno à sala de aula e a continuidade dos estudos	204
4.2.5- O significado do Programa e o aumento da autoestima	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS	215
REFERÊNCIAS	220
APÊNDICES	228
APÊNDICE A – Roteiro para Entrevistas	229
Apêndice B- Autorização da Diretora Geral do IFF Campus Campos-Guarus para manuseio dos dados socioeconômicos das alunas do Programa Mulheres Mil	230
ANEXO	232

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Projetos desenvolvidos nos Estados durante o Projeto Piloto.....	p. 74
Quadro 2 – Matriz Curricular do Curso em Qualificação em Produtos Alimentícios Artesanais.....	p. 92
Quadro 3 – Matriz Curricular do Curso Básico de Qualificação e Comercialização em Artesanato.....	p. 93
Quadro 4 – Matriz Curricular do Curso de Auxiliar de Cozinha.....	p. 94
Quadro 5 – Matriz Curricular do Curso de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial.....	p. 95
Quadro 6 – Matriz Curricular do Curso de Cuidador Infantil.....	p. 96
Quadro 7 – Matriz Curricular do Curso de Artesão Bordado a Mão.....	p. 97
Quadro 8 – Matriz Curricular do Curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão.....	p. 98

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação

ACCC – Association of Canadian Community Colleges

ARAP – Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia

CADEG - Centro de Abastecimento do Estado da Guanabara

CEFET/RN – Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte

CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica

CIDA – Canadian International Development Agency

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho

CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulheres

CNPM – Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

CONIF - Conselho das Instituições Federais de Educação Tecnológica

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

DEAMs - Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher

DSTs – Doenças Sexualmente Transmissíveis

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

FBPF – Federação Brasileira para o Progresso Feminino

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

GTI – Grupo de Trabalho Interministerial

HIV – Human Immunodeficiency Virus

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFF – Instituto Federal Fluminense

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MEC – Ministério da Educação e Cultura

OEA – Organização dos Estados Americanos

OMS – Organização Mundial da Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PAISM – Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher

PIB – Produto Interno Bruto

PNPM – Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação Jovens e Adultos

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PT – Partido dos Trabalhadores

REDE CERTIFIC – Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

SETEC – Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

SPM – Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

SUS – Sistema Único de Saúde

TFP – Tradição, Família e Propriedade

UNED – Unidade de Ensino Descentralizada

INTRODUÇÃO

Nosso contato com a teoria e com as questões de gênero iniciou-se em 2003 na graduação em Ciências Sociais quando a professora Marinete dos Santos Silva propôs a realização de uma pesquisa sobre um grupo católico de direita denominado Tradição, Família e Propriedade (TFP)¹. Como a instituição era formada somente por homens, a questão de gênero estava dada, apesar de inicialmente não haver atentado para isso, pois pensava que estudo de gênero era sinônimo de estudo de mulher. A partir daí as leituras e o interesse pela problemática do gênero fizeram parte de nossa trajetória acadêmica, passando pelo mestrado e chegando ao doutorado.

O arcabouço teórico acumulado desde a graduação foi decisivo para que tivéssemos algumas inquietações quando o Programa Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável nos foi apresentado no início de 2012 no Campus Campos-Guarus do Instituto Federal Fluminense (IFF). Causou-nos imediatamente um estranhamento o fato de a oferta de cursos voltados para a esfera doméstica, como por exemplo, auxiliar de cozinha, serem tratados como vetores de mudança social, de inserção no mercado de trabalho e principalmente de avanços na condição da cidadania das mulheres beneficiárias do Programa. Além disso, outro fator que também nos chamou atenção foi o fato de em nenhum momento os gestores, professores e demais servidores do IFF – inclusive aqueles que iriam trabalhar diretamente com as mulheres – questionarem ou problematizarem a natureza dos cursos oferecidos como se naturalmente estes fossem os adequados para as mulheres.

É importante destacar que em Campos dos Goytacazes – cidade em que realizamos a pesquisa – a profissionalização feminina iniciou-se na década de 20 do século anterior através da Escola Profissional Nilo Peçanha onde atualmente funciona a Escola Estadual Nilo Peçanha. Os cursos oferecidos na escola no início do século XX eram voltados para a formação de mulheres para cuidar da família, isto é, o objetivo era formar boas donas de casa e boas mães. Para tanto, a educação profissional feminina abrangia os cursos de corte e costura, bordados e rendas e chapéus².

¹ As conclusões da pesquisa encontram-se em SILVA, Marinete dos Santos (Org). *Gênero, Poder e Tradição na Terra do Coronel e do Lobisomem*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2009.

² Sobre a educação profissional feminina em Campos dos Goytacazes recorrer a REIS, Fabiana de Arruda. *O Ensino Profissionalizante (Feminino) no Brasil: Uma Análise da Escola Profissional Feminina*

Se entendermos que a história segue o seu curso através de um sistema de mudanças e permanências, podemos dizer que mesmo com a transformação do papel da mulher na sociedade e o avanço do movimento feminista, quase um século depois observamos que a maioria dos cursos oferecidos pelo Programa Mulheres Mil se assemelhavam aqueles oferecidos no início do século XX na Escola Profissional Nilo Peçanha. Este fato que nos parecia paradoxal, mas ao mesmo tempo relevante do ponto de vista da teoria de gênero, aumentou em grande medida nosso interesse na realização desse estudo.

O Programa Nacional Mulheres Mil - Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável objeto desta pesquisa foi instituído no dia 21 de julho de 2011 pela Portaria Número 1.015 do Governo Federal Brasileiro. Este programa inseriu-se no Plano Brasil sem Miséria³ e integrou um conjunto de ações que procuram promover – através de políticas públicas – a inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade⁴.

O programa é decorrente da Cooperação Internacional Brasil-Canadá iniciada em abril de 2007. As ações tiveram como financiadores – por parte do Brasil – a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Ministério da Educação e Cultura (MEC), representado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Em relação ao Canadá, houve a participação da Association of Canadian Community Colleges (ACCC), a Canadian International Development Agency (CIDA) e os Colleges Canadenses. No desenvolvimento das ações, contou com o Conselho das Instituições Federais de Educação Tecnológica (CONIF) e inicialmente, com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de 13 estados das regiões Norte e Nordeste.

Nilo Peçanha (Campos, Rio de Janeiro, 1922-1930). Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2013.

³ Em 2 de junho de 2011, o Governo Federal lançou, por meio do [Decreto nº 7.492](#), o Plano Brasil Sem Miséria (BSM) com o objetivo de superar a extrema pobreza até o final de 2014. O Plano se organizou em três eixos: um de garantia de renda, para alívio imediato da situação de extrema pobreza; outro de acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias; e um terceiro de inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e das cidades. Disponível em: <http://www.brasilsemiseria.gov.br>. Acesso em: 06 de maio de 2015.

⁴ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Programa Nacional Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: WWW.portal.mec.gov.br. Acesso em: 02 jul.2012. O conceito de vulnerabilidade social utilizado no programa refere-se a mulheres com baixo índice de desenvolvimento humano sem o pleno acesso a serviços públicos básicos. O público alvo é o de mulheres de baixa renda e de baixo índice de escolaridade.

Pudemos notar que a ideia central do programa era que a elevação da escolaridade com cursos de formação profissional e tecnológica seguida do acesso ao mercado de trabalho levaria as mulheres participantes a desenvolverem autonomia e exercerem, de forma plena, sua cidadania.

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), o recorte de gênero deu-se pelo crescente número de mulheres que ampliaram o seu papel na sociedade ao serem responsáveis não só pelo sustento financeiro da residência, mas também pelo desenvolvimento cultural, social e educacional dos seus filhos e demais membros da família, fato que repercute nas futuras gerações e no desenvolvimento igualitário e justo do país⁵.

Para o desenvolvimento da pesquisa, combinamos algumas técnicas de pesquisa documental com pesquisa qualitativa. Para a pesquisa documental consultamos materiais produzidos pela Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM), do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Contudo, a principal fonte de análise são os dados coletados através da pesquisa qualitativa que envolveu observação e entrevistas individuais. A finalidade da entrevista qualitativa é fornecer os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo desta técnica não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, as diferentes representações sobre o assunto em questão. Além disso, esta técnica permite uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos⁶. Nesta perspectiva, realizamos um total de 28 entrevistas com egressas, professores e gestoras do Programa Mulheres Mil do Campus Campos-Guarus do IFF com o intuito de responder a principal questão norteadora da pesquisa: o governo brasileiro, através do Programa Mulheres Mil, consegue romper com os padrões tradicionais e hierárquicos de gênero, contribuindo, dessa forma, para avanços na cidadania feminina?

⁵ Idem.

⁶ GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs). Pesquisa Qualitativa com *Texto, Imagem e Som*: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p.65.

No que concerne ao marco teórico que sustenta este estudo, gostaríamos de observar nossa negativa em trabalhar com as chamadas teorias desconstrutivistas ou pós-estruturalistas que têm como principal representante a filósofa norte-americana Judith Butler. Heilborn afirma que Butler promove um ataque a formulação mais usual de gênero, isto é, a distinção entre sexo como natural e gênero como construído. Além disso, o binarismo de gênero homem/mulher e masculino/feminino não seria capaz, segundo Butler, de dar conta da variabilidade em um mundo em que as identidades são multifacetadas e mudam com muita velocidade⁷.

O feminismo de Butler é a defesa de uma desmontagem de todo tipo de identidade de gênero que, segundo ela, oprimiria as singularidades humanas que não se encaixariam ou não seriam adequadas no cenário da bipolaridade. A autora também questiona se existe a necessidade de uma unidade da categoria “mulher” e se a unidade seria necessária para a ação política efetiva. A filósofa responde a sua indagação afirmando que certas formas de fragmentação podem facilitar a ação, e isso exatamente porque a “unidade” da categoria mulher não é nem pressuposta nem desejada⁸. De acordo com esse pensamento a identidade não se atrelaria ao sexo, mas à sexualidade. As práticas sexuais produziriam gêneros subversivos tomando relevo sobre o sexo⁹.

Em oposição à filósofa norte-americana, trabalhamos neste estudo com identidades de gênero construídas socialmente a partir do binarismo macho/fêmea. Neste sentido, a categoria mulher é fundamental para que em um processo de ação política essas identidades possam ser problematizadas e transformadas.

Assim sendo, para efeitos desta pesquisa, “gênero” significa o papel, as características e o valor atribuído aos indivíduos em função de seu sexo em uma dada sociedade. O uso da noção de gênero não apaga a distinção homem/mulher, mas busca compreender como em uma determinada cultura, tal ou qual papel ou característica é dada a um ou a outro sexo.

É importante ressaltar que alguns desafios se fizeram presentes na realização desta pesquisa. O primeiro, a dificuldade de estudar um objeto muito dinâmico, isto é, um

⁷HEILBORN, Maria Luiza. Gênero: um olhar estruturalista. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs). *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006, p. 43.

⁸BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p.36.

⁹AGACINSKI, Silvine. *Femmes entre sexe et genre*. Paris: Editions Du Seuil, 2012.

Programa que desde sua criação passou por constantes mudanças. Segundo, a dificuldade de entrevistar mulheres muitas vezes tímidas e com muita dificuldade de expor aquilo que pensavam, de traduzir em palavras as impressões que tiveram ao participar do Programa e as possíveis mudanças em suas vidas que esta participação possa ter gerado, dificuldade que foi potencializada pelo fato do pesquisador ser homem, branco – a maioria das mulheres é negra - e também de outra classe social. Por fim, um terceiro desafio nos acompanhou durante todo o percurso, o receio de “comprar” o discurso institucional e de forma quase imperceptível não ser devidamente vigilante com o conteúdo crítico do trabalho, já que este pesquisador é professor do Instituto Federal Fluminense.

É necessário enfatizar que o título desta tese foi inspirado na obra *Vozes do Bolsa Família*. Neste estudo, os autores através de entrevistas individuais com mulheres beneficiárias do Bolsa Família tiveram como principal objetivo demonstrar que a renda regular em dinheiro é um importante instrumento de autonomia individual e política e, portanto, de cidadania¹⁰. Para tanto, procederam a uma técnica investigativa em que as mulheres deveriam ser ouvidas, algo que também tentaremos realizar em nosso trabalho.

O primeiro capítulo da tese demonstra o surgimento do movimento feminista no Brasil na década de 70, as primeiras políticas públicas com recorte de gênero na década de 80 e a mobilização das mulheres em busca de direitos igualitários na constituinte de 1988. Além disso, observa-se como a partir da plataforma de ação definida na Conferência Mundial sobre a Mulher de 1995 em Pequim, institui-se no Brasil a agenda relacionada à questão de gênero. No entanto, enfatizaremos que é a partir do Governo Lula (2003-2010) que houve a criação de arenas participativas que contribuíram para intensificar o diálogo entre a sociedade civil e Estado em diversas áreas, mediante a criação de conselhos, conferências, secretarias e ministérios com o intuito de combater a desigualdade de gênero, destacando-se neste cenário a criação da Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres (SPM) em 2003. Dessa forma, destacaremos as principais propostas para redução da desigualdade de gênero no Brasil expostas nos três planos nacionais de políticas públicas para as mulheres, os dois primeiros na gestão Lula e o terceiro no primeiro mandato da presidenta Dilma Roussef.

¹⁰ REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alexandre. *Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Unesp, 2013, p.20.

No capítulo 2 realizamos um histórico do Programa Mulheres Mil, Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável, descrevendo como se originou a partir de um projeto iniciado em abril de 2007 com duração de quatro anos (2007 a 2010) envolvendo treze Institutos Federais de Ciência e Tecnologia (IFFs) das regiões Norte e Nordeste do Brasil, passando por sua institucionalização como um Programa a ser desenvolvido em âmbito nacional a partir de 2011. Descreveremos a metodologia utilizada que norteou e deu suporte ao Programa, bem como quais eram seus principais objetivos e impactos esperados na sociedade brasileira. Também abordaremos neste capítulo a integração do Programa Mulheres Mil ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) no início de 2014 e sua implementação no Campus Campos-Guarus do Instituto Federal Fluminense (IFF).

Nosso objetivo no terceiro capítulo foi revisitar um conceito tão caro a nosso estudo, qual seja, o conceito de cidadania. A partir da definição clássica de cidadania e sua partição entre os elementos civil, político e social exposta por Marshall, retornamos as suas origens nas sociedades grega e romana demonstrando como ali começava um processo de exclusão das mulheres da categoria de cidadã. Demonstra-se também neste capítulo as transformações econômicas e políticas provocadas pelas revoluções burguesas do século XVIII e seu impacto nos direitos do cidadão, principalmente no que tange a ampliação dos direitos civis. Daremos ênfase ao processo revolucionário francês que mesmo com a participação feminina criou um modelo de cidadania que excluiu as mulheres ao incorporar discursos de uma suposta “inferioridade natural” feminina de autores com Jean-Jacques Rousseau e Denis Diderot. Este capítulo também apresenta a reação das mulheres a esta ideologia com destaque para a atuação de Olympe de Gouges que ao pretender denunciar o alijamento das mulheres dos atributos da cidadania redige a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã numa clara alusão a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. Além disso, trataremos dos avanços nos direitos das mulheres nos principais países ocidentais nos séculos XIX e XX, abordando de forma mais detalhada o acesso ao mercado de trabalho e à educação.

O capítulo 3 trata ainda do desenvolvimento da cidadania no Brasil que, para nós, apresenta similitudes com os países ocidentais, mas possui também traços próprios e singulares. Através de uma análise ancorada fundamentalmente na obra do historiador José Murilo de Carvalho trataremos a questão dos direitos da cidadania desde o período colonial até o final do século XX. Por fim, concluiremos este capítulo tecendo

observações sobre os caminhos da cidadania feminina no Brasil e a dificuldade de construir uma ideia de cidadã plena com a permanência de argumentos biologizantes e essencialistas mesmo com o massivo acesso à educação que as mulheres obtiveram nos últimos anos.

No quarto e último capítulo, apresentaremos os resultados do trabalho de campo. Em um primeiro momento discutiremos se o Programa atingiu o público-alvo, ou seja, se as mulheres ingressantes eram de baixa renda, sem acesso pleno a serviços públicos básicos e excluídas do mercado de trabalho. A partir dessa constatação demonstraremos a análise das entrevistas individuais com egressas dos cursos de Auxiliar de Cozinha, Auxiliar de Eletricista Predial, Artesão Bordado a Mão e Cuidador Infantil e também de gestores e professores do Programa com o intuito de notarmos se este contribuiu para avanços na cidadania feminina.

CAPÍTULO I – OS PLANOS NACIONAIS DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES E A QUESTÃO DE GÊNERO NA AGENDA ESTATAL

Desde o final dos anos 1970, ocorreram importantes transformações nas relações entre Estado e sociedade no Brasil sob o impacto de dois fatores principais: a democratização e a crise fiscal.

Segundo Farah, as mudanças no Estado brasileiro que vêm se processando desde a década de 70 tiveram como referência uma agenda de reforma construída com a participação de novos atores. A autora observa que na implementação dessa agenda:

enfaticou-se a democratização dos processos decisórios e dos resultados das políticas públicas, reivindicando-se a ampliação do leque de atores envolvidos nas decisões e, ao mesmo tempo, a inclusão de novos segmentos da população brasileira entre os beneficiários das políticas públicas¹¹.

Participaram da constituição dessa agenda movimentos sociais, constituídos desde a década de 70, em torno da democratização do regime e de reivindicações relacionadas ao acesso a serviços públicos e à melhoria da qualidade de vida, principalmente nas cidades. Já neste momento, as mulheres e a problemática de gênero estiveram presentes, mas as principais mobilizações estavam ligadas a questões gerais que afetavam os trabalhadores urbanos pobres como baixos salários, elevado custo de vida e acesso precário aos serviços urbanos.

Todavia, ao mesmo tempo que denunciavam desigualdades de classe, os movimentos de mulheres passaram também a questionar temas específicos à condição da mulher como direito à creche, saúde da mulher, sexualidade, contracepção e violência contra as mulheres¹².

A partir dessa discriminação de temas ligados à questão feminina, houve uma convergência com o movimento feminista que teve um papel decisivo na inserção da problemática relativa às mulheres na formulação de políticas públicas. Isto foi possível porque o movimento feminista:

Tinha como objetivo central a transformação da situação da mulher na sociedade, de forma a superar a desigualdade presente nas relações

¹¹ FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e Políticas Públicas. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis, v.12, n.01, janeiro/abril, 2004, p. 50.

¹² Idem, p. 51.

entre homens e mulheres. O movimento feminista - assim como a discriminação nos movimentos sociais urbanos de temas específicos à vivência das mulheres – contribuiu para a inclusão da questão de gênero na agenda pública, como uma das desigualdades a serem superadas por um regime democrático. A discriminação das questões diretamente ligadas às mulheres envolveu, por sua vez, tanto uma crítica à ação do Estado quanto – à medida que a democratização avançava – a formulação de propostas de políticas públicas que contemplassem a questão do gênero¹³.

Ao falar sobre o surgimento e desenvolvimento do movimento feminista no Brasil, Souza-Lobo observa que os primeiros passos da luta foram dados em busca da emancipação das mulheres enquanto cidadãs: a luta pelo voto, por igualdade na educação e por igualdade civil. Ao comentar a busca pelo direito ao voto como uma das primeiras bandeiras do movimento feminista no Brasil a autora afirma que:

O sufrágismo brasileiro é registrado como a primeira luta organizada das mulheres. A luta pelo direito ao voto foi levada sobretudo por Bertha Lutz, que funda a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922. Foi um movimento centrado na conquista da cidadania plena, e limitou-se a lutar pela participação no interior do sistema vigente. Formado por mulheres proeminentes, não raro profissionais universitárias e pertencentes à elite política e social da época, o movimento pelo voto questionou a predominância exclusivamente masculina na esfera política, intelectual e profissional¹⁴.

No entanto, é a partir da década de 70 do século passado que podemos dizer que houve um movimento feminista articulado no Brasil. Os primeiros grupos feministas, na sua maioria, tentam articular questões de gênero e de classe, se defrontando frequentemente com as objeções da esquerda ortodoxa que identifica as feministas como burguesas. Neste sentido, as primeiras reivindicações femininas fazem parte de uma pauta mais geral como anistia e custo de vida para, aos poucos, falar de temas considerados proibidos como violência sexual, contracepção, aborto, ao lado de questões como trabalho e cidadania.

Podemos observar como a atuação dos grupos feministas foi gradativamente abandonando uma participação de natureza restritiva ou instrumental para se

¹³ Ibid, p.51.

¹⁴ SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A Classe Operária tem dois Sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p.214.

caracterizar como uma participação ampliada, neocorporativa, ou em um termo cunhado por Avritzer¹⁵, como representante do novo associativismo civil.

Azevedo e Prates demonstraram que a chamada participação restritiva ou instrumental foi a característica dos principais movimentos sociais urbanos no Brasil nas décadas de 70 e 80 do século passado. Esta forma de ação estava orientada para a obtenção de objetivos materiais com a participação da comunidade diretamente beneficiada em um projeto específico ou em programa de âmbito local, em definições de microprioridades e distribuição de certos recursos e equipamentos do consumo coletivo. A prioridade do Estado neste tipo de participação foi entendida como uma estratégia dos atores públicos em atender demandas de curto prazo provenientes da população de baixa renda¹⁶.

Por outro lado, a participação ampliada ou neocorporativa se refere à capacidade de grupos de interesse de influenciar direta ou indiretamente nas macroprioridades, nas diretrizes, na formulação e implementação de programas e políticas públicas. Neste sentido, enquanto a participação instrumental geralmente preocupa-se com questões materiais de curto prazo, a participação ampliada ou neocorporativa volta-se para uma mudança de valores no médio e longo prazos. Segundo os autores, as iniciativas de planificação participativa ampliada ou neocorporativa são relativamente incipientes no Brasil¹⁷.

Por seu turno, Avritzer observa que um fenômeno que merece destaque no Brasil contemporâneo refere-se ao que o autor denomina “novo associativismo civil”. O novo associativismo representa uma ruptura com um padrão homogeneizante de ação coletiva que privilegiava um tipo de ator, qual seja, o movimento operário. A partir de meados dos anos 70, passa a ocorrer nas sociedades latino-americanas um movimento na direção da pluralização da ação social. Surgem novos atores, que impõem novos temas, em um movimento predominantemente de classe média em torno dos direitos humanos, da ecologia e das questões de gênero e de raça com a consequente formação de novas formas de ação coletiva e de novas associações civis. Este fenômeno não leva somente a

¹⁵ AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 39, 1997. Disponível em: www.scielo.br/scielo. Acesso em: 23 de maio de 2016.

¹⁶ AZEVEDO, Sergio de; PRATES, Antonio Augusto Pereira. Movimentos Sociales, Accion Colectiva y Planificacion Participativa en el Brasil. *Revista EURE*, vol. XXI, n.64, Santiago de Chile, dezembro de 1995, p.111.

¹⁷ Idem, p.117.

constituição de novos atores, mas trata-se também de uma forma completamente distinta de ocupação do espaço público¹⁸.

O movimento feminista representa uma forma de ação que busca a modificação de valores na sociedade ao mesmo tempo em que modifica as formas de ação coletiva e de ocupação do espaço público. A partir do final da década de 70 e início da década de 80 do século XX, o movimento de mulheres vai aos poucos substituindo pautas mais gerais ligadas ao movimento operário como a questão salarial, por exemplo, para enfatizar questões ligadas especificamente ao feminino e a reivindicação por políticas públicas ligadas a questão de gênero. Dessa forma, pode-se entender que o movimento de mulheres insurge como uma planificação participativa ampliada nos dizeres de Azevedo e Prates ou como um representante do novo associativismo civil na conceituação realizada por Avritzer.

A pluralização da ação social pode ser notada nas atuações pioneiras da militância feminista em que se destacaram a criação do SOS Corpo de Recife, em 1978, e do SOS Mulher de São Paulo, em 1980. Essas organizações que surgiram da sociedade civil tinham um caráter não apenas crítico, mas propositivo e organizativo. Segundo Suárez e Bandeira, o SOS corpo pode ser tomado como um exemplo do novo agir político dos movimentos de mulheres que, na passagem da década de 70 para a de 80, fez com que houvesse um reconhecimento crescente nas esferas governamentais da existência de práticas discriminatórias contra as mulheres¹⁹.

Sob a influência desses movimentos, na década de 80 foram implantadas as primeiras políticas públicas com recorte de gênero. Estas políticas podem ser conceituadas como aquelas que “reconhecem a diferença de gênero e, com base nesse reconhecimento, implementam ações diferenciadas para mulheres”²⁰.

As primeiras medidas adotadas neste sentido foram a criação do primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina, em 1983, e da primeira Delegacia Especializada de Defesa da Mulher, em 1985, ambos no Estado de São Paulo. Posteriormente essas instituições foram criadas por todo o País. Ainda em 1985 foi criado o Conselho

¹⁸ AVRITZER, Leonardo, op. cit. p.163.

¹⁹SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. A Politização da Violência Contra a Mulher e o Fortalecimento da Cidadania. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002, p.298.

²⁰ FARAH, Marta Ferreira Santos, op. cit., p.51.

Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) órgão vinculado ao Ministério da Justiça, com o intuito de promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. A mobilização das mulheres também levou a criação, em 1983, do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM).

De acordo com Suárez e Bandeira, o estabelecimento dessas novas instituições repercutiu positivamente no plano dos direitos democráticos e da cidadania, não pelo fato de os propósitos expressos na criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) terem sido atingidos, mas pelo fato de:

Os movimentos de mulheres haverem adquirido a expressividade política suficiente para interagir com as instituições do Estado e incluir suas demandas nas agendas governamentais. Além disso, quando o sujeito passa a compreender a dinâmica da opressão em sua vida cotidiana e a entender as experiências de sua própria dor, conecta-se à dor alheia e, portanto, ao sentimento de compaixão²¹.

Gonzalez observa que estes novos espaços representavam a expansão da capacidade dos ideais do movimento feminista influenciar em distintas áreas, a elaboração de políticas estatais. A *Carta das Mulheres à Constituinte*, elaborada a partir do CNDM, reuniu as propostas das mulheres a serem incluídas na Constituição Nacional em elaboração, a qual selava o novo pacto democrático do país²².

Sobre esta questão Farah pondera que a constituição de 1988 também reflete a mobilização de mulheres. Organizadas em torno da bandeira *Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher*, as mulheres estruturaram propostas para a nova Constituição incluindo temas como saúde, família, trabalho, violência e discriminação²³.

É importante ressaltar que a partir da Constituição Brasileira de 1988 iniciou-se uma maior preocupação com a questão da cidadania das minorias, dentre elas a cidadania das mulheres. O documento consolidou importantes avanços na ampliação dos direitos das mulheres e no estabelecimento de relações de gênero mais igualitárias.

²¹ SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes, op. cit, p.299.

²²GONZALEZ, Débora de Fina. *De Vulneráveis a Empreendedoras: Os limites da promoção da autonomia econômica das mulheres no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Educação, 2013, p.37-38..

²³ FARAHA, Marta Ferreira Santos, Op. Cit., p.51.

Segundo Souza-Lobo, o texto da Constituição de 1988 é uma cristalização de mentalidades e o produto de trajetórias percorridas pelas mulheres, seus discursos, suas práticas, confrontadas às instituições e ao Estado. Apesar das restrições no tratamento de importantes questões como o aborto, o texto constitucional traz em seu bojo os temas colocados pelas mulheres em quase vinte anos de movimento. Se de uma cidadania de segunda categoria passou-se a uma cidadania que reconhecia a mulher como trabalhadora ou como mãe, se ainda existia uma divisão entre a lógica da igualdade e a da diferença, reconheceu-se algo fundamental: homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações²⁴

Podemos dizer que a Constituição de 1988 é o marco jurídico de uma nova concepção da igualdade entre homens e mulheres. Ao se referir a carta constitucional, Lopes observa que:

Trata-se da superação de um paradigma jurídico que legitimava declaradamente a organização patriarcal e a conseqüente preferência do homem ante a mulher, especialmente no *locus* da família. Em seu lugar, delineia-se uma ideologia de igualdade de direitos e deveres. Desaparece a figura da chefia da sociedade conjugal e com ela as preferências e privilégios que sustentavam juridicamente a dominação masculina²⁵.

Seguindo o mesmo caminho do autor acima citado, Ávila observa que a Constituição Federal de 1988 foi um marco fundamental na instituição da cidadania das mulheres do ponto de vista legal, ao afirmar que homens e mulheres são iguais nos seus direitos e obrigações, o que não acontecia anteriormente, pois até 1988 as leis brasileiras estavam radicalmente marcadas pela hierarquia de gênero²⁶.

Segundo Cortês, dentre os grupos da sociedade que participaram da elaboração da Constituição de 1988, o movimento de mulheres e feminista foi um dos grupos mais ativos e influenciou os constituintes com o seu “lobby do batom”. O movimento de mulheres conseguiu incluir na nova constituição a maioria de suas reivindicações. Dentre as principais conquistas estão a igualdade de direitos entre homens e mulheres

²⁴ SOUZA-LOBO, Op. Cit., p.238.

²⁵ LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção. *Cadernos Pagu*. n.26, Campinas, jan./jun.2006.

²⁶ ÁVILA, Maria Betânia. Cidadania, Direitos Humanos e Direitos das Mulheres. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002, p.130.

na vida civil, no trabalho e na família²⁷. No entanto, mesmo após alguns anos da promulgação da constituição cidadã²⁸, a situação das mulheres permaneceu inferior a dos homens.

Na década de 90 movimentos de mulheres no Brasil e no exterior passaram a defender a proposta de que as políticas de combate à pobreza e outras políticas sociais passassem a ter as mulheres como um dos seus públicos prioritários. Farah observa que:

Essa proposta esteve presente na Conferência Mundial sobre as Mulheres de Beijing em 1995. Com base no diagnóstico de que as mulheres dos países em desenvolvimento são as mais atingidas pela intensificação da pobreza dos anos 80, em decorrência da recessão prolongada e dos programas de ajuste, recomendou-se a criação de programas de apoio a mulheres (acesso a crédito e geração de emprego e renda). Também no Brasil movimentos e entidades de mulheres recomendam que programas de combate à pobreza atendam prioritariamente mulheres²⁹.

Com base na plataforma de ação definida na Conferência Mundial sobre a Mulher de 1995, institui-se no Brasil a agenda relacionada à questão de gênero. Nessa agenda estavam incluídas as diretrizes que deveriam nortear as políticas públicas com recorte de gênero a partir de então. Tais diretrizes³⁰ são expostas de forma sucinta a seguir:

1. Violência – Criação de programas que atendam mulheres vítimas de violência doméstica e sexual, incluindo atenção integral (jurídica, psicológica e médica) e criação de abrigos.
2. Saúde – Implantação efetiva do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM) com o desenvolvimento de ações de atenção à saúde em todas as etapas da vida da mulher. Incluem aqui cuidados com a saúde mental e ocupacional e ações voltadas ao controle de doenças sexualmente transmissíveis.
3. Meninas e adolescentes – Reconhecimento de direitos de meninas e adolescentes por meio de programas de atenção integral, com cuidado especial as vítimas de exploração sexual, vivendo na prostituição expostas a drogas.

²⁷ CORTÊS, Iáris Ramalho. A Trilha Legislativa da Mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p.261.

²⁸ Qualificação dada pelo então Presidente da Assembleia Nacional Constituinte Ulysses Guimarães.

²⁹ FARAH, Marta Ferreira Santos. Op.Cit., 55.

³⁰ As diretrizes estão contidas na página 57 do artigo de Farah acima citado.

4. Geração de emprego e renda (combate à pobreza) – Apoio a projetos produtivos voltados à capacitação e organização das mulheres, à criação de empregos para o segmento feminino da população a aumento da renda familiar. Inclusão de atividades voltadas à população feminina em programas de geração de emprego e renda. Incorporação por esses programas da superação da divisão sexual do trabalho.

5. Educação – Garantia de acesso à educação. Reformulação de livros didáticos com o objetivo de eliminar referência discriminatória à mulher e propiciar o aumento da consciência acerca dos direitos das mulheres.

6. Trabalho – Garantia de direitos trabalhistas e reconhecimento do valor do trabalho não-remunerado e minimização de sua carga sobre a mulher. Criação de programas de capacitação profissional.

7. Infraestrutura urbana e habitação – Construção de equipamentos urbanos priorizados por mulheres como creches e garantia de títulos de propriedade da habitação.

8 – Questão Agrária – Reconhecimento de direitos relativos às mulheres da zona rural, nas políticas de distribuição de terras, de reforma agrária e de crédito para atividades agrícolas.

9 – Incorporação da perspectiva de gênero por toda a política pública (transversalidade) Trata-se de garantir que a problemática das mulheres seja contemplada toda vez que se formular e implementar uma política.

10 – Acesso ao poder político e empowerment – Abertura de espaços de decisão à participação das mulheres, de modo a garantir que estas interfiram de maneira ativa na formulação de políticas públicas.

Parece-nos claro que a partir da ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) ao poder em 2003, o governo brasileiro “compra” o discurso feminista e ocorre um esforço por parte do Estado em implementar a agenda de gênero formulada na década de 90.

De acordo com Gonzalez é a partir do Governo Lula (2003-2010) que houve a criação de arenas participativas que contribuiram para intensificar o diálogo entre a sociedade civil e Estado em diversas áreas, mediante a criação de conselhos, conferências,

secretarias e ministérios com o intuito de combater a desigualdade de gênero³¹. Neste contexto, em 2003, no primeiro mandato do Presidente Lula, foi criada a Secretaria Especial de Políticas Públicas para Mulheres (SPM), por meio da lei número 10.683, de 28 de maio de 2003³².

De acordo com Rosemberg, na administração Lula uma das iniciativas que procuraram aproximar as questões de gênero da questão educacional foi a criação da dita secretaria que estabeleceu, em colaboração com movimentos feministas e de mulheres, Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres durante duas conferências nacionais nos anos de 2004 e de 2007³³.

Em julho de 2004, fomentada pela Secretaria de Políticas para Mulheres, realizou-se a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (1ºCNPM), com 1787 delegadas representantes da sociedade civil e de gestores públicos de todo o país em um processo que envolveu 120 mil mulheres de todas as regiões do país. Esta conferência deu origem ao I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM)³⁴.

No mesmo ano foi lançado o plano acima referido, que passaria a orientar metas e ações do governo na formulação de políticas públicas para as mulheres. Em agosto de 2007, no segundo mandato do Presidente Lula, ocorreu a segunda Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2ª CNPM), com a participação de 200 mil mulheres, das quais 2800 constituíram a delegação na etapa nacional, que sistematizou um conjunto de propostas e demandas ao Estado brasileiro. A partir das resoluções da 2ª CNPM, foi elaborado o II Plano Nacional de Políticas para as mulheres (II PNPM) publicado em 2008.³⁵

No final de 2011 – já no Governo Dilma Rousseff - ocorreu a 3º Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, envolvendo 200 mil mulheres em todo o país e contando

³¹ GONZALEZ, Débora de Fina. Op. Cit., p.43.

³² É importante ressaltar que a mencionada secretaria possuiu, desde sua criação, status de ministério. Com a reforma ministerial ocorrida em outubro de 2015 no segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff que resultou na redução do número de ministérios, a secretaria perdeu o status de ministério e passou a fazer parte do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Este ministério foi extinto no governo provisório de Michel Temer.

³³ ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres Educadas e a Educação de Mulheres. . In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p.346-347.

³⁴ BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013, p.09.

³⁵ Idem, p. 09.

com a participação de 2125 delegadas na etapa nacional. O resultado da conferência foi a construção do III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que deveria ser implementado no triênio 2013 a 2015 (III PNPM). Neste sentido, a partir de agora falaremos sobre as principais propostas dos três planos acima mencionados que tinham como objetivo principal definir ações que procurariam reduzir a desigualdade de gênero no Brasil.

1.1-O I Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres

Segundo Gonzalez, mesmo que na Constituição Brasileira conste o princípio da igualdade entre os sexos, as questões relacionadas aos direitos das mulheres não foram assumidas como compromissos governamentais, tampouco priorizadas em ações ou políticas públicas na esfera federal. As reivindicações, com frequência, permaneceram recobertas em programas e ações universalizantes, que se direcionavam às mulheres como mão de obra barata ou reforçavam o papel enquanto mães, responsáveis pelos cuidados e pelo bom funcionamento do lar, mantendo uma divisão do trabalho favorável ao mercado e ao Estado por representar menores custos relativos a serviços demandados na esfera da reprodução social³⁶.

A partir do I PNPM, as temáticas relacionadas às desigualdades de gênero, divisão sexual do trabalho, combate à violência contra as mulheres e aos direitos das mulheres passaram a fazer parte da agenda do Governo Federal.

O Plano foi estruturado em torno de quatro áreas de atuação consideradas estratégicas pela administração pública. A primeira se referiu a autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; a segunda enfatizou a educação inclusiva e não sexista; a terceira tratou da saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos e finalmente, a quarta área procurou enfrentar à violência contra as mulheres³⁷.

Como mencionado anteriormente, a elaboração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) teve início com a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) convocada pelo Presidente da República e realizada em julho de 2004. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) coordenaram a Conferência que teve a participação de

³⁶ GONZALEZ, Débora de Fina. Op. Cit., p. 53.

³⁷ BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: SPM, 2004, p.13.

representantes dos poderes executivos estaduais e municipais, ministérios, além de organizações de mulheres e feministas³⁸.

A elaboração do PNPM foi iniciada a partir do Decreto Presidencial de 15 de Julho de 2004 que instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), composto por representantes de sete ministérios³⁹, do CNDM, e da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e das Secretarias da Mulher do Estado do Acre e do Município de Campinas.

Em relação aos pressupostos, princípios e diretrizes da política nacional para as mulheres, o I PNPM parte do reconhecimento de que as mulheres sempre estiveram em situação de desigualdade. Situação esta gerada e reproduzida pela naturalização de diferenças culturais que sustentam a opressão feminina. É interessante notar como o Governo Federal dá a divisão sexual do trabalho um peso considerável para a manutenção das relações assimétricas de poder entre os gêneros. De acordo com o documento:

As relações desiguais entre mulheres e homens são sustentadas pela divisão sexual e desigual do trabalho doméstico, pelo controle do corpo e da sexualidade das mulheres e pela exclusão das mulheres dos espaços de poder e decisão⁴⁰.

Diante desta situação, o Estado deveria assumir a responsabilidade de implementar políticas públicas que teriam como alvo as mulheres, com o objetivo de romper com esta lógica considerada injusta:

Reconhecemos que a atuação do Estado, especialmente por meio da formulação e implementação de políticas, interfere na vida das mulheres, ao determinar, reproduzir ou alterar as relações de gênero, raça e etnia e o exercício da sexualidade. A Política Nacional para as Mulheres tem como compromisso e desafio interferir nas ações do Estado, de forma a promover a equidade de gênero, com respeito às diversidades⁴¹.

A Política Nacional para as Mulheres com a formulação do I PNPM passou a orientar-se pelos seguintes princípios:

³⁸ Idem, p.15.

³⁹ Os ministérios que participaram foram: Saúde, Educação, Trabalho e Emprego, Justiça, Desenvolvimento Agrário, Desenvolvimento Social, Planejamento, Orçamento e Gestão.

⁴⁰ Ibid, p.31.

⁴¹ Ibid, p.31.

a) Igualdade e respeito à diversidade – neste princípio o Governo Federal reconheceu que mulheres e homens são iguais em seus direitos e sobre este princípio se apoiam as políticas do Estado que se propõe a superar as desigualdades de gênero. A promoção da igualdade requer o respeito e atenção à diversidade cultural, étnica, racial, inserção social, de situação econômica e regional, assim como aos diferentes momentos da vida. Demanda combate às desigualdades de toda sorte, por meio de políticas de ação afirmativa e consideração das experiências das mulheres na formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

b) Equidade – o acesso de todas as pessoas aos direitos universais deveria ser garantido com ações de caráter universal, mas também por ações específicas e afirmativas voltados aos grupos historicamente discriminados. Tratar desigualmente os desiguais, buscando-se a justiça social, com reconhecimento das necessidades próprias dos diferentes grupos de mulheres.

c) Autonomia das mulheres – deveria ser assegurado às mulheres o poder de decisão sobre suas vidas e corpos, assim como as condições de influenciar os acontecimentos e o país, e de romper com a histórica subordinação que constrange suas vidas no plano pessoal, econômico, político e social.

d) Laicidade do Estado – as políticas públicas devem ser instituídas independentemente de princípios religiosos de forma a assegurar de forma efetiva os princípios consagrados na Constituição Federal.

e) Universalidade das políticas – as políticas devem ser cumpridas na sua integralidade e garantir o acesso aos direitos sociais, políticos, econômicos, culturais e ambientais para todas as mulheres. O princípio da universalidade deve ser traduzido em políticas permanentes nas três esferas governamentais.

f) Justiça Social – Neste item o Estado reconheceu a necessidade de redistribuição dos recursos e riquezas produzidas pela sociedade e na busca de superação da desigualdade social, que atinge de maneira significativa as mulheres.

g) Transparência dos atos públicos – deve-se garantir o respeito aos princípios da administração pública: legalidade, impessoalidade, publicidade e eficiência, com transparência nos atos públicos e controle social.

h) Participação e controle social – devem ser garantidos o debate e a participação das mulheres na formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas.

1.1.1 Autonomia, Igualdade no Mundo do Trabalho e Cidadania

Como afirmado anteriormente, o Plano Nacional de Políticas Para as Mulheres continha quatro áreas de atuação consideradas estratégicas pelo Governo Federal. Em relação a primeira dessas áreas intitulada Autonomia, Igualdade no Mundo do Trabalho e Cidadania, uma série de ações foram propostas a partir do reconhecimento de diversas dificuldades enfrentadas pelas mulheres principalmente no que concerne ao mercado de trabalho.

O documento afirma que as mulheres representavam no ano 2003 42% da mão de obra no trabalho formal e 57% no trabalho informal sem considerar o trabalho doméstico remunerado. Mesmo possuindo uma escolaridade superior a dos homens, as diferenças salariais permaneciam com prejuízo para o feminino. A concentração de trabalhadoras era maior no setor de serviços, em ocupações consideradas menos importantes e com menor remuneração⁴².

As diferenças se repetiam quando a análise era feita pela cor da pele. As mulheres brancas apresentavam maior escolaridade que os homens brancos e mulheres negras possuíam maior escolaridade que homens negros. Contudo, a taxa de desemprego das mulheres era de 58% maior que a dos homens, e a das mulheres negras 20% maior que a das mulheres brancas⁴³.

É patente no IPNPM uma preocupação com a questão das mulheres que trabalham no campo. De acordo com o documento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no censo da reforma agrária de 1996, a presença das mulheres titulares da terra era equivalente a 12%, índice considerado baixo quando comparado a outros países da América Latina⁴⁴. É interessante ressaltar que no caso de separação de casais a prática corriqueira adotada no meio rural é a permanência dos homens na terra, já que a titularidade estava em nome do chefe da família.

⁴² Ibid, p.37.

⁴³ Ibid, p.37.

⁴⁴ Na Colômbia, por exemplo, esse índice chegava a 45%.Ibid, p.42.

Em 2001 o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) reconheceu como problema o fato de que os créditos destinados às mulheres não ultrapassavam 10% do total concedido. A portaria nº121, de 22 de maio de 2001, estabeleceu que um mínimo de 30% dos recursos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF)⁴⁵ deveria ser destinado às mulheres agricultoras, o que não alterou a realidade do acesso das agricultoras ao crédito rural deste programa⁴⁶.

Um dos fatores principais que mantém essa situação de inferioridade das mulheres no campo é o fato de não serem vistas como agricultoras, pois, “elas próprias, muitas vezes, se percebem como donas de casa que ajudam o marido na roça. Elas têm pouca autonomia econômica para gerenciar, inclusive, os recursos oriundos de seu trabalho”.

Neste sentido, o Governo reconheceu que era essencial a capacitação para enfrentar as dificuldades das mulheres no mundo do trabalho tendo como meta promover inclusão social, emprego e renda. Portanto, o primeiro eixo do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres tem os seguintes objetivos:

- a) Promover a autonomia econômica das mulheres;
- b) Promover a equidade de gênero, raça e etnia nas relações de trabalho;
- c) Promover políticas de ações afirmativas que reafirmassem a condição das mulheres como sujeitos sociais e políticos;
- d) Ampliar a inclusão das mulheres na reforma agrária e na agricultura familiar;
- e) Promover o direito à vida na cidade com qualidade de acesso a bens e serviços públicos.

Na tentativa de cumprir os objetivos acima referidos, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres criou um plano de ação em que foram definidas prioridades que guiarão as medidas a serem adotadas até 2007 por cada ministério ou secretaria ligada a Presidência da República.

⁴⁵ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um programa do Governo Federal criado em 1995, com o intuito de atender de forma diferenciada os mini e pequenos produtores rurais que desenvolvem suas atividades mediante emprego direto de sua força de trabalho e de sua família. Tem como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares. Fonte: www.ceplac.gov.br.

⁴⁶ Ibid, p.42.

A primeira prioridade seria ampliar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho. Nesta etapa, buscava-se principalmente promover ou apoiar a realização de cursos de capacitação técnica e gerencial para as mulheres em parceria com outros setores do governo, setor privado e organizações da sociedade civil⁴⁷.

A segunda prioridade falava em promover a autonomia econômica e financeira das mulheres por meio do apoio ao empreendedorismo, associativismo, cooperativismo e comércio. Dentre as principais ações que compunham este campo estavam o apoio técnico e financeiro a projetos de geração de emprego, trabalho e renda, que estavam inseridos na lógica da economia solidária com foco nas famílias chefiadas por mulheres. O Governo Federal também demonstrava uma preocupação com as mulheres do campo pois o documento falava em propor para o sistema de operadores do PRONAF a inclusão dos quesitos sexo, cor e etnia no sistema de acompanhamento das solicitações e contratações realizadas e procuraria capacitar agricultoras familiares para o acesso a novos conhecimentos tecnológicos e profissionais⁴⁸.

Outra prioridade referia-se à promoção de trabalho não-discriminatório, com equidade salarial no acesso a cargos de direção. Nesta categoria busca-se incentivar a inclusão nos acordos trabalhistas de cláusulas que promovessem direitos iguais no emprego e profissão em relação ao gênero. Além disso, medidas de conscientização foram pensadas como a realização de campanhas para a prevenção do assédio sexual nas empresas privadas e instituições públicas; realização de campanhas de valorização dos trabalhos considerados femininos e campanhas informativas sobre os direitos das trabalhadoras e, por fim, criação de um processo de certificação de empresas e instituições que respeitem os direitos das mulheres⁴⁹.

A quarta prioridade buscava garantir o cumprimento da legislação no âmbito do trabalho doméstico e estimular a divisão das tarefas domésticas. Nesta etapa procurou-se definir uma série de campanhas que pudessem alterar a divisão do trabalho doméstico. Dentre elas o documento falava em realizar campanha para divulgação da legislação que garantia os direitos das trabalhadoras domésticas e talvez a mais interessante que seria elaborar uma metodologia para considerar o trabalho doméstico nos cálculos macroeconômicos.

⁴⁷ Ibid, p.45.

⁴⁸ Ibid, p.46.

⁴⁹ Ibid, p.47.

A quinta e última prioridade falava em contribuir para a ampliação do exercício da cidadania das mulheres e do acesso à terra e à moradia. Neste quesito a Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres falava em eventos informativos com enfoque na importância da documentação para o acesso a benefícios sociais e exercício da cidadania. Além disso, propunha-se divulgar a legislação que instituía a titulação conjunta da terra para casais beneficiários da reforma agrária e apoiar programas de urbanização de favelas com especial atenção às mulheres chefes de família.⁵⁰

1.1.2 Educação Inclusiva e Não Sexista

A segunda área de atuação considerada estratégica pelo Governo Federal no I PNPM referia-se a educação inclusiva e não sexista. A publicação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres apontou que as mulheres eram mais escolarizadas que os homens e demonstrou que em 2003 chegaram a 6,3 anos de estudo enquanto os homens a 6,2⁵¹.

Contudo, mesmo com mais anos de estudo existiam nichos profissionais femininos. Estes ficavam caracterizados quando se analisava as áreas do ensino superior em que se encontram os jovens e as jovens no Brasil. No ensino superior as mulheres em 2003 eram 76,44% matriculadas na área de educação e 27% na área de engenharia. No ensino profissional os meninos eram 87,6% dos matriculados na área de indústria, enquanto as meninas eram 94,4% dos matriculados em secretariado. Essa situação, segundo o Governo Federal, é resultado de um ambiente escolar que reproduz preconceitos de gênero. De acordo com o IPNPM:

A escola é um dos grandes agentes formadores e transformadores de mentalidades. O preconceito de gênero, que gera discriminação e violência contra as mulheres, se expressa no ambiente educacional de várias maneiras. Conteúdos discriminatórios e imagens estereotipadas da mulher ainda são reproduzidos em materiais didáticos e paradidáticos, em diferentes espaços e contextos educacionais. E, atitudes preconceituosas de professoras(es) ou orientadoras(es) educacionais podem contribuir para que determinadas carreiras sejam vistas como “tipicamente femininas”, e outras “tipicamente masculinas”.⁵²

⁵⁰ Ibid, p.50.

⁵¹ Ibid, p.52.

⁵² Ibid, p.55.

Para tentar reduzir a desigualdade de gênero no que tange à questão educacional, o IPNPM trouxe os seguintes objetivos:

- a) Incorporar a perspectiva de gênero, “raça”, etnia e orientação sexual no processo educacional formal e informal.
- b) Garantir um sistema educacional não discriminatório, que não reproduza os estereótipos de gênero, “raça” e etnia.
- c) Promover o acesso à educação básica de mulheres jovens e adultas.
- d) Promover a visibilidade da contribuição das mulheres na construção da história da humanidade.
- e) Combater os estereótipos de gênero, raça e etnia na cultura e na comunicação.

Da mesma forma que o eixo anterior, este também possui algumas prioridades que constituem efetivamente o plano de ação, ou seja, o que realmente será feito por cada ministério ou secretaria para modificar as relações assimétricas de gênero no âmbito educacional.

A primeira prioridade enfatizava a promoção de ações no processo educacional para a equidade de gênero, “raça”, etnia e orientação sexual. Dentre as principais medidas estavam a de selecionar os livros didáticos e paradidáticos da rede pública de ensino garantindo o cumprimento adequado dos critérios de seleção referentes à não-discriminação de gênero, “raça”, etnia e orientação sexual. A ideia seria propor a inclusão das temáticas de gênero, “raça”, etnia e orientação sexual nos currículos do Ensino Superior, e também, incorporar diretrizes relativas a gênero no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica⁵³.

A segunda temática referente a este eixo falava em ampliação de acesso à educação infantil. O objetivo seria a de procurar atender crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas em horários compatíveis com as do trabalho de pais e mães. Isto deveria ser feito por meio da transferência mensal de recursos aos municípios, proporcional ao número de crianças atendidas.

⁵³ Ibid, p.57.

A terceira prioridade buscava promover a alfabetização e ampliar a oferta de ensino fundamental para mulheres idosas, especialmente negras e índias. Esta meta seria realizada com o aparelhamento e adequação de escolas para o atendimento das necessidades específicas das mulheres, principalmente negras, na educação de jovens e adultos. Também dever-se-ia adequar o material didático e paradidático às condições de vida e de trabalho das mulheres adultas e idosas⁵⁴.

Outra ação era a de valorizar as iniciativas culturais das mulheres através da elaboração de material educativo e informativo com a história das mulheres que contribuíram para a conquista de direitos e procurar desenvolver vídeos, documentários e filmes que abordassem a presença das mulheres na história e na cultura.

Para finalizar o segundo eixo do IPNPM, a última prioridade falava em estimular a difusão de imagens não-discriminatórias e não-estereotipadas das mulheres. Esta ideia seria colocada em prática através de campanhas nacionais de denúncia e combate à discriminação e aos estereótipos das imagens veiculadas sobre as mulheres e também criar mecanismos institucionais que regulamentem a veiculação de imagens de mulheres, negros e homossexuais na mídia de forma a combater a discriminação⁵⁵.

1.1.3 Saúde das Mulheres, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos

A terceira área considerada estratégica para o Governo Federal no I PNPM estava ligada à saúde da mulher e aos direitos sexuais e reprodutivos. A publicação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres demonstra que as principais causas de morte na população feminina no Brasil estariam relacionadas às doenças cardiovasculares, ao câncer de mama e as doenças do aparelho respiratório.

O documento também chama a atenção do aborto como a quarta causa de morte materna no Brasil. Quando realizado em condições de risco, frequentemente é acompanhado de complicações severas⁵⁶.

Outra questão levantada refere-se à contracepção. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres afirma que o acesso à anticoncepção, direito garantido constitucionalmente, não é amplamente atendido. Existem problemas na produção,

⁵⁴ Ibid, p.59.

⁵⁵ Ibid, p.60.

⁵⁶ Ibid, p.62.

aquisição e distribuição dos insumos e manutenção da continuidade da oferta de métodos anticoncepcionais. Dessa forma, algumas localidades receberiam uma atenção precária com prejuízo para as mulheres oriundas das camadas mais pobres⁵⁷.

A violência contra as mulheres também é mencionada no IPNPM. O documento cita uma pesquisa realizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) realizada em 8 países em 2002 que retratava o perfil da violência sofrida por mulheres na faixa etária entre 15 e 49 anos. Nos municípios brasileiros estudados⁵⁸ 29% das mulheres relataram violência física ou sexual por parte do companheiro. Entre as mulheres agredidas foram relatados alguns problemas como: dificuldade de concentração, tontura, uso do álcool e tentativa de suicídio.

Diante deste quadro, a estratégia de ação para interferir na saúde da mulher possuía os seguintes objetivos:

- a) Promover a melhoria da saúde das mulheres brasileiras, mediante a garantia de direitos legalmente constituídos e ampliação do acesso aos meios e serviços de promoção, prevenção assistência e recuperação da saúde, em todo o território brasileiro;
- b) Garantir os direitos sexuais e os direitos reprodutivos das mulheres;
- c) Contribuir para a redução da morbidade e mortalidade feminina no Brasil, especialmente por causas evitáveis, em todos os ciclos e nos diversos grupos populacionais, sem discriminação de qualquer espécie;
- d) Ampliar, qualificar e humanizar a atenção à saúde da mulher no Sistema Único de Saúde (SUS).

Da mesma forma que nos eixos anteriores, foram elencadas algumas prioridades que se constituíram em um plano de ação a ser implementado entre os anos de 2005 a 2007. A primeira prioridade falava em estimular a implantação de ações para atenção integral à saúde da mulher que atendessem as necessidades específicas das mulheres nas diferentes fases do ciclo vital. Estas atividades deveriam abranger as mulheres negras, com deficiência, índias, presidiárias, trabalhadoras rurais e urbanas e com diferentes orientações sexuais.

⁵⁷ Ibid, p.63.

⁵⁸ No Brasil a pesquisa foi realizada em São Paulo e na Zona da Mata de Pernambuco.

A segunda prioridade referia-se a tentativa de implantação e implementação da assistência em planejamento familiar para homens e mulheres. Dentre as principais medidas a serem adotadas estavam lançar uma Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos, elaborar e distribuir material técnico e educativo sobre atenção ao planejamento familiar e fortalecer a capacitação do pessoal da atenção básica e de serviços de referência para estimular as ações de atenção ao planejamento familiar, incluindo a anticoncepção de emergência e a prevenção do HIV e outras doenças sexualmente transmissíveis⁵⁹.

Outra prioridade buscava promover a atenção obstétrica e neonatal, inclusive a assistência às complicações do abortamento em condições inseguras para mulheres, visando reduzir a mortalidade materna, especialmente entre as mulheres negras. As principais ações consistiam em estabelecer pactos com estados e municípios para a manutenção de limites de pagamento de cesáreas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e a execução de novas estratégias para redução das taxas de cesáreas e apoiar técnica e financeiramente estados e municípios na organização de rede de serviços de atenção obstétrica para garantir o atendimento à gestante de alto risco⁶⁰.

O eixo ainda possuía três prioridades finais. A primeira buscava promover a prevenção e controle das doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e da infecção pelo HIV na população feminina, reduzir a morbimortalidade por câncer cérvico-uterino e de mama e, por fim, constituir uma comissão com representantes dos poderes executivo e legislativo, bem como da sociedade civil a fim de revisar a legislação punitiva que trata da interrupção da gravidez.

1.1.4 Enfrentamento à Violência contra as Mulheres

A Secretaria Especial de Políticas para as mulheres observa que a violência contra a mulher acontece em todo o mundo e atinge mulheres de todas as idades, classes sociais, etnias e orientação sexual. Todas as formas de violência sofrida pelas mulheres, física, sexual ou psicológica, estão relacionadas às desigualdade de poder na relação entre os gêneros com a supremacia do masculino sobre o feminino.

⁵⁹ Ibid, p.68.

⁶⁰ Ibid, p.70.

O I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (IPNPM) demonstra através de uma pesquisa realizada pela fundação Perseu Abramo que cerca de uma em cada cinco mulheres sofreu algum tipo de violência por parte de algum homem⁶¹.

O documento enfatiza que a efetividade das ações de prevenção e redução da violência doméstica e sexual depende da reunião de recursos públicos e comunitários e do envolvimento do Estado e da sociedade em conjunto. Caberia ao Estado intervir através da promoção de políticas públicas de responsabilidade dos governos federal, estadual e municipal para constituir uma rede de ações e serviços⁶².

Neste sentido, a Secretaria Especial de Políticas para as mulheres destacou que o enfrentamento à violência contra mulher era uma de suas prioridades, buscando trabalhar na promoção do atendimento às mulheres. Este último eixo do I PNPM continha os seguintes objetivos:

- a) Implantar uma Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher;
- b) Garantir o atendimento integral, humanizado e de qualidade às mulheres em situação de violência;
- c) Reduzir os índices de violência contra as mulheres;
- d) Garantir o cumprimento dos instrumentos internacionais e revisar a legislação brasileira de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Como nos eixos anteriores este também possuía algumas prioridades que serviriam como um plano de ação. A primeira prioridade falava em ampliar e aperfeiçoar a rede de prevenção e atendimento às mulheres em situação de violência⁶³.

A segunda prioridade preocupava-se em revisar a legislação nacional e garantir a aplicação dos tratados internacionais ratificados visando o aperfeiçoamento dos mecanismos de enfrentamento à violência contra as mulheres. Neste quesito deveria ocorrer uma articulação com o Congresso Nacional com vistas à elaboração e a

⁶¹ Ibid, p. 75.

⁶² Ibid, p.75.

⁶³ Ibid, p.78.

aprovação de projetos de lei relativos à violência contra a mulher, encaminhados pelo Poder Executivo⁶⁴.

Outra questão levantada pelo plano estava ligada à promoção de ações preventivas e educativas em relação à violência doméstica e sexual. Tratava-se de ampliar ações de prevenção à violência doméstica e sexual, priorizando a comunidade escolar (ensino básico e médio) e realizar campanhas de combate ao tráfico de mulheres.

Também procurou-se dar atenção à saúde das mulheres em situação de violência doméstica e sexual e produzir e sistematizar dados e informações sobre a violência contra as mulheres. Para isto o Governo Federal se propunha a fomentar a produção de estudos e pesquisas sobre a violência contra as mulheres no país e consolidar sistema de informação sobre a violência contra a mulher⁶⁵.

Para a avaliação e monitoramento do IPNPM foi constituído um Comitê de Articulação e Monitoramento composto pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e por representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). O referido comitê tinha a função de avaliar a implementação do Plano com o objetivo de atualizá-lo e aperfeiçoá-lo.

1.2-O II Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres

O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (IIPNPM) procurou ampliar e aprofundar o campo de atuação do Governo Federal nas políticas públicas para as mulheres, incluindo seis novas áreas estratégicas⁶⁶ que se somaram às já existentes no primeiro plano. São elas: participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, inclusão social, soberania e segurança alimentar; direito à terra, moradia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; cultura, comunicação e mídia não-discriminatórias; enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia; e enfrentamento às desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas.

⁶⁴ Ibid, p.79.

⁶⁵ Ibid, p.80.

⁶⁶ O plano conta com 94 metas, 56 prioridades e 388 ações distribuídas em 11 grandes áreas de atuação.

O II PNPM foi aprovado pela II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres realizada em agosto de 2007. Quanto aos novos eixos aprovados nesta conferência, a grande novidade foi o destaque dado à participação das mulheres nos espaços de poder, como objeto de políticas públicas orientadas para a igualdade de gênero. Falaremos a partir de agora de forma sucinta sobre as áreas estratégicas de ação do referido plano.

1.2.1 – Autonomia Econômica e Igualdade no Mundo do Trabalho, com Inclusão Social

Assim como no I Plano, a primeira área estratégica a ser abordada refere-se a participação das mulheres no mercado de trabalho. O documento afirma que é no espaço social do trabalho que as discriminações e desigualdades se tornam mais evidentes. Enquanto a taxa de desemprego masculina foi de 6,4% em 2006, a feminina atingiu 11%, o que representava um contingente de quase 1,2 milhão de mulheres desempregadas a mais que homens⁶⁷.

É importante observar que o governo brasileiro novamente criticava a persistência da divisão sexual do trabalho que causava prejuízo ao feminino. O II PNPM afirmava que as mulheres eram sobrecarregadas com obrigações relativas ao trabalho doméstico, do cuidado com a casa e os filhos:

(...) enquanto 90,2% das mulheres ocupadas dedicam-se aos afazeres domésticos, uma parcela bastante inferior dos homens (51,4%) encontra-se na mesma situação, o que aponta para uma inegável dupla jornada para a população feminina. A intensidade com que se dedicam a esses afazeres também é diferenciada: as mulheres gastam aproximadamente 25 horas semanais cuidando de suas casas e de seus familiares, enquanto os homens que executam essas tarefas gastam menos de 10 horas por semana. A necessidade de conciliar trabalho e cuidados domésticos faz com que muitas mulheres encontrem como alternativa o emprego em jornadas de trabalho menores⁶⁸.

A Secretaria de Políticas para as Mulheres ressaltou que estas diferenças na forma de inserção no mercado de trabalho, aliadas à existência de mecanismos discriminatórios

⁶⁷ BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2008, p.32.

⁶⁸ Idem, p.32-33.

baseados em estereótipos, tais como o da incapacidade feminina para a liderança, fazem com que a remuneração mensal de mulheres seja inferior à auferida pelos homens⁶⁹.

Para tentar mudar essa situação o primeiro eixo do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres tinha os seguintes objetivos:

- a) Promover políticas de ações afirmativas no mundo do trabalho que reafirmassem a condição das mulheres como sujeitos sociais e políticos, considerando as dimensões étnico-raciais;
- b) Promover a valorização e o reconhecimento da contribuição econômica das mulheres no meio rural e nas comunidades tradicionais;
- c) Garantir às trabalhadoras domésticas o exercício de todos os direitos trabalhistas concedidos às trabalhadoras em geral;
- d) Promover a valorização do trabalho doméstico não-remunerado e contribuir para a superação da atual divisão sexual do trabalho;
- e) Promover a organização produtiva de mulheres que vivem em contexto de vulnerabilidade social, notadamente nas periferias urbanas.

Na tentativa de cumprir os objetivos acima referidos, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres criou um plano de ação em que foram definidas prioridades que guiarão as medidas a serem adotadas. Das oito prioridades listadas, três já foram desenvolvidas no I PNPM e se repetem no II PNPM⁷⁰. Quanto às novas ações constantes deste segundo momento de definição de políticas para as mulheres a primeira falava em ampliar a oferta de equipamentos que contribuíssem para ampliar o tempo disponível das mulheres. Para isto o objetivo era construir, reformar e aparelhar creches e pré-escolas e melhorar a qualidade dos equipamentos existentes.

A segunda prioridade seria promover a proteção social das mulheres em situação de vulnerabilidade, contribuindo para o rompimento do ciclo intergeracional da pobreza e para a melhoria das condições de vida de suas famílias. As ações nesta questão estariam relacionadas a garantir às mulheres o acesso e o atendimento qualificado nos serviços

⁶⁹ Ibid, p.33.

⁷⁰ São elas: ampliar o acesso das mulheres ao mercado de trabalho; promover a autonomia econômica e financeira das mulheres e, promover relações de trabalho não discriminatórias em razão de sexo, raça/etnia.

sócio-assistenciais e sócio-educativos nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)⁷¹.

Outra ação estava vinculada à garantia do cumprimento da legislação e valorização do trabalho doméstico remunerado e não-remunerado. Neste ponto o Governo Federal pensava em revisar a legislação de modo a ampliar os direitos trabalhistas das domésticas e realizar campanhas de estímulo à qualificação e valorização do trabalho doméstico.

Pensou-se também em promover políticas de previdência social inclusiva para as mulheres. Nesta prioridade as ações estavam voltadas para uma articulação com o Congresso Nacional para tentar a aprovação de legislação que previsse aposentadoria para as donas de casa e encaminhar um projeto de lei ao legislativo para a ampliação da licença maternidade para 6 meses em todos os regimes de trabalho⁷².

A última prioridade referia-se à promoção do acesso das mulheres à documentação civil. As ações estavam ligadas a emissão de documentação civil para as trabalhadoras rurais e também para as mulheres nas áreas próximas aos empreendimentos dos setores eletro-energético e mineral.

1.2.2 – Educação Inclusiva, Não-Sexista, Não-Racista, Não-Homofóbica e Não-Lesbofóbica

Assim como no I PNPM, o segundo Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres preocupou-se com a questão educacional. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres observou que desde 2004, ano de lançamento do I PNPM até 2008 ano de lançamento do II PNPM as grandes estatísticas sobre a área educacional permaneciam inalteradas. No ensino superior as mulheres eram maioria tanto nos cursos de graduação quanto nos de pós-graduação. No entanto, a presença feminina era acompanhada por uma marcante diferença na distribuição dos estudantes de sexos distintos pelas áreas de conhecimento. Os cursos com os maiores percentuais de matrícula do sexo feminino eram Pedagogia (91,3% de mulheres), Letras (80%) e Enfermagem (82,9%)⁷³.

⁷¹ Ibid, p.47.

⁷² Ibid, p.50.

⁷³ Ibid, p.55.

O II PNPM enfatizou que a presença majoritária de mulheres em certas áreas profissionais refletia o padrão sexista da divisão do trabalho na sociedade, cabendo às mulheres as ocupações relacionadas ao mundo privado. Os indicadores educacionais também comprovavam a persistência de graves desigualdades associadas à discriminação étnico-racial, à concentração de renda, à distribuição desigual de riqueza entre campo e cidade e entre diferentes regiões do território nacional, o que exigiria medidas voltadas a grupos específicos.

No que tange à questão educacional o II PNPM procurou implementar ações que transformassem as percepções e modos de vida e ações diretas de combate às desigualdades de oportunidades. Nesse sentido, podemos perceber duas linhas de ação no capítulo de educação do documento. A primeira linha de ação tentava modificar as representações sobre relações de gênero e orientação sexual e a segunda previa ações para grupos específicos de mulheres que se encontravam em uma situação desprivilegiada economicamente ou que sofresse com racismo ou preconceito de orientação sexual.

Dessa forma, com o intuito de aumentar a equidade de gênero na esfera educacional o II PNPM continha os seguintes objetivos:

- a) Reduzir o analfabetismo feminino, em especial entre as mulheres negras, indígenas acima de 50 anos;
- b) Promover a ampliação do acesso ao ensino profissional e tecnológico e ao ensino superior, com equidade de gênero, raça/etnia;
- c) Eliminar conteúdos sexistas e discriminatórios e promover inserção de conteúdos de educação para a equidade de gênero e valorização das diversidades nos currículos, materiais didáticos e paradidáticos da educação básica;
- d) Promover a formação de gestores e servidores federais de gestão direta, sociedades de economia mista e autarquias, profissionais de educação e estudantes dos sistemas de ensino público de todos os níveis nos temas de equidade de gênero e valorização das diversidades;
- e) Contribuir para a redução da violência de gênero, com ênfase no enfrentamento do abuso e exploração sexual de meninas, jovens e adolescentes;

f) Estimular a participação das mulheres nas áreas científica e tecnológica e a produção de conhecimento nas áreas de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, levando em consideração os aspectos étnico-raciais.

Na tentativa de cumprir os objetivos listados, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres elencou seis prioridades que, como nos itens anteriores, se constituíram em linhas de ação. A primeira ressalta a necessidade de promover a formação inicial e continuada de gestores e profissionais de educação para a equidade de gênero, raça/etnia e o reconhecimento das diversidades. Além da formação de gestores, havia a preocupação com a formação de estudantes da educação básica que entendessem a importância da igualdade de gênero. A maioria das atividades ficaria sob responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura (MEC), que deveria aprimorar o tratamento de gênero, raça/etnia, orientação sexual nas diretrizes curriculares nacionais dos ensinos infantil, fundamental e médio⁷⁴.

A terceira prioridade enfatizava a formação das mulheres jovens e adultas para o trabalho, inclusive nas áreas científicas e tecnológicas, visando reduzir a desigualdade de gênero nas carreiras e profissões. A ideia seria estimular a maior participação feminina em áreas de formação profissional e tecnológica tradicionalmente não ocupadas por mulheres⁷⁵.

Outra prioridade falava em estimular a produção e difusão de conhecimento sobre gênero, identidade de gênero, orientação sexual e raça/etnia. Neste ponto, o Ministério da Educação (MEC) deveria apoiar pesquisas e a produção de conhecimento sobre gênero e orientação sexual, considerando as questões étnico/raciais na educação profissional e tecnológica.

A quinta prioridade falava em promover medidas educacionais para o enfrentamento da violência contra as mulheres. As atividades estavam ligadas a promoção de campanhas educativas de prevenção da violência contra as mulheres voltadas ao público escolar, sempre considerando questões étnicas e de orientação sexual.

A última prioridade observava a necessidade de ampliar o acesso e a permanência na educação de grupos específicos de mulheres com baixa escolaridade. As principais

⁷⁴ Ibid, p.64.

⁷⁵ Ibid, p.65.

ações estariam voltadas para a promoção da alfabetização de mulheres jovens e adultas e também ampliar o acesso à educação superior das mulheres negras e indígenas. Além disso, esta prioridade demonstrava a necessidade de construir escolas em terras indígenas e em comunidades remanescentes de quilombos⁷⁶.

1.2.3- Enfrentamento de Todas as Formas de Violência Contra as Mulheres⁷⁷

O II PNPM entende a violência contra as mulheres de forma abrangente, abarcando diferentes formas. O documento se refere a violência doméstica ou qualquer outra relação interpessoal, em que o agressor conviva ou tenha convivido no mesmo domicílio que a mulher; a violência ocorrida na comunidade e que seja perpetrada por qualquer pessoa, compreendendo abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, sequestro e assédio sexual e também, a violência levada a cabo ou tolerada pelo Estado ou seus agentes (violência institucional)⁷⁸.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres através do II PNPM propunha uma intervenção pública de caráter multisetorial que deveria buscar desenvolver ações que: desconstruíssem as desigualdades e combatessem as discriminações de gênero; interferissem nos padrões sexistas/machistas presentes na sociedade brasileira; promovessem o empoderamento das mulheres; garantisse um atendimento qualificado e humanizado àquelas em situação de violência⁷⁹.

O documento chama a atenção da Rede de Atendimento⁸⁰ às Mulheres em Situação de Violência. Em 2008 existiam 637 serviços especializados de atendimento às mulheres, dentre centros de referência, casas abrigo, defensorias, juizados e delegacias especializadas.

⁷⁶ Ibid, p.68.

⁷⁷ É importante esclarecer que a área estratégica Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos que seria anterior a esta não será mencionada, pois neste quesito o texto do II PNPM segue os mesmos objetivos do I PNPM o que tornaria o texto repetitivo.

⁷⁸ Ibid, p.95.

⁷⁹ Ibid, p.98.

⁸⁰ O conceito de Rede de Atendimento refere-se à atuação articulada entre as instituições/serviços governamentais, não-governamentais e a comunidade, visando à ampliação e melhoria da qualidade do atendimento; à identificação e encaminhamento adequado das mulheres em situação de violência; e ao desenvolvimento de estratégias efetivas de prevenção.

Tabela 1 – Número de Serviços da Rede de Atendimento à Mulher, por tipo – Brasil, 2008

Tipo de Serviço Especializado	Existentes
Centros de Referência	112
Casas Abrigo	66
DEAMs/PAMs	404
Juizados de Violência Doméstica contra a Mulher	21
Varas Adaptadas	32
Defensorias da Mulher	15
Total	650

Fonte: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

De acordo com o Governo Federal, a criação de parte desses serviços foi resultado das ações e prioridades definidas no I PNPM. Em comparação a 2003, houve um aumento de 50% no número de casas-abrigo existentes, e de aproximadamente 170% no caso dos centros de referência, além de defensorias públicas e juizados especializados que começaram a ser criados a partir de 2004 e 2006 respectivamente.⁸¹

No que tange ao combate à violência contra a mulher, o II PNPM definiu os seguintes objetivos:

- a) Proporcionar às mulheres em situação de violência um atendimento humanizado, integral e qualificado nos serviços especializados e na rede de atendimento;
- b) Desconstruir estereótipos e representações de gênero, além de mitos e preconceitos em relação à violência contra a mulher;
- c) Promover uma mudança cultural a partir da disseminação de atitudes igualitárias e valores éticos de irrestrito respeito às diversidades e de valorização da paz;
- d) Garantir e proteger os direitos das mulheres em situação de violência considerando as questões étnico-raciais, geracionais, de orientação sexual, de deficiência e de inserção social, econômica e regional;

⁸¹ Ibid, p.99.

e) Ampliar e garantir o acesso à justiça e à assistência jurídica gratuita às mulheres em situação de violência;

f) Promover a integração e a articulação dos serviços e instituições de atendimento às mulheres em situação de violência, por meio da implantação e do fortalecimento da Rede de Atendimento às Mulheres em situação de violência.

Para o cumprimento dos objetivos acima listados, o II PNPM apresenta cinco prioridades que não faziam parte do I PNPM. A primeira prioridade procurava garantir a implementação da Lei Maria da Penha⁸² e demais normas jurídicas nacionais e internacionais. Dentre as principais ações destacavam-se a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar e também incentivar o atendimento prioritário das mulheres em situação de violência nos programas de qualificação social e profissional⁸³.

A segunda prioridade procurava promover ações de prevenção a todas as formas de violência contra as mulheres nos espaços público e privado. Nesta parte, o documento falava em realizar ações e campanhas educativas e culturais de prevenção à violência contra meninas, jovens e mulheres, voltadas ao público escolar e à sociedade em geral.

Outra prioridade ligava-se a atenção à saúde das mulheres em situação de violência com atendimento qualificado ou específico. As ações neste ponto estavam voltadas para a ampliação da oferta da contracepção de emergência nos serviços de referência e implementar mecanismos de monitoramento dos serviços de atendimento ao aborto legal, garantindo seu cumprimento.

A quarta prioridade estava relacionada ao enfrentamento da violência contra mulheres vítimas do tráfico e exploração sexual e que exerciam atividade de prostituição. As atividades estavam voltadas para o apoio e incentivo a projetos de qualificação

⁸² Lei 11.340/06, conhecida com Lei Maria da Penha fez com que a violência contra a mulher deixasse de ser tratada como um crime de menor potencial ofensivo. A lei também acabou com as penas pagas em cestas básicas ou multas e passou a englobar, além da violência física e sexual, também a violência psicológica, a violência patrimonial e o assédio moral. A Lei recebeu esta denominação em homenagem ao caso nº11.051 da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), que na análise da denúncia de impunidade do crime praticado contra Maria da Penha Maia Fernandes, determinou e condenou o Estado Brasileiro, para além do julgamento do agressor, a elaborar uma lei específica relativa à violência contra a mulher.

⁸³ Ibid, p.107.

profissional, geração de emprego e renda que tenham como beneficiárias diretas as mulheres vítimas de tráfico de pessoas⁸⁴.

A última prioridade buscava promover os direitos humanos das mulheres encarceradas. As ações tentavam apoiar a capacitação de mulheres que se encontravam reclusas para a geração de renda através do trabalho nos presídios femininos. Além disso, houve o intuito de estimular a construção de estabelecimentos penais femininos⁸⁵.

1.2.4 - Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres através do II PNPM traz alguns temas que não foram abordados no I PNPM. Um deles refere-se a participação política das mulheres como importante para a transformação das estruturas de poder e das instituições.

O segundo Plano Nacional de Políticas para as Mulheres entende a participação política a partir de várias frentes. Desde a participação em organizações na sociedade, passando pelos partidos políticos, até a ocupação de cargos e mandatos eletivos no Estado, especialmente nos poderes legislativo e executivo, nas esferas federal, estadual, distrital e municipal. De acordo com o documento, algumas variáveis ligadas a divisão sexual do trabalho podem ser levantadas para explicar a sub-representação feminina nas instâncias de poder:

A persistência da cultura patriarcal que associa os homens ao espaço público e as mulheres ao espaço privado; o peso do poder econômico no processo eleitoral e o custo crescente das campanhas favorecendo as candidaturas masculinas; o pouco tempo dedicado à ação política pelas mulheres, em grande parte pela sobrecarga de responsabilidades, pelo acúmulo das tarefas domésticas e com o cuidado com as/os filhas/os e com os familiares doentes⁸⁶.

Para tentar reduzir as desigualdades de gênero nos espaços de poder, o II PNPM traçou os seguintes objetivos:

a) Promover a mudança cultural na sociedade com vistas à formação de novos valores e atitudes em relação à autonomia e empoderamento das mulheres;

⁸⁴ Ibid, p.111.

⁸⁵ Ibid, p.113.

⁸⁶ Ibid, p.116.

- b) Estimular a ampliação da participação das mulheres nos partidos políticos e nos Parlamentos federal, estadual e municipal e nas suas instâncias de poder e decisão;
- c) Estimular a ampliação da participação das mulheres nos cargos de decisão dos poderes constituídos (Executivo, Legislativo e Judiciário) em todos os níveis, respeitando-se os recortes de raça/etnia;
- d) Estimular a ampliação da participação de mulheres nos cargos de liderança política e de decisão no âmbito das entidades representativas de movimentos sociais, sindicatos e conselhos de natureza diversas;
- e) Estimular a ampliação da participação das mulheres indígenas e negras nas instâncias de poder e decisão;
- f) Estimular a participação e o controle social nas políticas públicas;
- g) Inserir no debate da reforma política o tema da paridade na representação parlamentar.

As ações como nos temas anteriores foram divididas em prioridades. A primeira procurava sensibilizar a sociedade para ampliar a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão. A ideia seria de, a partir da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, influenciar a mídia sobre a importância da participação das mulheres nas instâncias políticas e também estimular a filiação partidária, a candidatura e o voto em mulheres considerando a diversidade étnica⁸⁷.

A segunda prioridade falava em criar mecanismos de apoio à participação político-partidária das mulheres. Neste ponto, pensava-se em estimular a candidatura de mulheres nas eleições em todas as esferas governamentais e incentivar a criação de Secretarias de Mulheres em todos os partidos políticos, respeitando os recortes étnicos, de classe e orientação sexual.

Outra atividade estava relacionada ao fortalecimento da participação social na formulação e implementação de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e de todas as formas de discriminação, principalmente étnica e de orientação sexual. O objetivo seria apoiar a criação e fortalecimento de conselhos estaduais e municipais dos

⁸⁷ Ibid, p.123.

direitos da mulher e a realizar a III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres em 2011.⁸⁸

A última prioridade se referia a criação, revisão e implementação de instrumentos normativos com vistas a igualdade entre homens e mulheres nos postos de decisão nas distintas esferas do poder público. O intuito do Governo Federal neste ponto era de instituir no âmbito da administração pública, direta e indireta, medidas de ação afirmativa que garantissem uma porcentagem de participação de mulheres e nas funções de presidência, direção, coordenação e gerenciamento⁸⁹.

1.2.5- Desenvolvimento Sustentável no Meio Rural, Cidade e Floresta, com Garantia de Justiça Ambiental, Soberania e Segurança Alimentar

A II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres reconheceu como um dos eixos prioritários da intervenção pública na área de promoção da igualdade de gênero, a questão do desenvolvimento sustentável. Foram aprovadas algumas prioridades relacionadas à necessidade da universalização do direito à terra e à água e também com relação a questão alimentar.

Neste sentido, o tema do desenvolvimento sustentável aparece no II PNPM como uma forma de desenvolver políticas de empoderamento e autonomia que propiciassem às mulheres um protagonismo nos processos de gestão dos recursos naturais e hídricos e na proteção dos ecossistemas e da biodiversidade. Para isto o Plano trazia os seguintes objetivos:

- a) Estimular a participação das mulheres em todas as instâncias de formulação e implementação de políticas ambientais e do desenvolvimento sustentável;
- b) Promover a sensibilização e capacitação de gestores/as e profissionais da área ambiental nas temáticas de gênero e etnia;
- c) Promover o protagonismo das mulheres da cidade, do campo e da floresta, na promoção do desenvolvimento sustentável no país;

⁸⁸ No final de 2011, no 1ª mandato de Dilma Rousseff, ocorreu a 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres que deu origem ao III Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres do qual falaremos adiante.

⁸⁹ Ibid, p.127.

d) Estimular o crescimento da participação das mulheres na produção para auto-consumo e comercialização de alimentos saudáveis e de qualidade, segundo os princípios da segurança alimentar;

e) Promover políticas públicas de defesa da água como um bem público e da democratização do seu uso.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres traçou algumas prioridades que deveriam servir de estratégias de ação para a consecução dos objetivos. A primeira prioridade falava em promover a inclusão produtiva de mulheres representantes de populações e comunidades tradicionais, com ações voltadas para a produção e a comercialização de produtos de organizações de mulheres das referidas comunidades⁹⁰.

A segunda prioridade buscava promover a valorização e preservação dos conhecimentos tradicionais das mulheres associados à biodiversidade. A ideia central seria a de apoiar a implementação de unidades produtivas formadas por mulheres, principalmente as relacionadas ao cultivo de plantas medicinais e fitoterápicos⁹¹.

Outra prioridade referia-se a promoção de participação de mulheres em programas e ações que tratassem dos temas de mudanças climáticas, assentamentos rurais e licenciamento. Nesta questão, o II PNPM se preocupava em elaborar material didático para subsídio à capacitação de representantes mulheres sobre seus direitos, procedimentos de licenciamento e sua participação em audiências públicas e também elaborar um estudo com o foco no componente de gênero na identificação dos impactos sócio-ambientais decorrentes da implantação de grandes projetos de desenvolvimento do Governo Federal⁹².

Por fim, a última prioridade falava em fortalecer atividades econômicas desenvolvidas por mulheres e vinculadas à segurança alimentar, principalmente aquelas de comunidades quilombolas, indígenas e tradicionais. As ações estavam ligadas a implementação de educação alimentar e nutricional que incorporassem a questão de gênero e que valorizassem as especificidades regionais e culturais dos diferentes grupos sociais e étnicos⁹³.

⁹⁰ Ibid, p.137.

⁹¹ Ibid, p.138.

⁹² Ibid, p.138.

⁹³ Ibid, p.140.

1.2.6- Direito à Terra, Moradia Digna e Infraestrutura Social nos Meios Rural e Urbano, Considerando as Comunidades Tradicionais

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres afirmava em 2008 que as mulheres representavam quase 48% da população residente no meio rural, o que correspondia a quase 15 milhões de pessoas, sendo que muitas não possuíam o reconhecimento de agricultora familiar, trabalhadora rural, quilombola ou camponesa⁹⁴.

Quanto à presença feminina na economia rural, o documento reconheceu que essa sempre esteve marcada por uma forte divisão sexual do trabalho, que se expressava em atividades voltadas para o auto-consumo familiar e que eram realizadas como uma mera extensão dos cuidados dos filhos e dos demais membros da família como a criação de aves, horticultura e floricultura. Dessa forma, eram permitidas às mulheres as atividades que se caracterizavam pela falta de remuneração e que não se vinculavam geração de renda.

O II PNPM trouxe alguns objetivos que buscavam mitigar os problemas sofridos pelas mulheres especificamente da zona rural. São eles:

- a) Promover o acesso das mulheres à moradia digna, construída em local apropriado, saudável e seguro, titulada, com qualidade, condições materiais e técnicas construtivas, dotada de energia elétrica convencional ou alternativa, infraestrutura e acesso a bens, serviços públicos e equipamentos sociais⁹⁵;
- b) Garantir o acesso igualitário das mulheres à terra, por meio da inscrição, cadastro e titulação de assentamentos da reforma agrária, bem como orientação jurídica e capacitação sobre os direitos das mulheres assentadas;
- c) Promover o reconhecimento econômico das mulheres nos assentamentos, estimulando sua participação na gestão e no acesso à assistência técnica, crédito e comercialização;

O documento se refere a cinco prioridades que formavam as estratégias de ação do Governo Federal. A primeira procurava ampliar o acesso à terra nas áreas urbanas e à moradia com infraestrutura adequada. A ideia era de apoiar programas habitacionais e

⁹⁴ Ibid, p.141.

⁹⁵ No IPNPM a questão da moradia foi abordada no capítulo Autonomia e Igualdade no Mundo do Trabalho e Cidadania.

de urbanização de favelas que atendessem às mulheres chefes de família⁹⁶. Outra prioridade falava em qualificar o acesso à assessoria técnica socioambiental e à agroindustrialização para assentadas da reforma agrária. A ação estava voltada a prestação de apoio financeiro a projetos de assessoria socioambiental e de agroindustrialização para grupos de mulheres assentadas da reforma agrária.

1.2.7- Cultura, Comunicação e Mídia Igualitárias, Democráticas e Não Discriminatórias

O II PNPM afirmou que as desigualdades de gênero são estruturantes da sociedade brasileira. O documento ressaltava que comportamentos preconceituosos e fenômenos como a violência doméstica contra as mulheres decorriam de uma cultura discriminatória, patriarcal, machista e racista⁹⁷.

De acordo com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, os diversos espaços da mídia, especialmente o rádio e a televisão, exerceriam um importante papel para a manutenção das relações de submissão e discriminação presentes na sociedade, dentre elas, relações desiguais de gênero.

As políticas de promoção da igualdade passariam a ter que considerar as dimensões da cultura, da comunicação e da mídia nas estratégias de valorização das diversidades e erradicação das discriminações de gênero⁹⁸. Dessa forma, a temática da mídia que não se fez presente no I PNPM passou a integrar o II PNPM.

Com o intuito de construir uma cultura igualitária que não reproduzisse os estereótipos de gênero o presente capítulo do II PNPM trouxe os seguintes objetivos:

- a) Incentivar comportamentos e atitudes que não reproduzam conteúdos discriminatórios e que valorizem as mulheres em toda a sua diversidade, nos veículos de comunicação;
- b) Valorizar as iniciativas e a produção cultural das mulheres sobre as mulheres;
- c) Contribuir para ampliar a presença das mulheres nos diferentes espaços de poder e decisão na mídia nacional;

⁹⁶ Ibid, p.151.

⁹⁷ Ibid, p.154.

⁹⁸ Ibid, p.157.

d) Contribuir para ampliar o controle social sobre a veiculação de conteúdos discriminatórios na mídia em geral.

O plano de ação possui três prioridades. A primeira falava em estimular e garantir que os programas de fomento à produção e difusão cultural valorizassem a expressão das mulheres e a sua contribuição social, política, econômica e cultural. Para isso, buscava-se elaborar material educativo a partir da biografia de mulheres que contribuíram para a conquista de direitos e cidadania e estimular a produção de material audiovisual e livros que abordassem a presença das mulheres na história e na cultura, com ênfase nas especificidades étnicas. Além disso, pensou-se na implantação de bibliotecas em comunidades com forte incidência de violência doméstica, exploração sexual e psicológica⁹⁹.

A segunda prioridade buscava estimular a produção e a difusão de conteúdos não discriminatórios das mulheres, valorizando as dimensões étnicas e de orientação sexual. As estratégias de ação estavam voltadas para a realização de campanhas de denúncia e combate à discriminação e aos estereótipos das imagens veiculadas sobre as mulheres na mídia e orientar as ações publicitárias do Governo Federal para que garantissem o respeito à igualdade de gênero e de etnia.

A terceira e última prioridade trazia uma proposta de construção de mecanismos de monitoramento e controle social dos conteúdos veiculados nos espaços de mídia e comunicação, assegurando a participação da sociedade. A ideia era criar um mecanismo institucional que monitorasse a veiculação de imagens de mulheres, de negros e homossexuais na mídia, com o objetivo de combater a discriminação e a mercantilização do corpo e da vida das mulheres¹⁰⁰.

1.2.8- Enfrentamento do Racismo, Sexismo e Lesbofobia

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres observou que segmentos populacionais das mulheres negras e indígenas e das lésbicas encontravam-se expostos a diversas formas de violência e mecanismos de exclusão dentro e fora das políticas públicas devido ao racismo, ao sexismo e a lesbofobia. De acordo com o Governo Federal, para a melhoria das condições de vida destes grupos havia que se ter o

⁹⁹ Ibid, p.163.

¹⁰⁰ Ibid, p.166.

compromisso de enfrentar essas diferentes formas de preconceito que acabam por reforçar essas desigualdades¹⁰¹.

O II PNPM entende que várias formas de desigualdades se somam, estão interligadas, gerando um sistema de discriminações mais intensas para determinados grupos sociais.

O documento observa que:

A articulação entre o sexismo e o racismo incide de forma implacável sobre o significado do que é ser uma mulher negra no Brasil. A partir do racismo e da consequente hierarquia racial construída, ser negra passa a significar assumir uma posição inferior, desqualificada e menor. Já o sexismo atua na desqualificação do feminino. Somando-se a isto a heterossexualidade compulsória, o quadro apresentado se agrava. Essa normalização das relações sexuais, que torna todas as outras formas de exercício da sexualidade como desviantes e negativas, produz outra forma de discriminação, agora contra as mulheres homossexuais: a lesbofobia¹⁰²

Existe também no II PNPM um entendimento de que as políticas chamadas universais, por não considerarem as especificidades e as desigualdades entre as mulheres, têm privilegiado as mulheres brancas e heterossexuais em detrimento das negras, indígenas e lésbicas.

Com o intuito de reduzir o estado de desigualdade e condição adversa experimentado pelas mulheres, primordialmente as negras e lésbicas o documento expõe os seguintes objetivos:

- a) Ampliar o conhecimento sobre a dimensão ideológica do racismo, sexismo e lesbofobia;
- b) Superar as dimensões de desigualdade baseadas no racismo, sexismo e lesbofobia;
- c) Reduzir os índices de racismo institucional¹⁰³ contra mulheres, garantindo o acesso equitativo às diferentes políticas públicas.

¹⁰¹ Ibid, p.169.

¹⁰² Ibid, p.172.

¹⁰³ De acordo com A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres o racismo institucional ou sistêmico, é um conceito criado para assinalar a forma como o racismo penetra nas instituições, resultando na adoção dos interesses, ações e mecanismos de exclusão perpetrados pelos grupos dominantes por meio de seus modos de funcionamento e da definição de prioridades e metas de realização.

1.2.9- Enfrentamento das Desigualdades Geracionais que Atingem as Mulheres, com Especial às Jovens e Idosas

O II PNPM trouxe como última temática um capítulo inédito que trata da questão geracional. Segundo o documento, nas representações da velhice e em seus estereótipos negativos, a maioria das mulheres consideradas idosas tem poucas possibilidades de mobilidade social. Esta situação se agravava quando se consideravam condições étnicas.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres procurou implementar propostas que afetassem com maior incidência as mulheres jovens e idosas, entendendo-se que as mulheres não constituem um segmento homogêneo, mas marcado por múltiplas identidades¹⁰⁴.

Dessa forma, no que concerne à questão geracional o II PNPM traz os seguintes objetivos:

- a) Reduzir os índices de violência contra as mulheres, considerando as diversidades geracionais;
- b) Garantir a igualdade de direitos e oportunidades no acesso, permanência e promoção das jovens, em especial negras, no mercado de trabalho;
- c) Ampliar a permanência das mulheres jovens na educação formal, evitando a evasão escolar, em especial para as negras, trabalhadoras rurais, quilombolas, indígenas, lésbicas, deficientes e jovens em conflito com a lei;
- d) Reduzir o analfabetismo feminino, em especial entre as mulheres negras, indígenas e acima de 50 anos;
- e) Fortalecer ações de prevenção e assistência integral à saúde de mulheres adolescentes e jovens;
- f) Incentivar e fortalecer a inclusão feminina no sistema previdenciário, com base na universalização da cobertura.

¹⁰⁴ Ibid, p.181.

1.3- O III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

Como dissemos anteriormente, no final de 2011 – já no primeiro Governo Dilma Rousseff - ocorreu a 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, envolvendo 200 mil mulheres em todo o país e contando com a participação de 2125 delegadas na etapa nacional. O resultado da conferência foi a construção do III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (III PNPM) que deveria ser implementado no triênio 2013 a 2015.

Este terceiro plano seguiu os seguintes princípios orientadores:

- a) autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida;
- b) busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos;
- c) respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação;
- d) caráter laico do Estado;
- e) universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado;
- f) participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas;
- g) transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas;

O III PNPM está dividido em dez capítulos¹⁰⁵. A publicação é bem menor que a anterior totalizando cento e treze páginas enquanto a precedente chegou a duzentos e trinta e seis.

1.3.1- Igualdade no Mundo do Trabalho e Autonomia Econômica

Assim como no documento anterior, o III PNPM tratou em seu primeiro capítulo da igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica. Como as mulheres recebem cerca de 73,8% dos rendimentos dos homens, as políticas estabelecidas neste plano buscavam desenvolver ações para a inserção e permanência das mulheres no mercado

¹⁰⁵ Daremos ênfase ao que o III PNPM traz de inédito em relação ao II PNPM. As partes que se repetem não serão detalhadas.

de trabalho, especialmente em profissões não tradicionais¹⁰⁶. Além disso, é importante salientar, e esta questão é importantíssima para nosso trabalho, que o III PNPM trouxe uma preocupação com a divisão do trabalho dentro da casa. Diminuir o tempo das mulheres que é despendido nos afazeres domésticos modificando a divisão sexual do trabalho seria essencial para a conquista da autonomia econômica.

Dentre os principais objetivos da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres sobre a temática do mercado de trabalho estavam os abaixo listados:

- a) Ampliar a participação e a permanência das mulheres no mercado de trabalho, garantindo a qualidade nas condições e igualdade de rendimentos;
- b) Promover a organização produtiva e o acesso à renda para mulheres, especialmente daquelas em situação de vulnerabilidade social;
- c) Promover políticas que visem o compartilhamento das responsabilidades domésticas e que contribuam para a superação da divisão sexual do trabalho.

O III PNPM traz metas e planos de ação a serem implementados no triênio de sua vigência. Vale ressaltar que O Programa Mulheres Mil – objeto deste trabalho – é mencionado em duas metas do documento. Entre suas metas estavam atender 180 mil mulheres em cursos de profissionalização e elevação de escolaridade em processos e programas distintos e descentralizados, incluindo o Mulheres Mil, e capacitar 100 mil mulheres até o fim de 2014 nesse mesmo programa.

Voltamos a ressaltar que existe uma grande preocupação com a questão da divisão de tarefas entre homens e mulheres em casa e na sociedade, pois uma das linhas de ação do plano falava em estimular à capacitação profissional de mulheres e sua inserção em ocupações que não reforcem a divisão sexual do trabalho. A ideia seria, através da formação profissional, inserir mulheres em setores e ocupações consideradas masculinas.

¹⁰⁶ BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013, p.14.

1.3.2- Educação para a Igualdade e Cidadania

O segundo capítulo trouxe ações para construção de educação para igualdade e cidadania, com o intuito de contribuir para a promoção do acesso de mulheres à educação de qualidade, com ênfase nos grupos com baixa escolaridade.

O Governo Federal argumentou que a escola poderia reproduzir a desigualdade presente entre as pessoas na sociedade através de currículos, livros didáticos e nos procedimentos de avaliação. De acordo com o documento:

A linguagem sexista dos textos e práticas cotidianas, a invisibilidade das mulheres na ciência e na história responde à ideologia patriarcal e ao androcentrismo do conhecimento; estes são denunciados como um dos elementos da construção da desigualdade de gênero¹⁰⁷.

Dentre os objetivos do III PNPM para reduzir a desigualdade de gênero no que tange a questão educacional destacavam-se estes:

- a) eliminar conteúdos sexistas e discriminatórios e promover a inserção de temas voltados para a igualdade de gênero e valorização das diversidades nos currículos, materiais didáticos e paradidáticos da educação básica;
- b) promover políticas para a ampliação do acesso e permanência das mulheres no ensino profissional, tecnológico e no ensino superior, com destaque para as áreas científicas e tecnológicas, com igualdade de gênero, raça, etnia, considerando as mulheres em sua diversidade;
- c) Estimular a produção de conhecimento sobre relações sociais de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, levando em consideração os aspectos étnicos, raciais, geracionais e das pessoas com deficiência.

Em relação às principais metas da temática aqui referida, pensou-se em ampliar a oferta de cursos profissionalizantes articulados com elevação de escolaridade, especialmente para mulheres em situação de vulnerabilidade social¹⁰⁸.

O terceiro capítulo do III PNPM enfocou a saúde integral das mulheres, os direitos sexuais e os direitos reprodutivos, visando promover a melhoria das condições de vida e

¹⁰⁷ Ibid, p.23.

¹⁰⁸ Ibid, p.24.

saúde das mulheres em todas as fases do seu ciclo vital. Este tema bem como seus objetivos estavam presentes no II PNPM e seguem as mesmas diretrizes no presente documento.

O capítulo quatro é dedicado ao enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres. Os objetivos são praticamente os mesmos do documento anterior, no entanto, nota-se uma preocupação em garantir a implementação da Lei nº11.340/2006 conhecida por Lei Maria da Penha e garantir a inserção das mulheres em situação de violência nos programas sociais nas três esferas de governo, de forma a fomentar sua independência e autonomia¹⁰⁹.

O capítulo posterior procurava fomentar e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão. O sexto capítulo repete a temática do desenvolvimento sustentável do II PNPM e o sétimo toca na questão do direito à terra e no respeito as especificidades das mulheres do campo, da floresta e das comunidades tradicionais.

1.3.3- Cultura, Esporte, Comunicação e Mídia

Apesar das questões da comunicação e mídia terem sido abordadas no II PNPM, o Governo Federal insere a temática do esporte no III PNPM que passa a se constituir um assunto inédito nos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres observou que houve uma resistência ao longo dos anos e no transcorrer da história que impediam as mulheres de participar plenamente dos esportes. No Brasil até 1979 o feminino estava proibido de jogar futebol e praticar lutas, pois estas atividades esportivas eram incompatíveis com o que era considerado adequado às mulheres¹¹⁰. Com o intuito de inserir de forma igualitária mulheres e homens no esporte, fosse ele profissional ou não, o III PNPM trouxe os objetivos abaixo listados:

a) Promover uma imagem não estereotipada das mulheres, valorizando-as em sua diversidade;

¹⁰⁹ Ibid, p.43.

¹¹⁰ Ibid, p.75.

- b) Valorizar e promover as iniciativas e a produção cultural das mulheres e sobre as mulheres;
- c) Valorizar e promover a participação das mulheres no esporte e no lazer;
- d) Estimular, ampliar e qualificar o acesso de meninas, adolescentes, mulheres adultas, idosas e mulheres com deficiência ao esporte e ao lazer, promovendo a qualidade de vida, a inclusão social, a cidadania e o desenvolvimento humano;
- e) Promover a participação das mulheres na preparação e realização dos grandes eventos esportivos;
- f) Contribuir para o debate do marco regulatório do sistema de comunicação brasileiro e formular propostas que contribuam para veiculação não discriminatória e não estereotipada da imagem da mulher nos meios de comunicação e em mensagens de utilidade pública, promovendo a participação social.

Os dois últimos capítulos do III PNPM tratam de temas que também estavam presentes no documento anterior. O capítulo nove aborda questões referentes ao racismo, sexismo e lesbofobia e, por fim, o décimo e último capítulo preocupou-se com a promoção da igualdade para as mulheres jovens, idosas e com deficiência e a inserção destas categorias de mulheres nas políticas públicas.

Portanto, os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) – nos dois governos Lula e no primeiro mandato de Dilma Rousseff - produziram três extensos documentos que compuseram 465 páginas de planos de ação e metas que pensavam políticas públicas para as mulheres. A questão de gênero, sem dúvida alguma, passa a ser uma das prioridades do Governo Federal o que não pode ser observado em administrações anteriores.

Gostaríamos ainda de acrescentar que os planos nacionais de políticas para as mulheres nos parecem inaugurar no Brasil uma preocupação com iniciativas que unem redistribuição e reconhecimento.

Nancy Fraser enfatiza que no mundo contemporâneo existem dois tipos de reivindicações de justiça social: as redistributivas e as de reconhecimento. As primeiras

pretendem uma distribuição mais justa dos recursos e da riqueza, enquanto as de segundo tipo objetivam um mundo que aceite a diferença e, ao mesmo tempo, buscam combater as injustiças que estão enraizadas em padrões sociais de representação e de identidade, ou seja, enquanto umas priorizam as questões econômicas outras dão mais valor as questões culturais¹¹¹.

De acordo com a pensadora norte americana em termos filosóficos “redistribuição” e “reconhecimento” possuem origens opostas. O conceito de “redistribuição” vem da tradição liberal anglo-americana do final do século XX e de pensadores como John Rawls e Ronald Dworkin que elaboraram teorias complexas sobre a justiça distributiva. Por sua vez, o termo “reconhecimento” deriva da filosofia hegeliana considerada oposta ao individualismo liberal que sustenta a tese de que as relações sociais são anteriores aos indivíduos e a intersubjetividade é anterior a subjetividade¹¹².

Os paradigmas da redistribuição e do reconhecimento historicamente se contrastam em alguns pontos. Em primeiro lugar os dois paradigmas assumem concepções diferentes de justiça. Quando pensamos em termos redistributivos, as injustiças são analisadas a partir de uma ótica socioeconômica e são decorrentes da estrutura econômica da sociedade. Por outro lado, quando falamos em termos de reconhecimento, enfrentam-se as chamadas injustiças culturais que estão enraizadas nos padrões de representação, interpretação e comunicação como, por exemplo, ser discriminado ou menosprezado de forma recorrente por causa de representações sociais estereotipadas.

Para combater estas injustiças, os dois paradigmas aqui expostos propõem soluções diferentes. No caso do modelo redistributivo, procura-se adotar medidas econômicas como uma redistribuição da renda ou da riqueza, a reorganização da divisão do trabalho ou uma alteração da estrutura da propriedade. Em relação ao paradigma do reconhecimento, a solução para a injustiça é uma modificação no campo cultural ou simbólico. Podemos citar como tentativas neste sentido medidas de valorização de

¹¹¹ FRASER, Nancy. La justicia social em la era de La política de identidad: redistribución, reconocimiento y participación. *Revista de Trabajo*. Buenos Aires, ano 4, nº06, agosto-dezembro de 2008, p.83.

¹¹² Idem, p.85.

identidades não respeitadas ou dos produtos culturais de grupos que são vítimas de discriminação além de uma tentativa de afirmar a importância da diversidade cultural¹¹³.

Além dessas diferenças, os paradigmas também assumem visões distintas sobre a coletividade que sofre injustiça. Na concepção redistributiva, os sujeitos coletivos vítimas da injustiça são classes definidas economicamente por uma relação específica com o mercado e os meios de produção. No caso do reconhecimento, os grupos sociais que sofrem com a injustiça são aqueles que possuem menor estima social e prestígio comparado a outros grupos. São exemplos deste caso, lésbicas, gays, mulheres e grupos “raciais”.

O argumento sustentado por Fraser é o de que gênero é uma diferenciação social bidimensional. As mulheres além de ser um grupo explorado economicamente também possuem uma sexualidade depreciada e estão sob a ordem cultural do androcentrismo, o que faz com que sofram injustiças de ambos os lados. Dessa forma, não basta para elas uma política de redistribuição ou de reconhecimento somente. Por se constituírem um grupo duplamente subordinado, as mulheres necessitam de ambas. Nas palavras da autora:

A abordagem que eu proponho requer que se enxergue gênero de uma forma bifocal, através do uso simultâneo de duas lentes. Através do visor de uma das lentes, gênero tem afinidades com classe; e, através do visor de outra lente, é mais ligado a *status*. Cada uma dessas lentes coloca em foco um aspecto importante da subordinação da mulher, porém, nenhuma delas, sozinha, é suficiente. Uma compreensão plena só se torna visível quando as duas lentes estão em superposição. Nesse ponto, gênero aparece como eixo de categoria que alcança duas dimensões do ordenamento social: a dimensão da redistribuição e a dimensão do reconhecimento¹¹⁴.

Segundo Fraser, pela perspectiva distributiva gênero aparece como uma diferenciação semelhante a classe, presente na estrutura econômica da sociedade. Isto pode ser visto na organização da divisão do trabalho com a divisão entre trabalho “produtivo” pago e trabalho doméstico “reprodutivo” não pago que cabe primordialmente às mulheres. Gênero também estrutura a divisão no âmbito do trabalho pago entre os melhores

¹¹³ Ibid, p.87.

¹¹⁴ FRASER, Nancy. Políticas Feministas na Era do Reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (orgs). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Ed.34, 2002, p.64.

salários (masculinos) e os menores salários (femininos). Dessa forma, existe uma estrutura econômica específica de injustiça distributiva baseada no gênero¹¹⁵.

Pelo lado do reconhecimento, gênero aparece como uma diferenciação ligada a padrões culturais. Neste sentido, uma das principais características da injustiça de gênero é o androcentrismo que para Fraser é “um padrão institucionalizado de valor cultural que privilegia traços associados à masculinidade, assim como desvaloriza tudo que seja codificado como feminino, paradigmaticamente – mas não somente – mulheres”¹¹⁶. O androcentrismo leva à injustiças causadas pelo reconhecimento equivocado como podemos visualizar quando as mulheres sofrem formas específicas de subordinação, assédio sexual, violência doméstica, marginalização nas esferas públicas e deliberativas e, finalmente, negação de seus plenos direitos como cidadãs.

Fraser observa que, para se reparar a injustiça de gênero, faz-se necessária tanto uma mudança na estrutura econômica e política quanto no aspecto discursivo-cultural da sociedade contemporânea. A autora é clara quando afirma que para combater a subordinação das mulheres é necessário o estabelecimento de uma abordagem que combine uma política de redistribuição com uma de reconhecimento.

Neste sentido, entendemos os planos nacionais de políticas para as mulheres como um avanço no que tange ao combate da desigualdade entre homens e mulheres por compreender a problemática de gênero a partir de uma lógica bidimensional. As propostas demonstram concepções redistributivas quando abordam temáticas como “autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho” e “direito à terra e moradia”, isto é, questões que envolvem mudanças econômicas, reestruturação da lógica da propriedade privada no país e que lembram que as mulheres são, em comparação com os homens, as que mais sofrem com a desigualdade social. Por outro lado, notamos iniciativas que tentam combater o reconhecimento equivocado como “enfrentamento de todas as formas de violência contra a mulher”, “participação das mulheres em espaço de poder e decisão”, “cultura, comunicação e mídia não discriminatórias” e “enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia”, ou seja, temáticas que buscam uma mudança no padrão androcêntrico da sociedade e que estão ligadas a fenômenos culturais e simbólicos.

¹¹⁵ Idem, p.64.

¹¹⁶ Idem, p.64-65.

Para finalizar este capítulo, gostaríamos de ressaltar que não foi nosso objetivo aqui analisar se as propostas foram implementadas ou realizar um mapeamento sobre os objetivos que foram colocados em prática ou não, mas demonstrar que o Estado Brasileiro refletiu de uma forma mais cuidadosa sobre a desigualdade de gênero e propôs medidas para reduzi-la. Dentre as medidas propostas, notamos uma ênfase nas políticas voltadas à inclusão das mulheres no mercado de trabalho e inclusão social por meio da qualificação profissional.

Neste sentido, em 2011, o governo federal, por meio do MEC, instituiu o Programa Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável, que atende ao II PNPM no que tange à autonomia econômica, ao trabalho e à educação inclusiva¹¹⁷. Este Programa pode ser visto como uma política social de inclusão e de gênero com o objetivo de proporcionar às mulheres em situação de vulnerabilidade social, o acesso à educação profissional, ao emprego e à renda. É deste Programa que falaremos a partir de agora.

.

.

¹¹⁷ RIBEIRO, Leticia Érica Gonçalves. *A Qualificação Profissional e Cidadã: um estudo do Programa Mulheres Mil, a partir da experiência do Instituto Federal de Goiás, campus de Luziânia*. Dissertação de Mestrado Profissional. Universidade de Brasília (UNB), Faculdade de Educação, 2013, p. 30.

CAPÍTULO II – O PROGRAMA MULHERES MIL: HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO

2.1 O Início do Programa: um projeto piloto

O Programa Mulheres Mil, Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável originou-se a partir de um projeto de cooperação entre o Niágara College do Canadá e o Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte (CEFET/RN) nos anos de 2003 a 2005. Essa cooperação ampliou-se e, ainda em 2005, passou a envolver mais quatro CEFETs: no Amapá, Pará, Ceará e Bahia¹¹⁸.

Esta relação de parceria levou a criação de um projeto piloto iniciado em abril de 2007 e que teve duração de quatro anos (2007 a 2010) envolvendo treze Institutos Federais de Ciência e Tecnologia (IFFs) das regiões Norte e Nordeste do Brasil. As ações tiveram como financiadores – por parte do Brasil – a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Ministério da Educação (MEC), representado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Em relação ao Canadá, houve a participação da Association of Canadian Community Colleges (ACCC), da Canadian International Development Agency (CIDA) e dos Colleges Canadenses. No desenvolvimento das ações, contou com o Conselho das Instituições Federais de Educação Tecnológica (CONIF) e inicialmente, com os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de 13 estados das regiões Norte e Nordeste¹¹⁹.

O projeto piloto atendeu cerca de 1450 mulheres em cursos que estavam relacionados às áreas de alimentação, turismo e corte e costura. Os cursos do projeto podem ser visualizados no quadro abaixo:

¹¹⁸ Idem, p.40.

¹¹⁹ O Projeto Mulheres Mil foi inicialmente implementado no Instituto Federal do Rio Grande do Norte e estendido para mais doze Institutos Federais dos seguintes Estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins. Em 2011 o projeto se transforma em um programa nacional e passa a ser executado em todo o território nacional.

Quadro 1: Projetos desenvolvidos nos Estados durante o Projeto Piloto

Estado	Nome do Projeto	Comunidade Beneficiária	Mulheres Atendidas	Área de formação profissional
Alagoas	O Doce Sabor de Ser	Marechal Deodoro – Vila Miséria	80	Gastronomia
Amazonas	Transformação, Cidadania e Renda	Área metropolitana de Manaus	120	Governança
Bahia	Mulheres: um Tour em Novos Horizontes	Comunidade Vila 2 de Julho	120	Turismo e Hotelaria
Ceará	Mulheres de Fortaleza	Área Metropolitana de Fortaleza-Bairro Pirambu	120	Governança e Gastronomia
Maranhão	Alimento da Inclusão Social	Comunidade Vila das Palmeiras	160	Processamento de Alimentos
Pará	Costurando um melhor amanhã para as mulheres do Igarapé Mata Fome	Associação Beneficente Educacional Agostiniana Recoleta	150	Corte e Costura e informática
Paraíba	Beneficiamento e Transformação de Pescado	Bayeux e Cabedelo	160	Processamento de Pescado e Artesanato
Pernambuco	Mulher Pernambucana em primeiro lugar	Recife	120	Artesanato, Gastronomia, Informática
Piauí	Vestindo Cidadania	Vila Verde Lara/ Cidade Leste Teresina	60	Corte costura/ confecção
Rio Grande do Norte	Casa da Tilápia	Assentamentos do Território do Mato Grande	120	Beneficiamento do couro de Peixe
Roraima	Inclusão com Educação	Reeducandas da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo	80	Processamento de alimentos e informática
Sergipe	Do Lixo a Cidadania	Bairro Santa Maria (antigo Bairro Terra Dutra)	80	Reciclagem de resíduos sólidos e artesanato
Tocantins	Construindo a cidadania através da arte	Distrito de Taquarussu/Palmas	80	Bioartes, pintura de tela, artesanatos com produtos naturais

Fonte: Ribeiro, Letícia Érica Gonçalves, op. cit, p.41.

O ponto de partida do projeto foram os modelos de acesso dos Colleges Canadenses que garantem formação profissional para populações desfavorecidas, entre elas aborígenes e imigrantes. Segundo Braga, as metodologias usadas no Canadá foram reavaliadas para os Institutos Federais e adaptadas à realidade das alunas brasileiras. Por sua vez, as faculdades canadenses estão usando as lições aprendidas visando aprimorar os seus próprios sistemas e práticas em atender grupos alvo¹²⁰.

As beneficiárias possuíam entre 18 e 60 anos, apresentavam quadro de exclusão social, educacional e econômica, possuíam perfil de baixo nível de escolarização, dificuldade de aprendizagem, pobreza acentuada e baixa autoestima. Os trabalhos foram voltados para a construção de metodologias, ferramentas, técnicas e currículos que promovessem o acesso, permanência e êxito das beneficiárias nos processos educacionais, de formação e inserção no mercado de trabalho¹²¹. Esta metodologia foi estruturada a partir dos conhecimentos desenvolvidos pelos Community Colleges canadenses em suas experiências de promoção da equidade, de atendimento às populações desfavorecidas e do desenvolvimento e aplicação do Sistema de Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia (ARAP)¹²².

O modelo canadense foi adaptado à realidade brasileira e teve sua estrutura ampliada para possibilitar a elevação da escolaridade em cursos de formação profissional na modalidade de educação de jovens e adultos, integrados ao ensino fundamental ou médio. O impacto principal esperado era o de que a formação contribuísse para que essas populações desenvolvessem sua autonomia e exercessem, de forma plena, sua cidadania.

2.2- A Institucionalização do Programa Mulheres Mil

Ao final do projeto piloto, o governo brasileiro, através do Ministério da Educação (MEC) e da Secretaria de educação Profissional e Tecnológica (SETEC), institucionalizou o projeto.

¹²⁰ BRAGA, Ana Carolina Falcão. *Projeto Mulheres Mil e Gênero: comercialização das pequenas produções das mulheres no setor Santa Bárbara em Palmas-TO*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Curso de Pós-Graduação em Economia Agrícola, 2011, p.21.

¹²¹ Ministério da Educação, op.cit.

¹²² Idem.

No dia 21 de julho de 2011 pela Portaria Número 1.015 o Governo Federal Brasileiro instituiu o Programa Nacional Mulheres Mil - Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável. Este programa insere-se no Plano Brasil sem Miséria e integra um conjunto de ações que procuram promover – através de políticas públicas – a inclusão educacional, social e produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), o programa possibilita que:

mulheres moradoras de comunidades com baixo índice de desenvolvimento humano, sem o pleno acesso aos serviços públicos básicos, ou integrantes dos Territórios da Cidadania¹²³, tenham uma formação educacional, profissional e tecnológica, que permita sua elevação de escolaridade, emancipação e acesso ao mundo do trabalho, por meio do estímulo ao empreendedorismo, às formas associativas solidárias e à empregabilidade¹²⁴.

Podemos notar que a ideia central do programa é que a elevação da escolaridade com cursos de formação profissional levará as mulheres participantes a desenvolverem uma autonomia econômica e por consequência contribuir para avanços na sua cidadania.

O governo brasileiro justifica a opção pelo recorte de gênero pelo crescente número de mulheres que ampliaram seu papel na sociedade, ao assumir a chefia das famílias e serem responsáveis pelo sustento financeiro e pelo desenvolvimento cultural dos filhos e demais membros da família¹²⁵.

É interessante ressaltar que quando falamos em famílias chefiadas por mulheres, estamos afirmando que esta chefia possui vários significados. De acordo com Berquó, podemos nos referir a:

uma mulher solteira, separada ou viúva, com filhos, tendo ou não parentes e/ou agregados em casa; mulher solteira, separada ou viúva, sem filhos morando em casa, ou porque não os teve, ou porque, adultos, já saíram de casa ou já faleceram, tendo ou não parentes e/ou

¹²³O Governo Federal lançou, em 2008, o Programa Territórios da Cidadania. O programa tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, com a participação social e a integração de ações entre Governo Federal, estados e municípios. Disponível em: www.territoriosdacidadania.gov.br. Acesso em: 20 jul.2013.

¹²⁴ Ministério da Educação, op. cit.

¹²⁵ Idem.

agregados vivendo em domicílio; mulher solteira, separada ou viúva, morando sozinha, ou mulher casada chefiando a família mesmo tendo um marido ou companheiro em casa¹²⁶.

Na tentativa de corroborar o que foi acima afirmado, o Ministério da Educação apontou que, no período de 2001 a 2009, o percentual de famílias brasileiras chefiadas por mulheres subiu de 27% para 35%. Em números absolutos, eram quase 22 milhões de famílias que identificavam como principal responsável alguém do sexo feminino. No que tange a renda, 73% das mulheres que estavam no papel de cônjuge ganhavam menos que o marido¹²⁷.

Os dados demonstrados pelo Ministério da Educação para justificar a implementação do Programa podem ser confirmados por alguns dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo o Instituto, no ano de 2009 em todas as posições na ocupação, o rendimento médio dos homens era maior que o das mulheres. A maior diferença de renda era na posição de empregador, onde os homens auferiam, em média, R\$ 3.161, enquanto as mulheres apenas R\$ 2.497, ou seja, R\$ 664 a mais para os homens, que corresponde a dizer que as mulheres empregadoras recebiam 22% a menos que os homens. A menor diferença entre os rendimentos de homens e mulheres era na posição de empregado sem carteira assinada, resultado das condições precárias dos trabalhadores nesta categoria. No conjunto dos trabalhadores domésticos, os homens apresentavam uma remuneração mais elevada. O rendimento médio das trabalhadoras domésticas sem carteira é de R\$ 298, enquanto o dos homens atingiam a média de R\$ 404¹²⁸.

É importante ressaltar que entre os anos de 1998 e 2008, houve um significativo aumento de mulheres na condição de pessoa de referência¹²⁹ (25,9% para 34,9%) do domicílio. O que também chamou a atenção no período foi o crescimento da proporção das mulheres declaradas como pessoa de referência, apesar da presença de um cônjuge (2,4% para 9,1%)¹³⁰. Ainda de acordo com números do IBGE, a diferença de

¹²⁶ BERQUÓ, Elza. Perfil Demográfico das Chefias Femininas no Brasil. In: BRUSCHINI, Cristina; Unbehaum, Sandra (Orgs). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002, p.246.

¹²⁷ Ministério da Educação, op.cit.

¹²⁸ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de Indicadores Sociais 2009*. Disponível em: WWW.ibge.gov.br. Acesso em: 02 ago.2012.

¹²⁹ Pessoa responsável pela unidade domiciliar (ou pela família) ou que assim fosse considerada pelos demais membros.

¹³⁰ Idem.

rendimento entre homens e mulheres é maior nos municípios com até 50 mil habitantes, onde eles recebiam, em média, 47% mais que elas, uma renda mensal de R\$ 956 para os homens e R\$ 650 para as mulheres¹³¹.

Portanto, diante de um quadro em que as mulheres são mais pobres que os homens e ao mesmo tempo aumentam sua proporção na chefia das famílias justificava-se, naquele momento, a criação de um programa que buscasse reduzir as iniquidades de gênero no Brasil.

Diante deste contexto, o Programa Mulheres Mil deveria abranger a população feminina acima de 18 anos, que buscava oportunidade educacional, inserção e permanência no mercado de trabalho. O programa também deveria levar em conta o reconhecimento de aprendizagens adquiridas ao longo da vida e um serviço de aconselhamento e atendimento às demandas das mulheres participantes, por meio de uma equipe multidisciplinar. No itinerário formativo, estavam previstas ações para o desenvolvimento de habilidades empreendedoras e de empregabilidade.

Com o intuito de contribuir para a melhoria da renda das mulheres e garantir o acesso ao mercado do trabalho, o Programa Mulheres Mil foi cunhado com os seguintes objetivos:

- a) Estimular a inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade;
- b) Possibilitar o acesso à educação profissional e tecnológica do alunado não tradicional;
- c) Ofertar cursos e programas de educação profissional e tecnológica, com elevação da escolaridade e formação cidadã, sendo a carga horária mínima de 160 horas;
- d) Articular mecanismos e conexões para a inserção das egressas no mercado de trabalho, estimulando o empreendedorismo, as formas associativas e solidárias e a empregabilidade;

¹³¹ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Indicadores Sociais Municipais 2010*. Disponível em: WWW.ibge.gov.br. Acesso em: 02 ago.2012.

e) Articular mecanismos e conexões para a estruturação de grupos de pesquisa e inovação nas diversas áreas do conhecimento contempladas pelo programa.

O Programa Mulheres Mil também foi criado para que a partir de sua execução pudesse causar alguns impactos na sociedade brasileira e, dessa forma reduzir as desigualdades de gênero no país. Além dos objetivos acima mencionados, o programa também buscava produzir os seguintes resultados:

- a) Reduzir as desigualdades sociais e contribuir para a erradicação da miséria no país;
- b) Contribuir para a melhoria dos índices da equidade e igualdade de gênero no Brasil;
- c) Reduzir os índices de violência doméstica;
- d) Melhorar a renda familiar nas comunidades em situação de vulnerabilidade;
- e) Contribuir para o desenvolvimento sustentável das comunidades beneficiadas;
- f) Melhorar as relações familiares e comunitárias;
- g) Ampliar a conscientização do uso sustentável dos recursos naturais;
- h) Melhorar os índices educacionais na modalidade de educação de jovens e adultos;
- i) Contribuir para a redução do analfabetismo.

Para que o programa obtivesse êxito e tivesse suas expectativas atendidas, foi desenvolvida uma metodologia própria em cooperação com o governo canadense visando a formação educacional, profissional e cidadã. A ideia central era construir ferramentas técnicas que promovessem o acesso e a permanência em sala de aula e a formação em áreas profissionais específicas de cada localidade. Soma-se a isso a busca pela transmissão de temas considerados transversais para a formação cidadã tais como saúde e direito da mulher, inclusão digital, cooperativismo e proteção ambiental. Sobre esta metodologia faremos alguns comentários a partir de agora.

2.3- A Metodologia do Programa: Acesso, Permanência e Êxito

Durante a implementação do projeto piloto entre os anos de 2007 e 2011, foi desenvolvido o Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito¹³² que consiste na metodologia que norteia e dá suporte a todas as ações do Programa Mulheres Mil. Esta metodologia é resultado de um processo de construção que tem origem no acúmulo e sistematização de conhecimentos desenvolvidos pelos Community Colleges canadenses no trabalho com populações desfavorecidas. O modelo canadense é denominado de ARAP (Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia), que procura certificar todas as aprendizagens formais e informais de determinado grupo social.

Como o Programa Mulheres Mil é implantado dentro dos Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, o primeiro passo é permitir o acesso do público alvo do programa a essas instituições de ensino. O sistema de acesso é definido como:

o processo de aproximação e de estabelecimento de diálogo com a comunidade que resulte em inclusão das populações não tradicionais nas instituições educacionais e, conseqüentemente, sua participação efetiva no processo de formação, elevação de escolaridade e de inserção no mundo do trabalho¹³³.

Os serviços de acesso incluem ações de busca e de ingresso. Seus principais objetivos são:

- a) Ser instrumento de diálogo com a comunidade, permitindo o ingresso, de modo acolhedor e personalizado;
- b) Reconhecer a aprendizagem prévia das mulheres, respeitando sua trajetória de vida;
- c) Estabelecer diálogos e parcerias com o mercado de trabalho para possibilitar o ingresso e a permanência das educandas nos seus empregos e empreendimentos;

¹³² O Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito do Mulheres Mil foi desenvolvido por docentes e servidores dos 13 Institutos Federais de Educação Profissional que participaram dos projetos pilotos. São eles: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Pernambuco, Maranhão, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Norte, Roraima, Rondônia, Sergipe e Tocantins. Disponível em: WWW.portal.mec.gov.br. Acesso em: 13 de maio de 2015.

¹³³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito*, p.03. Disponível em: WWW.portal.mec.gov.br. Acesso em: 13 de maio de 2015.

Para que esses objetivos sejam cumpridos, o sistema deve ser democrático e inclusivo, devendo promover a equidade independentemente da faixa etária das mulheres e dos seus conhecimentos prévios¹³⁴.

A metodologia do Programa Mulheres Mil também deve reunir uma equipe multidisciplinar que é constituída por um conjunto de servidores dos Institutos Federais e parceiros que em trabalho articulado são responsáveis pela viabilização das ações do Programa na comunidade interna e externa. De acordo com o Guia Metodológico, as principais características que os integrantes da equipe multidisciplinar devem possuir são: a visão de abertura ao novo, uma postura solidária e colaborativa com determinação e comprometimento em construir uma sociedade mais inclusiva, justa e igualitária¹³⁵.

A equipe multidisciplinar tem como principais objetivos:

- a) Viabilizar as várias etapas de estruturação e implementação do Programa;
- b) Consolidar, disseminar e dar sustentabilidade às ações;
- c) Atender às especificidades das mulheres integrantes como questões psicossociais e relativas à saúde das mulheres e encaminhá-las para os setores específicos de atendimento;
- d) Integrar o Programa aos diversos setores, estruturas e serviços da instituição de ensino receptora;
- e) Desenvolver o conjunto de ações que compõem o planejamento, a execução, o monitoramento, a avaliação e o acompanhamento de resultados do Programa.

Quanto à estrutura física, os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia que aderem ao programa devem comprometer-se em disponibilizar um espaço para a implantação do Escritório de Acesso. Este é o espaço institucional de referência no desenvolvimento dos serviços de acesso, permanência e êxito das mulheres no Programa. No Guia Metodológico ficam claras as características desse espaço, que deve ser estruturado para:

¹³⁴ Idem, p.05.

¹³⁵ Ibid, p.06.

receber, acolher, orientar, encaminhar e acompanhar as mulheres que procuram a instituição para obter informações sobre o Programa e as ofertas e possibilidades educacionais. O Escritório de Acesso é a referência no compartilhamento das informações e ações do Programa, congrega pessoas e a equipe multidisciplinar, sendo também um espaço de troca de experiências, de construção e de fortalecimento de vínculos e relações¹³⁶.

Dentre as atribuições do Escritório de Acesso as centrais são:

- a) Ser referência e suporte para a equipe multidisciplinar, parceiros, mulheres atendidas e demais envolvidos no Programa;
- b) Disponibilizar o conjunto de informações referentes aos serviços existentes como formas de ingresso, programas e serviços educacionais, programa de assistência estudantil (médico, odontológico, alimentar), apoio psicossocial e informações de suporte ao emprego e ao empreendedorismo;
- c) Gerenciar recursos e materiais necessários à viabilização do atendimento como transporte, bolsa, alimentação e material didático.

Como grande parte das mulheres atendidas pelo Programa Mulheres Mil está afastada do ambiente educacional e podem ter dificuldades na busca de informações, o Escritório de Acesso deve estar em local visível, primordialmente na entrada da instituição e ser de fácil acesso.

A metodologia aplicada no Programa Mulheres Mil prevê também a Identificação dos Saberes. Este é um processo que faz uma analogia entre o que o indivíduo sabe e o que pode fazer. Trata-se de mapear os conhecimentos preliminares que as mulheres trazem considerando três eixos: o aprendizado formal, aquele obtido em cursos em instituições ou organizações educacionais reconhecidas; o aprendizado não formal que é estruturado, mas não reconhecido por instituições e o aprendizado informal, fruto das experiências de trabalho e de vida. Neste sentido, a Identificação dos Saberes é fundamental para “fazer o mapeamento dos conhecimentos preliminares das mulheres, bem como para identificar os objetivos acadêmicos, o desenho dos itinerários formativos e a qualificação para a geração de emprego e renda¹³⁷”.

¹³⁶ Ibid, p.07.

¹³⁷ Ibid, p.12.

Os instrumentos utilizados para a identificação do conhecimento prévio são o questionário, a entrevista, o mapa da vida e o portfólio. A aplicação do questionário e a entrevista são realizados no momento da inscrição. O mapa da vida, que é um instrumento que estimula as pessoas a organizar sua própria história e apresentar sua trajetória, deve ser preparado pela equipe multidisciplinar e aplicado nas primeiras aulas e, por fim, o portfólio que começa a ser construído no momento da inscrição e se estende por toda a formação e inclui todas as informações das alunas descrevendo suas habilidades e competências.

O mapa da vida é uma ferramenta do Programa Mulheres Mil que tem por objetivo criar uma oportunidade para a troca de experiências de vida das mulheres e que estas possam ser compartilhadas, registradas e valorizadas:

A construção do mapa da vida estimula pessoas a organizar sua própria história numa cronologia que possibilite que cada uma visualize e apresente sua trajetória global. Por outro lado, coloca o sujeito diante da perspectiva de fazer escolhas e selecionar o que quer contar e registrar, revelando os fatos marcantes, as rupturas e as pessoas significativas¹³⁸.

Por sua vez, o portfólio é um documento que possui informações, descreve os conhecimentos, habilidades, competências e inclui a documentação formal da mulher participante do Programa Mulheres Mil. Este instrumento é desenvolvido para “avaliar e certificar aprendizados prévios e poderão ser utilizados como crédito a um curso,

¹³⁸ A atividade de construção do mapa da vida pode ser organizada da seguinte forma: deve-se distribuir entre os participantes do grupo, papel, canetas coloridas e imagens de jornais, revistas, cópias de fotografias antigas ou fotos próprias que as mulheres trazem de casa. A seguir, pede-se para que cada pessoa faça o mapa da vida a partir de um grupo de questões usando imagens, cores e desenhos para ilustrar a produção. É importante lançar algumas questões que possam estimular a reflexão com base no objetivo que se almeja. Se o método for utilizado para a integração do grupo, deverá ater-se a perguntas somente sobre a vida, a família e a comunidade. Se o objetivo for identificar os conhecimentos educacionais e as habilidades profissionais, as perguntas devem estar relacionadas às experiências no mercado de trabalho e na escola. Dessa forma, o método possibilita sua aplicação em distintos momentos e com diferentes objetivos. Algumas perguntas que podem ser usadas com o intuito de sugerir reflexões e construir mapa da vida são: quais são os principais fatos importantes de sua vida? Quais são as pessoas significativas? Quais as rupturas e por que aconteceram? Destaque suas experiências na escola. Destaque suas experiências no mercado de trabalho. Qual é o seu sonho? Quais valores nortearam sua vida? A seguir, solicita-se a cada participante que relate o seu mapa da vida e os profissionais da equipe multidisciplinar analisam todos os itens do mapa da vida de cada mulher, estabelecendo estratégias para orientação personalizada. Ibid, p.14.

programa, trabalho, carreira ou outro propósito”¹³⁹. O portfólio também poderá ser apresentado a um empregador em potencial como subsídio para algum trabalho.

O portfólio é um documento usado para se obter a visão individual de cada aluna, pois ele descreve quem a aluna é, o que faz, o que aprendeu e quais são seus objetivos. Sua construção possui três etapas: avaliação e autoavaliação, identificação de documentos e certificação de competências e reconhecimento de aprendizagem previamente adquirida.

Quanto à avaliação, a equipe multidisciplinar é responsável pela observação, análise e registro dos avanços e dificuldades das mulheres participantes do programa, acompanhando assim a avaliação do progresso de cada aluna. Em relação a autoavaliação, esta deve ser realizada com cada aluna pela equipe multidisciplinar. Pensa-se que este processo “construirá a autoestima das alunas, de modo a promover a confiança em si mesmas, aumentando as chances de melhor desempenho, tanto nos estudos como no trabalho”¹⁴⁰.

A identificação de documentos serve para constatar os conhecimentos prévios que as mulheres possuem e reconhecer este aprendizado. Para tanto, faz-se necessário que as alunas apresentem documentos comprobatórios da sua formação até aquele momento. Todos esses documentos são organizados e sistematizados para formar uma espécie de memorial descritivo de cada aluna¹⁴¹.

A terceira etapa da construção do portfólio consiste na certificação de competências e reconhecimento dos saberes. Os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia podem certificar os saberes adquiridos pelas trabalhadoras por meio da Rede Certific¹⁴². O

¹³⁹ Ibid, p.15. O portfólio é constituído das seguintes partes: identificação e definição de aprendizagem prévia específica, incluindo declarações de competência em cada área do conhecimento; uma narrativa explicitando como essa atividade prévia se relaciona com os objetivos do aluno e os planos gerais de carreira educacionais; documentação e provas de que a aluna adquiriu essas habilidades e conhecimentos; pedido de ação – crédito a ser dado, admissão em um curso ou programa a ser oferecido.

¹⁴⁰ Ibid, p.16.

¹⁴¹ Os documentos que constituem o Portfólio são: os documentos pessoais de identificação; os documentos de comprovação escolar, caso tenha frequentado uma escola; comprovantes de curso de qualificação; caso a aluna tenha experiência prática sem comprovante de curso, deve-se orientar para a obtenção de declarações de pessoas ou empregadores que atestem o conhecimento; todos os certificados ou diplomas fornecidos durante o processo de qualificação.

¹⁴² A Rede Nacional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada - Rede CERTIFIC constitui-se como uma Política Pública de Educação Profissional e Tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e certificação de saberes adquiridos em processos formais e não formais de ensino-aprendizagem e formação inicial e continuada a ser obtido através de Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial e

objetivo da certificação é superar a sobreposição entre os saberes previamente adquiridos e os conteúdos oferecidos pela educação formal, minimizando o tempo dispensado para a obtenção de um diploma ou certificado.

Quanto ao processo educacional propriamente dito, a metodologia do Programa Mulheres Mil diz que o plano educacional deve ser elaborado de acordo com a realidade de cada comunidade e do universo de mulheres. Deve-se “prever a elevação da escolaridade e o resgate da autoestima, incluindo nesse processo de escolha as próprias mulheres integrantes do Programa”¹⁴³. A equipe multidisciplinar é a responsável por construir um itinerário formativo que deve unir aumento da escolaridade com formação profissionalizante e uma consolidação da formação cidadã.

Neste sentido, estrutura-se um módulo educacional central que se transforma na espinha dorsal dos cursos ministrados, isto é, um ciclo básico comum que será o sustentáculo dos módulos posteriores. Todas as disciplinas que compõem o módulo central devem estar relacionadas ao cotidiano das alunas e oferecer uma aplicabilidade em suas vidas. Independentemente da escolaridade a participação das mulheres no módulo educacional central é fundamental¹⁴⁴.

Os cursos devem ser definidos a partir da capacidade do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia em oferecê-los e também das demandas locais. Após uma consulta às alunas do Programa, a equipe multidisciplinar define os conteúdos que serão mais importantes para aquele público.

Continuada – Programas CERTIFIC. São beneficiários da Rede CERTIFIC trabalhadores, jovens e adultos que buscam formação profissional e/ou reconhecimento formal dos saberes adquiridos na sua trajetória de vida e trabalho. O trabalhador interessado em ter seus saberes profissionais reconhecidos formalmente pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Trabalho e Emprego deverá identificar o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia mais próximo que ofereça o Programa Interinstitucional de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada – Programa CERTIFIC que contemple seu setor de atuação profissional. Em seguida o trabalhador deverá inscrever-se, mediante edital público, para participar do processo de reconhecimento de saberes e, se necessário for, de complementação de formação profissional através de Cursos de Formação Inicial e Continuada. Essas duas etapas ou apenas a primeira – reconhecimento de saberes – dará ao trabalhador o direito de receber memorial descritivo do conjunto avaliativo ao qual submeteu-se, e se este contemplou todos os quesitos previstos na profissão/ocupação a qual se inscreveu o trabalhador terá sua Certificação Profissional. Fonte: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 17 de maio de 2015.

¹⁴³ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Guia Metodológico de Acesso, Permanência e Êxito*, Op.cit, p.19.

¹⁴⁴ As temáticas abordadas nesse módulo educacional central são: Português e Matemática Aplicada, Informática Básica e Aplicada, Inglês e Espanhol, Artes, Esporte, Qualidade de Vida, Saúde e Meio Ambiente, Cidadania e Direitos das Mulheres, Empreendedorismo, Cooperativismo e Economia Solidária, Gestão Sustentável das Unidades de Produção e de Comercialização, Comportamento Sustentável e Relações Humanas, Incubação Tecnológica de Cooperativas Populares.

Um aspecto importante que merece ser mencionado refere-se à verticalização do ensino. De acordo com Ministério da Educação o Programa Mulheres Mil deve ser um passo inicial na elevação da escolaridade. Sobre essa questão a metodologia do programa diz que:

a continuidade da formação educacional, profissional e cidadã das mulheres do Programa deverá ser garantida por meio da verticalização do ensino, ou seja, ascensão aos cursos estruturados e já existentes (Proeja – Técnico, Técnico-Subsequente e, posteriormente, Superior). Para viabilizar essa verticalização, garantindo a realização dos cursos com qualidade, devem ser desenvolvidas ações pedagógicas, tais como: reforço escolar, preparatórios específicos, orientação educacional e assessoramento para ingresso e permanência no mundo do trabalho¹⁴⁵.

Além de possuir uma forma de ingresso que reconheça a trajetória de vida das mulheres por ele atendido, o Programa Mulheres Mil prevê também ações relacionadas à permanência e ao êxito. Trata-se de implementar uma “rede de atividades de suporte que melhorem e ampliem a capacidade da instituição em responder adequadamente à diversidade desse grupo de educandas e de suas demandas sociais e evitar evasão”¹⁴⁶.

O Guia Metodológico do Programa traz uma série de ações que são importantes para que as mulheres participantes não desistam dos cursos, tenham uma menor possibilidade de um baixo rendimento e tenham êxito na inserção no mercado de trabalho.

Uma das medidas mais importantes é que as alunas possam ter serviços de assistência social e de apoio psicológico. Além disso, é fundamental que o refeitório da instituição esteja aberto às alunas de acordo com sua necessidade, adaptando-se tipo de refeição ao horário das aulas do Programa.

Outra questão primordial para evitar a evasão refere-se à assistência aos filhos no período que a mãe estiver em sala de aula. Em relação a esse fator, a instituição que promove os cursos “deverá oferecer os serviços de creche aos filhos das educandas e,

¹⁴⁵ Ibid, p.21-.22.

¹⁴⁶ Ibid, p.26.

em casos da ausência dessa infraestrutura, deverá buscar outros auxílios para assegurar esse benefício a elas”¹⁴⁷.

A metodologia do Programa também demonstra a necessidade dos conteúdos dos cursos abordarem técnicas de marketing pessoal e empresarial, bem como noções sobre o comportamento adequado no mercado de trabalho. Soma-se a isso, a busca de parcerias para oferta de estágio e promoção de palestras e workshops com empregadores potenciais.

Uma última questão abordada pela metodologia do Programa está relacionada à construção de meios de acompanhamento das egressas. Este acompanhamento possui relevância na medida em que o desempenho das egressas na sua relação com o mundo do trabalho possa fomentar readequações no Programa Mulheres Mil contribuindo para a escolha de novos cursos e melhora na oferta educacional.

2.4 - A Integração do Programa Mulheres Mil ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC)

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, por meio da Lei 12.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país¹⁴⁸.

Os cursos, financiados pelo Governo Federal, são oferecidos de forma gratuita por instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e das redes estaduais, distritais e municipais de educação profissional e tecnológica. Também são ofertantes as instituições do Sistema S, como o SENAI, SENAT, SENAC e SENAR. A Partir de 2013, as instituições privadas, devidamente habilitadas pelo Ministério da Educação, também passaram a oferecer os cursos do Pronatec¹⁴⁹.

Uma parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério da Educação (MEC) prevê a oferta de qualificação profissional em cursos

¹⁴⁷ Ibid, p.29.

¹⁴⁸ Ministério da Educação. Disponível em: WWW.pronatec.mec.gov.br. Acesso em: 23 de maio de 2015.

¹⁴⁹ Idem.

gratuitos para pessoas inscritas ou em processo de inclusão no CadÚnico¹⁵⁰ sob a forma de Cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC).

O resultado desta parceria foi que a partir do início de 2014 o Programa Mulheres Mil passou a integrar o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria (Pronatec/BSM). Um dos objetivos dessa medida foi ampliar a oferta de qualificação profissional às mulheres mais pobres, em especial às beneficiárias do Programa Bolsa Família¹⁵¹.

Nesta nova fase do Programa Mulheres Mil deveria ocorrer uma articulação ainda maior entre as instituições da rede socioassistencial como o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) e os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, principalmente nas ações de identificação do público alvo, na estruturação de cursos e nos serviços de apoio às educandas. A pré-matrícula das mulheres deve ser realizada pelo órgão municipal responsável pela Assistência Social e a matrícula é uma atribuição da instituição que oferece os cursos.

Notamos poucas modificações entre o público alvo a ser atendido pelo Programa Mulheres Mil nesta nova etapa em relação ao formato anterior, pois permanece a ênfase em atender primordialmente mulheres em situação de vulnerabilidade social¹⁵². Uma mudança que merece ser mencionada refere-se a idade mínima para participar que foi reduzida de 18 anos para 16 anos. Portanto, quanto ao público alvo, o Governo Federal afirma que serão atendidas:

Mulheres a partir de 16 anos, chefes de família, em situação de extrema pobreza, cadastradas ou em processo de cadastramento no CadÚnico, com as seguintes características: em vulnerabilidade e

¹⁵⁰ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, entendidas como aquelas que têm renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou renda mensal total de até três salários mínimos. O Cadastro Único é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), devendo ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários de programas sociais do Governo Federal, como o Bolsa Família. Fonte: www.mds.gov.br. Acesso em: 23 de maio de 2015.

¹⁵¹ MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Pronatec Brasil Sem Miséria Mulheres Mil*, 04. Disponível em: WWW.mds.gov.br. Acesso em: 25 de maio de 2015.

¹⁵² Sobre esta questão do público alvo que faz parte do Programa Mulheres Mil falaremos com mais detalhes no quarto capítulo.

risco social, vítimas de violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, com escolaridade baixa ou defasada e, preferencialmente, ainda não atendidas pelo Pronatec/BSM¹⁵³.

Outra modificação que merece destaque é que a partir da integração do Programa Mulheres Mil ao Pronatec, as alunas passaram a receber mensalmente uma assistência estudantil que variava entre R\$ 70,00 e R\$ 150,00¹⁵⁴. No que tange aos professores e demais membros da equipe multidisciplinar que anteriormente trabalhavam de forma voluntária passaram a ser selecionados através de edital público e auferirem uma remuneração para atuarem no Programa. Para os docentes, a remuneração passou a ser de R\$ 50,00 por aula de 60 minutos.

Outra mudança refere-se a escolha dos cursos a serem ministrados. A partir de 2014 somente puderam ser oferecidos cursos que constassem no Guia Pronatec de Cursos FIC elaborado pelo Ministério da Educação que totaliza 644 opções de cursos distribuídos em 13 eixos tecnológicos.

Apesar dessas mudanças o essencial se manteve. O Programa Mulheres Mil, mesmo sendo absorvido pelo Pronatec, continuou a usar a metodologia de Acesso, Permanência e Êxito da qual falamos anteriormente. Esta metodologia que prezava pelo atendimento a populações que historicamente não foram atendidas pelas políticas públicas com o objetivo de inserção no mercado de trabalho e promoção da cidadania feminina continuou norteando as ações do Programa¹⁵⁵.

2.5 A Implementação do Programa Mulheres Mil no Instituto Federal Fluminense no Campus Campos-Guarus

O campus Campos-Guarus do Instituto Federal Fluminense (IFF) está localizado no subdistrito de Guarus, situado a margem esquerda do Rio Paraíba do Sul, ao norte da zona urbana do município de Campos dos Goytacazes.

De acordo com Falcão, a região onde se localiza o campus é conhecida por problemas causados pela criminalidade, falta de segurança, ausência de serviços de infraestrutura e

¹⁵³ Idem, p.06.

¹⁵⁴ Além da assistência estudantil, é obrigação dos Institutos Federais fornecer gratuitamente às beneficiárias todo o insumo necessário para participação nos cursos, incluindo cadernos, canetas e material didático, além de, em conjunto com a Rede Sociassistencial, buscar formas de garantir serviços de creches aos filhos das participantes. Ibid, p16.

¹⁵⁵ Ibid, p.10.

escassez de locais que propiciem lazer e entretenimento aos seus moradores. Por ser reconhecidamente um subdistrito violento, pobre e detentor de diversas carências sociais, políticas e econômicas foi contemplado com uma instituição pública federal de ensino¹⁵⁶ pensada para atender aos moradores dessa região e erguendo-se como uma tentativa de contribuir para a redução das desigualdades sociais existentes¹⁵⁷.

A criação da escola inseriu-se no plano de expansão da rede de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e foi inaugurada em agosto de 2007 ainda como Unidade de Ensino Descentralizada – UNED Guarus tornando-se, posteriormente, um campus do Instituto Federal Fluminense.

A instituição oferece dois cursos técnicos integrados ao ensino médio em Eletrônica e Meio Ambiente, os cursos subsequentes em Farmácia, Enfermagem, Eletromecânica e Meio Ambiente para alunos que concluíram o ensino médio. A escola também possui dois cursos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade da Educação Jovens e Adultos (PROEJA) nas áreas de Meio Ambiente e Eletrônica voltado para maiores de 18 anos que ainda não cursaram o ensino médio e dois cursos superiores: Bacharelado em Engenharia Ambiental e Licenciatura em Música.

Quanto ao Programa Mulheres Mil, sua aula inaugural no Campus Campos-Guarus do Instituto Federal Fluminense aconteceu no dia 13 de março de 2012 e teve início com dois cursos na área de culinária e artesanato. O Programa foi gerenciado pela própria equipe multidisciplinar formada no Campus.

As mulheres participantes foram selecionadas através de uma ação conjunta entre as gestoras do Programa que eram servidoras do Instituto Federal Fluminense e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) do subdistrito de Guarus¹⁵⁸. Através do CRAS foram aplicados questionários para verificar o perfil socioeconômico das

¹⁵⁶ A escola localiza-se num área de 20mil metros quadrados, cedido pelo 56ª Batalhão de Infantaria do Exército, às margens da Rodovia Federal BR 101.

¹⁵⁷ FALCÃO, Christiane Menezes Rodrigues. *Da Escola ao Trabalho: Representações Sociais de Jovens Alunos da EPT e seus Projetos de Futuro*. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2010, p.113.

¹⁵⁸ Os CRAS´s situados na região de Guarus são: CRAS-Codin, CRAS –Parque Guarus, CRAS –Jardim Carioca e CRAS-Custodópolis.

mulheres e ao mesmo tempo verificar quais eram os horários e cursos que mais as interessavam.

A equipe gestora também realizou uma consulta ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) localizado em Campos dos Goytacazes em busca de informações sobre o perfil do mercado de trabalho na região e também na procura de efetivação de parcerias. Ao apresentar ao Gerente Regional do SEBRAE o resultado parcial dos cursos escolhidos pela comunidade¹⁵⁹, este orientou a equipe gestora a criar quatro cursos: Comercialização de Artesanato; Culinária Específica para Boteco; Culinária e Assistente de Hotelaria.

Dessa forma, a partir de março de 2012 iniciaram-se as atividades Programa Mulheres Mil Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável no Campus Campos-Guarus com 100 mulheres matriculadas divididas em dois cursos: Qualificação em Produtos Alimentícios Artesanais e Curso Básico de Qualificação e Comercialização em Artesanato.

A composição curricular dos cursos era dividida em três eixos. Os eixos I (Fundamentação) e II (Sociedade, Cidadania e Identidade) eram formados por componentes curriculares comuns aos dois cursos. O terceiro eixo (Qualificação Profissional) compõe o currículo específico dos cursos, responsável pela qualificação profissional das alunas.

¹⁵⁹ Os cursos que as mulheres entrevistadas pela equipe gestora mais demonstraram interesse foram os de Culinária e Cabelereira.

Quadro 2: Matriz Curricular do Curso em Qualificação em Produtos Alimentícios Artesanais

MÓDULO	EIXO TEMÁTICO	ASSUNTO	CH
I	Fundamentação	Linguagens	16
		Matemática	16
		Inclusão Digital e Social	20
		Sensibilização, conscientização e crescimento pessoal	18
		Carga Horária Total do Módulo	70
II	Sociedade, Cidadania e Identidade	Cidadania, relações humanas e trabalho	6
		Papel da Mulher na Sociedade	4
		Empreendedorismo e economia solidária	4
		Saúde da Mulher	6
		Conservação de energia doméstica	6
		Noções de Primeiros Socorros	2
			Carga Horária Total do Módulo
III	Qualificação Profissional	Cuidados Básicos no Processamento e conservação de alimentos	27
		Produção e Processamento de alimentos Artesanais	39
		Oficinas e Visitas Técnicas	6
		Carga Horária Total do Módulo	72
		Carga Horária Total do Curso	170

Quadro 3: Matriz Curricular do Curso Básico de Qualificação e Comercialização em Artesanato

MÓDULO	EIXO TEMÁTICO	ASSUNTO	CH
I	Fundamentação	Linguagens	16
		Matemática	16
		Inclusão Digital e Social	20
		Sensibilização, conscientização e crescimento pessoal	18
		Carga Horária Total do Módulo	70
II	Sociedade, Cidadania e Identidade	Cidadania, relações humanas e trabalho	6
		Papel da Mulher na Sociedade	4
		Empreendedorismo e economia solidária	4
		Saúde da Mulher	6
		Conservação de energia doméstica	6
		Noções de Primeiros Socorros	2
		Carga Horária Total do Módulo	28
III	Qualificação Profissional	Modelagem	30
		Bordado	12
		Bordado em Sandália	4
		Trabalhos de Miçangas	4
		Oficinas e Visitas Técnicas	12
		Carga Horária Total do Módulo	62
		Carga Horária Total do Curso	160

Em 2013, o curso de Qualificação em Produtos Alimentícios Artesanais foi substituído pelo curso de Auxiliar de Cozinha. O Curso Básico de Qualificação e Comercialização em Artesanato não foi mais oferecido e dois novos cursos passaram a fazer parte do Programa Mulheres Mil no campus Campos-Guarus: curso de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial e curso de Cuidador Infantil. É importante enfatizar que estes novos cursos e os posteriores que surgiram continuaram com o componente curricular divididos em três eixos. Os dois primeiros que formam um ciclo básico comum e um terceiro que traz as disciplinas voltadas para a qualificação profissional.

Quadro 4: Matriz Curricular do Curso de Auxiliar de Cozinha

MÓDULO	EIXO TEMÁTICO	ASSUNTO	CH
I	Fundamentação	Linguagens	16
		Matemática	16
		Inclusão Digital e Social	20
		Sensibilização, conscientização e crescimento pessoal	16
		Carga Horária Total do Módulo	68
II	Sociedade, Cidadania e Identidade	Cidadania, relações humanas e trabalho	4
		Papel da Mulher na Sociedade	4
		Empreendedorismo e economia solidária	4
		Saúde da Mulher	4
		Noções de Primeiros Socorros	4
		Carga Horária Total do Módulo	20
III	Qualificação Profissional	Cuidados Básicos no Processamento e Conservação dos Alimentos, Nutrição e Conhecimentos Gerais em Relação a Alimentação	32
		Técnicas de cozinha e vocabulário específico	48
		Oficinas e Visitas Técnicas	20
		Carga Horária Total do Módulo	100
		Carga Horária Total do Curso	188

Quadro 5: Matriz Curricular do Curso de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial

MÓDULO	EIXO TEMÁTICO	ASSUNTO	CH
I	Fundamentação	Linguagens	16
		Matemática	16
		Inclusão Digital e Social	20
		Sensibilização, conscientização e crescimento pessoal	16
		Carga Horária Total do Módulo	68
II	Sociedade, Cidadania e Identidade	Cidadania, relações humanas e trabalho	4
		Papel da Mulher na Sociedade	4
		Empreendedorismo e economia solidária	4
		Saúde da Mulher	4
		Noções de Primeiros Socorros	4
		Carga Horária Total do Módulo	20
III	Qualificação Profissional	Noções de Eletricidade e Medidas Elétricas	8
		Noções de segurança em trabalhos com Eletricidade	4
		Instalação Elétrica Residencial	64
		Oficinas e Visitas Técnicas	20
		Carga Horária Total do Módulo	100
		Carga Horária Total do Curso	188

Quadro 6: Matriz Curricular do Curso de Cuidador Infantil

MÓDULO	EIXO TEMÁTICO	ASSUNTO	CH
I	Fundamentação	Linguagens	16
		Matemática	16
		Inclusão Digital e Social	20
		Sensibilização, conscientização e crescimento pessoal	16
		Carga Horária Total do Módulo	68
II	Sociedade, Cidadania e Identidade	Cidadania, relações humanas e trabalho	4
		Papel da Mulher na Sociedade	4
		Empreendedorismo e economia solidária	4
		Saúde da Mulher	4
		Noções de Primeiros Socorros	4
		Carga Horária Total do Módulo	20
III	Qualificação Profissional	Noções de Higiene e saúde da criança	12
		Prevenção de acidentes domésticos	4
		Primeiros Socorros	4
		Desenvolvimento infantil	20
		Contação de histórias	12
		Ludicidade e recreação	16
		Estatuto da criança e do adolescente	4
		Nutrição Infantil	4
		Estratégias de alimentação infantil	4
		Oficinas e visitas técnicas	20
		Carga Horária Total do Curso	188

Como dito anteriormente, em 2014 o Programa Mulheres Mil foi integrado ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e os cursos ministrados deveriam seguir o Guia Pronatec de Cursos Fic. Neste sentido, foram oferecidos pelo Mulheres Mil no campus Campos-Guarus do Instituto Federal Fluminense os cursos de Eletricista e Instalador Predial de Baixa Tensão e o curso de Artesão e Bordado à Mão. É importante ressaltar que o curso de Eletricista e Instalador Predial de Baixa Tensão é muito semelhante ao curso de Auxiliar de Eletricista e Instalação Predial ministrado em 2013, mas com um pequeno acréscimo de carga horária.

Quadro 7: Matriz Curricular do Curso de Artesão Bordado a Mão

MÓDULO	EIXO	ASSUNTO	CH
I	Fundamentação	Linguagens	12
		Matemática	15
		Inclusão Social e Digital	18
		Mapa da Vida e Portfólio	6
		Carga Horária Total do Módulo	51
II	Sociedade, Cidadania e Identidade	Cidadania, relações humanas e trabalho	3
		Administração e Empreendedorismo	3
		Sustentabilidade	3
		Cooperativismo e economia solidária	3
		Papel da mulher na sociedade	3
		Direitos da mulher	3
		Saúde da Mulher	6
		Saúde e segurança do trabalho	3
		Primeiros Socorros	3
		Carga Horária Total do Módulo	30
III	Qualificação Profissional	Cultura, artesanato e economia solidária	5
		Materiais e matéria-prima: compra, uso e mistura de técnicas e de materiais	15
		Técnicas de Bordado a Mão	33
		Acabamento a mão	90
		Controle de custos	6
		Marca e ponto cruz	15
		Oficinas e Visitas Técnicas	08
		Carga Horária Total do Módulo	79
		Carga Horária Total do Curso	160

Quadro 8: Matriz Curricular do Curso de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão

MÓDULO	EIXO	ASSUNTO	CH
I	Fundamentação	Linguagens	12
		Matemática	15
		Inclusão Social e Digital	18
		Mapa da Vida e Portfólio	6
		Carga Horária Total do Módulo	51
II	Sociedade, Cidadania e Identidade	Cidadania, relações humanas e trabalho	3
		Administração e Empreendedorismo	3
		Sustentabilidade	3
		Cooperativismo e economia solidária	3
		Papel da mulher na sociedade	3
		Direitos da mulher	3
		Saúde da Mulher	6
		Saúde e segurança do trabalho	6
		Primeiros Socorros	3
		Carga Horária Total do Módulo	33
III	Qualificação Profissional	Noções de Eletricidade e Medidas Elétricas	9
		Noções de Segurança em Trabalhos com Eletricidade	3
		Uso de Ferramentas para Trabalhos em Eletricidade	3
		Instalação Elétrica Residencial	90
		Oficinas e Visitas Técnicas	11
		Carga Horária Total do Curso	200

Portanto, estes foram os cursos do Programa Mulheres Mil ministrados no campus Campos-Guarus. O objetivo era que a qualificação profissional pudesse inserir as participantes no mercado de trabalho e promover avanços na cidadania feminina. Se o Programa conseguiu cumprir com seus principais objetivos constituindo-se em um vetor de redução da desigualdade de gênero falaremos no quarto capítulo, no próximo faremos considerações acerca do conceito de cidadania.

CAPÍTULO III – CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CONCEITO DE CIDADANIA E A CIDADANIA FEMININA

3.1- O Desenvolvimento da Cidadania no Ocidente

Em sua obra seminal intitulada *Cidadania, Classe Social e Status*, o autor inglês T.H. Marshall afirma que há uma espécie de igualdade humana básica associada com o conceito de participação integral na comunidade – ou, como o autor diria de cidadania – que não é inconsistente com a desigualdade entre as classes sociais. Para Marshall, a desigualdade social pode ser aceita desde que a igualdade de cidadania seja reconhecida. Ao analisar a cidadania na Inglaterra o autor a divide em três elementos: civil, político e social.

O elemento civil refere-se aos direitos necessários à liberdade individual como a liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, liberdade de expressar o pensamento e a fé, o direito à propriedade, de realizar contratos e o direito à justiça. Marshall enfatiza que todos os indivíduos devem ter condições de afirmar seus direitos em condições de igualdade transformando instituições jurídicas ou os tribunais de justiça nos grandes garantidores destes direitos¹⁶⁰.

No que tange ao elemento político, o autor observa que deve-se entender o direito de participar no exercício do poder como um eleito ou um eleitor, isto é, a possibilidade de votar e ser votado. Uma instituição importante que representaria a garantia do exercício do direito político seria o Parlamento. Por sua vez, o elemento social corresponderia ao direito a um mínimo de bem-estar econômico. Ainda se referindo a Inglaterra, o autor atribui a formação de cada um dos direitos da cidadania a um século diferente. Os direitos civis se desenvolveram no século XVIII, os políticos no século XIX e os sociais no século XX.

Outros autores desenvolveram o conceito de cidadania seguindo as premissas elaboradas por Marshall. Covre mantém a tripartição dos direitos da cidadania ao observar que os direitos civis dizem respeito ao direito de se dispor do próprio corpo, a locomoção e segurança. Os direitos sociais se referem ao atendimento das necessidades humanas básicas, consubstanciando-se naqueles que devem repor a força de trabalho,

¹⁶⁰ MARSHALL, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967, p.63.

sustentando o corpo humano. Dizem respeito também ao direito de trabalhar, auferir um salário digno e a possuir assistência à saúde, ter acesso à educação e à habitação. Por seu turno, os direitos políticos dizem respeito à deliberação do homem sobre sua vida, ao direito de ter livre expressão de pensamento. Além disso, estes direitos estão ligados a ação nos organismos de representação direta como sindicatos, partidos políticos, movimentos sociais, escolas, conselhos e associações de bairros ou indireta por meio de eleição de governantes e representantes¹⁶¹.

O historiador José Murilo de Carvalho argumenta que o cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos básicos: civis, políticos e sociais. Cidadãos incompletos seriam os que possuíssem apenas alguns direitos e aqueles que não se beneficiassem de nenhum dos direitos não seriam cidadãos¹⁶².

Para o autor, os direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei. Estes direitos se desdobrariam em outros como a garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser de acordo com as leis e de não ser condenado sem um processo legal. Da mesma forma que Marshall, José Murilo de Carvalho demonstra que estes direitos são garantidos quando existe uma justiça independente e acessível a todos os indivíduos¹⁶³.

De acordo com o historiador, é possível existir direitos civis sem direitos políticos, apesar do contrário não ser viável. Sem os direitos civis, sobretudo a liberdade de expressão e organização, os direitos políticos, principalmente o voto, ficam esvaziados de conteúdo não representando as aspirações dos cidadãos. De acordo com Carvalho, além do voto, os direitos políticos estão diretamente ligados à todas as formas de participação do cidadão no governo da sociedade e tem como principais instituições garantidoras os partidos e um parlamento livre e representativo que conferem legitimidade à organização política da sociedade¹⁶⁴.

Por fim, temos os direitos sociais que correspondem ao direito à educação, saúde, ao trabalho e à aposentadoria. A garantia de sua vigência está alicerçada na existência de

¹⁶¹ COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O Que é Cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 2006, pp. 12-15.

¹⁶² CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.09

¹⁶³ Idem, p.09.

¹⁶⁴ Ibid, p.10.

uma máquina administrativa ligada ao Poder Executivo. O autor deixa claro que os direitos sociais podem existir sem direitos civis e políticos, no entanto, na ausência dos outros direitos o conteúdo e alcance dos direitos sociais tendem a ser arbitrários¹⁶⁵.

Pinsky também segue a tripartição dos direitos da cidadania expostos por Marshall e corrobora a visão de José Murilo de Carvalho de que o cidadão pleno seria aquele que pudesse gozar dos três direitos. Nas palavras do autor:

Ser cidadão é ter direito à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei: é, em resumo, ter direitos civis. É também participar no destino da sociedade, votar, ser votado, ter direitos políticos. Os direitos civis e políticos não asseguram a democracia sem os direitos sociais, aqueles que garantem a participação do indivíduo na riqueza coletiva: o direito à educação ao salário justo, a uma velhice tranquila. Exercer cidadania plena é ter direitos civis, políticos e sociais¹⁶⁶.

É importante observar que o conceito de cidadania – que deriva do latim *civitas* – tem origem nas antigas religiões, na Grécia antiga e no império romano. Na Grécia, cidadania “designava os direitos dos indivíduos que viviam na cidade e que participavam da gestão, dos negócios e das decisões políticas”¹⁶⁷.

Neste sentido, atribui-se a origem da cidadania à cidade ou pólis grega. A cidadania está ligada ao início da vida na cidade e a capacidade dos homens exercerem direitos e deveres. No entanto, as sociedades grega e romana promoveram certo exercício da cidadania que excluía grande parcela da população como mulheres, crianças, escravos e estrangeiros.

Dessa forma, podemos entender a cidadania nos seus primórdios como um processo de inclusão na vida da comunidade e também como uma forma de exclusão. Os primeiros excluídos eram os estrangeiros que podiam participar da sociedade e a ela se integrar através do seu trabalho, mas não eram considerados cidadãos. Embora integrados à vida econômica e à teia das relações sociais, os estrangeiros não faziam parte da população cidadã¹⁶⁸.

¹⁶⁵ Ibid, p.10.

¹⁶⁶ PINSKY, Jaime. Introdução. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *História da Cidadania*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2008, p.09.

¹⁶⁷ ABREU, Alzira Alves de. O que é cidadania e o que é ser cidadão? In: ABREU, Alzira Alves de (org). *Caminhos da Cidadania*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p.09.

¹⁶⁸ GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-Estado na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *História da Cidadania*. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2008, pp.34-35.

Segundo Todorov, o termo “bárbaro” foi cunhado justamente para se referir aos estrangeiros na Grécia antiga. Ao falar sobre o significado da palavra “bárbaro” o filósofo búlgaro observa que:

Como se sabe, o termo vem da Grécia Antiga, sociedade em que ele tinha um uso comum, em particular, após a guerra contra os persas. Era utilizado em oposição a outro vocábulo e, conjuntamente, eles permitiam dividir a população mundial em duas partes iguais: os gregos – portanto, “nós” – e os *bárbaros*, ou seja, “os outros”, os estrangeiros. Para reconhecer a filiação ao primeiro ou ao segundo grupo, fazia-se referência ao domínio da língua grega: os bárbaros eram, então, todos aqueles que não a compreendiam, nem a falavam, ou que a falavam incorretamente¹⁶⁹.

Outro grupo social que estava apartado dos direitos da cidadania eram os escravos que em alguns casos representavam um contingente expressivo da população chegando em algumas cidades a um terço dos habitantes. Os escravos encontravam-se sob o poder de seus donos e eram regidos por normas privadas, sem controle cívico, acesso à esfera pública ou quaisquer direitos. Neste sentido, a noção de cidadania que na tradição ocidental remonta à polis grega e que se confunde com o exercício da participação política, traz em seu bojo a questão da inclusão de alguns e exclusão de outros.¹⁷⁰

Além de estrangeiros e escravos também as mulheres não eram consideradas cidadãs. Sobre esta questão Guarinello enfatiza que:

(...) embora a posição das mulheres variasse em cada cidade, em cada âmbito cultural, é fato que elas permaneceram à margem da vida pública, sem direito à participação política, restringidas em seus direitos individuais, tuteladas e dominadas por homens que consideravam o lar, o espaço doméstico, como o único apropriado ao gênero feminino. As mulheres eram, certamente, membros da comunidade – mas membros, por assim dizer, menores¹⁷¹.

É importante ressaltar que algumas cidades desenvolveram formas mais abertas de participação no poder que foram denominadas pelos próprios gregos de democracia. Um dos exemplos mais marcantes foi justamente a cidade de Atenas onde a participação estendeu-se ao conjunto da população masculina. Todavia, a democracia ateniense

¹⁶⁹ TODOROV, Tzvetan. *O Medo dos Bárbaros*: para além do choque das civilizações. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010, pp.24-25.

¹⁷⁰ PINTANGUY, Jacqueline. Gênero, Cidadania e Direitos Humanos. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002, p.111.

¹⁷¹ GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-Estado na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs), *Op.cit*, p.37.

nunca foi incluída pois dizia respeito somente aos homens livres e excluía, de qualquer forma de participação política as mulheres, os imigrantes e os escravos¹⁷².

A exclusão da mulher do público e por consequência da cidadania e sua manutenção no espaço doméstico é fruto de um discurso que propagava a inferioridade feminina baseado em argumentos biológicos. Para Aristóteles as mulheres eram naturalmente frias e úmidas e eram uma versão incompleta ou menor do homem, um desvio ou uma monstruosidade. O grande problema do ser feminino era sua falta de calor vital para cozinhar o sangue e purificar a alma. Esta falta de calor explicava, segundo o filósofo grego, a menor capacidade racional da mulher¹⁷³.

Vale ressaltar que por milhares de anos as mulheres foram consideradas como homens menores ou incompletos carecendo de algum elemento vital, que no caso específico de Aristóteles era o calor. Essa ideia da mulher como um homem inferior foi difundida pela medicina na Grécia antiga que propagava que a mulher seria uma espécie de homem com os órgãos genitais para dentro. Schienbinger toca nesta questão ao se referir ao pensamento do médico grego Galeno:

A noção da mulher como um homem incompleto ou imperfeito – um desvio da norma – serviu como um fundamento das perspectivas ocidentais da diferença sexual. Galeno, o médico grego do século II, popularizou a ideia de que até mesmo os órgãos sexuais das mulheres não passam de uma versão inferior dos masculinos. Galeno ensinou que a mulher tem um “vaso espermático” ou pênis semelhante ao do homem exceto pelo fato de ser invertido e interno¹⁷⁴.

Como prova de que as mulheres são apenas homens incompletos, Galeno narrava histórias de mulheres que de forma espontânea haviam se transformado em homens, fenômeno que sempre ocorria no dia do casamento. Além da transformação não ser reversível, o médico argumentava que embora uma mulher pudesse se tornar um homem o contrário não era possível, pois a natureza sempre luta pela perfeição¹⁷⁵.

Além dos gregos, a sociedade romana também excluía alguns grupos sociais da categoria de cidadão. Na Roma antiga, os patrícios se reuniam em grandes famílias, conhecidas como gentes, unidas pela ideia de descender de antepassados comuns. Os patrícios formavam uma oligarquia de proprietários rurais e mantinham o monopólio

¹⁷² Idem, p.40.

¹⁷³ SCHIENBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a ciência?*. Tradução de Raul Fiker. Bauru,SP: EDUSC, 2001, p.211.

¹⁷⁴ Idem, p.212.

¹⁷⁵ Ibid, p.212.

dos cargos públicos e religiosos, consistindo nos únicos cidadãos de pleno direito. O restante da população romana era formado por excluídos da categoria de cidadão. Com o tempo estes adquiriram o nome de “povo”¹⁷⁶.

De acordo com Funari as noções de povo e plebe, surgiram justamente para demonstrar aqueles que não eram considerados cidadãos na Roma antiga. Nas palavras do autor:

Entre o restante da população havia o “povo” e a “plebe”, palavras que se ligam à ideia de multidão, massa. A noção de plebe como grupo surgiu no processo histórico de luta contra os privilégios dos patrícios. Era um termo para englobar todos os cidadãos romanos sem os mesmos direitos dos oligarcas. Na sua base estavam os camponeses livres, de poucas posses, aos quais se juntaram os artesãos urbanos e comerciantes. Ao que tudo indica, a plebe incluía também descendentes de estrangeiros residentes em Roma¹⁷⁷.

Um ponto que merece destaque refere-se as eleições em Roma. O fato de possuir eleições representa um avanço na cidadania em relação às cidades gregas. Ao contrário da Grécia em que o direito de voto era muito restrito, em Roma votavam pobres e libertos. No entanto, da mesma forma que nas cidades gregas, as mulheres eram excluídas da cidadania por não possuírem o direito ao voto¹⁷⁸.

Uma das formas importantes de participação feminina na vida pública consistia nos jogos de gladiadores. Ao final de cada combate, o perdedor devia retirar o capacete e oferecer o pescoço ao vencedor que não podia tirar-lhe a vida imediatamente. Também não era prerrogativa do magistrado ou do imperador decidir sobre o destino do perdedor, já que apenas os expectadores podiam fazê-lo. Se nas eleições as mulheres não podiam participar, na arena possuíam o direito de se manifestar para decidir sobre a vida ou a morte daquele que havia sido vencido.

Portanto, embora fossem escravistas, as sociedades grega e romana promoveram em suas cidades certo exercício da cidadania, mesmo que de forma muito limitada. Na Idade Média, a cidadania sofreu um grande recuo, pois foi o período da sociedade de privilégios, dos senhores e dos servos, onde praticamente inexistia a participação popular nas decisões de interesse da comunidade.

¹⁷⁶ FUNARI, Pedro Paulo. A Cidadania entre os Romanos. In: In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *História da Cidadania*.4.ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 50.

¹⁷⁷ Idem, p.51.

¹⁷⁸ Ibid, p.63.

Segundo Abreu, com o avanço da Idade Moderna, nos séculos XVII e XVIII, o conceito de cidadania reapareceu. A Revolução Industrial inglesa introduziu mudanças econômicas e políticas, transferindo o poder do proprietário de terras para as mãos dos novos proprietários mercantis e industriais, tanto na cidade como no campo. A luta pelas liberdades e direitos individuais contra governos tirânicos ganhou o mundo. A Revolução Americana (1776) e a Revolução Francesa (1789) foram decisivas para o desenvolvimento da cidadania e para a construção dos direitos civis¹⁷⁹.

Entendemos as Revoluções Inglesa, Americana e Francesa como alicerces da cidadania. Mondaini observa que o ponto de partida para o desenvolvimento dos direitos de cidadania tem seu início no século XVII com a Revolução Inglesa que foi um momento no qual:

O poder estatal passou para as mãos de uma nova classe social, abrindo assim o caminho para o livre desenvolvimento do modo de produção capitalista. O velho poder estatal protetor da antiga ordem feudal teve que ser apeado por uma guerra civil, uma guerra de classes¹⁸⁰.

Esta transformação revolucionária levou a três mudanças na estrutura econômica da sociedade inglesa: em primeiro lugar, a predominância da agricultura é substituída pela preponderância da produção industrial; em segundo lugar os meios de locomoção que eram rudimentares dão lugar a uma rede de transportes cada vez mais rápida e diversificada; e por fim, as crises de subsistência muito comuns no modo de produção feudal passam a não mais existir, pois as crises são de superprodução e declínio de preços¹⁸¹.

Todavia, apesar das transformações geradas por esta revolução burguesa e liberal, a cidadania continuou restrita a alguns grupos. O direito à representação política, à possibilidade de fazer representar em um dos três poderes (executivo, legislativo e judiciário) era negado aos que não eram proprietários. A cidadania liberal foi uma cidadania excludente que diferenciava cidadãos passivos e ativos, cidadãos com posses e cidadãos sem posses¹⁸².

¹⁷⁹ ABREU, Alzira Alves de, Op.cit, p.09.

¹⁸⁰ MONDAINI, Marco. O Respeito aos Direitos dos Indivíduos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *História da Cidadania*.4.ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 122.

¹⁸¹ Idem, p.119.

¹⁸² Ibid, p.131.

Por seu turno, a independência dos Estados Unidos e seus desdobramentos trouxeram para a história uma nova concepção política e promoveram mudanças importantes nos conceitos de cidadania e liberdade. Ao se referir à dita independência, Singer ressalta que ela foi pioneira na formulação dos direitos humanos. Segundo o autor:

Pela primeira vez, um povo fundamenta sua aspiração à independência nos princípios da cidadania, ou seja, coloca como finalidade primordial do Estado a preservação das liberdades dos integrantes do povo, elevados à condição de sujeitos políticos¹⁸³.

Os documentos fundadores da nova nação traziam em seu bojo a ideia de igualdade que rompia com qualquer tentativa de classificar os seres humanos pelo critério de nascimento. Isto pode ser notado no fato da Declaração de Independência afirmar que todos os homens foram criados iguais e dotados pelo Criador de direitos inalienáveis, como vida, liberdade e busca da felicidade.

Karnal observa que os Estados Unidos da América tinham criado a mais ampla possibilidade democrática do planeta na época de sua independência. Os poderes eram divididos e equilibrados, os presidentes eram eleitos regularmente, e possuíam uma Constituição escrita com princípios de liberdade muito sólidos¹⁸⁴.

No entanto, da mesma forma que a cidadania grega e romana mencionadas anteriormente, a cidadania e a liberdade criadas com a Independência Norte-Americana eram extremamente restritivas e limitadas. A democracia americana excluía a maioria absoluta da população dos direitos de cidadão, pois mulheres e brancos pobres não votavam. Além disso, os Estados Unidos conviveriam com o regime escravocrata até a Guerra de Secessão (1861-1865). Sobre esta questão de uma democracia relativa e uma cidadania incipiente, Karnal nos diz que:

Tratava-se, tanto nos EUA nascentes como na matriz inglesa, de uma cidadania de cunho liberal, o que representa obter igualdade política para um grupo determinado. Esse grupo, aquele que dirigiu o movimento de Independência, foi beneficiado por essa cidadania¹⁸⁵.

Oliveira observa que apesar da Revolução Americana contar com uma ampla participação popular, os legisladores responsáveis pela redação das constituições

¹⁸³ SINGER, Paul. A Cidadania para Todos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *História da Cidadania*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2008, p.201.

¹⁸⁴ KARNAL, Leandro. Estados Unidos, Liberdade e Cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *História da Cidadania*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2008, p143.

¹⁸⁵ Idem, p.144.

estaduais, bem como as pessoas que contribuíram com suas ideias para o texto da Declaração de Independência, não foram capazes de incorporar plenos direitos a todos os cidadãos. Na realidade, as mulheres, os escravos, os jovens e os analfabetos foram excluídos da maioria dos direitos individuais fundamentais, negando-lhes, assim, sua plena cidadania¹⁸⁶.

Além de mulheres, escravos e brancos pobres, os indígenas também estavam apartados da cidadania e assim continuaram por um longo período. Para este grupo em particular a libertação do jugo inglês representou uma sensível piora. De muitas maneiras a Coroa inglesa usou o choque entre colonos e indígenas para refrear o ímpeto expansionista dos colonos, o que deixou de acontecer após a Independência, facilitando o avanço dos colonos sobre os territórios indígenas.

O pensador político Alexis de Tocqueville observou que a escravidão foi um dos males mais temíveis a ameaçar o futuro da democracia e ao desenvolvimento da cidadania nos Estados Unidos. O autor afirmou que mesmo que o negro se tornasse livre com a abolição, o preconceito de “raça” não o permitiria compartilhar dos mesmos direitos do branco. Tocqueville observa que:

Os modernos, depois de ter abolido a escravidão, têm ainda, pois, de destruir três preconceitos muito mais invencíveis e mais tenazes que ele: o preconceito do senhor, o preconceito de raça e, afinal, o preconceito do branco. Para nós, que tivemos a sorte de nascer no meio de homens que a natureza fizera semelhante a nós e a lei nossos iguais, é por demais difícil compreender que insuperável espaço separa o negro da América do europeu. Nos teatros, nem a preço de ouro conseguiria adquirir o direito de se pôr ao lado daquele que foi seu senhor; nos hospitais, jaz à parte. Permite-se ao negro invocar o mesmo Deus que os brancos, mas não rezar no mesmo altar. Ele tem seus sacerdotes e os seus templos. De modo nenhum são fechadas para ele as portas do céu; entretanto, a desigualdade, quando muito, só se detém no limiar do outro mundo. Quando o negro morre, seus despojos são jogados fora, e a diferença de condições volta a ser encontrada até na igualdade da morte¹⁸⁷.

Portanto, podemos notar que apesar de alguns avanços, a democracia nos séculos XVII e XVIII na Europa e nos Estados Unidos ainda não alcançava a maioria da população. Os direitos de cidadania não chegavam a mais da metade da humanidade como homens brancos pobres, mulheres, negros e indígenas.

¹⁸⁶ OLIVEIRA, Olga Maria Bosh Aguiar de. *Mulheres e Trabalho: desigualdades e discriminações em razoes de gênero*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016, p.40.

¹⁸⁷ TOCQUEVILLE, Alexis. *A Democracia na América*. Tradução de Neil Ribeiro da Silva. 4.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998, p. 263.

Um terceiro momento importante que dá início ao processo de construção do ser humano como sujeito de direitos civis foi a Revolução Francesa. Foram as revoluções burguesas, principalmente à Revolução Francesa, que estabeleceram as Cartas Constitucionais que se opuseram ao processo de normas difusas e indiscriminadas da sociedade feudal e às regras arbitrárias do regime monárquico absoluto. De acordo com Covre, a revolução ocorrida na França surge para:

estabelecer direitos iguais a todos os homens, ainda que perante a lei, e acenar com o fim da desigualdade a que os homens sempre foram relegados. Assim, diante da lei, todos os homens passaram a ser considerados iguais pela primeira vez na história da humanidade¹⁸⁸.

Uma contribuição importante da Revolução Francesa foi demonstrar que existia a possibilidade de romper com as tradições arraigadas e a hierarquia de poderes estabelecida. A pergunta que fazemos é a seguinte: alguém ficou de fora? Todos os seres humanos foram considerados cidadãos? A igualdade entre homens e mulheres foi tema de discussão entre os revolucionários franceses? Vamos responder a estas indagações explicitando que a domesticidade e a exclusão das mulheres que se desenvolveriam com muita força no século XIX foram forjadas no processo revolucionário do século XVIII.

É importante ressaltar que as mulheres tiveram participação ativa nos momentos iniciais da Revolução Francesa. Pinsky e Pedro enfatizam que suas reivindicações serviram de estopim para diversas manifestações. No decorrer da Revolução muitas mulheres questionaram a situação da economia, exigiram direitos e organizaram grupos e instituições para representar seus interesses. Além disso, reivindicaram o fim das guildas, demandaram pão, lutaram pelo direito de frequentar os estabelecimentos de ensino e exigiram do governo o controle de preços¹⁸⁹. Ao discutir o papel das mulheres no processo revolucionário francês, Oliveira observa que:

Embora as mulheres tenham lutado junto com os homens ativamente no movimento revolucionário francês, que teve por ideal estabelecer uma sociedade em que todos fossem formalmente iguais perante a lei e pudessem ter as mesmas oportunidades, o que permitiu acabar com a opressão e os privilégios do clero e da nobreza, isso não foi suficiente. As mulheres continuaram vinculadas essencialmente a esfera privada sendo excluídas do reconhecimento e das garantias dos direitos individuais fundamentais, ou seja, da igualdade política, da igualdade

¹⁸⁸ COVRE, Maria de Lourdes Manzini, Op.Cit, p.17.

¹⁸⁹ PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e Especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *História da Cidadania*.4.ed. São Paulo: Contexto, 2008, p.269.

civil e, impedidas de alcançarem uma plena cidadania, o que só veio a se modificar concretamente a partir da metade do século XX, quando seus direitos políticos foram garantidos¹⁹⁰.

Portanto, o desdobramento do processo revolucionário desapontou as mulheres, que tanto haviam se empenhado politicamente ao lhes propor ganhos limitados. De acordo com Pinsky e Pedro a maior parte dos homens que apoiavam a Revolução independentemente de suas filiações políticas:

Não achava que liberdade, igualdade e fraternidade estendiam-se às mulheres, sendo favoráveis à sua volta para a vida doméstica, onde poderiam gozar dos benefícios da Revolução desde que não subvertessem a “natureza” exigindo qualquer participação direta nos assuntos do Estado. Depois de 1793, reforça-se também a imagem de que as mulheres exerceriam um papel social importante atuando como mães, em suas famílias¹⁹¹.

Groppi observa que é na Revolução Francesa que se prepara a construção de um modelo de cidadania que atravessou o Ocidente europeu nos últimos duzentos anos e do qual as mulheres permaneceram por muito tempo excluídas¹⁹². Apesar de a igualdade ter sido anunciada como um princípio geral, a cidadania foi negada para os muito pobres ou para aqueles que eram muito dependentes para exercerem o pensamento autônomo que é, sem dúvida, uma característica importante do cidadão. Dessa forma, foram excluídos da cidadania os escravos, pois eram propriedade de outros, e as mulheres porque acreditava-se que seus deveres domésticos e cuidado com as crianças eram um impedimento à participação política¹⁹³.

A noção de cidadania, que possui um caráter simbólico central na Revolução Francesa, não só não leva em conta o elemento feminino como se define e se constrói em oposição a ele. De acordo com Groppi a exclusão das mulheres do terreno da cidadania e seu impedimento em participar da esfera pública estava baseada na ideologia de que são “por natureza” destinadas à esfera familiar e privada, para as quais possuem virtudes específicas. A autora observa que o apelo a uma natureza feminina intrinsecamente

¹⁹⁰ OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar, Op. Cit, p.74.

¹⁹¹ PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e Especificidade. Op. Cit, p.269.

¹⁹² GROPPi, Angela. As raízes de um problema. In: BONACHI, Gabriela; GROPPi, Angela (orgs). *O Dilema da Cidadania: direitos e deveres das mulheres*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995, p.12.

¹⁹³ SCOTT, Joan Wallach. O Enigma da Igualdade. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, v.13, n.1, jan./abr.2005. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 03 jul.2012.

separada da masculina é um dos elementos em que se apoia a construção revolucionária da cidadania¹⁹⁴.

Na visão de Scott, o fato das mulheres terem sido alijadas dos direitos da cidadania também estava ligado a supostos fatores que remetiam a uma natureza inferior feminina.

Nas palavras da autora:

diversos foram os fatores que justificavam a exclusão das mulheres da cidadania desde a Revolução Francesa: a fraqueza de seu corpo e de sua mente; a divisão física da mão de obra – que as tornava aptas apenas para os afazeres domésticos – instabilidades emocionais que as tornavam mais suscetíveis a excessos sexuais e ao fanatismo religioso¹⁹⁵.

Um dos filósofos enciclopedistas com grande responsabilidade na difusão do pensamento da “inferioridade natural” das mulheres foi sem dúvida alguma Jean-Jacques Rousseau. Ao dirigir seu livro *Emílio ou da Educação* à “eterna e previdente mãe”¹⁹⁶, o filósofo apresenta os fundamentos da educação distinta entre meninos e meninas, propagando a ideia de que as mulheres deviam permanecer em casa cuidando das tarefas domésticas e dos filhos.

Ao se referir à obra acima citada, Badinter faz observações sobre o papel decisivo que teve Rousseau no século XVIII na disseminação da ideologia de que a natureza feminina condenava as mulheres às tarefas do lar. Nas palavras da autora:

Rousseau era o grande triunfador do fim desse século. A publicação do *Emílio*, em 1762, havia cristalizado a revolução das mentalidades, dando-lhe sua justificação filosófica. A aspiração à felicidade que marca a segunda metade do século XVIII buscava sua realização num novo modelo familiar, fechado para o exterior e centrado no amor conjugal e parental. Nesse momento, tudo dependia da mulher e de sua aptidão para bem representar os papéis que lhe eram destinados: esposa virtuosa e fiel, mãe até o sacrifício de si mesma, dona de casa consumada. Com essas três condições, a felicidade do homem e da sociedade inteira estavam garantidas. Rousseau teve o gênio de mostrar que elas estavam inscritas na natureza dos sexos: eminentemente complementar. Todos se lembram do retrato idílico de Emílio e de Sofia, sua companheira. A ele cabem a força, a audácia e a conquista do mundo exterior; a ela, a doçura, a modéstia, as atividades caseiras e o poder sobre o pessoal da casa. Rousseau não hesita em propor uma medida radical: a reclusão das mulheres¹⁹⁷.

¹⁹⁴ GROPPPI, Op.Cit, p.15.

¹⁹⁵ SCOTT, Joan Wallach. *A Cidadã Paradoxal: as feministas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002, p.17-18.

¹⁹⁶ ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p.9.

¹⁹⁷ BADINTER, Elisabeth. *Palavras de Homens*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p.19.

Ao lançar dúvida sobre a capacidade das mulheres, Rousseau argumenta que pela sua natureza distinta não conseguem raciocinar da mesma forma que os homens, pois são movidas pelas paixões, um comportamento muito perigoso para o bom funcionamento da sociedade.

Dessa forma, Rousseau elaborará uma teoria da inferioridade ontológica das mulheres, pois não somente as excluem do público e do político, mas define uma normatividade feminina baseada na domesticidade, na exaltação da maternidade e na submissão ao marido. O teórico da democracia radical ao excluir a mulher da razão e do conhecimento justifica sua posterior exclusão da cidadania, já que não se pode ser um sujeito político sem previamente ser um sujeito dotado de razão¹⁹⁸.

Além de Rousseau, outros filósofos reiteravam as visões tradicionais e essencialistas sobre as mulheres. De acordo com Pinsky e Pedro, alguns deles chegaram a defender os direitos dos homens comuns, dos cidadãos, dos escravos, dos judeus e dos índios, mas não das mulheres. Continuaram afirmando que o ser feminino era inferior ao masculino nas faculdades mentais e que deveriam subordinar-se a este. A maior parte dos homens do Iluminismo enfatizou o ideal tradicional de mulher silenciosa, modesta, casta e subserviente¹⁹⁹.

Neste sentido, outro enciclopedista que contribuiu para a propagação da ideia de que a exclusão das mulheres da categoria de cidadã deveria ser justificada por fatores naturais e fisiológicos foi Denis Diderot. Badinter argumenta que de acordo com o filósofo francês a mulher é um ser de paixões e emoções comandado pelo seu útero, pois este:

determina os pensamentos e as experiências das mulheres. Esse órgão invisível é a origem de todos os seus males, inclusive do lugar pouco invejável que ocupam na sociedade. Por causa desse sexo, as etapas da vida feminina enunciam-se em termos de dor e servidão. Porque só são destinadas ao prazer dos homens e a sua reprodução, tudo o que precede e tudo o que se segue a esse período da vida das mulheres é vazio e deixado ao abandono²⁰⁰.

Devido ao papel preponderante que dá ao útero, Diderot trata homens e mulheres como seres tão antagônicos que quase parecem pertencer a espécies distintas. O homem teria

¹⁹⁸ COBO, Rosa. Democracia y Crisis de La Legitimación Patriarcal. In: MARTÍNEZ, Capitolina Díaz; MORENO, Sandra Demo. *Sociología y Género*. Madrid: Editorial Tecnos, 2013, p.356.

¹⁹⁹ PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Op.Cit, p.267.

²⁰⁰ BADINTER, Elisabeth. *O que é uma mulher?* Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p.26.

como principais atributos a razão, o rigor, a força e o poder, enquanto o instinto, a dor, a fraqueza e a obediência seriam apanágios femininos²⁰¹.

Como o útero definia a atividade mental das mulheres, também seria a causa de um problema que para o pensador francês era um atributo feminino: a histeria. Diderot observa que é deste órgão que partem as ideias extraordinárias das mulheres que as transformam em um ser que segue as forças naturais do instinto. Mesmo que civilizadas por fora elas permanecem selvagens por dentro e, desta forma, seu comportamento é imprevisível, pois a histérica é capaz do melhor e do pior, pode ser dominada por algo infernal ou celestial²⁰².

Além disso, Diderot afirma que o drama feminino é ainda maior porque ao contrário dos homens as mulheres tem muita dificuldade para chegar ao orgasmo. O filósofo francês diz que inúmeras são as mulheres que morreram sem conhecer o que ele chama de extrema volúpia e que na maioria das vezes ao se entregarem a um homem tem suas expectativas frustradas²⁰³.

A desigualdade entre homens e mulheres se acentua na velhice. Diderot afirma que existem belos velhos, mas jamais belas velhas. Os primeiros possuem pele enrugada, cabelos brancos, no entanto, os músculos permanecem fortes. Por outro lado, as mulheres idosas decompõem-se mais rapidamente que os homens, pois nelas tudo despenca, tudo se achata e tudo decai na medida em que a idade avança. Como as mulheres existem apenas para o prazer do homem, quando perdem este atrativo não tem mais razão de existência, já que somente o olhar e o desejo masculino lhes confere razão de ser²⁰⁴.

O filósofo Spinoza também defendia a exclusão da mulher da cidadania com base em fatores naturais. Quando o pensador fala do acesso à cidadania em uma democracia, observa que o direito ao sufrágio universal deve ser dado somente aqueles que são governados exclusivamente pelas leis do país e não àqueles que vivem sob a autoridade de outro como os servidores sob a autoridade dos seus senhores, as crianças sob a dos pais e as mulheres que estão sob a autoridade dos maridos. No caso específico das mulheres, Spinoza legitima sua sujeição afirmando que se elas não fossem inferiores aos

²⁰¹ Idem, p.33.

²⁰² Ibid, p.28;

²⁰³ Ibid, p.27.

²⁰⁴ Ibid, p.28.

homens pela alma e pelo gênio existiriam nações onde os homens e mulheres governariam igualmente e talvez outras em que os homens fossem governados pelas mulheres o que não acontecia em nenhum lugar do mundo²⁰⁵. Dessa forma, a maioria dos filósofos e pensadores iluministas do século XVIII:

consideravam as mulheres inferiores aos homens em vários aspectos (físico, biológico, religioso, moral e intelectual), possibilitando assim, a construção das relações de gênero, onde prioriza o poder masculino em relação ao feminino, para desta maneira também justificar e negar a titularidade das mulheres enquanto sujeito de direitos, impedindo assim, a aquisição da personalidade civil e política necessárias para poderem participar e atuarem ativamente tanto na esfera pública como privada.²⁰⁶

Em sua obra “Palavras de Homens”, Badinter descreve o debate travado pelos revolucionários franceses entre nos anos de 1790 a 1793 no que diz respeito aos direitos das mulheres. Mesmo que raros tenham sido os homens que participaram da Revolução Francesa que se interessaram pelo destino das mulheres, alguns filósofos como Amar, Prudhomme, Lequinio, Chaumette e Condorcet teceram comentários sobre a questão feminina.

Segundo Badinter, o embate entre os pensadores franceses se dará pelas seguintes questões: a Declaração dos Direitos do Homem aplica-se a todos os seres humanos, seja qual for seu sexo, religião ou raça ou diz respeito apenas aos homens, aos machos? As mulheres eram seres humanos excluídos da humanidade responsável à semelhança de crianças e loucos?²⁰⁷

A filósofa francesa argumenta que Condorcet foi um dos raros ativistas políticos do século XVIII que defenderam a igualdade entre os sexos. O filósofo francês reivindicou que os direitos da metade do gênero humano não fossem esquecidos pelos legisladores, que as mulheres pudessem votar, serem eleitas e tivessem liberdade de acesso a todos os lugares²⁰⁸.

A definição de humanidade é o ponto de partida para os escritos feministas de Condorcet. O filósofo pondera que para retirar das mulheres seus direitos seria preciso primeiro provar que não pertencem ao gênero humano. Como para ele mulheres e

²⁰⁵ AGACINSKI, Silviane, op.cit.,

²⁰⁶ OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. Op. Cit. p.370.

²⁰⁷ BADINTER, Elisabeth. *Palavras de Homens*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p.12.

²⁰⁸ BADINTER, Elisabeth. *Um é o outro: relações entre homens e mulheres*. 4.ed. Tradução de Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, p.176-177.

homens tem qualidades idênticas como a capacidade de adquirir ideias morais e raciocinar sobre elas, não faz sentido negar às esposas os direitos que seus companheiros possuem.

Aos argumentos que depreciavam o feminino baseados na fisiologia e na inferioridade intelectual inata das mulheres, Condorcet refutava com certo tom de ironia e sarcasmo. Nas palavras de Badinter:

Levantava-se primeiro o argumento fisiológico: gestações, período de aleitamento e indisposições mensais tornavam-nas incapazes de exercer seus direitos cívicos. Ao que Condorcet respondia, não sem humor, que nunca se pensara em privar de seus direitos as pessoas que têm gota todos os invernos, ou aquelas que se resfriam com facilidade (...) As mulheres – dizia-se – são intelectualmente inferiores aos homens. A prova é sua falta de gênio. Elas têm mesquinhas e miudezas que lhes são próprias. Não são conduzidas pela razão, mas por suas paixões. Também não têm o sentido da justiça, pois obedecem mais ao sentimento do que à sua consciência moral. E depois, como conceder-lhes os direitos cívicos, uma vez que dependem inteiramente de seus maridos? E se lhes é permitido votar, não vão ter uma influência desastrosa sobre os homens? Enfim, o último argumento invocado que, talvez pesasse mais que todos os outros, era o medo de que as mulheres deixassem os deveres que a natureza lhes teria reservado. Se elas participassem da vida pública, quem cuidaria dos filhos e manteria o lar acolhedor?²⁰⁹

Condorcet respondia a essas objeções defendendo uma educação similar entre homens e mulheres que promovesse uma igualdade entre os sexos. Ao compreender que não é a natureza, mas a educação que gera as diferenças entre os gêneros, as mulheres, para ele, além de ter direito à educação pública deveriam frequentar os mesmos bancos escolares que os homens. A educação mista, segundo ele, longe de perverter os costumes levaria a uma sociedade mais igualitária.

O Deputado Pierre Guyomar parte do mesmo princípio da semelhança dos sexos para incluir a mulher no conceito de humanidade. O pensamento de Guyomar é o mesmo de Condorcet: na formulação das leis metade da sociedade, isto é, os homens, não podem privar a outra metade do direito, ou seja, as mulheres, de emitir sua opinião²¹⁰.

Guyomar observa que a Declaração dos Direitos diz que a lei deve ser expressão da vontade geral. No entanto, segundo o pensador, a Declaração trata apenas da vontade geral dos homens, já que a das mulheres não merece ser consultada. Além disso, afirma

²⁰⁹ BADINTER, Elisabeth. *Palavras de Homens*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991, p.14.

²¹⁰ Idem, p.13.

que as mulheres não possuíam cidadania, pois não tinham o direito de votar nas assembleias e radicaliza sua posição ao defender que a palavra “cidadã” deveria ser abolida do vocabulário francês pela razão de significar algo que na prática não existia.

Demonstrando ser um homem muito avançado para o século XVIII, Guyomar defende o direito de ambos os cônjuges requererem o divórcio. De acordo com ele, a igualdade de direitos manteria a paz nos lares, a liberdade dada a dois indivíduos de se separarem reduz a possibilidade destes se odiarem.

Outro Deputado defensor dos direitos das mulheres foi Lequinio. Da mesma forma que Pierre Guyomar, Lequinio defende a introdução do divórcio sob os argumentos de que uma mulher não pode ficar submetida aos caprichos do seu marido e que a possibilidade de anular um casamento seria um passo decisivo na libertação das mulheres.

Por outro lado, alguns pensadores comungavam da opinião de Rousseau de que as mulheres deveriam ser as rainhas do lar e que deviam exercer seu poder sobre a esfera doméstica tendo como principal atribuição a educação dos filhos. Exemplar nesse sentido são as palavras do deputado francês André Amar que em 1793 ao se indagar sobre qual era o caráter próprio da mulher, respondeu da seguinte forma:

Os costumes e a natureza lhe atribuíram funções: começar pela educação dos homens, preparar o espírito e o coração das crianças para as virtudes públicas, dirigi-las desde cedo para o bem, elevar sua alma e instruí-las no culto político da liberdade; tais são suas funções, depois dos cuidados do lar, a mulher é naturalmente destinada a fazer amar a virtude. Quando tiverem cumprido todos esses deveres, terão prestado serviços relevantes à pátria.²¹¹

Para André Amar, o serviço que as mulheres poderiam prestar à França não era no debate público como cidadãs que participavam das decisões políticas do país, mas dentro de casa, reclusas, participando somente de discussões restritas ao âmbito familiar:

Elas têm vários outros meios de prestar serviços à pátria; podem esclarecer seus esposos, comunicar-lhes reflexões preciosas, fruto da calma de uma vida sedentária; dedicar-se a fortalecer neles o amor pela pátria, com todo o poder que lhes dá o amor privado; e o homem, esclarecido por discussões familiares e pacíficas no seio de seu lar, trará para a sociedade as ideias úteis que uma mulher honesta lhe terá

²¹¹ BADINTER, Elisabeth. *Palavras de Homens*, Op.Cit, p.190.

dato. Julgamos, portanto, que uma mulher não deve sair de sua família para imiscuir-se nas questões do governo²¹².

Outro revolucionário partidário da tese de que as mulheres não deveriam ter os direitos de cidadania respeitados foi Proudhomme. Este pensador enfatiza que cada sexo tem seus deveres bem definidos e os costumes sofrem quando um dos dois sexos desempenha o papel do outro. Neste sentido, as mulheres deveriam ficar confinadas dentro de casa, adotar sem questionamento a religião de sua família e seguir todos os princípios políticos do marido ou de seu pai sem discuti-los:

Mas quanto à política e à religião, o mais conveniente e mais simples para elas é ser da mesma opinião de seus pais, ou de seus esposos; não devem de modo algum ter opinião sobre esse tipo de assunto. E não é reduzi-las a um papel passivo; muito ao contrário, se lhes proibimos os estudos contemplativos, é para não desviá-las das funções ativas que as esperam e as concentram em suas casas²¹³.

Proudhomme conclui que a natureza não fez as mulheres para refletir, mas para amar e serem amadas. Devem amar seus pais, seus maridos e seus filhos e que este amor, de filha, de mãe e de esposa, se constitui no único regulador de todos os seus pensamentos e todas as suas ações.

Da mesma forma que os dois revolucionários citados acima, Chaumette também faz alguns questionamentos com intuito de ratificar o discurso que a natureza feminina não permite que mulheres participem das decisões políticas do país e que devem permanecer nos cuidados do lar:

Desde quando é decente ver mulheres abandonarem os cuidados piedosos de seus lares e o berço de seus filhos para virem à praça pública, à tribuna dos discursos, à barra do Senado e às fileiras de nossos exércitos para cumprirem deveres que a natureza atribuiu apenas aos homens? A quem então essa mãe comum confiou os cuidados domésticos? A nós? Deu-nos mamas para aleitar nossos filhos? Abrandou nossos músculos para nos tornar próprios para os cuidados da choupana, da cabana, do lar? Não; ela disse ao homem: Sê homem – andanças, à caça, a labuta, as atividades políticas e as fadigas de todo espécie, eis teu apanágio²¹⁴

A partir destes discursos podemos entender porque as mulheres se manifestaram pouco durante a Revolução Francesa. Eram prisioneiras de um modelo de sociedade que as encarcerava no lar e impedia a ação pública. A ideologia dos revolucionários

²¹² Idem, p.191.

²¹³ Ibid, p.80.

²¹⁴ Ibid, p.197-198.

demonstrava como ocorreu a exclusão do feminino do terreno da cidadania. As mulheres não poderiam participar da esfera pública porque eram “por natureza” destinadas à esfera familiar, para a qual possuíam dotes específicos. A ideia de uma natureza feminina separada da masculina é um dos elementos que sustenta a construção revolucionária da cidadania. O fato de pertencerem a família como esposas e mães, para os construtores revolucionários da cidadania, constituía a causa da impossibilidade das mulheres serem cidadãs²¹⁵.

No entanto, a Revolução Francesa também teve suas atrizes, isto é, mulheres como Olympe de Gouges e Théroigne de Méricourt que procuraram de alguma forma subverter a ordem até então vigente. O que reivindicavam essas mulheres? Badinter responde a esta pergunta ao afirmar que as mulheres queriam:

O direito ao trabalho, à instrução, ao divórcio, e sobretudo o exercício de seus direitos cívicos, como cidadãs plenamente reconhecidas. Sem jamais recolocar em questão os deveres próprios de seu sexo, essas mulheres desejavam a todo custo ser iguais aos homens, e participar, como eles, da soberania popular²¹⁶.

Em contraposição a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) que pretendeu ser universal na defesa e na exposição dos direitos civis dos homens, neste caso entendido como indivíduos do gênero masculino, Olympe de Gouges redige em 1791 a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã que contesta justamente o conceito de igualdade utilizado na Declaração de 1789.

Ao tecer comentários sobre a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã, Gerhard nos mostra que o texto de Olympe de Gouges não ataca somente as questões estruturais da sociedade como a estratificação social baseada em estamentos, mas insere as relações de poder que ocorrem na esfera privada em suas críticas. Segundo a autora:

A *Declaração* de fato, não só formula a oposição contra o ordenamento social ou os privilégios de classe, mas ataca o domínio e o poder também no privado, nas relações entre homens e mulheres, revelando assim a outra condição fundamental da sociedade burguesa: a contradição entre o poder aparentemente pacificado no monopólio do poder do Estado e a exclusão e submissão das mulheres sob a

²¹⁵ GROPPi, Op.Cit, p.16.

²¹⁶ Ibid, p.10.

aparência do direito matrimonial ou no “espaço livre do direito” à privacidade²¹⁷.

O significado da Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã reside no fato de expandir os direitos a todos os seres humanos, inclusive aos homens. A crítica realizada por Olympe de Gouges busca denunciar que o conceito universal de “indivíduo” é um discurso masculino que se coloca como absoluto e pretende representar todo o gênero humano.

Gerhard enfatiza que a Declaração de 1791 demonstra uma noção de cidadania muito avançada para a época, já que toca em questões ainda não resolvidas na atualidade como direitos reprodutivos e liberdade da mulher dispor de seu próprio corpo. Nas palavras da filósofa alemã:

Olympe não reivindica apenas o direito à propriedade para as mulheres e uma maneira imbatível para elevar a alma das mulheres; fazê-las participar de todas as atividades do homem. De Gouges insiste também sobre o direito à própria pessoa. E considere-se que audácia representa para a época a reivindicação simultânea de relações amorosas livres, da dissolubilidade do casamento a qualquer momento, da manutenção do concubinato e da defesa dos direitos dos filhos, não importa de que pais provenham. O direito à própria pessoa compreende também e sobretudo o direito à autodeterminação e – em linguagem moderna – à “liberdade reprodutiva”: a questão ainda tão conflituosa, da autonomia de decisão da mulher em relação à própria gravidez. O controle da sexualidade e da capacidade procriadora da mulher, sua capacidade exclusiva de parir seres humanos e controlar deste modo a reprodução da espécie humana foram e evidentemente ainda são motivo e estímulo de tutela patriarcal e opressão das mulheres²¹⁸.

A Declaração redigida por Olympe de Gouges deixa claro, ainda no século XVIII, que os direitos humanos devem ser compreendidos também como direitos das mulheres entre os quais se incluem os princípios revolucionários de igualdade, liberdade e fraternidade. Neste sentido, podemos afirmar que a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã pode ser considerada a primeira manifestação feminista. Ao reivindicar que as mulheres fossem representadas como cidadãs, utilizando-se dos limites da pretensão universal da definição de indivíduo abstrato da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, Gouges expôs a primeira contradição da proposta revolucionária.

²¹⁷ GERHARD, Ute. Sobre a Liberdade, Igualdade e Dignidade das Mulheres: o direito “diferente” de Olympe de Gouges. In: BONACHI, Gabriella; GROPPI, Angela (orgs). *O Dilema da Cidadania: direitos e deveres das mulheres*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1995, p.52-53.

²¹⁸ Idem, p.63.

Enquanto Olympe de Gouges procura conquistar a cidadania política pela demonstração das capacidades intelectuais e racionais do gênero feminino, Théroigne de Méricourt constitui a figura mais representativa entre as que relacionaram o direito à cidadania política com a demonstração da capacidade feminina para usar armas e saber defender a pátria. De acordo com Fiorino, Théroigne de Méricourt “é portadora de uma cultura que promove a virilização das mulheres para conquistar novos espaços de liberdade; veste-se de amazona, pensando assim assemelhar-se a um homem e fugir da humilhação reservada a seu sexo²¹⁹”.

Em sua obra “A Cidadã Paradoxal” Joan Scott narra a história do feminismo desde a Revolução Francesa. Como estratégia de pesquisa Scott tomou quatro momentos da história moderna da França e elegeu, igualmente, quatro feministas francesas profundamente envolvidas na luta pelos direitos das mulheres, especialmente na luta sufragista. A primeira é a já mencionada Olympe de Gouges que atuou no século XVIII; a segunda é Jeanne Deroin, que teve uma participação intensa na Revolução de 1848; a terceira feminista citada é Hubertine Auclert, que militou na Terceira República no final do século XIX e por último, Madeleine Peletier cuja atuação se deu na metade do século XX. Segundo Frota, o que chamou atenção da autora ao observar a história dessas mulheres foi o radicalismo como denunciaram as contradições dos momentos políticos em que viveram, embora tenham tido princípios e concepções diferentes²²⁰.

Jeanne Deroin seguiu o caminho traçado por Olympe de Gouges. Deroin percebeu o direito ao voto como o principal direito tanto do cidadão quanto da cidadã. Foi militante socialista e organizou movimentos entre as operárias para discutir a questão salarial e promover mobilizações a favor do voto feminino. De acordo com Frota, Deroin entendeu que não era a natureza, o aspecto biológico, mas a organização social que produzia a diferença sexual. Para a feminista, o casal homem e mulher era “o indivíduo social” e não somente o homem deveria ser considerado o indivíduo. Lutava pela permanência do nome de solteira da mulher após o casamento para garantir sua individualidade.

²¹⁹ FIORINO, Vinzia. Ser Cidadã Francesa: uma reflexão sobre os princípios de 1789. In: BONACHI, Gabriella; GROPPi, Angela (orgs). *O Dilema da Cidadania: direitos e deveres das mulheres*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1995, p.88.

²²⁰ FROTA, Maria Helena de Paula. Igualdade/diferença: o paradoxo da cidadania feminina segundo Joan Scott. *O Público e o Privado*. Fortaleza, nº19, janeiro/junho de 2012, p.45.

Derooin também considerou a maternidade como um trabalho produtivo, por isso deveria ser remunerado. Para resolver esta questão propôs um “dote social” para as mulheres a título de compensação pelo referido trabalho. Pregou o amor livre para as mulheres, independente das funções reprodutivas. Criou o Clube das Mulheres, uma organização exclusivamente feminina. Em 1849, em uma atitude de afronta à Constituição, porque não era permitido votar nem ser votada, concorreu a uma cadeira ao Parlamento²²¹.

A terceira feminista, Hubertine Auclert, atuou no debate político no final do século XIX e deu continuidade a luta pelo voto feminino. Auclert insistiu na necessidade das mulheres trabalharem e no reconhecimento do trabalho doméstico remunerado, já que seu valor econômico era essencial para a sociedade. A feminista também afirmava a existência de interesses particulares das mulheres, justificando seu ingresso no mundo da política. Além disso, nos convida a pensar sobre o significado da linguagem e a falta, na língua francesa, de denominações no feminino em determinadas profissões, questionando como as mulheres poderiam exercê-las se elas sequer existiam nos dicionários.

Por fim, Madeleine Pelletier atuou no final do século XIX e início do século XX. Achava que a identidade feminina aceita pela maioria das mulheres era um fenômeno psicológico, não físico. Tal identidade, segundo Pelletier, era concebida como uma forma de pressão internalizada causa e efeito da subordinação. Dessa forma, insistia que as feministas se virilizassem, vestissem suas filhas de roupas masculinas como aspecto fundamental da política feminista. Transgredia costumes da época ao usar cabelos curtos, colarinhos postigos enfrentando os insultos das ruas. Foi considerada predecessora dos direitos dos homossexuais, lançou uma campanha a favor do aborto, pregava a maternidade como uma escolha, não como uma obrigação e o direito da mulher sobre seu corpo. Defendia o controle da natalidade como uma expressão do direito à individualidade. Fazia campanha para que as mulheres conseguissem o status de cidadã. Por sua grande visibilidade política foi considerada como uma anomalia por seus algozes que indagavam *que animal é esse?*²²².

²²¹ Idem, p.46.

²²² Idem, p. 47-48.

Qual foi o destino dessas mulheres que lutaram para que os direitos de cidadania fossem estendidos ao feminino? Qual foi o destino das quatro feministas que tiveram a audácia de questionar o poder masculino na sociedade? Scott nos responde a essas indagações com as seguintes palavras:

Olympe de Gouges foi guilhotinada pelos Jacobinos sob a acusação de cometer excessos de imaginação; Jeanne Deroin foi ridicularizada por querer virar o mundo de cabeça para baixo; Hubertine Auclert foi comparada à Medusa e vista como afligida por loucura ou histeria, segundo relatório da polícia de 1880; Madeleine Pelletier foi considerada uma fonte de desorganização moral pelos grupos contrários à limitação de natalidade na década de vinte e confinada numa instituição para doentes mentais até o fim da vida²²³.

Portanto, o discurso feminista que nasceu no final do século XVIII foi brutalmente combatido e podemos dizer que a visão da mulher que trinfou no século XIX foi aquela disseminada por Rousseau no século anterior. Foi sem dúvida o filósofo Francês o grande vencedor do embate entre aqueles que discutiam os direitos das mulheres. Segundo Silva:

O século XIX foi marcado pelo movimento de domesticação das mulheres. Achava-se, sobretudo, com base na ciência do período, que as mulheres deveriam ater-se unicamente ao papel de mãe de família, cuidadora atenta do lar e do marido. O espaço privado era concebido como eminentemente feminino. Os assuntos concernentes ao público eram um apanágio masculino e as mulheres não deveriam nele imiscuir-se²²⁴.

Ao tecer comentários sobre a cidadania feminina na França no século XIX, Michelle Perrot diz que havia um abismo profundo entre cidadania social e cidadania política, por um lado, e entre homens e mulheres por outro. A autora observa que o fato do sufrágio “universal” se tornar critério de soberania e ser concedido ao conjunto dos homens em 1848, fez com que as mulheres se sentissem ainda mais rejeitadas²²⁵.

²²³ SCOTT, Joan W. *A Cidadã Paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Tradução de Élvio Antônio Funck. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2002. p.47.

²²⁴ SILVA, Marinete dos Santos. Costureira, Artista, Prostituta ou Cidadã?: As Francesas no Espaço Público Carioca no Século XIX e suas Vozes Dissonantes. In: FARIA, Lia; LÔBO, Yolanda (orgs). *Vozes Femininas do Império e da República: Caminhos e Identidades*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013, p.183.

²²⁵ PERROT, Michelle. As Mulheres e a Cidadania na França: História de uma Exclusão. In: PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Bauru, SP: Edusc, 2005, p.330.

Perrot salienta que a política se define e se organiza como um domínio masculino e excludente das mulheres. No século XIX houve uma tentativa europeia de racionalização da sociedade em que os papéis, as tarefas e os espaços eram equivalentes aos sexos. De acordo com a autora “o público, cujo coração é ocupado pela política pertence aos homens. O privado, cujo centro é ocupado pela casa, é delegado às mulheres (sob controle dos homens). A família opera a junção entre os dois”²²⁶.

Da mesma forma que Perrot, Pinsky e Pedro observam como no século XIX vários argumentos utilizados no século XVIII se solidificaram. Numa época de avanços na democracia em que se questionava o direito absoluto dos monarcas e as distinções entre aristocratas e plebeus, os direitos das mulheres encontravam no discurso essencialista uma barreira difícil de ser transposta. As autoras enfatizam que:

O ideal tradicional de mulheres como seres domésticos, voltados prioritariamente à família, encontrou, no desenvolvimento econômico e urbano do século XIX, condições de se tornar real para um número cada vez maior de mulheres o que, por sua vez, fez com que o próprio ideal fosse sustentado e reforçado. O ideal masculino era de alguém racional, agressivo, corajoso, capaz de tomar decisões lúcidas, empreendedor e dominador, apto à vida pública, enquanto a mulher deveria ser sentimental, passiva, casta, vulnerável, dependente e destinada ao lar. De certo modo, as próprias mudanças convenceram a muitos que as mulheres não deveriam deixar suas atribuições de mãe e esposa obediente, permanecendo definidas por sua relação com um homem²²⁷.

De acordo com as autoras citadas, no maior parte do século XIX em alguns países capitalistas ocidentais como a Inglaterra, França e Estados Unidos, a distribuição dos direitos era deficiente em toda a sociedade. Se utilizarmos o direito político como exemplo, notamos que era monopólio de alguns grupos, pois só votava quem tinha uma condição econômica suficiente. A ampliação e universalização da cidadania política, mesmo para as pessoas do sexo masculino, ao longo do século XIX e início do século XX foi uma conquista que exigiu muita luta. No caso das mulheres, a situação era ainda mais dramática já que quando parcelas da população conseguem um avanço nos seus direitos, as mulheres além de serem deixadas em segundo plano poderiam sofrer um efeito reverso na expansão dos seus:

As mulheres, porém, constituem um caso especial entre os desfavorecidos pela cidadania, pois não colhem na mesma medida que os homens do povo os avanços nas legislações, sendo que, algumas

²²⁶ Idem, p.338.

²²⁷ Pinsky, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Op.cit., p.271.

vezes, esses próprios avanços significaram para elas discriminações ainda mais evidentes. Em vários momentos, os próprios proletários – que de maneira mais eficaz, gradativamente, conseguem obter direitos políticos – abraçam as ideias contrárias à capacidade política das mulheres e à ampliação das conquistas cidadãs para o sexo feminino²²⁸.

Segundo Pinsky e Pedro, os novos códigos de leis nacionais regulamentaram os papéis sexuais em prejuízo das mulheres ao considerar a submissão feminina a partir de fatores naturais, formalizando atitudes repressivas em relação às mulheres. Sobre esta questão as autoras comentam que:

Aos olhos da lei, todas as mulheres casadas foram classificadas em uma categoria única e colocadas ao lado de outros grupos excluídos da vida jurídica (como crianças, insanos e criminosos). Mesmo quando descartaram desigualdades tradicionais – limitando ou abolindo privilégios aristocráticos, removendo discriminações religiosas ou profissionais, estabelecendo distinções baseadas em posses ao invés do nascimento ou até princípios de igualdade total (sem distinção de classes) perante a lei -, esses novos códigos, frequentemente, excluíram o sexo feminino de tais ganhos democráticos²²⁹.

Os códigos de leis nacionais do século XIX também negam às mulheres casadas o controle de suas propriedades e ganhos e dão a autoridade da família apenas ao marido, já que as mulheres, por serem consideradas legalmente menores, estão sob a guarda do esposo. A superioridade do homem é justificada a partir da ideia da fragilidade do sexo feminino, cabendo somente ao marido prover a mulher e seus filhos e decidir sozinho sobre as questões familiares como punições e guarda dos filhos em caso de separação. Soma-se a isso o fato de ser permitido ao esposo forçar a mulher a ter relações sexuais e a infidelidade feminina ser punida de forma mais severa que a masculina²³⁰.

No que tange à educação formal para as mulheres, gostaríamos de ressaltar que não era muito valorizada no século XIX. Seguindo a ideologia propagada por Rousseau a educação serviria para as meninas tornarem-se boas cumpridoras de seus papéis femininos como futuras mães e esposas. Como a educação formal das meninas era vista como menos importante que a dos meninos, estes tiveram prioridade quando surgiram

²²⁸ Idem, p.271.

²²⁹ Ibid, p.272. As autoras citam como exemplo o Código Napoleônico de 1804 em que as mulheres perderam terreno e foram niveladas legalmente aos menores, loucos, criminosos e incompetentes.

²³⁰ Ibid, p.272. De acordo com Pinsky e Pedro, na Inglaterra as esposas condenadas por adultério podiam ser presas, os homens adúlteros apenas pagavam multa. Na França sob o Código Napoleônico, uma esposa adúltera podia ser presa por mais de dois anos, o marido permanecia impune se levasse a amante para sua casa, mas mesmo que não fizesse isso sua pena era mais leve.

as escolas públicas primárias, fazendo com que as garotas tivessem que esperar muitos anos para gozarem do direito social a educação.

Contudo, mesmo que com muitas dificuldades a alfabetização das mulheres progrediu nas cidades do século XIX. Segundo Pinsky e Pedro, por volta de 1880, os principais países da Europa haviam implantado um ensino primário e secundário para as meninas. A expansão da educação afetou a vida das mulheres que puderam ampliar seus horizontes²³¹. Uma das oportunidades que se abriu às mulheres - principalmente para as solteiras²³² - foi de trabalhar como professoras. Com o passar do tempo, a tradição e a aceitação de baixos salários fizeram com que as mulheres predominassem no ensino das crianças.

Outra questão que merece menção e que demonstra como as mulheres possuíam uma cidadania incipiente refere-se aos salários pagos no século XIX. Aquelas que trabalhavam em fábricas ou no setor de serviços recebiam de metade a dois terços do que ganhavam os homens. Além disso, os setores que empregavam as mulheres eram os menos prestigiados da economia e mais suscetíveis ao desemprego. Segundo Pedro e Pinsky “o fato de empregadores contratarem prioritariamente mulheres para determinados serviços significava que queriam diminuir seus custos com mão de obra”²³³.

O trabalho nas fábricas pagava pouco às mulheres e não reservava às operárias o mesmo respeito daquelas que somente cuidavam do lar. É interessante observar que as operárias enfrentavam tanto a oposição dos patrões quanto dos trabalhadores fabris. Pinsky e Pedro demonstram que até as últimas décadas do século XIX a maior parte dos sindicatos masculinos se colocava contrário ao trabalho das mulheres nas fábricas. Os líderes sindicais recorriam ao discurso que afirmava ser a mulher menos capacitada que o homem para o trabalho fabril e que o espaço industrial não era um local moralmente adequado ao feminino. A visão que imperava naquele momento era a de que a maternidade²³⁴ e a domesticidade eram as atribuições propícias as mulheres²³⁵. As que trabalhavam como empregadas domésticas tinham um salário mais alto do que as que

²³¹ Ibid, p.275.

²³² Grande parte dos sistemas escolares no século XIX exigia que deixassem o cargo ao casarem-se.

²³³ Ibid, p.277.

²³⁴ Algumas mulheres quando se casavam levavam os filhos para o trabalho fabril. No final do século XIX esta atitude passou a ser proibida e os empregadores passaram a demitir mulheres casadas.

²³⁵ Ibid, p.279.

trabalhavam como operárias na indústria têxtil e se beneficiavam da alimentação e da moradia na casa dos patrões. No entanto, estavam sob constante vigilância e só podiam sair com permissão além de serem vulneráveis sexualmente aos homens da casa. Se engravidassem perdiam o emprego e não tinham direito a garantias legais ou econômicas em caso de demissão, inclusive por doença ou velhice²³⁶. O têxtil foi o principal setor de empregos das mulheres em fábricas ou ateliês. Elas entraram em massa nas fiações e tecelagens da Primeira Revolução Industrial na Inglaterra. O trabalho era temporário, pois as operárias não passavam a vida toda nas fábricas e eram admitidas muito jovens, por volta de 12 ou 13 anos de idade, permanecendo no trabalho até o casamento ou nascimento do primeiro filho.

Outra forma mais lucrativa de ganhar a vida do que o trabalho nas fábricas era a prostituição. Uma prostituta poderia ganhar em um dia o que as operárias auferiam em uma semana. Contudo, o controle sobre a prostituição por parte das instituições policiais era tamanho e dificultava esta atividade. Pinsky e Pedro narram como eram tratadas as prostitutas no século XIX e as consequências deste tratamento da seguinte forma:

No século XIX, em muitos países europeus, as prostitutas, para exercer a atividade legalmente, deviam estar registradas na polícia e, no caso das casadas, obter também a autorização do marido. Deveriam ser constantemente examinadas por um médico-policial que lhes dava permissão para trabalhar se estivessem livres de sintomas de doenças venéreas; caso recusassem o exame ou estivessem doentes, eram trancafiadas numa prisão-hospital, onde eram obrigadas a executar tarefas como costurar por longas horas diárias. Uma consequência de tais controles oficiais foi tornar a prostituta ainda mais marginal e estigmatizada, colaborando para aumentar o número das que permaneciam na atividade ao longo da vida, pois as mulheres registradas tinham mais dificuldades em encontrar outros tipos de emprego²³⁷.

Um pensador que no século XIX se opôs à ideia que recorria a uma natureza feminina inferior para excluir as mulheres dos direitos de cidadania foi John Stuart Mill. Uma das suas mais importantes obras publicada em 1869 intitulada “A Sujeição das Mulheres” representa o cerne de seu pensamento em favor da igualdade de direitos para as mulheres. Stuart Mill demonstrou ser um pensador muito à frente de seu tempo ao compreender a sujeição da mulher como algo construído a partir de uma socialização diferenciada do homem. De acordo com o autor londrino:

²³⁶ Ibid, p.278.

²³⁷ Ibid, p.278-279.

Todas as mulheres são criadas, desde muito cedo, na crença de que seu caráter ideal é o oposto do caráter masculino: sem vontade própria, com submissão e permitindo serem controladas por outros. Todas as moralidades e sentimentos afirmam que a obrigação da mulher é viver para os outros; abnegar-se completamente e viver somente para aqueles a quem está afeiçoada²³⁸.

Stuart Mill enfatiza que a subordinação legal de um sexo em relação a outro é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento da humanidade. Esta subordinação deveria, segundo o autor, ser substituída por um sistema de igualdade perfeita, sem qualquer poder ou privilégio para um lado e incapacidade para o outro²³⁹. Stuart Mill preocupa-se tanto com a desigualdade entre os gêneros que chega a afirmar que a regeneração da raça humana começará realmente quando as relações sociais entre os sexos forem colocadas sob a regra da justiça e da igualdade.

É interessante ressaltar que o autor do século XIX parece antecipar uma questão abordada pelo sociólogo Pierre Bourdieu²⁴⁰ no século XX. Da mesma forma que Bourdieu, Stuart Mill entende que a dominação dos homens sobre as mulheres é exercida através de um ato de consentimento, como se a ordem masculina não precisasse ser imposta através da força, mas sim a partir de elementos simbólicos imperceptíveis. A esse respeito Mill observa que “a regra do poder dos homens sobre as mulheres difere de todas as outras porque não é uma regra de força: é aceita voluntariamente; as mulheres não se queixam em fazer parte desta regra”²⁴¹.

A exclusão das mulheres aos direitos de cidadania nos países desenvolvidos e a sua suposta incapacidade para exercer determinadas funções que os homens podiam realizar é, de acordo com Stuart Mill, um dos poucos casos em que as leis e as instituições ainda diferenciariam pessoas a partir do seu nascimento. A subordinação social de metade da humanidade seria um fato isolado nas instituições sociais modernas, uma anomalia ou uma excrescência. Sobre esta questão o autor afirma que:

As limitações às quais as mulheres estão sujeitas pelo simples fato de terem nascido mulheres são os únicos exemplos deste tipo na legislação moderna. Em nenhum caso, exceto este, que abrange metade da raça humana, as elevadas funções sociais são negadas a qualquer pessoa por uma fatalidade de nascimento que nenhum esforço ou mudança de circunstância possa superar; até mesmo as limitações religiosas (além do fato de que na Inglaterra e na Europa

²³⁸ MILL, John Stuart. *A Sujeição das Mulheres*. São Paulo: Escala, 2006, p.32.

²³⁹ Idem, p.15.

²⁴⁰ Sobre a contribuição de Pierre Bourdieu aos estudos de gênero falaremos no próximo capítulo.

²⁴¹ Ibid, p.30.

elas praticamente não existem mais) não negam qualquer carreira para pessoas desqualificadas no caso da conversão²⁴².

Stuart Mill também foi um defensor incondicional dos direitos políticos das mulheres. O filósofo britânico argumentou que se os homens tinham a possibilidade de votar não havia motivo para negar as mulheres o acesso ao sufrágio. Para ele a maioria das mulheres de determinada classe social possuía uma opinião semelhante aos homens daquela mesma classe social, a menos se em alguns momentos houvesse questões que interessassem somente às mulheres. Neste sentido, como a classe social é mais decisiva na formação da opinião política que o gênero, as mulheres, assim como os homens, deveriam ter direito ao voto para que fossem garantidas a justiça e a igualdade.

Além da possibilidade de participarem das eleições, as mulheres também deveriam ter o direito de exercerem cargos públicos. Stuart Mill pondera que no caso das funções públicas o sistema político do país exclui os homens não aptos a exercê-los e faria o mesmo com as mulheres incapazes. Portanto, deve-se reconhecer que tanto homens como mulheres seriam capazes de exercerem tais cargos, da mesma forma que alguns indivíduos de ambos os gêneros não seriam.

Stuart Mill também entende como as relações hierárquicas entre os sexos podem transformar o casamento em uma relação de poder em que os homens impõem seus valores e desejos às mulheres. Mesmo que não queira afirmar que as esposas recebem um tratamento pior que o dos escravos, o autor observa que nenhum escravo é tão escravizado quanto uma esposa. Segundo o pensador dificilmente um escravo, exceto aquele intimamente ligado à pessoa de seu senhor, é um escravo de todas as horas e minutos como é a atividade de uma esposa que se dedica todo o tempo de sua vida ao casamento e às suas atribuições.

Ainda abordando a questão do casamento para defender os direitos das mulheres nas relações domésticas e na vida conjugal, Stuart Mill explicita que deve haver uma igualdade jurídica entre os cônjuges, pois somente assim um relacionamento pode ser coerente com a justiça e levar a felicidade de homens e mulheres. Um casamento baseado em relações igualitárias é para o autor um meio de transformar a vida diária da humanidade e pode tornar-se uma escola de aperfeiçoamento moral. A família deveria

²⁴² Ibid, p.37.

ser uma escola das virtudes da liberdade, uma escola de compreensão da igualdade e não uma imposição de obediência de um sobre o outro²⁴³.

Ao deixarmos o século XIX e entrarmos no século XX – o chamado século das mulheres - notamos que, apesar de inegáveis avanços e várias conquistas alcançadas, a cidadania feminina ainda necessitava percorrer um longo caminho para tornar-se plena. No que tange aos direitos políticos da cidadania, a possibilidade de votar e ser eleita nos principais países do Ocidente foram conquistados com muitas dificuldades. Assim como no século XIX, a ideologia de que o direito de voto para as mulheres traria conflitos para os lares e as desviariam de suas funções naturais ainda era utilizada, muitas vezes, com novas roupagens, com objetivo de afastar o feminino do mundo da política.

Segundo Pinsky e Pedro, alguns países como os Estados Unidos foram pioneiros na concessão do direito de voto às mulheres. Devido à pressão exercida pelo movimento feminista norte-americano, em 1919 as mulheres acima de 21 anos passaram a ser reconhecidas como cidadãs e em 1920 o direito de voto foi garantido em todos os estados da Federação²⁴⁴.

Gostaríamos de ressaltar que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foi um momento decisivo na luta feminina pelo acesso aos direitos políticos. O fato de as mulheres substituírem a mão de obra masculina arrefeceu os argumentos biológicos ou essencialistas de uma frágil natureza feminina, demonstrando a todos que as mulheres não tinham como únicos atributos a domesticidade e a maternidade o que contribuiu para o reconhecimento da mulher como portadora de direitos. Neste sentido, a partir da Primeira Guerra vários países concederam o direito de voto às mulheres como Dinamarca, Holanda, Islândia, Áustria, Alemanha, Canadá, Rússia e Inglaterra²⁴⁵.

No tocante aos direitos sociais uma das questões que mais separam homens e mulheres mundialmente refere-se aos salários auferidos. Quando analisamos a situação salarial da mulher no final do século XX e início do século XXI, notamos que a cidadania feminina ainda necessita percorrer um longo caminho para tornar-se plena. Segundo o

²⁴³ Ibid, p.68.

²⁴⁴ PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Op.cit., p.295. Alguns países concederam o direito de voto as mulheres antes dos Estados Unidos. Isto ocorreu em países do norte europeu como na Finlândia em 1906 e na Noruega em 1913. O primeiro país a permitir que mulheres votassem foi a Nova Zelândia em 1893.

²⁴⁵ Idem, p.295. Em 1918 o sufrágio feminino foi aprovado na Inglaterra com algumas restrições. Só votavam as mulheres casadas, as chefes de família com nível universitário e as maiores de trinta anos. Somente em agosto de 1928 as mulheres passaram a votar sob as mesmas condições dos homens.

sociólogo espanhol Manuel Castells um dos principais fatores para a contratação de mão de obra feminina no contexto mundial é a possibilidade de pagar menos pelo trabalho, já que a diferença salarial entre homens e mulheres persiste no mundo inteiro²⁴⁶.

Ao tocar nesta questão tendo como pano de fundo a sociedade francesa, Badinter enfatiza que mesmo com mais anos de estudos que os homens, a proporção de desempregadas é maior que a de desempregados e que, mesmo com uma formação similar, a defasagem salarial continua a se aprofundar em prejuízo das mulheres. A autora também comenta que as mulheres representam somente 8% dos dirigentes das cinco mil maiores empresas da França e ocupam apenas 5,26% das cadeiras dos conselhos administrativos das 120 maiores sociedades do país. Dessa forma, para a filósofa francesa, muitos homens alegam sua superioridade financeira para deixar a maior parte das tarefas domésticas e familiares a cargo de suas companheiras²⁴⁷.

De acordo com Pinsky e Pedro, o trabalho em tempo parcial é a característica principal do trabalho das mulheres nos países desenvolvidos. O argumento de que as mulheres se adequam melhor a este tipo de serviço pela possibilidade de ao mesmo tempo administrar o lar e o emprego, acoberta a ideologia de que as mulheres devem ser as responsáveis pela esfera doméstica consistindo em uma nova forma de manter a diferença de rendimentos entre homens e mulheres sempre invocando a “natureza dos sexos”²⁴⁸.

Laufer observa que a alta do emprego feminino em tempo parcial é um dos fatores que explicam as diferenças salariais entre homens e mulheres no contexto mundial. Devido à necessidade de conciliar trabalho e a vida familiar, muitas mulheres são admitidas no mercado de trabalho em tempo parcial, com remuneração menor, horários flexíveis e proteção social limitada. O crescimento do desemprego e o desenvolvimento do trabalho em tempo parcial, porque dizem respeito mais às mulheres do que aos homens,

²⁴⁶ CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p.204.

²⁴⁷ BADINTER, Elisabeth. *Rumo Equivocado: O feminismo e alguns dos seus destinos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.148.

²⁴⁸ Pinsky, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Op.cit., p.300.

constituem obstáculos para a prática da igualdade profissional e social entre homens e mulheres e, dessa forma, para o avanço da cidadania feminina.²⁴⁹

O trabalho em tempo parcial permite às mulheres associar trabalho remunerado e não remunerado na Holanda, Reino Unido, Alemanha e França. Notamos a presença do discurso androcêntrico no mercado de trabalho europeu ao definir as tarefas do lar como funções tradicionalmente femininas, o que leva obviamente a um aumento do trabalho em tempo parcial:

(...) Os empregadores recorrem a jornadas de tempo parcial para organizar a flexibilidade da mão de obra feminina, ao mesmo tempo que contam com a rotatividade das equipes em tempo integral e com as horas extras para flexibilizar os empregos de predominância masculina. Essa diferenciação decorre da norma do “chefe de família” que ainda repousa no seguinte contrato: os homens geralmente procuram trabalho em tempo integral, enquanto as responsabilidades domésticas das mulheres fazem pressão sobre o tempo que elas dedicam ao emprego²⁵⁰.

Portanto, podemos afirmar que existe uma feminização do trabalho em tempo parcial que reflete o peso de argumentos biologizantes e essencialistas ajudando a justificar as discriminações salariais entre homens e mulheres nos principais países ocidentais, o que, sem dúvida alguma, é mais um fator que transforma as mulheres em cidadãs de segunda categoria.

A luta das mulheres por igualdade também ainda está em curso quando o assunto é o direito de decidir sobre sua própria sexualidade e sua capacidade reprodutiva. Foi a partir dos anos 50 que se iniciou o desenvolvimento de contraceptivos orais à base de hormônios. Nos Estados Unidos a pílula anticoncepcional começou a ser vendida em 1960, na Grã-Bretanha em 1961 e na França em 1967. Os modernos contraceptivos colocaram o controle da reprodução sob o domínio das mulheres, tornando-as independentes do desejo e controle masculinos. As pílulas poderiam ser tomadas sem o conhecimento do marido, dos pais ou dos líderes religiosos²⁵¹.

²⁴⁹ LAUFER, Jacqueline. Entre a esfera pública e a esfera privada: os desafios dos direitos das mulheres. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução de Clevis Rapkiewicz. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003, p.127.

²⁵⁰ FAGAN, Colette; O'REILLY, Jacqueline; RUBERY, Jill. O tempo parcial na Holanda, na Alemanha e no Reino Unido: um novo contrato social entre os sexos? In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução de Clevis Rapkiewicz. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003, p.304.

²⁵¹ Pinsky, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Op.cit., p.302.

Ao contrário do direito ao uso de contraceptivo, a campanha contra a criminalização do aborto exigiu uma luta ferrenha. Em 1936 as feministas inglesas conseguiram a aprovação do aborto em caso de a mãe correr perigo físico ou psicológico. Ainda na Inglaterra, em 1967 foi aprovada uma lei que autorizava o aborto até a 28ª semana de gravidez desde que houvesse o parecer de dois médicos atestando que a vida da mãe ou do filho corria perigo, ou que havia a possibilidade de a criança ser deficiente. Essa lei praticamente liberou o aborto na Inglaterra tornando o país um lugar de migração para mulheres que quisessem abortar²⁵².

Na década de 70 os Estados Unidos definiu que o aborto era um direito constitucional da mãe e os estados da União não tinham permissão para legislar sobre a questão. Dessa forma, a interrupção voluntária da gravidez passou a ser livre nos três primeiros meses de gestação. Na mesma década o aborto foi descriminalizado na Alemanha Ocidental, na França e na Itália²⁵³.

No entanto, em vários países ainda hoje o aborto é criminalizado. Mesmo naqueles cuja legislação não prevê a punição para a prática, o direito de recorrer a ele não está totalmente assegurado. Neste sentido, o impedimento de a mulher dispor de seu próprio corpo e a ausência de direitos reprodutivos constituem mais um obstáculo para a consolidação da cidadania feminina.

Vimos até aqui como desde as revoluções do século XVIII as mulheres vêm lutando por direitos e igualdade, mas apesar de importantes conquistas como o direito de educação e voto, o modelo de igualdade que prevaleceu foi um modelo alicerçado no padrão masculino de igualdade e neste modelo não estava incluída a igualdade para as mulheres. De acordo com Ávila, a relação hierárquica entre homens e mulheres, considerada natural, manteve-se na modernidade. No projeto iluminista de modernidade ocidental, as relações entre os sexos foram ainda definidas como parte da ordem natural das coisas²⁵⁴. A cidadania foi construída no ocidente de modo sexuado ao tratar mulheres e homens com base em uma perspectiva biologizante e essencialista. Um questionamento que neste momento julgamos pertinente é: como terá sido o processo de construção da cidadania no Brasil? É sobre esta questão que falaremos a partir de agora.

²⁵² Idem, p.303.

²⁵³ Ibid, p.303.

²⁵⁴ ÁVILA, Maria Betânia. Cidadania, Direitos Humanos e Direitos das Mulheres. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs). Op.Cit, p.126.

3.2 -O desenvolvimento da cidadania no Brasil

Como demonstramos nas páginas acima a cidadania não seguiu um caminho linear em países ocidentais como Inglaterra, França e Estados Unidos. Pudemos verificar como seu desenvolvimento foi um processo marcado por inclusão de alguns grupos e exclusão de outros de qualquer tipo de direito. No caso da cidadania brasileira, nossa sociedade guarda algumas características similares aos principais países do ocidente, no entanto, possui também traços próprios bem definidos, com suas peculiaridades e idiosincrasias.

Algumas características da colonização portuguesa no Brasil construíram um legado de tradição cívica pouco desenvolvida. Em três séculos de colonização (1500-1822) os portugueses edificaram um país extenso territorialmente, dotado de unidade linguística, cultural e religiosa, mas, por outro lado, deixaram uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata e uma economia alicerçada na monocultura. Dessa forma, quando o país se tornou independente não tínhamos a ideia bem consolidada de cidadãos brasileiros. Segundo Carvalho um fator preponderante para obstar o desenvolvimento da figura do cidadão como portador de direitos foi a escravidão:

O fator mais negativo para a cidadania foi a escravidão (...) Embora concentrados nas áreas de grande agricultura exportadora e de mineração, havia escravos em todas as atividades, inclusive urbanas. Nas cidades eles exerciam várias tarefas dentro das casas e na rua. Nas casas, as escravas faziam o serviço doméstico, amamentavam os filhos das senhas, satisfaziam a concupiscência dos senhores. Os filhos dos escravos faziam pequenos trabalhos e serviam de montaria nos brinquedos dos sinhozinhos. Na rua, trabalhavam para os senhores ou eram por eles alugados²⁵⁵.

A escravidão tinha um peso tão grande na sociedade colonial brasileira que toda pessoa com recursos possuía um ou mais de um escravo. É interessante ressaltar que os próprios libertos muitas vezes adquiriam escravos e a escravidão adentrava todas as classes sociais.

Podemos afirmar que uma sociedade sustentada no binômio escravidão e grande propriedade não criava um terreno fértil para a formação de futuros cidadãos. Os escravos obviamente não podiam ser considerados cidadãos já que não tinham os

²⁵⁵ CARVALHO, José Murilo de. Op.Cit, p.18. Os escravos começaram a ser importados na segunda metade do século XVI. Até 1822 cerca três milhões de escravos foram introduzidos na colônia.

direitos civis básicos: a integridade física, a liberdade e a vida, sendo considerados pela lei como propriedades do senhor, igualando-se aos animais. Além dos escravos, os senhores também não poderiam ser considerados cidadãos, pois não existia no Brasil uma noção muito cara ao conceito de cidadania, a ideia de igualdade jurídica. Sobre esta questão, Carvalho observa que:

Não se pode dizer que os senhores fossem cidadãos. Eram, sem dúvida, livres, votavam e eram votados nas eleições municipais. Eram os “homens bons” do período colonial. Faltava-lhes, no entanto, o próprio sentido de cidadania, a noção de igualdade de todos perante a lei. Eram simples potentados que absorviam parte das funções do Estado, sobretudo as funções judiciárias. Em suas mãos, a justiça, que é a principal garantia dos direitos civis, tornava-se simples instrumento do poder pessoal. O poder do governo terminava na porteira das grandes fazendas²⁵⁶.

Para José Murilo de Carvalho outro aspecto da administração colonial portuguesa que impedia o desenvolvimento de uma consciência de direitos era a negligência com que era tratada a educação básica. Em 1872, cinquenta anos após a independência, somente 16% da população era alfabetizada²⁵⁷.

Portanto, pensar o Brasil colonial a partir do tripé dos direitos da cidadania, nos leva a conclusão de que neste período da história brasileira não havia cidadãos. Os direitos civis estavam restritos a poucas pessoas, os direitos políticos eram incipientes e os direitos sociais não eram nem mencionados, pois as raras atividades de assistência social estavam nas mãos da Igreja Católica e de particulares:

Este panorama de exclusão de grande parte da população dos direitos da cidadania não foi radicalmente modificado com a independência do Brasil em 1822. Um processo de independência relativamente pacífico que teve como característica fundamental a negociação entre a elite nacional, a coroa portuguesa e a Inglaterra, tendo D. Pedro como mediador. A escolha de um modelo de governo monárquico em vez de republicano foi resultado de uma convicção da elite de que somente um rei poderia manter a ordem social e a unidade territorial do país²⁵⁸.

É importante lembrar que mesmo com a independência não houve modificação na estrutura escravocrata da sociedade, a manutenção da escravidão trazia grandes limitações ao exercício dos direitos civis.

²⁵⁶ Idem, p.21.

²⁵⁷ Ibid, p.23.

²⁵⁸ Ibid, p.27.

No que tange aos direitos políticos, a Constituição outorgada de 1824²⁵⁹ definiu quem poderia votar e ser votado. Estavam aptos a votar todos os homens de 25 anos ou mais que tivessem uma renda mínima de 100 mil-réis. Mesmo com uma Constituição considerada liberal para a época, as mulheres e os escravos não podiam votar e serem votados ficando excluídos dos direitos políticos. Uma observação que se faz necessária é que a limitação por renda era de pouca importância. Segundo Carvalho:

A maioria da população trabalhadora ganhava mais de 100 mil-réis por ano. Em 1876, o menor salário do serviço público era de 600 mil-réis. O critério de renda não excluía a população pobre do direito de voto. Dados de um município do interior da província de Minas Gerais, de 1876, mostram que os proprietários rurais representavam apenas 24% dos votantes. O restante era composto de trabalhadores rurais, artesãos, empregados públicos e alguns profissionais liberais (...) A lei brasileira permitia que analfabetos votassem. Talvez nenhum país europeu tivesse legislação tão liberal²⁶⁰.

Por outro lado, a cidadania brasileira que se desenvolveu com a Constituição de 1824, especificamente no tocante aos direitos políticos, era muito frágil. A população analfabeta chegava a 85% do total, mais de 90% dos brasileiros viviam nas áreas rurais e eram, em grande parte, controlados ou influenciados pelos grandes proprietários rurais. Quanto aos que residiam nas cidades, muitos eleitores eram funcionários públicos controlados pelo governo²⁶¹.

Além disso, as eleições eram constantemente violentas e alvo de fraudes o que feria os direitos políticos dos cidadãos. A fraude era algo tão corriqueiro que surgiram especialistas em burlar eleições como o cabalista e o fósforo. O primeiro procurava incluir o maior número possível de eleitores de seu chefe na lista de votantes. Como a lei não dizia como a renda que tornava apto o indivíduo a votar deveria ser comprovada, o cabalista fornecia a prova através do testemunho de alguém que afirmava que o votante possuía renda legal. Por seu turno, o fósforo comparecia no lugar do alistado,

²⁵⁹ Esta Constituição estabeleceu a divisão entre os três poderes e criou um quarto poder chamado de Moderador que era atributo do Imperador. Este poder permitia ao Imperador nomear ministros de Estado sem autorização do Legislativo.

²⁶⁰ Ibid, p.30. No mesmo período as exigências de renda na Inglaterra eram muito mais altas. Quanto ao número de pessoas que votavam, a participação em eleições no Brasil era expressiva. Em 1872, 13% da população total, excluídos os escravos, votavam. Na Inglaterra esse número era de 7%, na Itália 2%, em Portugal 9% e na Holanda 2,5%. Participação mais alta havia nos Estados Unidos em que 18% da população votou para presidente em 1888.

²⁶¹ Ibid, p.32.

mesmo que este tivesse morrido, e votava no lugar do eleitor legítimo. O fósforo conseguia votar várias vezes, em vários locais, representando pessoas diferentes²⁶².

No Brasil do século XIX, o voto não tinha um sentido de direito à participação nas decisões políticas do país, mas estava atrelado a um ato de obediência, lealdade ou gratidão aos chefes locais. À medida que o eleitor percebe a importância do voto para os chefes políticos as relações clientelistas passam a ser recorrentes. O voto deixa de ser então uma questão somente de obediência e passa a ser utilizado como moeda de troca para ganhar dinheiro, roupa, sapatos ou até uma boa refeição.

Mesmo com uma cidadania pouco desenvolvida, em 1881 o Brasil sofreria um retrocesso em termos de direitos políticos. A Câmara dos Deputados aprovou uma lei que passava para 200 mil-réis a exigência de renda para votar, proibia o voto dos analfabetos e tornava o voto facultativo²⁶³.

A nova lei reduziu de forma gritante o número de aptos a votar por dois motivos. Em primeiro lugar, ao tornar mais rígida a comprovação da renda fez com que muitos indivíduos que tinham renda suficiente não votassem por não conseguirem provar seus rendimentos. Contudo, o duro golpe nos direitos políticos foi dado ao excluir os analfabetos. Como cerca de 20% da população era alfabetizada, a lei de 1881 excluiu 80% da população masculina do direito de voto. O historiador José Murilo de Carvalho afirma que “com a lei de 1881 o Brasil andou para trás, perdendo a vantagem que adquirira com a Constituição de 1824”²⁶⁴.

O quadro acima mencionado não foi modificado com a proclamação da República em 1889. A Constituição republicana de 1891 eliminou somente a exigência de 200 mil-réis para votar. Continuaram excluídos da possibilidade de votar os analfabetos, as mulheres, os mendigos, os soldados e os membros das ordens religiosas.

Para Carvalho a herança da colonização pesou mais sobre os direitos civis. Um misto formado por escravidão, concentração da terra e um Estado apropriado por grupos

²⁶² Ibid, p.33-34.

²⁶³ Ibid, p.38.

²⁶⁴ Ibid, p.39. A consequência para as estatísticas eleitorais foram enormes. Em 1872, havia mais de 1 milhão de votantes, correspondentes a 13% da população livre. Em 1886, votaram nas eleições parlamentares pouco mais de 100 mil eleitores, ou 0,8% da população total. Houve um corte de aproximadamente 90% do eleitorado enquanto a tendência nos países europeus era na direção de ampliar os direitos políticos. Somente na eleição presidencial de 1945 é que compareceram as urnas 13,4% dos brasileiros, número pouco superior ao de 1872.

privados foram três obstáculos ao desenvolvimento da cidadania civil. Segundo o historiador brasileiro:

O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana ao escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado. Esses três empecilhos ao exercício da cidadania civil revelaram-se persistentes. A escravidão só foi abolida em 1888, a grande propriedade ainda exerce seu poder em algumas áreas do país e a desprivatização do poder público é tema da agenda atual de reformas²⁶⁵.

Pelo fato do Brasil ser até 1930 um país predominantemente agrícola o poder dos coronéis substituía e se confundia em muitos lugares com o próprio poder estatal. A ação dos coronéis impedia a formação de cidadãos porque era um obstáculo tanto aos direitos políticos quanto aos direitos civis. Nas fazendas a legislação brasileira era desconsiderada e vigia a lei do coronel, por ele criada e executada. Seus empregados não eram cidadãos brasileiros, mas súditos dele. Carvalho observa como a ação coronelista era perniciosa para o exercício dos direitos no país da seguinte forma:

O que significava tudo isso para o exercício dos direitos civis? Sua impossibilidade. A justiça privada ou controlada por agentes privados é a negação da justiça. O direito de ir e vir, o direito de propriedade, a inviolabilidade do lar, a proteção da honra e da integridade física, o direito à manifestação, ficavam todos dependentes do coronel. Seus amigos e aliados eram protegidos, seus inimigos eram perseguidos ou ficavam simplesmente sujeitos aos rigores da lei²⁶⁶.

Com direitos civis e políticos tão pouco desenvolvidos, os direitos sociais também eram precários ou quase inexistiam. No Brasil da República Velha, a assistência social não era promovida pelo Estado e estava quase exclusivamente nas mãos de associações privadas como irmandades religiosas e sociedades de ajuda mútua.

Em uma sociedade que ainda era predominantemente rural, a ação do coronel no âmbito dos direitos sociais também merece destaque. No campo, a tímida assistência social era exercida pelos coronéis. Estes controlavam a justiça e a polícia, compravam remédios para os trabalhadores, conseguiam médicos, levavam ao hospital e prestavam serviços funerários. Sobre este ponto, José Murilo de Carvalho tece os seguintes comentários:

A dominação exercida pelos coronéis incluía esses aspectos paternalistas que lhe davam alguma legitimidade. Por mais desigual que fosse a relação entre coronel e trabalhador, existia um mínimo de reciprocidade. Em troca do trabalho e da lealdade, o trabalhador

²⁶⁵ Ibid, p.45.

²⁶⁶ Ibid, p.57.

recebia proteção contra a polícia e assistência em momentos de necessidade. Havia um entendimento implícito a respeito dessas obrigações mútuas. Esse lado das relações mascarava a exploração do trabalhador e ajuda a explicar a durabilidade do poder dos coronéis²⁶⁷.

Gostaríamos de enfatizar que até 1930 existia no Brasil uma cidadania incipiente. A participação política nacional era limitada a pequenos grupos. O povo não teve espaço no sistema político, seja no período imperial, seja na República. O Brasil no início do século XX não havia formado cidadãos que tivessem plena consciência e pudessem exercer seus direitos como indivíduos dotados de autonomia.

A partir de 1930, com o fim da República Velha e o início do governo de Getúlio Vargas, mudanças sociais e políticas aconteceram de forma acelerada no país, principalmente um avanço na área dos direitos sociais. O ano de 1930 foi um divisor de águas no desenvolvimento da cidadania no Brasil, fundamentalmente no tocante à questão trabalhista e social. Uma das primeiras medidas do novo governo foi a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e, posteriormente, a implementação da legislação trabalhista com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) em 1943. Sobre a expansão dos direitos trabalhistas, Carvalho demonstra que:

na área trabalhista, foi criado em 1931 o Departamento Nacional do Trabalho. Em 1932, foi decretada a jornada de oito horas no comércio e na indústria. Nesse mesmo ano, foi regulamentado o trabalho feminino, proibindo-se o trabalho noturno para mulheres e estabelecendo-se salário igual para homens e mulheres. O trabalho de menores só foi efetivamente regulado em 1932, apesar da existência de legislação anterior a 1930. No mesmo ano foi criada a carteira de trabalho, documento de identidade do trabalhador, muito importante como prova nas disputas judiciais com os patrões (...) Entre 1933 e 1934, o direito de férias foi regulamentado de maneira efetiva para comerciários, bancários e industriários. A constituição de 1934 consagrou a competência do governo para regular as relações de trabalho, confirmou a jornada de oito horas e determinou a criação de um salário mínimo capaz de atender às necessidades de um trabalhador chefe de família²⁶⁸.

Este avanço na proteção social escondia um lado negativo. Grande parte dos trabalhadores do país estava excluída da legislação que não abarcava os trabalhadores autônomos, domésticos e imensa quantidade de trabalhadores rurais. Portanto, os direitos sociais não eram vistos como um direito de todos, mas somente atingiam aqueles que o governo decidia favorecer.

²⁶⁷ Ibid, p.64.

²⁶⁸ Ibid, p.112-113.

Houve no Brasil uma inversão cronológica da expansão dos direitos da cidadania da forma como foram descritos por Marshall. Em terras brasileiras os direitos sociais se desenvolveram antes dos direitos políticos e civis. Esta antecipação dos direitos sociais fazia com que não fossem vistos como direitos, não eram percebidos como algo conquistado, mas como um favor do líder político ou do governo gerando um sentimento de gratidão e lealdade por parte da população. Sobre esta questão, Gomes observa que:

Nessa proposta de pacto político entre representantes (o Executivo, o presidente da República) e representados (o povo, os trabalhadores), o que se valora é a ideia de cidadania centrada nos direitos sociais, e não nos direitos políticos e civis. Por isso, tais direitos sociais são garantidos pelo Estado como uma forma de doação, ao mesmo tempo obrigatória e generosa. O presidente se “antecipava” às demandas dos trabalhadores e oferecia a legislação social como um “presente” do Estado, que “devia” ser aceito pela população. Dar e receber são, nessa cadeia, atos interdependentes que constituem um vínculo político. Essa cultura política do “direito como dádiva” do Estado, e do direito de cidadania como “direito social do trabalho”, tornou-se desde então fundamental para a constituição de um espaço público e de um tipo de pacto entre Estado e sociedade no Brasil²⁶⁹

Em relação aos direitos políticos tivemos no Brasil entre 1930 e 1945 um período de grande instabilidade marcado por avanços e retrocessos. A fase em que os direitos políticos foram respeitados durou até 1934 quando a assembleia constituinte votou uma nova Constituição e elegeu Getúlio Vargas presidente seguida de uma fase de retração de direitos entre 1937 e 1945. Entre esses anos, a institucionalidade legal do país foi rompida e um governo autoritário instalado. Os direitos civis e políticos da cidadania foram suspensos enquanto os direitos sociais, especialmente os direitos do trabalho, continuaram a ser implementados e propagandeados²⁷⁰.

Um dos grandes avanços nos direitos políticos no período Vargas foi a introdução do voto feminino fruto do trabalho do movimento feminista brasileiro liderado pela zoóloga e ativista Bertha Maria Júlia Lutz. Ao retornar da Europa em 1918, após estudar Biologia na Sorbonne, Bertha Lutz deu início a uma luta pela emancipação feminina.

Bertha Lutz lutou de forma incessante pelo direito ao voto feminino e ao trabalho, conquistando uma vaga de secretária no Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1919,

²⁶⁹ GOMES, Angela de Castro. *Cidadania e direitos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p.44.

²⁷⁰ Idem, p.33.

em um momento em que o serviço público era vedado às mulheres. A ativista rapidamente se tornaria uma das maiores referências nos movimentos de mulheres da época e uma das feministas mais influentes no Brasil.

Ainda em 1919, foi criada a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher que transformou-se em 1922 na Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) que sob a direção de Bertha Lutz lutava principalmente para que os direitos políticos fossem estendidos às mulheres.

Soihet observa que Bertha Lutz acreditava que o acesso aos direitos políticos era essencial à obtenção das garantias com base na lei. Desta forma, Bertha e suas companheiras procuravam movimentar a opinião pública ao mesmo tempo em que pressionavam os membros do Congresso. Utilizavam-se dos laços de amizade existentes entre seus familiares e membros do poder para obter simpatias políticas e fazer avançar a discussão em torno do sufrágio feminino²⁷¹.

Em dezembro de 1922 a Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF) promoveu no Rio de Janeiro o Primeiro Congresso Internacional Feminino com a presença de representantes de vários países. A partir de então a questão em torno do voto feminino ganhou tamanho impulso que alguns juristas passaram a se pronunciar favoravelmente à constitucionalidade do sufrágio feminino. Além disso, a pressão das feministas no Congresso Nacional angariou novos apoios²⁷².

Em junho de 1931, a FBPF realizou o Segundo Congresso Internacional Feminista. Dentre os encaminhamentos do Congresso dirigidos a Getúlio Vargas estavam: a reivindicação quanto aos direitos das mulheres votarem e serem votadas e de influírem na vida pública do país em condição de igualdade para ambos os sexos. O resultado desta luta foi que em 1932 o Brasil ganhou um novo código eleitoral que estabeleceu no país o voto secreto e feminino. O Brasil foi o segundo país da América Latina, antes somente o Equador, a estender às mulheres o direito de voto, fazendo-o antes de países mais desenvolvidos como França e Itália²⁷³. De acordo com Oliveira:

O direito das mulheres brasileiras para escolher seus representantes políticos foi assegurado pela primeira vez por meio do Decreto

²⁷¹ SOIHET, Rachel. A Conquista do Espaço Público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto: 2012, p.222-223.

²⁷² Idem, p.225.

²⁷³ Ibid, p.225-226. As francesas conquistaram o direito ao sufrágio em 1944 e as italianas em 1946.

n.21.076 de 24 de fevereiro de 1932, que criou o Código Eleitoral Provisório, mas impôs algumas limitações, visto que, permitia às mulheres casadas, com autorização dos maridos, e as viúvas e solteiras que tivessem renda própria, o exercício do direito de voto e, não estabelecendo o direito de voto feminino. Com a promulgação da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil em 1934, o Código Eleitoral Provisório passou por algumas alterações e, as restrições ao voto das mulheres brasileiras foram em parte eliminadas ou substituídas por outros critérios. Assim, foi imposta uma nova exigência de que poderiam votar as mulheres que exercessem uma função pública remunerada, além de fixar que a obrigatoriedade do voto era exclusivamente um dever masculino²⁷⁴.

Com a deposição de Getúlio Vargas foram convocadas eleições presidenciais e legislativas para dezembro de 1945. A partir de 1946, com a promulgação de uma nova Constituição e a eleição de Eurico Gaspar Dutra, o país passou a experimentar um regime democrático. Sobre este momento da história do Brasil, José Murilo de Carvalho diz que:

A Constituição de 1946 manteve as conquistas sociais do período anterior e garantiu os tradicionais direitos civis e políticos. Até 1964, houve liberdade de imprensa e de organização política. Apesar de tentativas de golpes militares, houve eleições regulares para presidente da República, senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. Vários partidos políticos nacionais foram organizados e funcionaram livremente dentro e fora do Congresso, à exceção do Partido Comunista, que teve seu registro cassado em 1947. Uma das poucas restrições sérias ao exercício da liberdade referia-se ao direito de greve²⁷⁵.

No que tange especificamente à participação feminina, Oliveira observa que a Constituição de 1946 garantiu legalmente às mulheres a igualdade política e a obrigatoriedade do voto em eleições federais, estaduais e municipais, reconhecendo, tardiamente, o direito feminino à cidadania política²⁷⁶.

Uma questão que merece nosso destaque refere-se ao aumento da participação popular na política a partir de 1945 o que, sem dúvida alguma, representa uma ampliação no exercício dos direitos políticos e um ganho para a cidadania. De acordo com Carvalho, em 1930 os votantes não eram mais que 5,6% da população total. Na eleição presidencial de 1945 esse número passou para 13,4%, chegando a 18% em 1960. Quando analisamos os números absolutos, o número de eleitores deu um salto de 1,8

²⁷⁴ OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de. Op. Cit., p.92.

²⁷⁵ CARVALHO, José Murilo de. Op.Cit. p.127.

²⁷⁶ OLIVEIRA, Olga Maria Boschi Aguiar de, Op. Cit. p.92.

milhão em 1930 para 14,7 milhões nas eleições legislativas de 1962, as últimas antes do golpe de 1964²⁷⁷.

O aumento da participação popular nas decisões políticas parecia sinalizar para uma consolidação do regime democrático no Brasil. No entanto, não foi o que aconteceu. Por que a democracia foi interrompida em um momento que aparentemente era favorável a seu estabelecimento? Carvalho responde a esta indagação com as seguintes palavras:

A resposta pode estar na falta de convicção democrática das elites, tanto da esquerda como de direita. Os dois lados se envolveram em uma corrida pelo controle do governo que deixava de lado a prática da democracia representativa. Direita e esquerda preparavam um golpe nas instituições. A direita, para impedir as reformas defendidas pela esquerda e para evitar o que achavam ser um golpe comunista-sindicalista em preparação. A esquerda, com Leonel Brizola à frente, para eliminar os obstáculos às reformas e neutralizar o golpe de direita que acreditavam estar em preparação. No calor da luta, foram sendo aos poucos abandonadas as possibilidades de negociação no Congresso e nos partidos. As lideranças caminharam na direção de um enfrentamento fatal para a democracia²⁷⁸.

Neste sentido, assim como em 1937 na ditadura varguista, em 1964 houve a imposição de um regime ditatorial que restringiu direitos civis e políticos com uso do artifício da violência. Os dois períodos guardam suas semelhanças por terem sido momentos em que apesar do retrocesso nas áreas dos direitos civis e políticos, notamos um avanço em alguns direitos sociais pela forte atuação do Estado como propulsor do desenvolvimento econômico.

Segundo Carvalho, os governos militares podem ser divididos em três fases. A primeira vai de 1964 a 1968 que corresponde ao período do governo Castelo Branco a Costa e Silva. As características principais desse momento foram as intensas atividades repressiva com alguns sinais de abrandamento. O segundo período entre 1968 e 1974 compreende os anos mais nebulosos sob o ponto de vista dos direitos políticos e civis. Esta fase mesclou truculência e violência por parte do Estado com altos índices de crescimento econômico. O terceiro momento inicia-se em 1974 com a posse de Ernesto Geisel e termina em 1985 com a eleição indireta de Tancredo Neves. Este período é

²⁷⁷ CARVALHO, José Murilo de. Op.Cit. p.146.

²⁷⁸ Ibid, p.150.

caracterizado pela tentativa de Geisel de liberalizar o sistema e de um crescimento gradativo das vozes de oposição à ditadura²⁷⁹.

O regime militar foi um período de anticidadania principalmente em relação aos direitos civis e políticos. Como o governo sofreu uma derrota nas eleições estaduais de 1965 os militares tomaram novas medidas repressivas. Em outubro de 1965 foi decretado o Ato Institucional nº02 que dissolveu os partidos políticos criados a partir de 1945 e estabeleceu um regime bipartidário. Além disso, aumentou os poderes presidenciais dando-lhe o direito de dissolver o parlamento quando bem entendesse²⁸⁰.

Outro golpe nos direitos civis e políticos foi dado em 1968 através do Ato Institucional nº05 (AI-5). Esta medida foi uma das mais significativas da retomada autoritária. De acordo com Carvalho:

O ato Institucional nº05 (AI-5) foi o mais radical de todos, o que mais fundo atingiu direitos políticos e civis. O Congresso foi fechado, passando o presidente, general Costa e Silva, a governar ditatorialmente. Foi suspenso o *habeas corpus* para crimes contra a segurança nacional, e todos os atos decorrentes do AI-5 foram colocados fora da apreciação judicial²⁸¹.

O ápice das medidas de repressão ocorreu sob o governo do general Médici (1969-1974). Através da promulgação da nova lei de segurança nacional introduziu-se a pena de morte por fuzilamento²⁸². Em 1970 iniciou-se a censura prévia em jornais, livros e outros meios de comunicação. A imprensa passou a ter que conviver com a presença do censor que filtrava as informações que poderiam ser divulgadas para a população.

O regime militar guardava algumas ambiguidades que merecem ser mencionadas. Mesmo com o ataque à liberdade de expressão acima narrado, o Congresso manteve-se aberto em praticamente todo o período de 1964 a 1985 e as eleições legislativas foram mantidas. Por outro lado, as eleições diretas para governadores foram suspensas a partir de 1966, retornando em 1982. Para presidente da República, os brasileiros ficaram sem exercer o direito de escolha entre 1960 a 1989, quase trinta anos de exclusão.

É importante ressaltar que enquanto os direitos da cidadania retrocediam, o período militar produziu, principalmente na década de 70, um significativo crescimento

²⁷⁹ p.157.

²⁸⁰ Ibid, p.161.

²⁸¹ Ibid, p.161-162.

²⁸² É importante dizer que a pena de morte foi abolida após a proclamação da República e já não era utilizada no Império.

econômico. A partir de 1968, ano em que o regime tornou-se mais duro e violento, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) ultrapassou a do período Kubitschek (1956-1961) mantendo-se em aproximadamente 10% e chegando ao ápice de 13,6% em 1973. Devido às altas taxas de crescimento este momento ficou conhecido como “milagre econômico” brasileiro²⁸³.

Concomitantemente ao crescimento, o “milagre econômico” aumentava a desigualdade social e a concentração de renda no Brasil. Sobre esta questão controversa, Carvalho tece os seguintes comentários:

O sentido do “milagre” econômico foi posteriormente desmitificado por análises de especialistas que mostraram seus pontos negativos. Houve, sem dúvida, um crescimento rápido, mas ele beneficiou de maneira muito desigual os vários setores da população. A consequência foi que, ao final, as desigualdades tinham crescido ao invés de diminuir²⁸⁴.

Vale ressaltar que à medida que restringia os direitos civis e políticos, o regime militar procurou expandir os direitos sociais. Em 1966 foi criado o Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) que unificava o regime previdenciário com exceção do funcionalismo público e militar. No mesmo ano, os militares estabeleceram o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que funcionava como um seguro-desemprego para o trabalhador que fosse demitido. Em 1971 foi criado o Fundo de Assistência Rural (Funrural), que estendia os benefícios da previdência aos trabalhadores do campo. Ainda no governo Médici foram incluídas na previdência as duas únicas categorias de trabalhadores com emprego formal que estavam de fora: as empregadas domésticas e os trabalhadores autônomos²⁸⁵.

Neste sentido, se fizermos uma análise do regime militar tendo como eixo central o processo de construção da cidadania no Brasil podemos dizer que houve uma ampliação dos direitos sociais e um recuo dos direitos civis e políticos, com uma tentativa que nos parece recorrente na história brasileira de compensar a falta de liberdade política com avanços na área social.

Os direitos civis foram os mais atingidos no período em que os militares mantiveram-se no poder. A suspensão do *habeas corpus* tornava os cidadãos indefesos nas mãos do

²⁸³ Ibid, p.168.

²⁸⁴ Ibid, p.168.

²⁸⁵ Ibid, p.172.

governo, as prisões eram realizadas sem mandado judicial e os presos estavam expostos à tortura sem gozar do direito à defesa. As liberdades de expressão e pensamento eram cerceadas pela censura e o poder judiciário, guardião dos direitos civis dos indivíduos, estava sob controle estatal o que demonstrava que os três poderes não eram independentes e equipotentes. Portanto, a precariedade dos direitos, fundamentalmente os civis, transformou o período em que os militares detinham o poder em um dos principais óbices para a consolidação da cidadania plena no Brasil do século XX.

Com a retomada do governo civil em 1985 e a promulgação da Constituição mais democrática que o país já teve em 1988 mudanças importantes se fizeram sentir na sociedade brasileira. Em 1989, houve a primeira eleição direta para presidente da República desde 1960 e, em seguida, um inédito processo de impedimento do presidente eleito. Entramos em um período em que os direitos políticos nunca foram tão extensos, mas com a manutenção de sérios problemas na área social, principalmente na educação, na saúde e no saneamento básico e houve um agravamento nos direitos civis no tocante à segurança individual.

No que tange aos direitos políticos houve um avanço significativo na porcentagem da população apta a votar. Em 1998, por exemplo, o eleitorado inscrito correspondia a 66% da população. A Constituição de 1988 ampliou também os direitos sociais. Fixou em um salário mínimo o limite inferior para as aposentadorias e pensões e estabeleceu o pagamento de uma pensão a todos os deficientes físicos com idade acima de 65 anos²⁸⁶.

Os direitos civis foram restabelecidos após a redemocratização em 1985, com destaque para a liberdade de expressão e organização. A Constituição de 1988 trouxe novos mecanismos de proteção ao cidadão como o direito de *habeas data* em que qualquer pessoa pode exigir do governo acesso a informações sobre ela nos registros públicos, mesmo as que são de caráter confidencial. Foi criado ainda o mandado de injunção, pelo qual se pode recorrer à justiça sempre que “a falta da norma regulamentadora torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania”²⁸⁷.

²⁸⁶ Ibid, p.206.

²⁸⁷ CITTADINO, Gisele. *Pluralismo, Direito e Justiça Distributiva*. 4.ed. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2012, p.48.

Mesmo com os avanços alcançados com o retorno da democracia, Carvalho observa que uma deficiência gritante nos direitos civis no Brasil verifica-se na ausência de segurança individual, na frágil garantia à integridade física e no incipiente acesso à justiça. O historiador afirma que a parcela da população que pode contar com a efetiva proteção da lei ainda é pequena, mesmo quando se considera as grandes cidades²⁸⁸.

Neste sentido, no que tange ao acesso aos direitos civis no Brasil, temos atualmente os cidadãos divididos em três classes. Há os de primeira classe, os privilegiados que muitas vezes estão acima da lei e que invariavelmente são denominados “doutores”. Geralmente fazem parte dessa camada pessoas de cor branca, ricas que podem manter vínculos com o governo ou com o próprio Poder Judiciário, como empresários, banqueiros, grandes proprietários urbanos e rurais e os políticos. Existem também aqueles que são cidadãos de segunda classe, que estão sujeitos aos rigores e benefícios da lei. Fazem parte desse grupo os trabalhadores assalariados com carteira de trabalho assinada, os pequenos proprietários urbanos e rurais. Podem ser de cor branca, parda ou negra e, como nem sempre tem conhecimento dos seus direitos podem ficar a mercê da polícia ou de outros agentes da lei que definem se seus direitos serão respeitados ou não. Por fim, há os cidadãos de terceira classe. Compõe essa camada a população marginal das cidades, trabalhadores rurais e urbanos sem carteira assinada, biscateiros e mendigos. Estes indivíduos tem um déficit enorme na cidadania, pois ignoram seus direitos civis ou estes são desrespeitados por outros cidadãos, pela polícia ou pelo governo²⁸⁹.

Portanto, o desenvolvimento da cidadania no Brasil percorreu um caminho singular, cheio de idas e vindas, avanços e retrocessos. Na forma como Marshall demonstrou a sequência de implementação dos direitos na Inglaterra, notamos um movimento que favorecia à consolidação democrática. Os direitos civis vieram primeiro e formaram a base para o surgimento dos demais. A partir das liberdades civis garantidas pelo poder Judiciário, expandiram-se os direitos políticos pela atuação dos partidos e do poder Legislativo e, finalmente, os direitos sociais foram colocados em prática pelo poder Executivo.

²⁸⁸ CARVALHO, José Murilo de. Op.Cit, p.215.

²⁸⁹ Idem, p.215-216.

Nosso objetivo aqui não é afirmar que existe uma única sequência para a consolidação da cidadania plena em um país, não existe um caminho inexorável a ser seguido. No entanto, a peculiaridade histórica brasileira influenciou de forma decisiva na situação da cidadania no presente. Como a base dos direitos de cidadania no Brasil foi forjada a partir dos direitos sociais e estes direitos foram expandidos em períodos ditatoriais em que o Legislativo praticamente não atuava, temos um comportamento político que valoriza excessivamente o Executivo como promotor de direitos em contraposição a uma subvalorização das esferas representativas do cidadão.

Dessa forma, o desafio de uma cidadania plena no Brasil permanece em voga. Quando passamos à cidadania feminina, observamos que o caminho para a conquista e consolidação de direitos civis, políticos e sociais é ainda mais árduo do que para o restante da população brasileira, pois os argumentos rousseauianos de uma “natureza” feminina apta às tarefas domésticas ecoaram também em nossa sociedade. Assim como nos países ocidentais anteriormente citados, no Brasil a cidadania também foi construída de modo sexuado com argumentos essencialistas e biologizantes.

De acordo com Moraes, para falar sobre o tema da cidadania no Brasil deve-se abordar a questão da pobreza de grande parcela da população e principalmente a desigualdade que aflige as mulheres. Nas palavras da autora:

No Brasil, a questão da cidadania enfrenta a segregação na pobreza de um enorme contingente da população. Somos uma das dez maiores economias do mundo e, ao mesmo tempo, um dos quatro países do mundo com maior concentração de riqueza e desigualdade social. Essa desigualdade atinge especialmente as mulheres, que são mais pobres que os homens, ganham menores salários e assumem maiores responsabilidades familiares e domésticas²⁹⁰.

Um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento da cidadania feminina no Brasil esteve ligado ao tratamento desigual dado aos sexos quando o assunto era educação. A presença feminina em estabelecimentos escolares só foi permitida por lei no país em 1827. O acesso à universidade só foi liberado a partir de 1879 através da Lei Leôncio de

²⁹⁰ MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no Feminino. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *História da Cidadania*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2008, p.495.

Carvalho, mas poucas mulheres tiveram a coragem de romper com o preconceito para sentar em um banco universitário²⁹¹.

Apesar da inclusão feminina na educação no século XIX e início do século XX, o processo de inserção não foi uniforme, pois era gritante a distinção do acesso de meninos e meninas na esfera escolar. Apesar de representar um avanço para as mulheres, a educação feminina continuava a ser justificada pela maternidade, ou seja, as mulheres deveriam ser educadas não porque eram cidadãs, mas para formar futuros cidadãos. A justificativa para investir na escolarização das mulheres estava pautada no fato de que as mulheres educadas são melhores mães.

Corroborando o argumento acima exposto, Rosemberg demonstra que a educação feminina justificava-se a partir de um discurso androcêntrico em que a mulher possuía papéis que a “natureza” lhe havia reservado. E um ser visto como naturalmente frágil e de pouca inteligência, apartado dos direitos individuais da cidadania, só poderia contribuir para a educação dos homens já que, estes sim, tomariam as rédeas da nação e seriam o futuro do país:

Sustentou-se a necessidade de se educar as mulheres (comedidamente, porém) porque elas seriam “educadoras de homens”, necessários à nação. Defendeu-se a educação diferenciada, porque mulheres eram tidas como menos inteligentes e mais frágeis que os homens. Incluiu-se Economia Doméstica em seu currículo, porque “a mulher é a rainha do lar”. Criticou-se a escola mista, por ser “promíscua”. Estimulou-se a formação de professoras, porque elas, “verdadeiras mães”, têm “vocação para o sacerdócio” que é o magistério. Combateu-se a educação diferenciada, com o argumento de que servia para relegar a mão de obra das mulheres ao “exército de reserva”, fazendo com que ocupassem postos com menor remuneração que os ocupados pelos homens no mercado de trabalho. Defendeu-se a ampliação da educação das meninas e moças, porque mulheres educadas adiam a primeira gravidez, espaçam os partos, cuidam melhor dos filhos, impedem a reprodução do círculo vicioso da pobreza, e porque seus filhos são mais educados²⁹².

O caráter sexuado da educação também se fazia presente nos impedimentos impostos à implementação de uma educação mista. Sob os argumentos de que a segregação sexual escolar preservava o recato e o pudor feminino algumas normas impediam que meninos e meninas frequentassem o mesmo espaço escolar. Podemos citar como exemplo o

²⁹¹ A primeira brasileira a possuir um diploma de ensino superior foi Maria Augusta Generosa Estrela que graduou-se em Medicina no ano 1882 nos Estados Unidos. No Brasil, a primeira mulher a graduar-se foi Rita Lobato que concluiu o curso da Faculdade de Medicina da Bahia em 1887.

²⁹² ROSEMBERG, Fúlvia. Op.cit, p.338-339.

Decreto-lei n.4.244 (Lei Orgânica do Ensino Secundário de 09 de abril 1942) que nas suas prescrições especiais dizia:

1. É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino secundário de exclusiva frequência feminina.
2. Nos estabelecimentos de ensino secundário frequentados por homens e mulheres, será a educação destas ministrada em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério da Educação.
3. Incluir-se-á nas 3ª e nas 4ª séries do curso ginásial e em todas as séries dos cursos clássico e científico a disciplina de Economia Doméstica.
4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar²⁹³.

Portanto, em nome de uma pretensa natureza feminina que a amarrava ao lar, o percurso das mulheres na busca do direito social à educação não foi muito alterado na medida em que se mudava o regime político como a passagem do Império à República, pois notamos ao longo da história do Brasil a manutenção de um modelo de educação profundamente sexista.

Podemos verificar no final do século XX e início do século XXI algumas mudanças e também permanências no padrão histórico de educação feminina. As diferenças educacionais entre homens e mulheres estão se tornando menores, inclusive no ensino superior.

Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que atualmente o nível de instrução das mulheres é mais elevado que o dos homens. Na faixa etária de 25 anos ou mais, o percentual de homens com pelo menos o nível superior de graduação completo foi de 9,9%, e das mulheres, de 12,5%. E a taxa de abandono escolar precoce (proporção de jovens entre 18 e 24 anos de idade que não haviam completado o ensino médio e não estavam estudando), era maior entre os homens (41,1%) que entre as mulheres (31,9%). O contingente feminino com pelo

²⁹³ Idem, p.337.

menos um curso superior de graduação completo foi inferior ao do masculino somente nas faixas a partir dos 60 anos de idade²⁹⁴.

É interessante observar que mesmo com o acesso à educação, os dados do IBGE mostram que a seção de atividade com maior predominância feminina foi a dos *Serviços domésticos*²⁹⁵, em que as mulheres constituíram 92,7%, vindo, em seguida, as seções da *Educação* (75,8%) e da *Saúde humana e serviços sociais* (74,2%).

Neste sentido, o maior acesso do feminino ao direito social à educação escolar não tem garantido iguais oportunidades para todas as mulheres. Rosemberg enfatiza que a antiga segregação escolar deixou suas marcas. De acordo com a autora, tem-se observado e denunciado desde a década de 70 uma separação informal que ocorre mesmo nas escolas mistas. Quando a escola permite e abre perspectivas de diferenciação, meninos e rapazes tendem a seguir trajetórias escolares com conteúdos tecnológicos e das Ciências Exatas, enquanto meninas e moças se voltam para Ciências Humanas, Letras e Literatura²⁹⁶.

Quando pensamos no direito social ao trabalho²⁹⁷ como um importante elemento da cidadania notamos também neste quesito avanços e retrocessos, mudanças e permanências. No entanto, entendemos que uma das maiores transformações dos últimos anos no Brasil foi a significativa inserção de mulheres no mercado de trabalho.

Segundo Matos e Borelli, o tema do trabalho no Brasil quando referido à mulher é marcado pela polissemia. Para as autoras alguns ainda confundem o trabalho feminino com as funções domésticas, os cuidados com a casa e a família. Além disso, o trabalho chegou a ser questionado como um elemento que impedia as mulheres de realizar as suas “verdadeiras funções” que são ser mãe e ser esposa²⁹⁸.

De acordo com Matos e Borelli, na última década do século XIX o Brasil passou por um processo de modernização ligado ao final da escravidão e do regime monárquico. Atrélado a estes eventos tivemos no país um processo de crescente urbanização,

²⁹⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2010*. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 de agosto de 2015.

²⁹⁵ Esta seção cobre as atividades realizadas nos domicílios por empregados domésticos.

²⁹⁶ ROSEMBERG, Fúlvia. Op.cit, p.352.

²⁹⁷ A questão do trabalho feminino será discutida com mais detalhes no próximo capítulo.

²⁹⁸ MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço Feminino no Mercado Produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p.127.

imigração, migrações internas e industrialização principalmente na região sudeste. Estas transformações econômicas e sociais geraram um novo perfil populacional com considerável aumento demográfico e aumento da presença feminina no universo do trabalho tanto na cidade quanto no campo²⁹⁹.

Neste sentido, condicionantes econômicos e sociais levaram as mulheres a assumirem funções produtivas que antes eram negadas ou inacessíveis a elas. Uma forma de entrada da mulher em campos antes proibidos foi assumir ocupações para as quais eram consideradas naturalmente hábeis ou vocacionadas como tarefas que estavam ligadas a fiar, tecer, costurar e servir. Matos e Borelli demonstram que, nas primeiras décadas do século XX, o setor fabril incorporou expressiva quantidade de mão de obra feminina. No entanto, esta inserção era restrita a alguns ramos, principalmente aqueles que necessitavam de apanágios considerados como “naturalmente” femininos:

O setor industrial em expansão arregimentou um número significativo de crianças e mulheres em diferentes setores. Na fiação e tecelagem (algodão, seda, juta e lã), mulheres e meninas eram cerca de 70% do total da mão de obra empregada. No setor de vestuário, confecções de roupas, camisas, malharia, produção fabril de redes, fitas, bordados, tamancos, chapéus e alimentos (massas, biscoitos e chocolate), mais da metade dos trabalhadores eram mulheres. Elas também atuavam na manufatura de cigarros, charutos e fumos, toucador, fósforos, velas e sabão. Na construção civil, na metalurgia, na cerâmica e no setor de vidro, porém, a participação feminina era mais reduzida. Pesava na opção por empregar mulheres em determinados setores a ideia bastante difundida de que delicadeza para lidar com certos produtos, submissão, paciência, cuidado e docilidade eram atributos femininos³⁰⁰.

A questão salarial demonstra como as mulheres nas primeiras décadas do século XX eram consideradas cidadãs de segunda categoria, pois as mulheres auferiam 65% do salário masculino. Soma-se a isso o fato de as atividades que tinham maior presença feminina foram progressivamente sendo desvalorizadas e desprestigiadas tanto financeira quanto socialmente. Matos e Borelli observam que os baixos salários, as tarefas repetitivas, monótonas e menos qualificadas foram características marcantes do emprego feminino nas indústrias com jornadas de trabalhos que poderiam chegar a 14 horas diárias, em fábricas insalubres e, muitas vezes, sem gozar de descanso semanal³⁰¹.

²⁹⁹ Idem, p.127-128.

³⁰⁰ Ibid, p.128.

³⁰¹ Ibid, p.128.

Mesmo suportando essas condições nefastas de trabalho, as mulheres eram muitas vezes tratadas pela imprensa operária como seres frágeis, indefesos, passivos e destituídos de consciência política. No entanto, é importante destacar que essa visão não refletia a realidade, já que as mulheres eram participantes ativas das lutas operárias, atuando em mobilizações, paralisando as fábricas, realizando piquetes, reivindicando a redução da jornada e melhores condições de trabalho. Existia também uma reação contra as reduções salariais, os maus-tratos e os assédios dos patrões³⁰².

É importante mencionar que como resposta às pressões da classe operária, surgiu uma legislação trabalhista nas primeiras décadas do século XX. Contudo, a legislação no intuito de proteger as mulheres causou, em alguns casos, um efeito reverso já que dificultou a manutenção e contratação de mão de obra feminina. Sobre esta questão, Matos e Borelli afirmam que:

Entre 1917 e 1919, vinculadas a preocupações de ordem moral, apareceram as primeiras medidas regulamentadoras do trabalho feminino, proibindo a jornada noturna das mulheres e a atividade durante o último mês de gravidez e o primeiro do puerpério. Contudo, essas medidas geraram ambiguidades e contradições: ao proteger as mulheres por considerá-las frágeis e vulneráveis, acabaram provocando demissões e dificultando a inserção feminina no mercado de trabalho, pois as mulheres passaram a ser vistas pelos empregadores também como mais onerosas³⁰³.

Quanto ao trabalho feminino fora da fábrica, as mulheres eram grande parte dos ambulantes que comercializavam verduras, legumes, frutas, carnes, leite, pão entre outros produtos. Também vendiam os produtos que eram frutos do trabalho como cozinheiras como doces e salgados que eram vendidos pela rua.

Outra forma das mulheres ganharem a vida era realizando o trabalho domiciliar, isto é, atividades realizadas nas próprias residências para empresas ou oficinas em que recebiam por peça. Este trabalho para as mulheres da época era interessante porque apesar da remuneração ser baixa, poderiam conciliar atividade produtiva com as funções de mãe e dona de casa. Em relação a esta atividade, Matos e Borelli dizem que:

Um número expressivo de mulheres trabalhava dessa maneira, particularmente nos chamados trabalhos “de agulha”. A qualificação da mão de obra era feita através do processo de socialização e da

³⁰² Ibid, p.129.

³⁰³ Ibid, p.129.

educação, ou seja, as mulheres utilizavam no trabalho habilidades apreendidas com outras mulheres ao longo de suas vidas. Destreza, rapidez, repetição e precisão eram elementos importantes para a execução de bordados e rendas, costura, tricô, crochê, manufatura de flores, ornamentos e chapéus, elaboração de enxovais de cama e mesa, lingerie, chinelos e também para a “costura de carregação” de produtos, como os sacos de juta para o café e os uniformes fabris. Muitas dessas atividades eram passadas de geração em geração³⁰⁴.

Uma das ocupações mais procuradas pelas mulheres dos setores populares foi a de lavadeira. As lavadeiras raramente possuíam um local privado para lavar as roupas, fazendo-o junto a rios ou chafarizes. Para realizar a entrega tinham que percorrer longas distâncias com as trouxas, já que lhes era proibido usar os bondes com os pacotes de roupas.

Outra ocupação feminina também muito comum no início do século XX era a de ama de leite. Se comparada a outras funções permitia ganhos maiores devido à valorização da responsabilidade com o cuidado com as crianças que necessitava de dedicação e paciência. O trabalho das amas era realizado tanto nas casas dos patrões quanto em suas próprias residências e seus serviços também eram utilizados pelos poderes públicos no aleitamento e cuidado com os órfãos³⁰⁵.

Com o passar do tempo modificou-se a noção de maternidade e a mãe passou a ser responsabilizada pelos cuidados e atenção para com as crianças. A partir disso, ocorreu uma ênfase na importância da amamentação maternal e aos poucos o chamado “aleitamento mercenário” foi perdendo espaço.

É importante ressaltar que após a Primeira Guerra Mundial se fortaleceu no Brasil a ideia de que as mulheres deveriam dedicar-se primordialmente às tarefas do lar e à maternidade. Segundo Matos e Borelli, o trabalho feminino neste período:

Começou a ser condenado pelo senso comum como um desperdício das energias femininas, fator de dissolução da saúde e da capacidade de desempenho das funções prioritárias de dona de casa, esposa e mãe. Nas próprias famílias que antes incentivavam o trabalho feminino – considerado fundamental no orçamento familiar – cresceu a oposição à atuação das mulheres no mercado de trabalho³⁰⁶.

³⁰⁴ Ibid, p.130.

³⁰⁵ Ibid, p.133.

³⁰⁶ Ibid, p.134.

A disseminação desta ideologia que mais uma vez tentava fazer com que a mulher regressasse e permanecesse no lar, somada a outros fatores como transformações no processo de industrialização com um maior desenvolvimento de setores tradicionalmente masculinos como o metalúrgico, siderúrgico e mecânico levaram a uma redução significativa da presença feminina no setor fabril entre 1920 e 1940.

Uma das principais atividades femininas durante todo o século XX foi sem dúvida alguma o magistério. Houve uma feminização do magistério porque era visto como um campo de atuação propício às mulheres que eram consideradas mais capazes de cuidar, educar e disciplinar as crianças. Até os anos 30 do século passado o magistério atraía mulheres da elite e da classe média da sociedade por proporcionar um razoável ganho financeiro e promover certo status social.

A partir da década de 50 com o aumento do número de crianças na escola ampliou-se a necessidade de docentes, o que fez com que as camadas sociais mais baixas ingressassem neste meio, popularizando a profissão. O resultado de se tornar uma profissão popular e maciçamente feminina foi que nos anos 60 e 70 iniciou-se um processo de redução dos ganhos dos docentes e conseqüentemente fez-se necessário o trabalho em mais de um turno para auferir uma renda minimamente digna.

A partir da década de 60 do século XX, a empregabilidade feminina cresceria de forma intensa e diversificada. Matos e Borelli elencam alguns elementos que contribuíram para tanto:

A redução do poder de compra e o arrocho salarial colocaram em xeque a sobrevivência e capacidade de consumo das famílias, levando mulheres de setores populares ao mercado de trabalho. Mudanças comportamentais (trazidas pelos movimentos feministas e de contracultura) alimentaram novas expectativas femininas, despertando o desejo de autonomia financeira e de realização profissional nas mulheres das camadas médias. A divulgação de novas possibilidades no controle da natalidade, como a difusão do consumo da pílula contraceptiva, possibilitou às mulheres escolher o número de filhos, diminuir e/ou postergar a maternidade, influenciando a entrada e permanência feminina no mercado de trabalho. Contribuiu ainda para incrementar a capacidade de investir nas carreiras profissionais³⁰⁷.

Nos anos 70, com a consolidação da industrialização no Brasil, a mão de obra feminina foi incorporada em ramos como as indústrias de eletroeletrônicos, de brinquedos,

³⁰⁷ Ibid, p.142-143.

farmacêutica e de cosméticos. A incorporação nestes setores manteve a lógica da crença nos atributos “naturais” femininos para realizar atividades repetitivas e que requeriam habilidade manual, cuidado e concentração. Nas décadas de 80 e 90 o crescimento dos setores de serviços e de comércio abriu novas possibilidades de emprego para mulheres com destaque para o setor bancário.

É importante ressaltar que nas últimas décadas do século XX, o Brasil passou por importantes transformações demográficas, culturais e sociais que tiveram grande impacto sobre o trabalho feminino. Dentre as principais mudanças podemos citar: a queda da taxa de fecundidade, sobretudo nas cidades e nas regiões desenvolvidas; a redução no tamanho dos arranjos familiares; envelhecimento da população, com maior expectativa de vida ao nascer para as mulheres; e finalmente, o crescimento de arranjos familiares chefiados por mulheres³⁰⁸.

Apesar desses avanços, como dissemos anteriormente o emprego doméstico remunerado é o nicho ocupacional feminino por excelência no qual mais de 90% dos trabalhadores são mulheres³⁰⁹. A estrutura ocupacional do mercado de trabalho brasileiro pouco se alterou nos últimos 30 anos. No emprego formal, permanece a elevada presença feminina em setores tradicionais da indústria, como é o caso das costureiras no ramo da confecção, assim como serviços de cuidado pessoal, higiene e alimentação, como é o caso das cabeleireiras e especialistas em estética em geral, das faxineiras, arrumadeiras em domicílios e hotéis, lavadeiras, tintureiras e cozinheiras³¹⁰.

De uma maneira geral, o Censo de 2010 demonstrou que enquanto o rendimento médio dos brasileiros homens estava em torno de R\$ 1400,00, o das mulheres estava em torno de R\$ 980,00. Portanto, no país as mulheres ainda possuem um rendimento médio cerca de 30% menor que o dos homens³¹¹.

³⁰⁸BRUSCHINI, Cristina; RICOLDI, Arlene Marinez; MERCADO, Cristiano Miglioranza. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al (orgs). *Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008, p.17.

³⁰⁹Temos outros guetos femininos no mercado de trabalho como enfermagem (89% de participação feminina), nutrição (93%), assistência social (91%), psicologia (89%), secretárias (85%) e magistério nos níveis pré-escolar (95%), fundamental (88%) e médio (74%).

³¹⁰Idem, p.28.

³¹¹ SCOTT, Ana Silvia. O Caleidoscópio dos Arranjos Familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012, p.25.

Os dados mais recentes demonstram que apesar das diferenças salariais entre homens e mulheres estarem diminuindo, a desigualdade ainda persiste. Segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2014 as mulheres receberam em média 74,5% da renda dos homens. Ainda de acordo com o levantamento, o rendimento médio de homens de 15 anos ou mais foi R\$ 1.987 no ano passado. Já o das mulheres da mesma faixa etária ficou em R\$ 1.480. A diferença de renda entre os sexos também foi observada entre aqueles que receberam até um salário mínimo. Enquanto 21,5% dos homens ocupados tiveram esse rendimento, o percentual entre as mulheres chegou a 30,6%³¹².

Esta diferença de rendimentos se agrava na medida em que avançamos nos graus de escolarização entre homens e mulheres. Se, como mostramos, as mulheres ocupadas ganham em torno de 70% do que recebem os homens, essa diferença se torna maior quando a escolarização aumenta. O salário médio das mulheres mais escolarizadas é cerca de 58% do rendimento médio dos homens na mesma situação³¹³.

Neste sentido, a igualdade entre homens e mulheres não foi ainda alcançada no mercado de trabalho. Portanto, é necessário enfatizar que o mercado de trabalho, em que os ganhos das brasileiras são inferiores aos dos brasileiros, configura-se como um importante espaço a demonstrar como a cidadania feminina, mesmo no século XXI, ainda é incipiente, necessitando percorrer um longo caminho para que mulheres e homens na prática cotidiana sejam tratados de forma equânime.

Quanto à legislação que protege o trabalho das mulheres e que expressa uma parte importante do elemento social dos direitos de cidadania, podemos dizer que um grande marco foi o item “Da proteção ao trabalho da mulher” da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943. Por meio deste item estabeleceu-se na forma da lei a equiparação salarial entre homens e mulheres. Apesar desse avanço, os argumentos essencialistas que denotavam incapacidade feminina para determinadas funções se manteve. As mulheres foram proibidas de realizar tarefas que eram consideradas inadequadas à sua capacidade física ou que poderiam colocar em risco sua saúde. Com exceção dos empregos nas áreas de telefonia, enfermagem, casas de espetáculo, hotéis,

³¹² CAOLI, Cristiane. *Mulheres recebem em média 74,5% do salário dos homens em 2014*. Disponível em: www.g1.com.br. Acesso em 13 nov.2015.

³¹³ Idem, p.35.

bares, o trabalho noturno também foi vetado às mulheres. Neste período, foi regulamentada ainda a licença-maternidade e a exigência de creches em empresas com mais de 30 trabalhadoras³¹⁴.

A partir da década de 60 do século XX, outras medidas legais foram tomadas no sentido de promover uma maior igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Em 1962 foi retirado do Código Civil o direito do marido de impedir sua esposa de trabalhar fora do domicílio. A situação de dependência e subordinação das esposas em relação aos maridos estava reconhecida por lei desde o Código Civil de 1916. Neste código, a mulher não possuía direitos civis já que era considerada civilmente incapaz como os menores, os silvícolas e os alienados³¹⁵.

Outras mudanças importantes vieram com a já mencionada Constituição de 1988 que ampliou a licença-maternidade para 120 dias, benefício estendido também as mães adotivas em 2002. Além disso, a Constituição representou um grande avanço ao decretar a igualdade formal entre homens e mulheres garantindo o princípio de isonomia entre os gêneros.

A aprovação do Código Civil de 2002 constitui um momento ímpar no reconhecimento da cidadania feminina. Resolveu uma questão que foi preocupação das feministas francesas na época da Revolução de 1789 ao considerar as mulheres como “pessoas”. Ao dizer que toda pessoa, ao invés de todo homem, é capaz de direitos e deveres na ordem civil desmistifica a soberania do homem como representante gramatical da humanidade e contribui para futuras mudanças na linguagem³¹⁶.

³¹⁴MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andre, Op.cit., p.142.

³¹⁵ SCOTT, Ana Silvia, Op.cit, p.23. Eis algumas afirmações do código que demonstram como a mulher era tratada como um ser inferior e, portanto, destituído das prerrogativas da cidadania: a) o casamento pode ser anulado caso ocorresse o defloramento da noiva antes do casamento, isto é, o marido ser surpreendido pelo fato de uma mulher não chegar virgem ao matrimônio; b) as mulheres casadas são consideradas relativamente incapazes, necessitando da autorização do marido para exercerem uma profissão; c) com relação aos filhos menores o homem tem o privilegio de decisão sobre seus atos, dessa forma, é quem concede emancipação ou casamento. A mulher só pode decidir caso o pai esteja morto ou ausente. Este direito está baseado no argumento de que na mulher a emoção predomina e somente seres dotados de razão como os homens teriam mais capacidade para avaliar o que é melhor para um filho.

³¹⁶ CORTÊS, Iáris Ramalho. Op. cit, p.270.

Contudo, na história brasileira a interferência do Estado no que concerne à proteção do trabalho feminino foi marcada por ambiguidades. Pode-se observar ao longo do tempo a manutenção de um padrão androcêntrico na ação estatal que legislava a favor das mulheres não porque eram cidadãs iguais aos homens, mas porque eram importantes para a manutenção da instituição familiar. Sobre esta questão Matos e Borelli dizem que:

As ações governamentais priorizaram a proteção e defesa da instituição familiar, reforçando a importância da maternidade e os cuidados femininos do lar. Considerando o trabalho das mulheres fora do domicílio uma atividade provisória e/ou complementar ao trabalho exercido pelo chefe de família, tais ações, em geral, privilegiaram os homens em detrimento das mulheres no mercado de trabalho. Contudo, quando a economia demonstrou necessitar da mão de obra feminina, o Estado e o patronato facilitaram a sua incorporação ao mercado³¹⁷.

Portanto, para finalizar este capítulo gostaríamos de acrescentar alguns comentários a fim de expor a forma como entenderemos a cidadania feminina no próximo capítulo. Sem deixar de lado a noção de cidadania formulada por Marshall – e como demonstramos seguida por outros autores - baseada na tripartição dos direitos em civis, políticos e sociais, torna-se necessário para os propósitos deste estudo enfatizar que a histórica dificuldade de combinar as responsabilidades familiares ou domésticas com as públicas e voltadas para o trabalho fora do lar são os principais obstáculos ao desenvolvimento de uma cidadania verdadeiramente igualitária para as mulheres.

Como mostramos nesta parte de nosso trabalho as mulheres constituem um grupo historicamente excluído de determinados direitos, isto é, um grupo minoritário no sentido sociológico do termo. Entendemos que se o conceito clássico de cidadania foi originalmente cunhado para incorporar o homem branco e ocidental, talvez necessite ser complementado quando há o intuito de abarcar um grupo que possui necessidades específicas como é o caso das mulheres. Dessa forma, argumentaremos no próximo capítulo – através das falas de algumas egressas do Programa Mulheres Mil que a cidadania plena, quando nos referimos especificamente ao ser feminino só poderá ser alcançada através de uma redefinição ou de um rearranjo da partilha das responsabilidades domésticas e familiares, ou seja, sustentaremos que mais do que uma

³¹⁷MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andre, Op.cit., p.142.

deficiência em direitos civis, políticos e sociais a desigual divisão sexual do trabalho é um dos principais empecilhos a efetivação da cidadania feminina.

CAPÍTULO IV – MULHER PODE SER CIDADÃ? VOZES DAS MULHERES MIL

Como dissemos no segundo capítulo, o Programa Mulheres Mil foi uma proposta de aliar educação e trabalho com o objetivo de inclusão educacional, produtiva e social de mulheres em situação de vulnerabilidade como pobreza acentuada, violência, baixo nível de escolaridade, histórico de emprego com baixa remuneração e fragilidade ou inexistência da estrutura de apoio familiar. Dessa forma, o Programa deveria possibilitar uma formação educacional, profissional e tecnológica que permitisse a elevação da escolaridade, emancipação e acesso ao mercado de trabalho. A partir disso, esperava-se contribuir para a melhoria dos índices de igualdade de gênero no país, permitindo que as egressas exercessem, de forma plena, sua cidadania.

Apresentaremos a seguir, um perfil das 131 mulheres que ingressaram no Programa no campus do Instituto Federal Fluminense Campus Campos-Guarus entre os anos de 2013 e 2014 e conseguiram concluir os cursos, para entendermos se o público-alvo do Programa foi de fato atingido.

4.1 – O Perfil das Ingressantes: Renda, Escolaridade e Expectativas em Relação ao Programa³¹⁸

Inicialmente é importante destacar que a maioria das mulheres que participaram dos diferentes cursos oferecidos pelo Programa Mulheres Mil no campus Campos-Guarus recebiam algum benefício social do Governo Federal e Municipal, principalmente o Bolsa Família e o Cheque Cidadão³¹⁹. Todas as turmas possuíam uma porcentagem superior a 50% de alunas que auferiam alguma quantia oriunda de benefício social governamental que, no caso específico da turma de Auxiliar de Cozinha, chegava a 73% das mulheres, seguida da turma de Cuidador Infantil com 64%, Artesão Bordado a Mão

³¹⁸Os dados referentes a esta seção foram construídos a partir do questionário socioeconômico aplicado às mulheres participantes antes de iniciar o curso. O modelo do questionário encontra-se em anexo.

³¹⁹ O Cheque Cidadão é um programa de transferência de renda do município de Campos dos Goytacazes que tem como objetivo a inclusão social da família em situação de vulnerabilidade social, por meio da transferência financeira em complementação da renda familiar para a melhoria da alimentação. O valor do benefício monetário é de R\$ 200,00 mensais. A renda familiar necessária para fazer jus ao benefício deve ser igual ou inferior a meio salário mínimo per capita.

60%, Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão com 60% e Auxiliar de Eletricista Predial com 54%.

Em termos de escolaridade, gostaríamos de salientar que o Programa atingiu seu público-alvo, pois a maioria das mulheres apresentava um baixo nível educacional. A questão da escolaridade deve ser enfatizada já que o Programa Mulheres Mil propunha uma redução dos índices de analfabetismo e procurava dar uma contribuição para a democratização da oferta da Educação Profissional e Tecnológica. Chamam a atenção os dados referentes à turma de Auxiliar de Cozinha em que 76% das alunas não haviam concluído o Ensino Fundamental e somente 9% concluíram o Ensino Médio. As alunas de Cuidador Infantil também possuíam um baixo nível de escolaridade, pois 41% não concluíram o Ensino Fundamental e apenas 15% haviam concluído o Ensino Médio. As alunas de Artesão Bordado a Mão apresentavam um nível de escolaridade um pouco melhor, mas ainda assim sofrível, já que 40% não havia terminado o Ensino Fundamental, apesar de 40% terem conseguido concluir o Ensino Médio. Os melhores índices de escolaridade encontravam-se nos cursos de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial em que 52% das ingressantes possuíam o Ensino Médio.

No que tange à renda mensal familiar, foi possível observar que o Programa Mulheres Mil atendeu mulheres de baixa renda, alcançando, dessa forma, um dos seus objetivos. No curso de Auxiliar de Cozinha 100% das mulheres que concluíram o curso possuíam uma renda familiar mensal de até 1 salário mínimo ou declararam não possuir nenhuma forma de renda. Na turma de Cuidador Infantil, 92% das alunas não possuíam renda ou recebiam até 1 salário mínimo por mês, número que é de 95% na turma de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão e de 87% na turma de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial. Dentre as turmas do Programa Mulheres Mil do IFF *campus* Campos-Guarus, a que apresentava os mais altos valores no que concerne à renda foi a de Artesão Bordado a Mão, com 77% das mulheres recebendo até 1 salário mínimo e 23% com uma renda bruta mensal entre 1 e 2 salários mínimos.

Outro dado relevante para nossa tese refere-se à ocupação principal declarada pelas mulheres que iniciaram e terminaram os cursos oferecidos pelo Programa Mulheres Mil. Notamos que o público-alvo neste quesito também foi atingido porque a maioria das mulheres estavam desempregadas no momento em que iniciaram seus estudos. No curso de Auxiliar de Cozinha, 83% das mulheres ingressantes não estavam inseridas de

alguma forma no mercado de trabalho, pois 53% se declararam desempregadas e 30% disseram que eram “do lar”. A questão do desemprego torna-se ainda mais evidente quando observamos os números referentes à turma de Cuidador Infantil em que 86% das mulheres encontravam-se desempregadas quando iniciaram o curso. Os números do desemprego tem uma relativa melhora nas participantes dos outros cursos. Na turma de Eletricista Instalador Predial 76% das mulheres não estavam inseridas no mercado de trabalho, no entanto, esta porcentagem deve ser segmentada em 40% de desempregadas, 24% que se declararam “do lar” e 12% que disseram ser estudantes. Os números de mulheres que não trabalhavam fora de casa também era alto na turma de Artesão Bordado a Mão em que 87% não se inseriam no mercado de trabalho, pois 50% estavam desempregadas e 37% se declararam “do lar”. A turma que possuía um maior índice de mulheres que de alguma forma tinham atividade remunerada era a de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão em que 31% declararam-se empregadas em alguma atividade, enquanto 57% estavam desempregadas.

Como observamos no capítulo 2, o Programa Mulheres Mil foi criado para que o acesso ao mercado do trabalho permitisse que suas egressas exercessem de forma plena sua cidadania. Sabemos, a partir dos dados anteriormente expostos, que a maior parte encontrava-se desempregada. Seria interessante então perceber quais eram as expectativas que tinham as participantes e quais eram seus principais objetivos ao entrarem para um programa de qualificação profissional.

Dessa forma, percebemos uma correlação direta entre desemprego e expectativa que a qualificação fosse uma ponte para o mercado de trabalho, pois a maioria das mulheres declarou que o principal motivo de seu interesse em participar do Programa Mulheres Mil era conseguir um emprego após o curso. No curso de Auxiliar de Cozinha 89% das ingressantes pretendiam obter um emprego após a conclusão da formação, 8% gostariam de se qualificar e 3% estavam principalmente interessadas em interagir com outras pessoas. Números parecidos encontramos na turma de Cuidador Infantil em que 88% tinham como principal motivo conseguir um emprego e 12% para se qualificar. No curso de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial quase a totalidade das mulheres (96%) tinham a expectativa de ingressar no mercado de trabalho, enquanto somente 4% se inscreveram no Programa por entender que o ensino do Instituto Federal Fluminense é de qualidade. As mulheres que concluíram o curso de Auxiliar de Eletricista Predial de Baixa Tensão tinham como principais objetivos conseguir emprego (43%) e se

qualificar (43%). Por fim, as ingressantes de Artesão Bordado a Mão desejavam se qualificar (56%), obter um emprego (33%) e as que estavam interessadas em interagir com outras pessoas somavam 11%.

Portanto, a partir do acima exposto, podemos dizer que o Programa Mulheres Mil implementado no campus Campos-Guarus do Instituto Federal Fluminense atingiu o seu público-alvo já que as mulheres em sua maioria apresentavam um baixo índice de escolaridade e baixo poder aquisitivo. Além disso, a esmagadora maioria das ingressantes estavam desempregadas e tinham como objetivo uma absorção pelo mercado de trabalho após o término da formação profissional. Sabendo que, quanto ao público, o Programa cumpriu seu papel, torna-se relevante compreender se este conseguiu modificar o panorama na vida de algumas dessas mulheres. É isto que veremos a partir de agora.

4.2- Os efeitos do Programa Mulheres Mil na vida das egressas

4.2.1- Mercado de Trabalho e Renda

Como observamos no capítulo 2 o principal objetivo do Programa Mulheres Mil era inserir as egressas no mercado do trabalho para que a partir daí se tornassem mulheres autônomas e desenvolvessem de forma plena sua cidadania. Dessa forma, existia na concepção do Programa uma relação direta entre emprego, independência econômica e autonomia feminina.

De acordo com Gherardi, em sociedades marcadas por desigualdades sociais e de gênero, as possibilidades de exercer a autonomia estão ligadas à independência econômica, que apesar de indispensável, não é suficiente. Possuir um emprego se transforma então em um fator não somente de superação da pobreza, mas também de ampliação da cidadania feminina. As dificuldades para o exercício dos direitos econômicos e sociais são uma manifestação da cidadania incipiente, presente no caso das mulheres que não encontram possibilidades materiais de exercer sua autonomia, não somente como uma fonte de realização pessoal, mas principalmente como um meio para facilitar um processo de tomadas de decisões independentes e livres da influência de terceiros. Para a autora, a dependência que muitas mulheres experimentam em termos econômicos tem consequências em outras dimensões de suas vidas, com destaque para a

possibilidade de superar situações de adversidade ou de escapar de relações marcadas pela violência e exploração³²⁰.

Neste sentido, seria importante que as participantes de todos os cursos do Programa Mulheres Mil obtivessem um aumento na sua renda a partir da entrada no mercado de trabalho e que, a obtenção do direito social ao emprego promovesse avanços na cidadania das egressas. No entanto, neste ponto o Programa não obteve êxito, pois não encontramos nenhuma egressa trabalhando formalmente na área de formação profissional, ou seja, nenhuma das egressas entrevistadas trabalhava com carteira assinada na área de qualificação.

Esta questão merece nosso destaque, pois demonstramos anteriormente que as expectativas da maioria das participantes era conseguir um emprego a partir da qualificação dada pelo Programa. A única egressa entrevistada que trabalha na área de formação é Priscila de 24 anos moradora de Outeiro, distrito do Município de Cardoso Moreira³²¹. Ela nos disse que ao terminar o curso de Cuidador Infantil passou a cuidar de uma criança e que aufera a quantia de R\$ 100,00 mensais:

Eu cuido de um menininho de três anos. Ele estuda na mesma sala do meu filho. Então eu pego, levo, cuido, vigio, entrego a vó no caso que fica com ele depois, porque a mãe trabalha.

Ao ser questionada se foi o curso realizado no Programa Mulheres Mil que contribuiu para que conseguisse o emprego Priscila respondeu de forma afirmativa:

Sim, me deu experiência, coisa que eu não sabia, me ajudou bastante.

Insistimos no questionamento para saber se realmente existia um vínculo entre formação profissional e trabalho, perguntando se a pessoa que a remunerava para cuidar da criança a contratava de qualquer forma, mesmo que não tivesse realizado o curso:

Não, me deu mesmo (o emprego) porque eu falei que fiz o curso de Cuidador Infantil, que eu sabia cuidar certo, me deu por isso.

³²⁰ GHERARDI, Natalia. El trabajo y las mujeres: más allá de las fronteras del empleo e del cuidado. In: GHERARDI, Natalia. *Justicia, género y trabajo*. Buenos Aires: Librería, 2012, p.10.

³²¹ Município vizinho a Campos dos Goytacazes com população estimada em 12 558 habitantes. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Cidades@. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2016.

Perguntamos então quais foram os principais conhecimentos adquiridos no curso que mais utilizava na atividade de cuidar de uma criança, ou seja, o que ela tinha aprendido que a diferenciava de outras pessoas que pudessem ser contratadas:

Oh, alimentação de criança. Antes eu não sabia nada, aprendi a maneira correta de se alimentar a criança, temperatura de um recém-nascido, de banho, tudo, tudo, porque a gente antigamente se preocupava com isso achava que era coisa de antigamente que a pessoa falava a gente aprendia, mas não é, são coisas específicas que você tem que saber. Me ajudou muito, muito. Mais o quê? As aulas de informática que me ajudaram a abrir portas que lá teve, tivemos informática, com a Obstetra que teve lá dando, primeiros-socorros que eu também não sabia e aprendi o básico.

Quase todas as egressas entrevistadas demonstraram desapontamento com o Programa na questão do trabalho e da renda. Alguns fatores foram mencionados nas entrevistas como sendo as principais causas dessa baixa absorção pelo mercado de trabalho. Jussara, 57 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Predial, que recebe um salário mínimo como vendedora de chapeado, afirmou que o curso, principalmente pelo tempo de duração, não qualificava para o trabalho:

O curso não, ele ajudou a ter uma noção, mas não concluiu, para aprender mesmo demora muito tempo, mas pelo menos ter uma noção de como é (sic) as coisas.

A decepção por não ter obtido êxito após o curso também é relatado por Tereza, 53 anos, egressa de Auxiliar de Cozinha. Em seu depoimento disse que atualmente continua desempregada e sobrevive através da ajuda de familiares e de faxinas esporádicas que consegue fazer. Sobre a pergunta se o curso havia contribuído para um emprego ou aumento da renda, a resposta foi:

Ainda não, já botei currículo em vários lugares porque eu tenho um diploma eu achei que seria mais fácil né? Eu já botei currículo em vários restaurantes mas até hoje não. E eu tenho o certificado mas até agora nada. Eu coloquei vários currículos lá até hoje to esperando, restaurante que já vi placa também já deixei, mas até agora nada, quem sabe uma hora vai sair, né? E foi um curso muito importante, né? Pra mim foi muito importante que eu aprendi mais né? Quem sabe uma hora vou ter uma sorte de com esse curso saí um emprego, né? Vamos aguardar pra ver.

Outro motivo levantado para não trabalhar na área de curso foi a necessidade de cuidar dos filhos. Este foi o caso de Aline de 32 anos, três filhos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão que afirmou que:

Por enquanto não estou trabalhando, não por causa do curso, mas por causa dos meus filhos que eu não tenho com quem deixar, mas teve gente que já me procurou sim, mas como são pequenos, não posso deixar sozinhos não tô podendo ainda me firmar.

As mulheres também relataram outras limitações que as impediam de trabalhar a partir da obtenção de seu diploma, como afirmou Dóris, 44 anos egressa de Cuidador Infantil. Ao ser questionada se o curso havia contribuído para que conseguisse um emprego ou aumentasse sua renda deu a seguinte resposta:

Olha eu não poderia dizer que contribuiu porque agora eu não estou fazendo nada né, porque é uma coisa meio difícil porque para entrar numa creche o povo tá falando agora que é só concursado eu não tenho nada disso então tá mais difícil.

Entendemos que um dos principais fatores para um baixo índice de inserção no mercado de trabalho foi a falta de encaminhamento para o mercado de trabalho ou de um programa de estágio. De acordo com Gislana, egressa de Bordado à Mão que ganhava entre R\$ 100,00 e R\$ 160,00 por mês com venda de cosméticos, tal encaminhamento não existiu:

Não, não houve nenhum. Eles levaram a gente para visitar uma fábrica de Bordados em Natividade, duas fábricas na verdade, e foi muito bom, nós aprendemos muita coisa, conseguimos desenvolver outras técnicas, tiramos fotos, foi um trabalho muito bem divulgado. Na outra aprendemos como pintar as toalhas, como não manchar, a tinta certa que a gente tem que usar, a linha correta, a maneira de fazer, mas encaminhamento não houve nenhum.

A ausência de encaminhamento também frustrou as expectativas de Tereza, egressa de Auxiliar de Cozinha:

Não, não houve, eu até acharia que a gente iria ter esse encaminhamento, eu particularmente esperava isso também, que encaminhassem a gente pra algum lugar.

Além de Gislana e Tereza, todas as entrevistadas afirmaram que não houve um encaminhamento da escola para o trabalho. Como exemplos temos as falas de Rosimeri e Regina:

Olha eu não consegui nada não até hoje não. Não, não, não encaminhou para nada não (Rosimeri, 33 anos, Egressa de Cuidador Infantil).

Emprego eu não consegui não (risos). Procurei, botei um currículo lá em Cardoso (Moreira) em creche, mas não consegui não (Regina, 33 anos, egressa de Cuidador Infantil).

Outra expectativa frustrada foi a possibilidade de um estágio em uma rede de supermercados da cidade de Campos dos Goytacazes, mas que não se concretizou. Este estágio seria oferecido tanto para egressas de Auxiliar de Eletricista quanto para as de Auxiliar de Cozinha:

Ficaram de vir até para fazer estágio no Super Bom (supermercado) só que pegaram o nome nosso, mas não foi a frente (Kíssila, 23 anos, egressa de Auxiliar de Instalador de Eletricista Predial Baixa Tensão).

Bem encaminhar, encaminhar não, mas ia ter um estágio no Super Bom, só que não teve houve esse boato que iria ter, mas não foi concluído (Josimara, 41 anos, Auxiliar de Eletricista Instalador Predial)

Não, falaram que a gente iria fazer estágio no Super Bom, colocamos nosso nome telefone mas até hoje não tivemos retorno (Karine, 22 anos, Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão)

Algumas egressas atribuíram a problemas de saúde e à idade a dificuldade de inserção no mercado de trabalho como demonstra Luzia, 53 anos, egressa de Bordado à Mão que já havia trabalhado em uma fábrica de roupas, mas que devido a uma hérnia de disco teve que abandonar o emprego:

Não, ninguém me aceita mais com carteira assinada por causa do meu problema, pela minha idade eu entro em qualquer emprego pra trabalhar principalmente no meu ramo que é a costura e outras coisas também não dá, nem na cozinha dá. Pra lavar panela fica difícil eu já não tenho força no braço. Se eu entrar numa empresa de costura hoje elas tem as horas das roupas que tem que sair e eu não ando mais naquele pique. Eu posso até começar, mas depois de uma hora eu já não estou bem e no final do dia eu to mal e de acordo com o movimento da gente daqui a pouco estão mandando embora, é crueldade mesmo. A gente não pode ir a banheiro, a gente vai a banheiro, mas se for muito elas reclamam, então quando a gente levanta ela fica de olho, conta até o tempo que a gente foi ao banheiro. Se a gente fala to com sede na mesma hora ali já tem uma que traz o copo de água e fica ali o copo sujo, então o negócio da gente é trabalhar, de hora em hora tem uma produção que sai, então a gente

corre muito. Eu trabalhei cinco anos nessa fábrica. Essa fábrica é ótima, boa para pagar, mas implantou esse sistema e lá eu me acabei, né? E a gente faz um serviço repetitivo e a gente é tática. Eu saí devido a e eu estar com os dedos tudo vermelho e inflamado que não podia nem mexer. Ia fazer essa cirurgia aí quando a gente sai, a perícia, eles ignoram tudo e não encostam a gente e eu to até hoje lutando pra encostar é pra poder continuar fazendo alguma coisa pra sobreviver mas o salário mesmo eu não consegui eles não encostam a gente vê gente morrendo lá na perícia com câncer na cabeça, terminal do lado da gente, a pessoa sem condição nenhuma e eles não encostam.

Outra egressa também argumenta que a questão geracional foi decisiva na dificuldade encontrada para trabalhar na área de formação. O relato de Tamires 55 anos é enfático neste sentido:

Não (procurei emprego) porque pela minha idade eles não dão porque mesmo as pessoas mais novas a gente chega em um lugar e eles dizem assim, experiência. Quando eu era mais nova da idade da minha filha eu perguntei ao rapaz experiência como se vocês não dão. Como vai ter experiência se todo lugar exige experiência a gente vai apanhar essa experiência aonde. Aí eu desisti e agora com a idade que eu tenho ninguém vai me dar mesmo.

Ao serem instadas a falar sobre os principais motivos que fizeram com que não se alcançasse uma inserção no mercado de trabalho e o conseqüente aumento de renda das egressas, as gestoras listam alguns fatores que vão desde a falta de estrutura para realizar de forma satisfatória algumas aulas, passando pela ausência de estágio, até a própria dificuldade de fazer com que o mercado absorva o público-alvo do Programa. Falando especificamente sobre as alunas de Auxiliar de Cozinha Roberta afirma que:

a realidade do mercado de trabalho não atende a esse público ainda né porque é uma carga horária muito extensa pra elas, elas não vão trocar a vida de dona de casa e de mãe pela vida no mercado de trabalho elas vão acumular né, a gente que tem uma outra escolaridade, outra vida, outra concepção, muitas vezes acumula só que com uma outra leveza, com outra condição de substituir uma coisa pela outra, de comer uma comida congelada, de ir em um restaurante rapidinho no self-service, elas não, então elas vão acumular essas funções e muitas vezes o marido, esse salário delas não vai ser igual ao salário do marido vamos dizer assim e o marido não vai permitir isso porque muitas ainda vivem nesse sistema de permissão ou submissão ao marido. Porque o mercado a gente sabe que é muito cruel né, muitas vezes a pessoa que não quer trabalho não quer se dedicar tem a capacitação e as vezes a que quer se dedicar o mercado não é capaz de absorver essas pessoas, então é difícil.

A gestora também relatou que um dos fatores que dificultaram o aprendizado e, por conseguinte, uma melhor qualificação foi a deficiência na infraestrutura, como falta de espaço para acomodar as alunas nas aulas práticas e escassez de material necessário ao bom andamento do curso. Observa que grande parte dos problemas ocorridos como falta de instrumentos necessários para as aulas são inerentes à administração pública e que por muitas vezes, para dar aula no curso de Auxiliar de Cozinha teve que trazer as panelas e outros utensílios domésticos de sua própria casa:

Faltou condição, porque, por exemplo, o pregão nosso ele as vezes chegava já na mais da metade do curso acontecendo, então até chegarem as coisas a gente tinha que dar aula teórica, muitas vezes eu dei aula prática com as minhas coisas eu trazia da minha casa tanto que ficou na escola durante meses minhas panelas, minhas facas, minhas tábuas de carne ficavam aqui e eu trazia as vezes até insumos né, até alimentos para mostrar e também assim, na verdade eu nem acho que foram poucas aulas práticas, poderia ser mais, sempre, porque na prática a gente aprende muito, mas também sempre as mesmas alunas é que se prontificavam, porque não adianta você dá uma aula prática se tem lá as bancadas, você não tem bancada pra todo mundo tem que trabalhar em grupos né, eu já fiz curso de culinária, é assim faz quem quer na hora, as vezes a pessoa tá com preguiça naquele dia, as vezes o filho ficou com febre aí é missa de corpo presente veio pra assistir a aula, veio pra não faltar, pra não perder o convívio com as amigas ali naquele dia, mas não tá afim de botar a mão na massa né. Mas assim, a cozinha era pequena né, eram 25 alunas na turma, eram 25 de manhã e 25 a tarde, a gente tinha poucos professores que assumiam o Programa não só como um professor convidado, mas como um colaborador, então isso dificulta muito né como quase tudo que a gente faz em uma instituição pública, uma pessoa acredita naquilo e aquilo vira dela, as pessoas esquecem que aquilo é da instituição né, ah quem gosta dela ajuda quem não gosta dela acaba que personifica muito, os programas se personificam nas instituições, tenho reparado que não é só aqui então ah esse é o curso de fulano, não é o curso de fulano é o curso do IFF né, e a gente não tinha uma infraestrutura a gente não tinha uma cozinha industrial para ter uma aula a gente adaptou tudo. Então acredito que a gente fez o máximo que poderia, mas a instituição poderia ter feito muito mais, mas isso é uma coisa recorrente faz-se para cumprir e aí vai ser bom ou não de acordo com o professor que tiver na frente ou o servidor que tiver na frente, não há uma preocupação na instituição de uma maneira geral que aquilo seja 100%, tipo é para cumprir? Então quem vai ficar a frente? Então é de acordo com o desempenho daquele servidor vai ser assim ou assado. (ROBERTA, Coordenadora do Programa Mulheres Mil do Campus Campos-Guarus e Professora do Curso de Auxiliar de Cozinha)

O professor que mais lecionou no Curso de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial atribuiu ao preconceito que sofrem as mulheres em uma área tradicionalmente

masculina um dos principais fatores que explicam a baixa inserção no mercado de trabalho:

Eu também sou eletricista, de formação também sou eletricista e aí o que acontece como eu falei logo no início são áreas, são profissões que a presença masculina é esmagadora né, dificilmente você vai ver uma mulher eletricista né isso é um problema que como eu falei precisa ser ultrapassado. É eu atribuo a questão do preconceito (a baixa empregabilidade), outra coisa também que eu acredito que isso dificulta mais um pouco é porque elas já tem uma idade mais elevada né todas aí acima de vinte e poucos anos, então essa competitividade com o homem e as vezes o cara com mais experiência e como era um curso de auxiliar de eletricista ele tende a ir também para um lado mais braçal demais então o empregador na hora da decisão de contratar X ou Y ele vai escolher por aquele que vai corresponder tanto na parte do acabamento digamos assim né, na parte mais fina do trabalho, mas também na parte mais pesada. Então eu acho que a baixa inserção eu atribuo isso, então é uma coisa que tem que ser quebrada, mas é difícil. (Leonardo, Professor de Eletricidade do Curso de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial).

É interessante observar que aliado ao discurso de que as mulheres são capazes de exercer a profissão de Auxiliar de Eletricista e que o preconceito perpetrado contra as mulheres a impedem de exercer tal profissão, o professor também justifica a partir de argumentos essencialistas que remontam a uma natureza inferior feminina a dificuldade que elas possuem em aprender as técnicas necessárias ao exercício da profissão:

Como eu falei, o preconceito é muito grande. Você dar credibilidade a uma mulher, por exemplo, para fazer uma instalação completa residencial né, então tem esse preconceito assim como uma mulher motorista de caminhão entendeu, as pessoas já olham e dizem, será que ela capaz mesmo de fazer isso? E na prática a gente vê que faz, com certa dificuldade né, porque assim, eu sempre soube disso, não sei se cientificamente é comprovado, mas as mulheres tem uma dificuldade, não todas, mas boa parte, de abstração e de visão 3D então você dar um esquema elétrico para ela e ela transpor aquilo para a prática, muitas das vezes ela tem uma dificuldade, mas uma vez vencido isso ela faz sim, na boa, sem nenhum problema. (Leonardo, Professor de Eletricidade do Curso de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial).

Para Leonardo, portanto, o diferencial feminino na atividade como Auxiliar de Eletricista seria o ramo de acabamento em que as tarefas seriam as mais adequadas ao ser feminino, principalmente a maior capacidade que a mulher tem para o cuidado:

Alguns trabalhos ligados a instalação residencial, predial precisam muito de acabamento e a mulher tem realmente uma facilidade maior para esse tipo de coisa, tem uma parte muito braçal, que é muito pesada, mas tem outra que é acabamento então nisso elas são boas né. Eu acho que até onde eu vejo por experiência até minha esposa, mãe e

assim por diante né, esse cuidado maior que ela (a mulher) tem em casa, cuidar dos filhos, cuidar da casa tudo com zelo, então elas transferem isso também para o trabalho fora do lar né, então temos vários casos na área técnica de modo geral que as mulheres são imbatíveis em relação aos homens, principalmente nessa parte, então eu acredito que pela própria formação dela em casa, essa coisa do cuidar, então acho que ela sai na frente em relação a isso. (Leonardo, Professor de Eletricidade do Curso de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial).

Outra forma de as coordenadoras do Programa explicarem a baixa inserção no mercado de trabalho foi demonstrar que ao contrário do que dizia os documentos que norteavam a ação do Programa Mulheres Mil, o principal objetivo não era qualificar mulheres para a inserção no mercado de trabalho, mas entediavam que o objetivo era dar às mulheres o que uma delas chamou de “autonomia emocional”, ficando a questão do emprego em segundo plano:

Teoricamente quando a gente recebeu o Programa aqui a informação que eu tive e pelas leituras que eu fiz e as reuniões que eu participei o grande objetivo do Programa era capacitar de forma mais informal, vamos dizer assim, ou mais eficiente, ou mais prática, mulheres que não tiveram a oportunidade de aprender nada para que ela pudesse trabalhar, para que elas pudessem ter a própria renda e se desvencilhar talvez de algumas amarras sociais, pelo público-alvo ser mulheres em situação de vulnerabilidade, periculosidade né vulnerabilidade social. Então uma dona de casa que tem seis filhos que depende do marido então ela ia aprender um ofício para que ela pudesse se emancipar socialmente. Só que ao longo do Programa, e eu fiquei dois anos na coordenação e ministrei várias disciplinas também, ao longo do Programa eu percebi que isso era assim o de menos, elas aprenderem uma profissão e entrarem no mercado de trabalho era uma utopia, elas não iam entrar no mercado de trabalho porque a própria estrutura social delas não permitia isso, porque elas tinham filhos, muitas vezes os maridos não iam deixar elas trabalharem, já reclamavam delas virem pra escola, mas eu percebi que o programa tinha um objetivo que era emancipar essas mulheres emocionalmente do marido né, daquela submissão, elas começaram a pensar, refletir o certo e o errado, a reconhecer os direitos dela, então isso era mais importante, esse objetivo subjetivo era mais significativo para elas. Então o grande objetivo dele era essa questão do sentimento de uma emancipação emocional, vamos dizer assim, de pensar com a própria cabeça, de saber o que é até uma doença, do contato social com as pessoas, de um direito, de uma lei. Então era assim, muito mais um convívio de estar dentro do IFF. Quantas delas se emocionavam nas primeiras aulas e na formatura porque tinham uma carteirinha de estudante do Instituto Federal. (ROBERTA, Coordenadora do Programa Mulheres Mi do Campus Campos-Guarus e Professora do Curso de Auxiliar de Cozinha)

Era emancipação né, porque era voltado para mulheres ou que sofreram violência ou que não tinham tido oportunidade de estudar. Então o grande objetivo era que elas se percebessem capazes e dali

começassem, era o início, continuar estudando, trabalhando pra sair de alguma situação de opressão que talvez elas estivessem, o objetivo era esse. (ALMERINDA, Coordenadora do Programa Mulheres Mil do Campus Campos-Guarus).

Torna-se relevante interpretar as falas das gestoras do Programa Mulheres Mil a partir da capacidade que tem os burocratas do nível da rua em modificar as políticas públicas. Segundo Lipsky, os funcionários públicos que interagem diretamente com os cidadãos no curso de sua tarefa e que tem um substancial poder discricionário na execução de seu trabalho são denominados “burocratas do nível da rua”. Exemplos destes burocratas são professores, policiais, juízes, advogados públicos, profissionais da saúde e muitos outros empregados públicos que garantem o acesso da população aos programas do governo³²².

De acordo com o autor acima, a importância desses burocratas é grande, pois suas ações tem um considerável impacto sobre a vida das pessoas. São eles que elegem quem são os cidadãos que receberão benefícios e sanções do governo, são também eles que supervisionam o tratamento que os cidadãos recebem dos programas governamentais. Neste sentido, são os burocratas que medeiam o relacionamento dos cidadãos com o estado e, dessa forma, eles detêm as chaves para uma importante dimensão da cidadania³²³.

Uma questão que merece ênfase e que foi abordada por Lipsky em sua obra é que na execução das políticas públicas, os burocratas do nível da rua exercem uma ampla discricção em decisões que afetam os cidadãos com quem eles interagem e, além disso, possuem uma relativa autonomia da autoridade organizacional. No entanto, é bom deixar claro que esses profissionais não estão isentos de seguir regras formuladas pelos superiores hierárquicos, pelos administradores do alto escalão ou por aqueles que formularam a política pública. O que geralmente acontece é que muitas vezes os agentes da base não precisam violar regras para não cumprir as ordens oriundas de cima. Em um posto de saúde, por exemplo, o número de pessoas atendidas diariamente pode depender quase exclusivamente de decisões dos próprios funcionários que atendem à população.

³²² LIPSKY, Michael. *Street-Level Bureaucracy: Dilemmas of the individual in public services*. New York: Russel Sage Foundation, 2010, p.03.

³²³ Idem, p.04.

Portanto, o poder discricionário destes burocratas é decisivo na distribuição de bens e serviços públicos e a ação desses agentes é uma variável relevante para o sucesso das políticas. Segundo Lima:

A ação dos burocratas da linha de frente é mais uma variável na equação da aplicação das políticas, porque são eles que de fato traduzem os programas em bens e serviços concretos, quer dizer, os cidadãos são beneficiados ou punidos pelo poder público por meio dos funcionários que trabalham nos guichês; nos consultórios; nas salas de aula; nos pátios dos presídios; nas esquinas das ruas³²⁴.

Oliveira observa que diferente das autoridades políticas e da alta administração, os atores na ponta do sistema não veem os cidadãos como abstrações, mas como indivíduos concretos, pois realizam encontros face a face com eles. Neste sentido:

O exercício da discricção é inevitável e necessário, porque as regras formais não podem dar conta de todos os casos concretos e, em geral, os recursos da agência estão aquém dos necessários para atender aos cidadãos, e, devido a isso, o poder discricionário do agente da base torna-se imprescindível para que a organização se amolde à realidade, funcione e atenda às pessoas³²⁵.

Dessa forma, para as gestoras, o objetivo principal Programa Mulheres Mil elaborado pelo Ministério da Educação (MEC) que era inserir suas egressas no mercado de trabalho tornou-se, a partir do contato face a face com as participantes, uma utopia. A fala de Roberta deixa isso muito claro ao demonstrar que na medida em que tinha contato com as alunas, notava a impossibilidade daquelas mulheres se inserirem no mercado de trabalho e que, a partir disso, o enfoque na execução do Programa passou a ser outro. Neste sentido, entendemos que as gestoras, agindo como burocratas do nível da rua, comportaram-se como fazedoras de políticas ao criar um novo objetivo para o Programa, qual seja, a citada emancipação emocional. O poder discricionário das agentes somado ao entendimento de que empregar as egressas era algo distanciado da realidade foi decisivo na forma como o Programa foi oferecido ao seu público-alvo.

Outra questão que nos chamou a atenção foi o fato de não ter ocorrido um acompanhamento institucional das egressas. Ao ser questionada sobre a baixa inserção no mercado de trabalho obtida pelo Programa uma das coordenadoras demonstrou

³²⁴ OLIVEIRA, Antonio. Burocratas da linha de frente: executores e fazedores das políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, vol.46, n.06, Rio de Janeiro, Nov./Dec.2012. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 16 de maio de 2016.

³²⁵ Idem.

desconhecimento da situação justamente porque não havia um trabalho de acompanhamento de egressas:

Na verdade eu não sei se houve pouca (inserção no mercado de trabalho) né? Eu não tenho acompanhamento de egressa. Eu andei procurando há um tempo atrás faz uns seis meses, um sobrinho do meu marido tava querendo cuidador aí eu escolhi as que eu achava melhor fiz o contato, mas elas não queriam porque era para dormir também ou fazer plantão, aí começa o problema. E as de Bordado não tão fazendo em casa não? (ALMERINDA, Coordenadora do Programa Mulheres Mil do Campus Campos-Guarus).

No tocante ao encaminhamento para o mercado de trabalho e à implementação de um programa de estágio para as estudantes, uma das coordenadoras disse, corroborando o que disseram as egressas, que houve uma expectativa de uma parceria com uma rede de supermercados da cidade, mas que para sua frustração não ocorreu:

Com o Super Bom foi uma frustração porque a gente foi muito bem atendido pelo Super Bom. Eles vieram deram uma palestra motivacional para as meninas, explicaram como era o trabalho, falaram que estavam contratando que eu me lembro que iam aumentar o número de vagas que iam oferecer um estágio, a gente viu toda essa parte de estágio do setor aqui de estágio e quando chegou lá mesmo para marcar eles começaram a não atender eu não sei nem o motivo. (ALMERINDA, Coordenadora do Programa Mulheres Mil do Campus Campos-Guarus)

Leonardo também nos disse que a falta de um planejamento inicial para estabelecer parcerias com instituições que pudessem oferecer um programa de estágio foi um dos fatores decisivos na pouca inserção de egressas no mercado de trabalho:

Eu acho que talvez o que tenha faltado foi isso aí (um programa de estágio) porque já sabendo que desses problemas todos já tinha que estar pensando mesmo antes de começar o curso né. Eu acho que pecou um pouquinho. Já enquanto elas estavam em formação a escola buscar parcerias aí com algumas empresas né, para tentar inseri-las logo de imediato, então acho que faltou isso aí. ((Leonardo, Professor de Eletricidade do Curso de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial).

Chamou nossa atenção o depoimento de Roberta que disse que houve a perspectiva de um estágio, mas que a instituição não poderia intervir na relação entre as egressas e a empresa contratante:

Na verdade foi o seguinte, uma moça do Super Bom acho que procurou Almerinda (coordenadora) ou Almerinda buscou essa parceria se não me engano, ela queria vir aqui para captar pessoas para

trabalhar no Super Bom. O Super Bom na época ia abrir mais duas lojas a da Boulevard e a da Beira Valão, queria auxiliar de cozinha enfim, queria pessoas para trabalhar ou até da parte de eletricista mesmo, para trabalhar ou nessa área ou em outra área né, estoque enfim e aí elas procuraram a gente viram que nós tínhamos uma grade de disciplinas bem interessante, legislação, de mercado de trabalho né, como se portar como viver no mercado de trabalho e tinha outras disciplinas correlatas mas, enfim, veio uma mulher aqui do Super Bom, falou que o Super Bom é a oitava maravilha do mundo, que o Super Bom investe no funcionário, que tem uma escola lá que o dono lá o Joel não sei das quanta fez um curso em Proeja depois de ter o Super Bom porque ele não tinha segundo grau, que o Super Bom ajuda quem estuda, ajuda o funcionário, mostrou todas as maravilhas do Super Bom. Ela na verdade veio aqui para captar possíveis funcionárias, ela entregou um cartãozinho na mão de cada uma, fez uma palestra sobre mercado de trabalho, uma palestra super legal sobre roupa, vestimenta, como ir a uma entrevista, sobre como você se portar, como você deve agir em determinadas situações, coisas corriqueiras assim que para elas é uma novidade, tipo usar o sutiã por dentro da blusa, essas coisas assim básicas. Aí ela marcou que quem tivesse interesse entregar o currículo lá no Super Bom ela deu o endereço tudo. Pra muitas dessas mulheres entregar um currículo é fazer uma tese de doutorado, elas não sabem o que é isso, elas não tem nada pra botar no currículo. Aí eu liguei pra ela e falei assim, olha não seria melhor eu fazer uma listagem das alunas com os celulares delas com os telefones aí eu te entrego e assim que você tiver interesse você liga pra elas fazerem uma entrevista? Ah então tá bom, aí gente enviou pra ela a listagem das alunas com os telefones. Aí no dia que ela veio aqui marcou com aquelas que tivessem interesse de ir lá fazer uma entrevista, uma seleção porque ela tava fazendo aquelas dinâmicas. Enfim aí isso foi estartado e ficou delas procurarem a mulher, delas se comunicarem com ela porque a gente não podia intervir nessa questão, até porque não é responsabilidade da escola vamos dizer assim, vigiar se a pessoa conseguiu ou não aquele emprego, interferir. A gente encaminhou. (ROBERTA, Coordenadora do Programa Mulheres Mil do Campus Campos-Guarus e Professora do Curso de Auxiliar de Cozinha)

Como demonstramos no capítulo 2, no guia metodológico do Programa Mulheres Mil constava que a instituição ofertante deveria estabelecer diálogos e parcerias com o mercado de trabalho para possibilitar o ingresso e a permanência das educandas nos seus empregos e empreendimentos e também deveria trabalhar na construção de meios de acompanhamento das egressas. Este acompanhamento possuía relevância na medida em que o desempenho das egressas na sua relação com o mercado de trabalho poderia fomentar readequações no Programa contribuindo para a escolha de novos cursos e melhora na oferta educacional.

A fala da gestora de que não podia interferir na relação egressa/mercado de trabalho indica um distanciamento entre o que foi implementado no Campus Campos-Guarus

daquilo que preconizava o guia metodológico do Programa Mulheres Mil, demonstrando mais uma vez como o poder discricionário do burocrata na ponta do sistema pode modificar as políticas públicas e, neste caso especificamente, o resultado do Programa, pois a partir de nossas entrevistas e observações entendemos que o pouco diálogo com empresas e restaurantes e a falta de incentivo na formação de cooperativas e associações, somados a um inexistente aparato institucional às egressas, foram fatores de grande influência no baixo índice de empregabilidade apresentado. Mulheres vulneráveis economicamente e com baixa escolaridade, portadoras sim de um certificado, mas ao mesmo tempo entregues à própria sorte dificilmente conseguiriam, sozinhas, fazerem uma ponte entre a formação profissional e o mercado de trabalho. Portanto, neste ponto especificamente, o Programa Mulheres Mil do *Campus Campos-Guarus* se afastou da expectativa das alunas – em sua maioria desempregadas – e não promoveu avanços na cidadania via inclusão daquelas que estavam excluídas de um trabalho e do ganho de sua própria renda, já que mesmo após a qualificação profissional permaneceram excluídas do direito social ao emprego.

4.2.2 -O aproveitamento dos conhecimentos na vida cotidiana, a natureza dos cursos e a divisão sexual do trabalho

A partir da constatação de que a esperada inserção no mercado de trabalho não ocorreu, gostaríamos de discutir a partir de agora se os conhecimentos absorvidos durante os cursos estão sendo aproveitados na vida cotidiana das egressas. Além disso, torna-se relevante para os propósitos deste trabalho entender se a natureza dos cursos pode refletir em uma maior ou menor autonomia das mulheres participantes e, principalmente, se a qualificação pode modificar ou solidificar a divisão sexual do trabalho entre os sexos.

Antes de iniciar nossa análise a partir das entrevistas, gostaríamos de explicitar algumas questões teóricas a respeito da divisão sexual do trabalho sempre tendo como pano de fundo a teoria de gênero. Para os propósitos deste estudo, é interessante problematizar as relações de poder entre os gêneros engendradas a partir da divisão sexual do trabalho. De acordo com Hirata e Kergoat, a divisão do trabalho entre os homens e as mulheres refere-se primordialmente à imputação aos homens do trabalho produtivo - e ao mesmo tempo à dispensa do trabalho doméstico – e a atribuição do trabalho doméstico às mulheres, mesmo que estas procurem uma inserção no mercado de trabalho. Segundo as

autoras, esta divisão encontra-se no cerne das relações desiguais de poder entre homens e mulheres:

(...) suprima-se a imputação do trabalho doméstico ao grupo social das mulheres e são as relações sociais que desmoronam, junto com as relações de força, a dominação, a violência real ou simbólica, o antagonismo que elas carregam. A divisão sexual do trabalho está no âmago do poder que os homens exercem sobre as mulheres³²⁶.

Pierre Bourdieu também entende as divisões nos papéis de gênero como relações de poder e dominação. Ao argumentar que é necessário descobrir o poder onde ele se deixa ver menos e onde ele é mais completamente ignorado, o autor desenvolve o conceito de poder simbólico que é, com efeito, “esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”³²⁷.

Para o autor, os sistemas simbólicos, como instrumentos de conhecimento e de comunicação, só podem exercer um poder estruturante porque são estruturados. Os símbolos são os instrumentos por excelência da integração social e tornam possível o consensus acerca do mundo social para a reprodução da ordem social. De acordo com Bourdieu, os sistemas simbólicos construídos socialmente cumprem a função de impor e legitimar a dominação:

É enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem a função política de instrumentos de imposição ou de legitimação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados³²⁸.

O poder simbólico é exercido por ser visto como natural e não como construído socialmente, isto é, ele se impõe pelo fato de não ser tomado como arbitrário. Nas palavras do sociólogo francês:

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de

³²⁶HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução de Clevis Rapkiewicz. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003, p.114.

³²⁷ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Thomaz. 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009, p.07-08.

³²⁸ Idem, p.11.

mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário³²⁹.

A principal forma de se exercer o poder simbólico e, dessa forma, de assegurar a imposição de determinadas formas de dominação é através da violência simbólica. A violência simbólica caracteriza-se por ser suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias simbólicas da comunicação e do conhecimento. Esta violência expressa-se na imposição legítima e dissimulada com a interiorização da cultura dominante. O dominado não se concebe como vítima desse processo, ao contrário, o oprimido considera sua situação natural e inevitável. A violência simbólica pode ser exercida por diferentes instituições sociais como o Estado, a mídia, a escola entre outras.

É importante destacar que quando se trata da violência simbólica, os dominados (podemos falar em dominação de classe e gênero como exemplos) aplicam as categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais. Segundo Bourdieu, a violência simbólica se institui pela adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante incorporando a relação de dominação e fazendo esta ser vista como natural. No entanto, deve-se compreender que os dominados não escolhem adotar práticas submissas ou gostam dessa dominação, o que daria margem ao argumento que a própria vítima fosse a culpada pela sua situação de dominada. Bourdieu demonstra, ao contrário disto, que as tendências à submissão são resultantes das próprias estruturas que contribuem para a reprodução da violência simbólica.

Da mesma forma, o poder simbólico não pode se exercer sem a colaboração dos que lhe são subordinados e que só se subordinam a ele porque constroem o poder, pois as relações de dominação se inscrevem no habitus dos sujeitos. De acordo com Domingues, habitus é uma estrutura estruturada e estruturante. Depositada no corpo humano (e não na “consciência do sujeito”), a noção de habitus fornece regras práticas para sua ação reproduzindo as estruturas sociais³³⁰. Em outras palavras, o habitus

³²⁹ Ibid, p.14.

³³⁰ DOMINGUES, José Maurício. *Teorias Sociológicas no século XX*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, p.59.

representa a interiorização das estruturas sociais que são estruturadas no social e estruturantes nas mentes.

Bourdieu observa que a destruição deste poder de imposição simbólico radicado no conhecimento supõe a tomada de consciência do arbitrário, ou seja, da capacidade dos grupos dominados de reconhecerem o caráter arbitrário de regras impostas pelos grupos dominantes de um determinado campo³³¹.

O sociólogo francês realizou um trabalho etnográfico na Cabília – localizada na Argélia – para mostrar como se processa a dominação masculina. A escolha da Cabília deveu-se ao fato de ser composta por uma sociedade formada a partir da visão “falonarcísica” e da cosmologia androcêntrica, comum a todas as sociedades mediterrâneas. A tradição cultural que se manteve na Cabília é partilhada por grande parte dos países do continente europeu³³².

Ao observar a sociedade cabila, Bourdieu percebe que a socialização diferenciada entre os meninos e as meninas contribui para a manutenção das relações sociais de dominação e exploração que estão instituídas entre os gêneros. Os homens são educados para estarem situados do lado exterior, do público, e realizar as tarefas consideradas mais importantes como cuidar da lavoura, da colheita e fazer a guerra. Por outro lado, as mulheres devem ser responsáveis por todos os trabalhos domésticos e relacionados à esfera do privado, como cuidar das crianças e dos animais. Esta divisão de tarefas é encarada pelos indivíduos como instituída na ordem das coisas, o que faz com que as mulheres incorporem a dominação ao pensarem que essas práticas não podem e não devem ser modificadas simplesmente porque são consideradas naturais. Segundo o autor:

[...] a divisão entre os sexos parece estar na “ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos hábitos dos agentes, funcionando como esquemas de percepção, de pensamento e de ação³³³.

De acordo com Bourdieu, a força do ordenamento social masculino se impõe pelo fato de dispensar qualquer forma de justificação. A visão androcêntrica coloca-se como

³³¹ BOURDIEU, Op.Cit.,p.15.

³³² BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p.14.

³³³ Idem, p.14.

neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. Para o autor, a ordem social baseada na divisão social do trabalho entre os sexos funciona como uma enorme máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça³³⁴.

Uma questão crucial para esta análise é entender como os dominados ou, neste caso, as mulheres aceitam as relações de dominação. Bourdieu tece observações sobre este fenômeno ao afirmar que as mulheres reproduzem as relações de dominação ao incorporá-las:

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produtos da dominação ou, em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de reconhecimento, de submissão³³⁵.

É interessante ressaltar que as oportunidades para as mulheres no campo da educação e a inserção no mercado de trabalho são avanços, mas que não necessariamente garantem uma equidade entre homens e mulheres. Bourdieu toca nesta questão como um sistema de mudanças e permanências. O autor afirma que o acesso à educação fez com que ocorresse uma mudança na posição da mulher na divisão do trabalho, permitindo o aumento de sua representação nas profissões intelectuais e administrativas³³⁶. Porém, ainda segundo Bourdieu, as mudanças ocultam as permanências. As mulheres continuam sendo, em geral, menos remuneradas que os homens – mesmo quando desempenham as mesmas funções – e são mais atingidas pelo desemprego. Portanto, mesmo ocorrendo algumas mudanças, o que predomina é a lógica do modelo tradicional, os homens dominando o espaço público (esfera da produção) as mulheres relegadas ao privado (esfera da reprodução)³³⁷.

Além do sociólogo francês, outros autores atribuem à divisão sexual do trabalho o nó da dominação masculina. Badinter observa que a divisão sexual do trabalho é um fator estruturante, ou seja, está presente em todas as sociedades. Mesmo variando de uma sociedade para outra, a divisão sexual do trabalho parece ser uma constante, pois:

³³⁴ Ibid, p.18.

³³⁵ Ibid, p.22.

³³⁶ Ibid, p.106 e 108.

³³⁷ Idem, p. 110 e 111.

Ela não distingue apenas a sociedade humana do mundo animal, mas a encontramos em todos os lugares, operando na multiplicidade das sociedades conhecidas atualmente. Talvez seja uma regra essencial da natureza humana³³⁸.

Para Baudelot a divisão das tarefas domésticas entre os casais quase não evoluiu nos últimos trinta anos, cabendo à mulher a maior parte da carga de trabalho exigido pela educação das crianças, pela economia do lar e pela assistência aos pais³³⁹.

De acordo com Perrot, o trabalho doméstico é fundamental na vida das sociedades, ao proporcionar seu funcionamento e reprodução, e também na vida das mulheres. Ao mesmo tempo, é um peso nos seus ombros, pois é responsabilidade delas. Além disso, o trabalho doméstico demarca uma desigualdade já que resiste às evoluções igualitárias. Praticamente, nesse trabalho, as tarefas não são compartilhadas entre homens e mulheres. É um trabalho físico, que depende do corpo, pouco qualificado e pouco mecanizado apesar das mudanças contemporâneas³⁴⁰.

Neste sentido, historicamente foram reservadas às mulheres as tarefas que possuíam uma relação com a esfera da reprodução, ficando a cargo dos homens a dita esfera da produção. De acordo com Combes e Haicault, no seio de toda formação social coexistem uma produção social de bens e uma produção social de seres humanos, que são distintas, mas relacionadas uma à outra. As autoras atribuem à primeira o nome de produção e à segunda de reprodução. Ao mesmo tempo em que as duas esferas são indissociáveis estabelecem uma relação de hierarquia:

(...) Enquanto o bom senso ou a utopia recomendaria que a primeira fosse submetida à segunda como o meio ao fim, e que os seres humanos produzissem para subsistir e se perpetuar, que organizassem essa produção em função da reprodução, é o inverso que se produz historicamente e são as modalidades da produção que determinaram e determinam ainda as modalidades da reprodução³⁴¹.

De acordo com Hirata, no início do século XXI no Brasil houve uma modificação na repartição do trabalho doméstico com maior participação dos homens em diversas

³³⁸ BADINTER, Elisabeth. *Um é o Outro: relações entre homens e mulheres*. Op.cit. p.23.

³³⁹ BAUDELLOT, Christian. Conclusão Nada Está Decidido. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução de Clevis Rapkiewicz. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003, p.318.

³⁴⁰ PERROT, Michelle. *Minha História das Mulheres*. Tradução de Angela M. S. Corrêa. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2012, p.115.

³⁴¹ COMBES, Danièle; HAICAULT, Monique. Produção e Reprodução: Relações Sociais de Sexos e de Classes. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et al. *O Sexo do Trabalho*. Tradução de Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 25.

tarefas que anteriormente eram exclusivamente femininas. Essa mudança parece ser resultado da inserção das mulheres no mercado de trabalho e de sua participação em atividades remuneradas fora do domicílio. No entanto, essa mudança na divisão sexual do trabalho tem um caráter restrito e não atinge de uma forma plena o âmbito das responsabilidades domésticas, que continuam nas mãos exclusivamente das mulheres³⁴².

Ainda segundo a autora, enquanto a atribuição social das responsabilidades domésticas e familiares permanecer com a mulher e a conciliação entre vida familiar e profissional for concernente exclusivamente às mulheres, as bases que sustentam a divisão sexual do trabalho não serão ameaçadas em seus fundamentos³⁴³.

As consequências da manutenção desse sistema de desigual partição das tarefas domésticas são funestas para as mulheres. De acordo com Izquierdo e Villarroya, as distintas posições frente ao trabalho doméstico geram experiências muito distintas para homens e mulheres. Para uma dona de casa o trabalho doméstico é o centro de sua vida, enquanto que para um homem é uma atividade secundária com a qual não se identifica. Dessa forma, poderíamos pensar que um processo de incorporação das mulheres pelo mercado de trabalho levaria a uma divisão equitativa das tarefas familiares, porém isso não acontece porque estas atividades são marcadas por um selo invisível que as converte em atribuições próprias às mulheres e por conseguinte, menos valorizadas que as demais práticas.³⁴⁴

Abramo observa que a ideia da mulher como uma força de trabalho secundária se estrutura em torno de uma concepção de família nuclear na qual o homem é o principal ou único provedor, ao passo que a mulher é principal ou exclusiva responsável pela esfera privada. Nesse modelo, a inserção da mulher no mercado de trabalho é um

³⁴² HIRATA, Helena. Reorganização da Produção e Transformações do Trabalho: Uma nova divisão sexual?. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. *Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira*. São Paulo: FCC; Ed.34, 2002. p.350.

³⁴³ Idem, p.352.

³⁴⁴ IZQUIERDO, María Jesús; VILLARROYA, Antonio Ariño. La Socialización de Género. In: MARTÍNEZ, Capitolina Díaz; MORENO, Sandra Demo. *Sociología y Género*. Madrid: Editorial Tecnos, 2013, p.115.

aspecto secundário de seu projeto de vida, da formação de sua identidade e de suas possibilidades reais³⁴⁵.

Neste sentido, os autores acima citados argumentam de uma forma semelhante à Bourdieu, qual seja, que nossa ordem social é baseada em uma hierarquia de funções. Existe uma subordinação entre as tarefas de quem cuida das pessoas dependentes, tanto de um ponto de vista físico quanto psíquico, das atividades relacionadas àquelas que produzem e transformam o meio, administram as relações sociais, políticas e econômicas. As primeiras são classificadas como femininas, enquanto as segundas são tipificadas como masculinas. Assim, as relações homens/mulheres não são marcadas pela complementaridade, em que se reconhece igual importância entre os dois gêneros, mas de desigualdade, pois os seres masculino e feminino têm distintos valores, assim como as atividades que desempenham na divisão sexual do trabalho.

É relevante enfatizar que a desigual partilha das tarefas domésticas é um dos principais fatores que fazem com que as mulheres estejam majoritariamente nas atividades laborais em tempo parcial. O trabalho em tempo parcial tem um perfil predominantemente feminino o que assinala diferenças significativas na qualidade do emprego das mulheres, pois grande parte dessas atividades podem ser consideradas empregos precários, geralmente ligados ao setor de serviços, primordialmente relacionados à atenção e cuidado com as pessoas. Segundo Helena Hirata, o desenvolvimento da chamada “feminização da pobreza” em países como os Estados Unidos e a Inglaterra encontra explicação no desenvolvimento acelerado do trabalho em tempo parcial – significando também salário parcial – que passou de 17,2% das trabalhadoras em 1980 para 31,7% em 1999³⁴⁶. Os dados da Europa indicam que em 2010 31,6% das mulheres estavam trabalhando em tempo parcial enquanto somente 7,9% dos homens estavam na mesma situação. Em algumas regiões europeias como os Países Baixos a porcentagem de mulheres empregadas em tempo parcial chegava a 76,7%³⁴⁷.

³⁴⁵ ABRAMO, Laís. Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina: uma força de trabalho secundária? In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana. *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Editora Senac, 2007, p.28.

³⁴⁶ HIRATA, Helena, Op,cit. p.347.

³⁴⁷ TORNS, Teresa; CÁCERES, Carolina Recio; DURÁN, María-Ángeles. Género, Trabajo y Vida Económica. In: In: MARTÍNEZ, Capitolina Díaz; MORENO, Sandra Demo. *Sociología y Género*. Madrid: Editorial Tecnos, 2013, p.167.

Badinter observa que a jornada de trabalho em tempo parcial não diz respeito apenas à população feminina mais frágil. De acordo com a autora, desde o começo da década de 1990, este tema tem sido objeto de um discurso ideológico que perpassa todas as classes sociais. Ao se referir à jornada em horário parcial, Badinter argumenta que ela é uma forma de ratificar o discurso de que as mulheres devem ser as únicas responsáveis pelas atividades domésticas:

Apresentada às mulheres - e não aos homens – como a solução milagrosa para conciliar a vida familiar com a vida profissional, ela reforça prontamente o binômio mulher/família e livra o homem das incumbências que gostaríamos de vê-los partilharem. Os adeptos do instinto materno são os defensores mais ardorosos da jornada de trabalho em horário parcial³⁴⁸.

Helena Hirata enfatiza que os postos de trabalho predominantemente ocupados por mulheres não são propícios à criatividade. Segundo a autora, pode-se afirmar que a criatividade geralmente se encontra associada ao sexo masculino, assim como o doméstico se encontra ligado ao feminino. Neste sentido, o masculino tem o monopólio do poder político da criação enquanto às mulheres atribuem-se as tarefas simples e repetitivas³⁴⁹.

De acordo com a autora, a masculinidade/virilidade é associada ao trabalho pesado, penoso, sujo, insalubre, algumas vezes perigoso, trabalho que requer coragem e determinação, enquanto que a feminilidade é associada ao trabalho leve, fácil, limpo, que exige paciência e minúcia³⁵⁰.

Em uma pesquisa realizada sobre a divisão sexual do trabalho em empresas multinacionais no Brasil, na França e no Japão, Hirata observa que no que concerne à organização do trabalho a conclusão que se chegou foi que o trabalho manual e repetitivo ficava a cargo das mulheres, aquele que requeria conhecimentos técnicos estava nas mãos dos homens³⁵¹.

Hirata também argumenta que os chamados empregos flexíveis estão cada vez mais nas mãos das mulheres. A autora explicita que o termo flexível carrega uma polissemia:

³⁴⁸ BADINTER, Elisabeth. *Rumo Equivocado: O feminismo e alguns dos seus destinos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p.168.

³⁴⁹ HIRATA, Helena. *Relações Sociais de Sexo e do Trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho*. *Em Aberto*, Brasília, ano 15, n.65, jan./mar.1995, p.42.

³⁵⁰ Idem, p.43.

³⁵¹ Ibid, p.44.

inicialmente referiu-se às mudanças na organização do trabalho e da produção (fábricas flexíveis); em seguida, ao mercado de trabalho (flexibilidade no emprego); e por fim, ao tempo de trabalho (trabalho de meio período, de tempo parcial e políticas de redução das horas trabalhadas). Sobre o sentido do termo “flexibilidade” a socióloga diz que:

A palavra flexibilidade tem conotação ideológica, mascarando sob um termo neutro ou mesmo de conotação positiva (adaptabilidade, maleabilidade, repartição mais adequada) práticas de gestão da mão de obra em que flexibilidade e precariedade andam frequentemente juntas no âmbito do mercado de trabalho. A degradação importante das condições de trabalho, de salários e da proteção social seria, assim, disfarçada por um termo positivo³⁵².

A autora acima enfatiza que o amplo recurso à flexibilidade do tempo de trabalho feminino é possível porque há uma legitimação social para o emprego das mulheres por durações mais curtas de trabalho. Esses empregos são oferecidos ao ser feminino em nome da conciliação entre vida familiar e vida profissional, sempre partindo do pressuposto que esta conciliação é de responsabilidade exclusiva do sexo feminino³⁵³.

Para Pierre Bourdieu, as consequências desta maior presença de mulheres em empregos precários e de tempo parcial são perniciosas, pois além de menor remuneração são também excluídas da possibilidade de almejar uma carreira profissional:

A melhor prova das incertezas do estatuto atribuído às mulheres no mercado de trabalho reside, sem dúvida, no fato de que elas são sempre menos remuneradas que os homens, e mesmo quando todas as coisas são em tudo iguais, elas obtêm cargos menos elevados com os mesmos diplomas e, sobretudo, são mais atingidas, proporcionalmente, pelo desemprego, pela precariedade de empregos e relegadas com mais facilidade a cargos de trabalho parcial – o que tem, entre outros efeitos, o de excluí-las quase que infalivelmente dos jogos de poder e das perspectivas de carreira³⁵⁴.

Tendo como referência o arcabouço teórico anteriormente citado, gostaríamos de observar a partir de agora que a natureza dos cursos oferecidos no Programa Mulheres Mil tem efeitos distintos no processo de emancipação feminina mesmo que, como já demonstrado, nenhum deles ter sido capaz de inserir as egressas no mercado de trabalho.

³⁵² HIRATA, Helena. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana. *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Editora Senac, 2007, p.91.

³⁵³ Idem, p.91.

³⁵⁴ BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*, Op.Cit. p.110-111.

Ao fazer uma análise dos cursos oferecidos à luz da teoria de gênero, entendemos que poderiam ser divididos em dois grupos. No primeiro grupo colocamos aqueles que em nosso entendimento ofereceram uma qualificação voltada para a esfera da reprodução ou que estavam ligados a atividades tradicionalmente consideradas femininas: Auxiliar de Cozinha, Cuidador Infantil e Artesão Bordado a Mão. No segundo grupo estão aqueles que ofereceram uma qualificação voltada para a esfera da produção ou que se referiam a funções historicamente classificadas como masculinas: o curso de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial e seu congênere Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão.

Entendemos que os cursos classificados como ligados à esfera da reprodução reforçaram os papéis que historicamente foram reservados ao feminino como de mãe, rainha do lar e responsável pelas tarefas domésticas. Ao invés de emancipação, as mulheres foram ainda mais pressionadas a realizar tarefas que já faziam, mas agora sob uma nova roupagem, já que possuíam um certificado e, portanto, poderiam realizar aquela tarefa de uma forma mais aprimorada.

Um depoimento que nos chamou a atenção neste sentido foi o de Isaura, 50 anos, egressa de Auxiliar de Cozinha. Disse que um dos principais aprendizados no curso foi aprender a não desperdiçar os alimentos e a preparar o alho de uma forma que a comida ficasse mais saborosa:

tem muita coisa que eu não sabia que eu aprendi né, economizar mesmo, a gente tem que economizar bastante coisa. Tudo a gente tem que aproveitar, como Roberta (professora) ensinou a gente, tudo a gente tem que aproveitar nunca estragar nada entendeu como. De alimentos, de alimentos como ela ensinou a gente ali entendeu, nunca desperdiçar nada(...)Alho mesmo, eu soco alho. Aí ela ensinava que não é bom socar, mas picar o alhozinho que é mais gostoso, tem mais sabor, ela ensinou que a gente tinha que fatiar ele e picar, fica mais gostoso e dá mais sabor pra comida.

Ao ser questionada sobre como aproveita os conhecimentos adquiridos no curso na sua vida cotidiana, Isaura responde que utiliza o que aprendeu para cozinhar para os três filhos. Além disso, observou que o aprendizado no curso poderia ter sido melhor se houvesse mais aulas práticas e as atividades na cozinha não fossem somente cortar e

descascar legumes, enquanto a responsabilidade de preparar os pratos ficava somente com a professora:

mas eu acharia que deveria ter mais aulas práticas. Eu acharia assim, Roberta (professora) foi para cozinha com a gente, foi como a mãe dela também, foi boa pessoa, mas eu acharia assim, ela tinha que deixar a gente pegar a frente, ensinando a gente, vocês vão fazer isso mas deixando a gente fazer, ela fez mas a gente ajudando, nós ajudando. Ela colocou a gente para descascar legumes, descascar cebola, alho, picar peito de frango, essas coisas entendeu. Aí na minha opinião acharia que ela tinha que colocar a gente pra fazer. É coisa (picar legumes) de dona de casa, todo mundo sabe, eu creio que sabe né. Eu acharia que ela tinha que fazer assim, se fosse um dia que tivesse dez mulheres um dia botava cinco, outro botava cinco e de longe ela tava olhando o que a gente tava fazendo entendeu. Era todo mundo junto, não dava pra todo mundo pegar, aí uma ficava olhando, outra ficava descascando entendeu.

Para Gislana, egressa de Artesão Bordado a Mão, os conhecimentos adquiridos no curso tem sido proveitosos porque agora pode fazer trabalhos de costura nas roupas do marido que, por sua vez, a cobrava por não realizar esta atividade anteriormente:

antes eu não sabia (risos) fazer uma bainha na calça do meu marido hoje em dia eu já consigo segurar em uma agulha e através do curso eu tive interesse em fazer costura. Mas o meu marido um dia virou para mim e falou, óh até que enfim eu vi você pegar uma agulha e fazer alguma coisa porque ele não via fazer nada com agulha, ele que pegava e levava as bainhas na calça dele, levava pra mãe fazer que era costureira antes de falecer. Aí hoje em dia ele não tem a mãe e antes ele falava assim, é mamãe morreu agora vou ter que procurar uma costureira para fazer isso assim, se mamãe fosse viva ela fazia. As vezes era uma bainha uma meia que furasse eu ia fazer mas eu não sabia fazer que cada um é cada um eu tinha vontade mas não conseguia.

Segundo Luzia, 46 anos, divorciada, a partir da formação profissional aprendeu a cozinhar melhor, mas também passou a sofrer uma pressão maior da família para fazer pratos mais elaborados, principalmente de seu filho. Em seu depoimento sobre como aproveita os conhecimentos absorvidos no curso, nos fala sobre a questão do aprendizado e do aumento da cobrança:

Ah aproveito, eu lembro, por exemplo, o arroz eu não sabia que o arroz já vem lavado, aí esse toque pra mim me ajudou muito porque Carlos (filho) sempre brigava comigo, mãe você sempre faz o arroz

meio colado eu gosto do arroz soltinho. Aí Roberta (professora) explicou que o arroz já vem lavado. Aí ela pegou cinco kilos de arroz Sepé né e disse não precisa lavar gente. Passou fez o refogado e o arroz ficou soltinho e sai soltinho mesmo e eu errava muito o arroz e outras coisas mais que ela ensinou as receitinhas né de como cozinhar o feijão para não ficar duro entendeu, aí explicou então esse toques assim, então ajudou sim nessa parte. Eu que cozinho lá em casa né é eu que cozinho, com a menina fico brigando, o dia que ela foi ligar o fogo, o fogo veio (risos) aí pronto aí que ela ficou mais apavorada ainda. Eu falei Ana Paula (filha) você já vai fazer 15 anos tem que ir fazendo as coisas né, começar devagar fazendo um arrozinho, fazendo miojo, mas tem medo e ele (filho) também tem o maior medo de ligar gás. Até Carlos (filho) fala mamãe você tem que fazer coisas de alimentação melhor porque você fez curso.

Apesar de não ter marido, Luzia se sente sobrecarregada com as tarefas domésticas porque tem que cuidar do pai que, segundo ela, além de não contribuir com as tarefas domésticas não põe a comida em seu prato no momento das refeições:

E papai é muito machista. Minha mãe faleceu né infartou há 5 anos atrás e meu pai é aquele que tudo tem que dar na mão só que depois que minha mãe faleceu não tenho como, ele teve que cair em si, quer tudo na mão. Aí eu falo olha Carlos (filho) isso tá foda. Tenho até uma amiga que ela fala ensinei meu marido a ele mesmo por o prato dele não tem como a mulher colocar, é muito sobrecarregada em tudo.

Tereza, egressa de Auxiliar de Cozinha também utiliza os conhecimentos em casa:

O que eu aprendi lá eu sempre faço pra mim mesma em casa, pra minha tia as vezes eu faço uma coisa que eu aprendi no curso, foi proveitoso, não deixei de usar os conhecimentos que eu aprendi lá sempre estou fazendo só que só em casa mesmo.

Um padrão semelhante de respostas encontra-se nas entrevistas com egressas do curso de Cuidador Infantil. A maioria das mulheres nos disse que utilizam os conhecimentos do curso para cuidar melhor dos filhos. Rosimeri e Regina observam que aprenderam muita coisa e utilizam o aprendizado em casa:

Aprendi, e são tantas coisas que a gente aprendeu que cada aula era um aprendizado novo né? Foi muito bom. Nas partes de cuidar de criança de primeiros socorros né? O que a gente deveria fazer se a criança tivesse sufocando né? E muitas outras coisas. Como cuidar melhor das crianças, eu acho que consigo cuidar melhor dos meus filhos. (Rosimeri, egressa de Cuidador Infantil, 33 anos).

Eu aproveito com meus filhos, com meus sobrinhos o que a gente aprendeu a gente faz com eles em casa. (Regina, egressa de Cuidador Infantil, 33 anos)

Aproveito porque como eu falei eu já tenho um filho, foi melhor para eu cuidar dele. (Célia, egressa de Cuidador Infantil, 25 anos).

Aproveito, aprendi muita coisa. Aprendi sobre a escova de dente e sobre a esponja de arear as coisas que a gente não deve assim passar muito tempo usando a mesma esponja muito tempo usando a mesma escova, higiene sobre as mãos do meu filho que tudo que vai comer tem que lavar a mão. (Monique, egressa de Cuidador Infantil, 24 anos).

Outro depoimento que nos chamou a atenção neste sentido foi o de Dora de 44 anos que disse que a partir da qualificação profissional no curso de Cuidador Infantil passou cuidar melhor da neta:

eu tenho uma neta, e coisas que a gente aprendeu aqui as maneiras de lidar com a criança né, o momento certo, a maneira certa, sobretudo a professora ensinando que com a criança a gente deve ter a paciência dobrada e é uma coisa que eu não tinha, hoje eu acho que eu tenho né, eu fico olhando a minha filha ela tem uma paciência dobrada com a menina de três aninho (sic) que ela tem, então eu pude tirar daí uma coisa que eu não sabia, pela idade que eu tenho.

Por outro lado, quando analisamos os cursos que consideramos ligados à esfera da produção ou que não são tradicionalmente femininos, os conhecimentos aprendidos são utilizados na realização de tarefas que promovem certa independência e autonomia das mulheres em relação aos homens, mesmo que, da mesma forma que nos outros cursos a qualificação profissional não tenha levado a uma inserção no mercado de trabalho.

Exemplar neste sentido foi a importância da qualificação proporcionada pelo Programa Mulheres Mil para Joana, 39 anos, três filhos, moradora do distrito de Travessão de Campos. A egressa do curso de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão conseguiu colocar seu trailer que estava há dois anos desativado para funcionar e deste trabalho retira toda a sua renda. Como estava desempregada, Joana decidiu abrir seu próprio negócio, e o mais interessante é que a instalação elétrica do trailer foi realizada por ela a partir de conhecimentos aprendidos no curso:

como eu estava presa no meu trailer justamente por causa da parte elétrica eu falei é uma grande oportunidade, é uma mão lavando a outra né, eu não conseguia ninguém que fizesse para mim que as pessoas marcavam e não iam, e eu com o trailer parado há mais de

dois anos, eu falei eu vou mergulhar nessa. Eu precisava trabalhar e o curso ia me ajudar bastante porque eu não conseguia ninguém que fizesse para mim. As pessoas marcavam não iam, aí falavam assim tem fulano, mas fulano mexe mas não sabe muito bem não. Eu falava assim, mexer e não saber bem para mim não adianta porque eu vou botar a fritadeira, vou botar a geladeira vou botar o micro-ondas para depois pegar fogo em tudo eu perco tudo e o dinheiro jogado fora.

Joana observa que além de ter feito a instalação elétrica do trailer, a manutenção é feita por ela e por outra egressa do Programa, sua amiga Kíssila, disse também que não há mais necessidade de recorrer a um homem para resolver estas questões:

esses dias mesmo (risos) eu cortei um fio lá aí apagou tudo só que por eu não conseguir cortar o fio com esse alicate comum nem mesmo no curso eu conseguia só com alicate de corte eu tive que correr, Kíssila! Kíssila! me ajuda corre aqui que eu apaguei tudo e aí as coisas na geladeira vão estragar. Aí ela correu lá, nós fizemos porque ela consegue manusear bem esse alicate e eu não consigo de jeito nenhum. Aí ela correu lá me deu uma mão me socorreu e a gente conseguiu botar a energia de novo. Então assim se não fosse o curso de repente eu não saberia nem o que fazer.

A egressa também relatou que houve uma mudança na sua relação com os filhos após a qualificação profissional. Joana nos disse a importância que tem para sua filha de 19 anos o fato de ter sido ela quem realizou toda a instalação do trailer, quando os clientes fazem elogios ao trailer a filha faz questão de ressaltar que foi a mãe quem fez:

a minha filha de 19 anos fala foi a minha mãe que fez entendeu, ela mesma. Quando alguém chega e fala Janaína tá legal aí pô aí ela fala ela fez o curso e foi ela que fez (a parte elétrica do trailer) então acho que ajudou bastante, contribuiu bastante. Porque o pessoal sabia que eu vinha procurando e que estava justamente fechado por causa da parte elétrica. Aí o pessoal fala pô Janaína conseguiu, aí ela fala foi minha mãe que fez, ela logo fala.

De acordo com Sennett, a capacidade pode ser colocada a serviço da perícia ou a serviço da mestria em relação aos outros. A perícia refere-se à capacidade de fazer bem algo, por outro lado a mestria relaciona-se com a demonstração aos outros de como uma coisa é bem-feita. O perito e o mestre representam dois tipos de caráter e instigam respeito de duas formas diferentes. Para o sociólogo norte-americano, exibir mestria requer, em parte, a aprovação dos outros, mas é também uma satisfação pessoal, a satisfação de estar certo³⁵⁵.

³⁵⁵ SENNETT, Richard. *Respeito: A Formação do Caráter em um Mundo Desigual*. Tradução de Rytta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2004, p.105.

É interessante observar o processo descrito pelo autor acima citado em Joana. Ao obter a capacidade técnica de realizar todo o trabalho elétrico para a inauguração do trailer, a egressa passou a contar com o reconhecimento de sua filha e de pessoas próximas. Exibindo mestria no sentido exposto por Sennett e realizando algo em seu benefício que contou com a aprovação dos outros, a egressa adquiriu um senso íntimo de respeito próprio que, pelo seu relato, não havia anteriormente.

Heloisa, 44 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial, diz que não precisa mais recorrer ao marido para realizar determinadas tarefas em casa que antes eram exclusividade dele. Sobre o aproveitamento dos conhecimentos adquiridos no curso na sua vida cotidiana expõe o seguinte:

tipo assim, trocar uma resistência do chuveiro, trocar tomada porque agora essas novas tão tudo sendo substituída e eu faço isso. A gente perde aquele medo que a gente tinha de eletricidade, a gente acaba perdendo.

É interessante observar que mesmo não realizando um trabalho remunerado, Heloisa utiliza seu aprendizado para fazer instalação elétrica na casa de pessoas próximas a ela, como fez na residência de sua cunhada:

até minha cunhada me chamou para fazer manutenção na casa dela, trocar as tomadas todas (risos). É, ela foi trocar as tomadas todinha da casa dela e me chamou para trocar, porque lá na casa dela o pedreiro faz tudo né a parte elétrica, hidráulica, só que ele começou enrolando ela, enrolando ela que acabou me chamando.

Outras egressas também falam da utilidade dos conhecimentos apreendidos no curso para realizar tarefas na sua vida diária:

Ó tipo assim, eu troquei o meu chuveiro (risos), já troquei o meu chuveiro sozinha está funcionando bem, a minha tomada estava com mau contato e já consegui trocar, algumas coisas assim. Não dependo assim de outra pessoa pra fazer, já faço. (Elisa, 47 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão)

Em casa tem. Antes de concluir o curso tinha uma instalação lá em casa que era a geladeira e o chuveiro junto e aí o professor falou que não pode, tinha que ter uma ligação separada lá em casa, e eu comprei o material e auxiliei meu marido. (Zumira, 33 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial).

Faço instalação na minha casa. Já tá pronto, mas com o tempo eu posso puxar uma tomada, um bocal, inclusive instalei um chuveiro na minha casa. (Kíssila, 24 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

Consigo as vezes sim. As vezes algumas coisas lá em casa com a lâmpada. Não trocar a lâmpada mas um bocal, algum probleminha de eletricidade a gente vê, mas não muita coisa não. Foi pouco tempo mas deu pra aprender, o pouco tempo que teve deu pra aprender. (Karine, 22 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

A partir das entrevistas, notamos que o fato de o curso de Auxiliar de Eletricista não qualificar para uma profissão historicamente feminina fez com que as egressas fossem muitas vezes tratadas com deboche e ironia quando iam realizar alguma tarefa relacionada ao aprendizado o que não aconteceu com as mulheres capacitadas em Auxiliar de Cozinha, Cuidador Infantil e Artesão Bordado a Mão. Se estas últimas faziam justamente o que a sociedade delas esperava, cuidar dos filhos, costurar para o marido e cozinhar para a família, as primeiras exerciam uma atividade que transgride os papéis tradicionalmente impostos ao feminino e a reação a esta transgressão é desqualificando a capacidade da mulher para realizar tal função. O depoimento de Aline, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial é elucidativo neste sentido. Afirmou que o fato de ser mulher gerou uma crença de que iria provocar um incêndio ao tentar fazer um reparo na fiação da casa:

óh as vezes queima uma lâmpada eu mexo, na tomada quem tá mexendo sou eu, eu tenho marido só que não fica em casa só chega a noite, então quem mexe sou eu mesma. Meu chuveiro também já consertei sozinha. Deu um problema na luz lá essa semana, quem foi lá mexer no fio? Fui eu. Ficou todo mundo pensando que eu ia botar fogo (risos), vou botar fogo nada eu vou conseguir, e eu consegui. Todo mundo ficou olhando, isso vai pegar fogo hein, e consegui minha luz voltou. Depois que pegou fogo no fio fui lá mexendo, consegui botar luz de novo, tá lá (risos).

No entanto, mesmo com resistências observamos que oferecer um curso que não qualifica as mulheres para o trabalho no âmbito doméstico pode sinalizar para uma transformação nos papéis de gênero e alterar, mesmo que de forma tímida, as relações de poder na esfera privada. Ao comentar as mudanças ocorridas na sua relação com o marido a partir da obtenção do certificado, Aline fala que:

É, ele (o marido) agora mudou um pouquinho porque agora ele viu que eu já mexo em alguma coisa, eu consertei o chuveiro, ele disse é até que enfim, mas também não quer dar o braço a torcer, mas que ele fica falando ele fica. Aí as vezes chega na casa da mãe dele e fala óh, a eletricista aí o que precisar é só chamar ela, aí eu olho para cara dele e falo ó debochado (risos), mas não quer dar o braço a torcer, mas ele reconhece que me ajudou bastante. Hoje em dia ele vê que eu to sendo capaz, que ele achava que mulher é só na beira do fogão, agora ele vê que não, agora hoje em dia ele fala, você vai fazer curso o ano que

vem de novo? Eu digo vou. Aí ele, então né faz que aí você trabalha na Ampla (concessionária de energia elétrica). Tem um colega dele que trabalha na ampla, aí ele falou que se eu fizer um outro curso para mim (sic) dar um currículo para ele ver se me bota lá. Aí ele fala, faz que o rapaz leva o currículo, aí eu é com certeza, hoje em dia ele reconhece. Aceita, agora ele aceita, no começo ele não queria, agora ele mesmo fala, faz outro curso mesmo.

Para Josimara, 41 anos, egressa do curso de Auxiliar de Eletricista Predial representa um rompimento com as atribuições tradicionalmente femininas e se tornou um exemplo de como as mulheres podem realizar as mesmas tarefas que os homens e terem autonomia e independência na ausência deles. Ao comentar como aproveita seus conhecimentos na vida cotidiana afirmou:

Para mim está sendo muito útil porque dentro da minha casa eu sou o homem e a mulher, porque eu moro sozinha com as minhas filhas e a casa é antiga. Na casa da minha mãe a fiação estava muito precária (risos) e o bocal precisou trocar. Porque o Brasil precisa de mulheres que fazem tarefas de homem já que elas podem ser marido e mulher dentro da casa, pai e mãe ao mesmo tempo, elas podem fazer tarefas de homem também, vejo caminhoneiras aí e tudo, o curso de eletricista é uma tarefa de homem.

Uma questão que nos chamou a atenção foi a resposta das egressas sobre os motivos que as levaram a escolha dos cursos. Algumas mulheres procuraram os cursos de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial por considerarem uma profissão que não era historicamente reservada às mulheres, algo diferente, que rompia a rotina de trabalho no lar com a qual estavam acostumadas. Ao serem questionadas sobre os motivos de realizar o curso, algumas mulheres responderam que:

Na época que eu fiz só poderia escolher esses dois ou culinária ou eletricista. Aí como eu gosto de coisas diferentes e também eu gosto de tá cutucando as coisas em casa eu queria aprender mais,(culinária) eu já faço no dia a dia. (Heloisa, 44 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial).

Só tinha de eletricista e de cozinha. Cozinha a gente já faz em casa né, faz em casa coisas no fogão, aí eu optei por eletricista que é uma coisa diferente. (Cozinha) é quase a mesma coisa, ia ter alguma coisa diferente, mas de diferente mesmo era de eletricista. (Maria, 24 anos, Egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

Porque eu sou muito é metida eu gosto de mexer nessas coisas, aí quando abriu a inscrição eu me interessei mais ainda. Aí por causa de se mexer mesmo, porque quando eu vivi separada durante cinco anos então eu era o homem da casa, então eu tinha que mexer nas coisas, eu

não tinha homem dentro de casa então se queimasse alguma coisa era eu, se um fio arrebentasse eu tinha que mexer, então eu que mexia, e eu me interessei por isso. (Aline, 34 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

Na época eu visei uma profissão e também visando já o curso que eu faço hoje né achei que tivesse mais haver, auxiliar de cozinha é uma coisa muito rotineira né que eu estava acostumada a fazer. (Zumira, 33 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial).

Por que eu sou muito curiosa então eu já mexia na minha casa, tinha uma experiência eu peguei e fiz. (Kíssila, 24 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

Para aprender coisas melhores e diferentes na vida de uma mulher, acho interessante. Bordado é uma coisa que você vai ali compra uma revistinha e aprende com facilidade eu não gosto de aprender coisa fácil não. (Josimara, 41 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial).

Porque eu acho que é mais minha área eletricista porque eu tinha feito no IFF-Centro Telecomunicações só que eu parei. (O curso de eletricista) tem um pouquinho a ver com eletricidade também. É que eu não tive como (terminar o curso de telecomunicações) minha mãe tava doente aí tive que abandonar o curso, aí tava meio ligada essas duas áreas. Porque artesanato e bordado eu não gosto muito não (risos). (Karine, 22 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

Por outro lado, as participantes dos cursos de Auxiliar de Cozinha, Cuidador Infantil e Artesão Bordado a Mão escolheram estes cursos porque achavam que estas tarefas eram as mais adequadas às mulheres, porque gostariam de continuar a realizar trabalhos relacionados à esfera doméstica ou porque os cursos iriam ajudar no cuidado com os filhos. Além disso, algumas egressas viam o curso de Auxiliar de Eletricista como perigoso e difícil:

Não gosto (do curso de eletricista), tenho medo (risos), mexer com essas coisas eu tenho medo e também a área de culinária é o melhor para mim. Para mim aprender, para mim aprender é mais fácil. O outro além de perigoso seria mais difícil. (Isaura, 50 anos, egressa de Auxiliar de Cozinha).

Porque eu adoro cozinha, adoro cozinhar, adoro fazer comida. (Tereza, 54 anos, egressa de auxiliar cozinha).

Por que esse era melhor porque na época só tinha curso de Bordado e de Eletricista aí no caso como mulher eu preferi bordado. (Tamires, 55 anos, egressa de Artesão Bordado a Mão).

Olha eu tenho filho me identifico melhor com esse (Cuidador Infantil), gosto mais desse, porque acho que vai me ajudar a cuidar das crianças. (Regina, 33 anos, egressa de Cuidador Infantil).

Olha eu preferi esse porque eu já tinha trabalhado não com carteira assinada e eu gosto de trabalhar com criança e eu vi a oportunidade de trabalhar com coisa que eu gosto. (Priscila, 24 anos, egressa de Cuidador Infantil).

É interessante ressaltar que algumas mulheres viam esses cursos ligados à esfera da reprodução como uma forma de qualificação profissional que as permitia associar trabalho remunerado com os cuidados do lar e dos filhos. Mesmo reconhecendo que os cursos na área de Eletricista seriam mais propícios ao trabalho fora do lar e com carteira assinada era necessário abrir mão disso em prol dos cuidados familiares. Um exemplo neste sentido é Gislana que escolheu o curso de Artesão Bordado a Mão para ter a possibilidade de exercer alguma atividade em casa e também enquanto esperava a filha nos horários de entrada e saída da escola:

Porque via a possibilidade de continuar a trabalhar em casa até porque eu tenho uma filha de oito anos e eu não teria uma pessoa para tomar conta, o Bordado eu poderia fazer na porta da escola esperando ela entrar, na minha casa, em algum outro lugar que eu vá esperando para ir ao médico eu poderia estar fazendo ali, eu vi a possibilidade de ser mais prático. Eletricista eu poderia arrumar um trabalho assinando a minha carteira sendo mais remunerado, óbvio que seria melhor para mim, mas eu teria que pensar na minha casa, nos meus filhos e seria um pouco mais complicado. Então por enquanto eu optei (por Bordado) porque para mim seria o ideal. Futuramente quando ela crescer eu pretendo fazer outros cursos até porque eu quero ser registrada ter os meus direitos, mas de imediato ainda não é possível. (Gislana, egressa de Artesão Bordado a Mão).

A egressa toca em um ponto interessante que reflete a organização dos papéis de gênero. Se a função de provedora da família não é considerada parte dos papeis femininos, como é o cuidado dos filhos e as responsabilidades domésticas por exemplo, entende-se que suas trajetórias profissionais são instáveis, muito submissas e marcadamente subordinadas aos ciclos da vida familiar. Além disso, como nos dizem

Bruschini e Lombardi “de todos os fatores, a presença de filhos pequenos continua sendo o que mais dificulta a ocupação feminina”³⁵⁶

Além dos fatores acima mencionados, algumas egressas atribuíram a escolha dos cursos a outras questões como falta de opção, porque pensavam que poderiam montar uma cooperativa, para sair de casa e ter novas experiências ou por motivos de saúde:

Pra questão de renda, aumentar a renda, também ser inserida de alguma forma como posso te dizer, ai meu Deus, numa comunidade que as pessoas juntam aí faz dinheiro é... cooperativa. (Miriam, 30 anos, egressa de Artesão Bordado a Mão).

Queria fazer um curso para desenvolver minha mente, sair de casa, entendeu, eu nem pensei qual curso fazer. (Jussara, 57 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

Olha, tipo assim, na verdade eu fui ao CRAS que é lá que fazem a inscrição e não tinha outro curso, só tinha esse de eletricista e me disseram que é só hoje e amanhã não tem mais e vamos, corre e age tudo correndo e tal, e peguei e fiz. (Elisa, 47 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

Então, eu escolhi o curso porque devido ao meu problema de saúde eu achei que esse era o mais apropriado para mim porque é uma coisa que a gente trabalha ali manual sentada mesmo a gente faz uma coisinha ou outra e eu sendo costureira fica mais fácil deu embainhar toalha conciliar uma coisa com a outra que é eu embainhar e sentada mesmo eu fazer porque o trabalho é manual pra mim eu achei ótimo. Eu penso muito na idade, eu penso em ficar mais velha ter alguma coisa pra fazer principalmente manual, tem que preencher o tempo com trabalho manual, mas eu pensei também em gerar algum ganho daquele trabalho que estava em condição de eu fazer. (Luzia, 53 anos, egressa de Artesão Bordado a Mão).

Porque quando eu liguei, quando eu soube do curso né, eu liguei pra lá e falaram assim, olha tem o de eletricista mas só tem uma vaga e eu já tinha comentado com Tereza (egressa), aí eu fui e falei assim, ah só tem uma vaga você que sabe depois você liga aí eu falei assim poxa que eu falei com uma amiga e tal aí a pessoa falou que auxiliar de cozinha tem mais, aí eu fui e optei pelo auxiliar de cozinha por causa que eu tinha falado com Tereza fica até melhor porque ela que mais me deu força pra ir porque eu tinha vontade de desistir porque eu tenho depressão, porque você não tem um emprego, porque criar filhos em casa sozinha por mais que ele (ex-marido) ligue pras crianças ele fala qualquer coisa liga pra mim e tudo não tá presente né. E criar um rapaz, tem certas coisas que a gente conversa ele é legal o Carlos (filho) ele chega da escola eu espero ele chegar às 11 horas ele vem conversa quando eu não dou atenção ele grita se aborrece, mãe você não me dá atenção entendeu. Então isso tudo vai causando a

³⁵⁶ BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana. *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Editora Senac, 2007, p.52.

depressão e eu não procuro fazer exercício físico que até um dia desses tava passando no Hoje em Dia que é da Record falando sobre a depressão o que é quais são as causas, os sintomas pra pessoa buscar ajuda que tem cura entendeu. Então eu fiz pra isso pra sair um pouco da rotina, que a rotina também causa depressão aí o dia que eu não queria ir a Tereza me chamava, vamos embora. (Luzia, 46 anos, egressa de Auxiliar de Cozinha).

Por que eu gosto mais de Cuidador Infantil do que de Cozinha eu prefiro Cuidador Infantil. (Monique, 24 anos, egressa de Cuidador Infantil).

Eu achei uma oportunidade boa de fazer esse curso foi também o único que foi oferecido transporte pra gente ir. (Célia, 25 anos, egressa de Cuidador Infantil).

Gostaríamos de enfatizar que nem mesmo os cursos na área de Eletricista conseguiram promover alguma transformação na divisão sexual do trabalho. Mesmo que algumas mulheres tenham conseguido um avanço em termos de autonomia ao exercerem atividades que antes tinham que recorrer a um homem e que passassem a se sentirem capazes de realizar trabalhos antes considerados masculinos, as responsabilidades pelas tarefas pouco se modificaram. Em alguns casos, as mulheres ficaram ainda mais sobrecarregadas, pois tinham que associar novas funções: estudo e os cuidados com o lar, marido e filhos. Quando questionadas sobre de quem era a responsabilidade pelas tarefas domésticas como fazer a comida, realizar a faxina, lavar louças, roupas e cuidar dos filhos, as egressas foram unânimes em responder que continuava sendo delas:

Eu mesma (Jussara, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial Baixa Tensão, divorciada, 2 filhos).

Tudo eu (breves risos), mesmo eu indo para a escola eu estou nessa dupla jornada (breves risos). (Heloisa, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial, casada, 2 filhos).

Minha, toda minha, dentro de casa tudo sou eu. (Aline, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, casada, 3 filhos).

Olha, eu que lavo tá e cozinho pra todo mundo (Elisa, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, solteira, 5 filhos).

Minha, somente eu. Ele (o marido) me ajuda as vezes, me ajuda mais que minha filha, ele me ajuda sábado e domingo. (Zumira, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial, casada, dois filhos).

Tudo eu, lá em casa tem 3 crianças, meu pai tem 70 anos e ele é uma pessoa que se entregou e não tem uma mente assim aberta pras coisas entendeu? Por exemplo eu tenho até medo de ter um novo

relacionamento porque ele não aceita entendeu e eu tenho que respeitar ele. (Luzia, egressa de Auxiliar de Cozinha, 2 filhos).

O depoimento de Joana é elucidativo para demonstrarmos como a desigual partição do trabalho doméstico faz com que as mulheres trabalhem mais horas que os homens. Como dissemos anteriormente, a egressa utilizou os conhecimentos aprendidos no curso para abrir seu próprio negócio e ter sua própria renda. Apesar desse avanço em termos de autonomia e independência, o trabalho no trailer somado às responsabilidades pelas tarefas do lar fazem com que tenha uma jornada de trabalho bem maior que a de seu marido que somente trabalha fora:

São minhas, eu mesma que faço. Eu levanto às seis, ponho a comida do meu esposo que ele leva marmita porque trabalha fora, ele trabalha em um posto de molas em Barcelos. Aí ele sai e eu começo né ajeitar as coisas que eu faço janta e almoço. Vou para o trailer aí já vou levando salgados, sacolé tudo pra lá, aí fecho por volta de umas cinco, cinco e meia. Lá mesmo lavo roupa porque tem o tanque da casa, lá mesmo vou lavando a roupa estendendo e vou atendendo o pessoal. Aí volto para casa por volta de cinco, cinco e meia e lá vou dando continuidade dos afazeres do dia a dia. Aí quando dá 7 horas da noite a gente larga tudo vai para a Igreja Universal volto oito, oito e meia. A pipoca de micro-ondas eu compro, a batata eu compro, mais (sic) sou eu que frito, faço sacolé, bombom, brigadeirão, beijão até vendi aqui no curso na época que eu fiz o curso eu vendi bastante para o pessoal aqui. Amanhã mesmo eu vou botar um mocotó lá pra vender, então antes de sair de casa já deixei a cenoura e a batata toda cortada o feijãozinho de molho, o mocotó descongelando. (Joana, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão, casada, 3 filhos).

Como o marido não divide o trabalho doméstico cabe à Joana a totalidade da carga de trabalho referente à economia do lar. Neste sentido, mesmo realizando um curso considerado masculino que a permitiu realizar as instalações necessárias para o funcionamento de seu trailer, a egressa pode ser tomada como um exemplo de que as iniquidades geradas pela divisão sexual do trabalho limitam a autonomia feminina por perpetuar uma relação desigual dentro da esfera doméstica.

4.2.3 – Conhecimentos sobre a violência doméstica e os direitos da mulher

Como observado no capítulo 2, um dos objetivos do Programa Mulheres Mil era contribuir para a redução dos índices de violência doméstica. Neste sentido, procuramos verificar se houve algumas medidas de combate a esta forma de violência durante a execução do Programa e se as egressas ampliaram seus conhecimentos sobre os direitos da mulher. Esta expansão no reconhecimento dos direitos pode resultar no avanço da

cidadania feminina já que “a consciência de ter direitos faz com que o fato de ter um direito negado seja percebido como ultraje à condição de cidadã, e isso já altera a posição de alguém no mundo”.³⁵⁷

A violência contra a mulher foi definida pela Organização das Nações Unidas (ONU) como qualquer ato de violência de gênero do qual resulte, ou possa resultar, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo as ameaças de tais atos, a coação ou a privação arbitrária de liberdade, que ocorra, quer na vida pública, quer na vida privada³⁵⁸.

A violência contra as mulheres abrange os seguintes atos: a violência física, sexual e psicológica ocorrida no seio da família, incluindo os maus tratos, o abuso sexual das crianças do sexo feminino no lar, a violência relacionada com o dote, a violação conjugal, a mutilação genital feminina e outras práticas tradicionais nocivas para as mulheres, os atos de violência praticados por outros membros da família e a violência relacionada com a exploração; violência física, sexual e psicológica praticada na comunidade em geral, incluindo a violação, o abuso sexual, o assédio e a intimidação sexual no local de trabalho, nas instituições educativas e em outros locais, o tráfico de mulheres e a prostituição forçada e também a violência física, sexual e psicológica praticada ou tolerada pelo Estado, onde quer que ocorra³⁵⁹.

Até a segunda metade do século XX, a violência dos homens contra as mulheres era considerada inevitável e natural, aceita pelos costumes e também pelas leis. Em um período em que o espaço público era monopolizado pelos homens e a ausência feminina era notória, a questão da violência contra a mulher era tratada como algo privado, restrito ao âmbito doméstico que nenhum ente externo deveria interferir³⁶⁰.

A crítica feminista ao androcentrismo nas esferas acadêmica, jurídica e política conduziu a uma mudança no entendimento sobre a violência contra a mulher. Uma importante contribuição foi demonstrar que nenhuma violência é neutra, que a violência perpetrada pelos homens contra as mulheres é um produto histórico, especialmente de

³⁵⁷ ÁVILA, Maria Betânia. Op. cit . p.140.

³⁵⁸ NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. *A ONU e as Mulheres*. Disponível em: nacoesunidas.org/acao/mulheres/. Acesso em: 03 de março de 2016.

³⁵⁹ Idem.

³⁶⁰ RÍOS, Marcela Lagarde y de los. *La Violencia Contra Las Mujeres*. In: MARTÍNEZ, Capitolina Díaz; MORENO, Sandra Demo. *Sociología y Género*. Madrid: Editorial Tecnos, 2013, p. 327.

uma organização social estruturada em um modelo de dominação patriarcal. A persistência dessa forma de violência é uma expressão visível de processo que atenta contra a democracia e um símbolo de atraso social³⁶¹.

Se pensarmos no combate à violência contra a mulher em termos nacionais, uma das instituições criadas a partir de meados da década de 80 que representou um ganho para a cidadania das mulheres foi a Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAMs). Apesar de suas imperfeições, as DEAMs são instituições governamentais resultantes da constituição de um espaço público onde se articulou um discurso relativo aos direitos das mulheres que aí recebem um tratamento especial em situações de violência. Segundo Suárez e Bandeira:

As DEAMs representam uma política pública para coibir a violência contra a mulher, um lugar onde esta pode e deve ser denunciada. Além disso, por serem as únicas delegacias competentes para enfrentar a violência sofrida pelas mulheres, revelam a incapacidade governamental de enfrentar o problema da violência de uma forma global³⁶².

Quando nos voltamos para nosso objeto empírico, notamos que muitas mulheres que participaram do Programa Mulheres Mil tiveram muita dificuldade para retornar aos estudos porque estavam amarradas a uma relação de dominação de gênero no âmbito familiar. Além do baixo poder aquisitivo, da obrigação de cuidar da casa e dos filhos, as mulheres ainda tinham que lutar contra a reação negativa dos maridos ao fato de saírem de casa para estudar. O depoimento de Maria é esclarecedor neste sentido, pois só conseguiu retornar aos estudos quando se separou:

Desde quando eu engravidei da minha primeira filha, eu tentava (estudar), mas aí tinha alguma coisa, por causa do pai dela que não gostava muito de me ver fazendo as coisas, andar sozinha, aí eu parava, agora voltei. Proibia de muita coisa. Tipo de sair, só ele que saía, só ele que podia, eu era de casa, saía de casa e ia para casa da minha mãe, mas tinha hora para voltar para casa, era tipo uma regra, eu ia mas tinha que voltar neste horário, se não voltasse era motivo de alvoroço. Aí por causa disso eu parei de estudar, não estudei mais, por causa dessa questão. (Maria, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial).

³⁶¹ Idem, p.327-328.

³⁶² SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. Op. cit, p.303.

Aline, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão também relata a dificuldade que teve para sair de casa e se qualificar, pois o marido dizia que o curso que ela fazia era coisa de homem:

Esse de agora, o marido que mora comigo, porque para ele era coisa de homem, ele achava que eu tinha que ficar só dentro de casa, só que eu bati e disse, eu vou fazer o curso. Muito, foi muito difícil ele deixar eu fazer, mas bati o pé mesmo, vou fazer. Eu falei que coisa de homem o quê, hoje em dia as mulheres são mais rápidas que os homens, Aí ele foi e ficou puto (risos). Eu falei vou fazer bati o pé. (Aline, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial Baixa Tensão).

Outra egressa afirmou que seu ex-marido a perseguia e queria impedi-la de realizar o curso de Auxiliar de Eletricista. Diante de sua insistência em participar do Programa Mulheres Mil, o ex-marido disse que queria que morresse eletrocutada:

Meu ex-marido disse que tomara que eu agarrasse em um fio e morresse agarrada. Ele faz de tudo para me atrapalhar mesmo de longe porque tipo, quando eu era casada com ele, tipo assim, morava com ele, ele não deixava eu estudar (Elisa, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

Uma das gestoras do Programa afirmou que um fator que influenciou decisivamente na evasão foi a pressão que os maridos exerciam para que suas esposas não saíssem de casa e deixassem os afazeres domésticos. Roberta observa que:

quando algumas faltavam, outras falavam assim: a acho que fulana não veio e acho que o marido dela está meio chateado com ela porque ela agora está estudando e tá questionando um monte de coisa, isso é uma das causas da evasão porque não é só violência física, mas principalmente simbólica. Porque física elas também não deixam pra trás não, se alguém bater nelas elas batem de volta (risos). Porque é assim, você não tá estudando agora então você vai ter que dar conta disso ou agora que você começou a estudar não dá mais conta disso né, então assim meu marido tá reclamando. Igual a gente fala, meu marido reclama que eu não saio da escola não posso pegar uma direção não. Porque meu marido quer que eu fique em casa com ele. Então assim, se a gente passa por isso é obvio que tem uma diferença comportamental meu marido não quer que eu fique aqui (no IFF) porque ele quer que eu fique em casa com ele vendo filme, não quer que eu fique fazendo faxina, é diferente, mas a pressão é correlata. Então essa era uma das causas da evasão, acho que a principal.

Interpretamos a dificuldade de algumas mulheres voltarem a estudar por alguma forma de coerção de maridos ou de ex-maridos através da teoria de Pierre Bourdieu. Entendemos que as mulheres não são tratadas nessa relação conjugal como cidadãs livres, com liberdade de escolha, possuidoras de direitos civis que podem por si só

decidir o seu destino, mas como bens simbólicos que estão em posse dos homens. Bourdieu observa que dentro da relação matrimonial as mulheres são vistas como objetos ou como símbolos cuja função é contribuir para a perpetuação ou aumento do capital simbólico em poder dos homens³⁶³.

Neste sentido, os maridos que se sentem possuidores das mulheres reagem ao fato de suas posses deixarem o lar para irem à esfera pública buscarem uma certificação profissional, o que, em nossa análise, é agravado quando as mulheres se propõem a realizar um curso em que as tarefas são consideradas masculinas. Neste caso, a suposta inversão dos papéis “naturais” de mulheres gera uma insatisfação ainda maior por parte dos cônjuges. No entanto, quando as mulheres seguem em frente e chegam ao final do curso ocorre uma transformação, mesmo que ainda tímida, das relações de poder instauradas no âmbito doméstico porque sair de casa para estudar para muitas dessas mulheres é sim um ato libertador, já que possuir conhecimento é uma forma de poder.

É importante ressaltar que muitas mulheres participantes do programa sofreram ou sofriam violência na época do curso. Procuramos compreender então quais foram às contribuições do Programa Mulheres Mil para o combate à violência doméstica e as medidas tomadas para ampliar os conhecimentos sobre os direitos da mulher. Uma das coordenadoras do Programa disse que uma ação importante foi uma palestra da Delegada da Delegacia da Mulher. No entanto, esperava a partir do contato com a delegacia encontrar uma solução para as mulheres que sofriam violência, mas que os resultados foram muito abaixo do esperado:

Dois casos que eu me lembro. Uma mulher que apanhou o tempo todo mesmo grávida, na gravidez de todos os filhos ela tinha apanhado e uma que já tinha se separado e o marido continuava procurando, batendo, enfim perturbando a vida dela e aí quando a gente soube da Delegacia da Mulher aqui em Guarus a Assistente Social foi lá convidou (a Delegada a dar uma palestra) e a gente ficou esperando e falando (para as alunas) não falem, crente que ia ter uma solução. A questão é que a lei não adiantou muito não gente, a diferença da delegacia da mulher é que na outra as mulheres chegavam lá e os policias ficavam rindo e na da mulher elas são tratadas com respeito, mas solução...Essa que apanhava grávida contou pra gente que o marido fez concurso para a polícia e passou, aí ela falou assim vocês não olham isso não porque eu já tinha apresentado queixa contra ele, então a polícia tá muito preparada pra falar pra aquela mulher que apanha dar queixa e na hora que o marido dá tetra(sic) ela vai lá e tira. Essa mulher a polícia sabe convencer muito bem, explicar que ela vai

³⁶³ BORDIEU, Pierre. Op.cit, p.55.

apanhar de novo que ela tem que ter coragem, só que na hora que ela adquire a coragem ela tem que ter provas ou tem que ter alguém como testemunha, quem vai testemunhar? Então fiquei frustrada porque eu esperava uma solução e esta que apanhou grávida saiu dali sem solução, e a outra que já tinha denunciado, já tinha aquela lei que o marido tinha que ficar a não sei quantos metros dela e chegava batia e ela não conseguia trabalhar porque ele chegava fazendo furdunço (sic) no salão que ela tava trabalhando de cabeleireira e ficou sem solução entendeu. Eu acho que pode ter adiantado (a palestra) para aquela mulher que apanha e depois vai lá e tira queixa, mas para aquelas que já estavam decididas a acabar com o problema não. (Almerinda, Coordenadora do Programa Mulheres Mil Campus Campos-Guarus).

Além disso, Almerinda ponderou que a falta de infraestrutura contribuiu para que o combate à violência doméstica não obtivesse o sucesso esperado. Apesar de contar com Psicóloga e Assistente Social na equipe multidisciplinar do Programa, faltava uma sala para esses profissionais atenderem individualmente as mulheres, o que fazia com tivessem que se deslocar para realizar este atendimento em locais não devidamente adequados como a biblioteca da escola:

Não tinha uma sala de atendimento psicológico. Então a Psicóloga, a Assistente Social se dirigiam com elas ou para a biblioteca ou para a sala do multimídia ali, e as vezes elas chegavam tão angustiadas que já chegavam despejando os problemas. ((Almerinda, Coordenadora do Programa Mulheres Mil Campus Campos-Guarus).

Quando questionadas sobre esta questão, algumas egressas falam que a palestra foi importante para esclarecer sobre as medidas que devem ser tomadas em caso de agressão. Aline disse que em seu primeiro casamento sofreu muito com a violência do marido, mas que o aprendizado no curso fez com tomasse consciência de que a denúncia é importante e que não aceitará ser violentada pelo atual marido:

Sim (o Programa) me ensinou muita coisa, como a gente teve palestra sobre a Lei Maria da Penha, me explicou muita coisa que eu não sabia entendeu. Então eu acho que agora, depois que eu aprendi aqui no IFF eu não passo mais o que eu passei não porque eu já falei com ele o dia que ele levantar a mão vai ser uma vez só, porque ou ele me mata ou eu mato ele, não aceito. (Aline, 34 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

Josimara, 41 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Predial, também tem um histórico de violência doméstica no seu relacionamento anterior:

Já cheguei a sofrer sim (violência) com vinte anos, mas aí gente não sabia essas coisas. Ele tentava botar fogo dentro de casa para me matar, foi onde que eu fiquei um bom tempo sem ninguém aí agora eu fiquei com esse senhor já de idade.

Para a egressa, o curso foi importante para que as mulheres tomassem consciências dos seus direitos e fossem estimuladas a denunciar seus agressores:

Se for agredida a gente tem como se defender procurando nossos direitos na delegacia das mulheres. A delegacia das mulheres no caso que existe agora né, caso for espancada ou receber agressão física ou psicológica essas coisas assim. Porque se você fizer uma denúncia já estão matando imagina se não fizer. (Josimara, 41 anos, Auxiliar de Eletricista Instalador Predial).

Joana também afirma que o Programa contribui para que não ocorra mais com ela o que já ocorreu no passado, ser agredida e hesitar em denunciar o agressor:

Contribuiu porque eu já em um relacionamento anterior eu já havia passado e até então como muitas né eu achava que ah não vou denunciar, não vou fazer, não vou acontecer. Na época meus filhos eram pequenos né, como eu ia sobreviver com três crianças pequenas e aí ia deixando e ia passando né e ele batia, batia em mim. Nunca denunciei. Hoje seria bem diferente, denunciaria com certeza sem pensar duas vezes. (Joana, 39 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

Outras egressas, mesmo que não sofressem violência doméstica disseram que os conhecimentos adquiridos no curso foram muito importantes e algumas dizem que se sentem mais capazes de denunciar uma agressão:

Contribuiu, contribuiu sim. Olha eu observei muito as colegas. Aí eu tinha colegas ali na sala que apanhavam do marido, tinha colegas que o marido namorou uma menina pela internet em um mês só a menina veio conhecer a família, aí ela botou a menina pra dentro de casa e a menina não era gente boa e deu um troço lá não sei o quê que teve de errado e tinha umas decisões doida né. Muitas coisas elas não sabiam, elas diziam não saber. Assim um desligamento total sabe, parece que está com uma venda assim dos lados que só sabe olhar pra frente né, porque o mundo quer fazer isso com a gente os grandes quer que a gente veja assim mesmo né e contribuiu sim. (Luzia, 53 anos, egressa de Artesão Bordado a Mão).

Isso aí foi fundamental pra gente, nas reuniões que a gente tinha os professores que foram dar aula pra gente foi muito bom, foi um conhecimento e tanto, pois aprendemos coisas que eu mesma não sabia. (Tereza, 54 anos, egressa de Auxiliar de Cozinha).

Muito, a gente não pode se calar, porque antigamente as mulheres sofriam caladas, hoje não, tem todas as formas de ajuda que você precisa e ninguém precisa saber o que você passa. Você vai recorrer sim a ajuda e vai ter. Hoje eu sei que se eu precisar um dia eu vou saber onde ir, vou na Delegacia de Mulher recorrer uma ajuda. (Priscila, 24 anos, egressa de Cuidador Infantil).

Assim né, se o marido da gente espancar a mulher, a mulher tem que correr pra justiça, umas, umas tem medo de ir né, tem medo de piorar

o problema né. (Valdirene, 68 anos, egressa de Artesão Bordado a Mão).

Mais capaz, se vier a acontece novamente eu denuncio. (Maria, 24 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial).

Me sinto capaz mesmo de denunciar. (Jussara, 57 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

Sim, porque é uma coisa que desde a primeira violência a pessoa tomar uma atitude tenho certeza de que não vai continuar, aprendem né. Muitas violências acontecem de mulher sendo agredida por isso, pelo fato de muitas mulheres não denunciar. (Dóris, 44 anos, egressa de Cuidador Infantil).

Eu me sinto muito capaz se acontecer eu não tenho vergonha nenhuma em ir e denunciar, não tenho e eu digo isso a ele eu tenho amigas que sofrem violência e eu digo para elas e elas dizem ah mais ele vai dar cesta básica, mas não interessa você tem que fazer sua parte, ah mais ele vai me ameaçar, porque acontece se faz uma e não acontece nada faz duas faz três entendeu então é complicado. (Gislana, egressa de Artesão Bordado a Mão).

No entanto, os avanços em termos de combate à violência doméstica promovidos pelo Programa foram limitados, o caso de Elisa é exemplar neste sentido. A egressa de auxiliar de eletricista disse que é agredida pelo marido desde 2009 e que já tem dez ocorrências na Delegacia. Observou que está há um ano separada, mas que seu ex-marido continua a perseguí-la e se nega a admitir que ela não é mais sua esposa. Afirmou que acompanha o ex-marido em um tratamento psiquiátrico para ajudá-lo, mas isso acaba reforçando o desejo dele de reatar a relação:

No início da separação, tipo um ano que eu estava separada dele, ele ficava com aquela psicose de que eu ainda era mulher dele e aquela coisa toda, tipo assim a Assistente Social lá do Cras de Guarus me deu o encaminhamento ao Caps, porque viu que Polícia não tava resolvendo, não tava adiantando. Então eu fui até o Caps para conseguir um tratamento para ele, para ver se me libertava daquela situação, mas o que acontece, ele começou o acompanhamento lá, mas todo no sentido de que ela vai voltar, ele aceitou fazer o tratamento mas na intenção de reatar o casamento, e o médico Doutor Arnaldo neuropsicólogo, ele começou a fazer o tratamento com os dois porque ele me pediu para ir para ajudá-lo e eu fui, só que toda vez que terminava uma consulta colocava, ah o seu Antonio e a esposa Elisa vai (sic) retornar tal dia. Eu falei, gente pelo amor de Deus não é a esposa, eu to aqui contribuindo, colaborando para fazer o tratamento dele, para ajudar ele, mas eu não sou esposa, eu estou separada, se todas as vezes que terminar uma consulta colocar esposa do Antonio ele nunca vai cair a ficha que eu me separei. Aí eu fui e parei, que ia ficar na cabeça dele que eu tava ali fazendo o tratamento para reatar casamento e isso não era verdade. (Elisa, egressa de Auxiliar de Eletricista).

Sobre a contribuição da equipe multidisciplinar do Programa na solução do seu caso Elisa disse que:

Olha, eu não vi muita saída, muita diferença não.

No que tange às contribuições do Programa para a solução do seu problema, Elisa cita a palestra com a Delegada como a principal ação neste sentido, mas que somente isso não era suficiente para as mulheres que sofrem violência dos maridos como era o caso dela:

Elas falaram na reunião foi o seguinte: elas fazem a parte delas (a inspetora e a delegada) que é a violência, prender, pegar no flagrante, pegar se tiver testemunhas, essas coisas assim, é a parte deles, agora quem vai decidir prisão e o que vai ser feito com a pessoa é o juiz, aí elas fazem a parte delas o resto aí elas já não podem fazer mais. A palestra foi boa, mas não mudou muita coisa não porque eu não vi solução nenhuma. Gostei da palestra, foram muito educadas né e tudo, tirou foto com a gente, elas explicaram da melhor forma possível, que elas também não podem ficar falando coisas que não é da alçada delas, que elas não vão cumprir não vão fazer. Então é tipo assim, é o que a gente já sabia, bom pelo menos eu e algumas que estavam lá, não sei em relação às outras que são casos diferentes.

Para Tamires, mesmo que as mulheres tenham tomado consciência da importância da denúncia, as colegas hesitariam em fazê-la pelo fato de não se sentirem protegidas pela Polícia ficando a mercê da ação dos agressores:

o problema é ter como agir mesmo. Eu acho que falta coisas certas mesmo porque falar é fácil a pessoa falar que faz e acontece, mas a pessoa em caso de necessidade conseguir agir eu acho que é um pouco difícil na vida de hoje, porque pela televisão mesmo a gente já viu tantos casos que a pessoa morre e a família diz assim ela foi na delegacia deu parte e não adiantou nada. Aí um exemplo, se a mulher apanha em casa quem vai ter coragem de colocar a cara na reta. A gente vê na televisão esses casos que aconteceu tantas vezes que a própria família diz ah ela deu parte na delegacia e a polícia não fez nada e agora ela tá morta e aí eu vou botar minha cara na reta pra ele ficar com raiva de mim, não adianta. É eu acho que elas (as colegas) não vão ter coragem por causa desse motivo. (Tamires, 55 anos, egressa de Artesão Bordado a Mão).

Também procuramos entender se além da violência doméstica, o Programa Mulheres Mil contribuiu para um reconhecimento dos direitos das mulheres enquanto cidadãs. Entendemos que reconhecer seus direitos é o primeiro passo para reivindicar que sejam respeitados.

Vale ressaltar que como demonstrado no segundo capítulo, todos os cursos do Programa Mulheres Mil possuíam um eixo temático denominado Sociedade, Cidadania e

Identidade que tinha como objetivo ampliar a consciência dos direitos e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento da autonomia feminina.

Neste sentido, algumas egressas disseram que disciplinas ministradas no curso trouxeram novos conhecimentos, principalmente em relação às mudanças do papel da mulher na sociedade:

Até coisas que eu não sabia, comecei a ter entendimento, informação, entendeu, o curso nessa parte aí, contribuiu muito. É o posicionamento hoje da mulher né, como a mulher hoje em dia tem os direitos dela, ela pode chegar, porque antigamente era muito difícil a mulher ter acesso a várias coisas, havia uma barreira e hoje em dia a gente não vê tanto isso, entendeu. (Miriam, 30 anos, egressa de Artesão Bordado a Mão)

A mulher precisa sair de casa para aprender alguma coisa né, e toda mulher tem que fazer alguma coisa para ter uma noção de como é a vida lá fora entendeu. (Jussara, 57 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

Com certeza, a mulher tem que estar no mercado de trabalho igual ao homem. (Heloisa, 44 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial).

Abrangiu muito, falou muita coisa que eu vim ter conhecimento aqui no curso. Bem os direitos, eu me lembro de uma parte que falou dos direitos da mulher, assim que a mulher hoje avançou no mercado de trabalho, mas ainda não há uma igualdade, foi essa parte que eu lembrei agora. Hoje a mulher trabalha em obra, trabalha embarcada, tem mulheres dirigindo ônibus aqui na cidade. (Zumira, 33 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial).

Agora me pegou. É teve ai meu Deus do céu teve a palestra sobre a agressão contra a mulher, mas Larissa (professora de saúde da mulher) deu algum trabalho a respeito disso foi bom em algumas partes porque eu mesma tinha medo de algumas coisas e aprendi no curso que... eu tinha medo de ir ao médico para fazer um preventivo e ensinou que não tem nada a ver, é questão de saúde. (Kíssila, 24 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

Sim questão da violência doméstica né ajudou bastante é ah meu Deus tá na mente agora fugiu os nossos direitos né são os mesmo direitos dos homens só que muitas mulheres ainda não reconhecem isso acham que deve viver submissa ao homem entendeu e no curso ele explica que você tem o mesmo direito, tem direito a carteira assinada, tem direito a um atendimento médico, tem que se abrir mais procurar saber dos seus direitos, não se limitar aquele pouquinho ali que você tem e o curso ajudou muito. (Joana, 39 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

Com certeza, muitas coisas que a gente ouvia falar, tivemos certeza, tiramos muitas dúvidas. Também pudemos entender um pouco de porque as mulheres eram tão limitadas antigamente de fazer algumas coisas e agora graças a Deus né as mulheres não tão podendo fazer

tudo ainda, mas melhorou muito porque antigamente a gente via que tinha mulheres que não podiam trabalhar fora, não podia votar, não podia fazer quase nada, a mulher tinha que ser criada para estar no lar, para cuidar da casa, hoje em dia a mulher trabalha, a mulher é motorista, a mulher dirige caminhão é motorista de ônibus então assim é muita coisa. Muita coisa a gente acha que só o homem pode, mas muita coisa hoje em dia eu sei que não só homem pode a mulher também pode, a mulher também é capaz. Muitas mulheres ainda apanham e ficam caladas, mas muitas estão tendo o conhecimento de que elas tem que buscar os direitos delas que elas tem que ir na delegacia, que elas tem que denunciar, que elas tem que dizer que estão sofrendo violência e tem que buscar os direitos delas. (Gislana, 36 anos, egressa de Artesão Bordado a Mão).

Contribuiu bem mesmo. A gente teve um bom aprendizado em cima disso né direitos da gente trabalhista, do lar né a gente ficou bem instruída, eu fiquei até surpresa porque eu tinha uma pessoa dormindo do meu lado e vivendo assim, vivendo um problema mesmo as pessoas as vezes sabe mas não acredita. A Lei Maria da Pena também eu não estou acreditando muito nela também porque ela tem que renovar porque ficou muito assim tá quase que normal tudo que tá acontecendo pelas pessoas. As pessoas consideram assim quase normal então elas vão levando aquela vida e vai aceitando e não procura os direitos da lei. Eu acho que a lei tinha que fazer uma coisa mais apertada para poder mudar pra ver se as pessoas aceitavam a outra mudança. Não é que é frouxa (Lei Maria da Pena), mas é que a coisa fica difícil pra ela (pra lei) quando a coisa começa virar de um jeito eu acho que fica difícil porque depende muito da gente eu tenho que não querer eu tenho que não aceitar e muitas vezes as pessoas colocam a lei no meio e elas não cumprem aquilo que foi feito ali, elas vão lá, elas se queixam e depois voltam tudo pra casa, quer dizer a lei vai fazer o quê. Muitas reclamam e aceitam ficar ali juntas e volta pra casa a vida normal aí acontece de novo aí volta, quer dizer tinha que dar um basta naquele início ali, aí fica difícil né. (Luzia, 53 anos, egressa de Artesão Bordado a Mão).

Aprendi, e são tantas coisas que a gente aprendeu que cada aula era um aprendizado novo né? Foi muito bom. (Rosimere, 33 anos, egressa de Cuidador Infantil).

Sim, deixa eu lembrar...Os direitos que hoje tem de trabalhar que antigamente a gente não tinha esse direito, de ter a carteira assinada que a gente também não tinha, de ter voz, antes a gente não tinha nada disso hoje eu sei que eu tenho voz, hoje eu sei que a gente tem nossos direitos que não somos obrigadas a nada, que temos o direito de falar e obrigação de todos ouvirem o que a gente tem a dizer.(Priscila, 24 anos, egressa de Cuidador Infantil).

Por outro lado, um número menor de egressas afirmou que não se lembrava da discussão dessa temática em sala de aula ou que então não assistiram às aulas, resposta dada principalmente pelas mulheres do distrito de Santa Bárbara no município de Cardoso Moreira que não tinham como ir às aulas quando o tempo estava chuvoso, pois a estrada de terra ficava intransitável para o ônibus que as levava para o curso:

Agora eu não lembro, mas teve (Maria, 24 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial).

Isso foi mais ou menos. Prefiro nem falar (Dora, 44 anos, egressa de Cuidador Infantil).

Direitos da mulher? Pra dizer a verdade, tipo assim, eu já sei devido a passar por uma violência doméstica, ameaça de morte, essas coisas, então a gente já vai se conscientizando de algumas coisas porque a gente passa pelo Creas pela assistente social entendeu, advogado, psicóloga, então a gente já vai tendo assim uma noção dos direitos das mulheres né, a gente já vai tipo eu cheguei aqui, mas eu já vim de uma caminhada, eu particularmente já sabia de algumas coisas, mas a gente sempre aprende mais né. (Elisa, 47 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

Não to lembrada não. (Isaura, 50 anos, egressa de Auxiliar de Cozinha).

Acho que lembro sim mais ou menos. (Luzia, 46 anos, egressa de Auxiliar de Cozinha).

Esse nós não tivemos não, porque as vezes chovia e as vezes não ia. (Regina, 33 anos, egressa de Cuidador Infantil).

Depreendemos a partir das falas das egressas que em relação ao reconhecimento dos direitos, bem como a possibilidade de esses serem reivindicados, o Programa Mulheres Mil promoveu avanços na cidadania feminina. A maioria das mulheres entrevistadas passou a compreender o que é ser uma cidadã portadora de direitos, direitos estes que são iguais aos dos homens e, portanto, devem ser respeitados.

Notamos que para muitas egressas o Programa consistiu em um impulso inicial para um processo de empoderamento, de potencial para a ação e, principalmente, de um movimento que inaugurou uma fala de outro lugar na sociedade, o lugar daqueles que passam a ter voz e que, como consequência, exigem serem ouvidos, ou dito em outros termos, o lugar do cidadão.

4.2.4 O retorno à sala de aula e a continuidade dos estudos

Logo assim que iniciamos nossas entrevistas com as egressas do Programa Mulheres Mil, pudemos observar que um dos principais avanços na cidadania feminina causada pelo Programa relacionava-se à conquista ao direito social à educação. Mulheres que estavam afastadas há muitos anos do ambiente escolar puderam, via Programa Mulheres Mil, retomar o contato com a escola e continuar seus estudos. Algumas mulheres que entraram no Instituto Federal Fluminense (IFF) Campus Campos-Guarus para realizar

um curso de Auxiliar de Eletricista, Artesão Bordado a Mão, Auxiliar de Cozinha e Cuidador Infantil sairão da instituição com uma formação técnica e talvez posteriormente, com uma formação em ensino superior.

Elisa, 47 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial diz que o Programa foi importante pelo incentivo que dava às participantes de continuarem os estudos dentro do próprio Instituto Federal Fluminense (IFF):

Eu terminei e tive muito incentivo para isso dentro do mulheres mil a continuar estudando, nunca parar, nunca desistir. Esse trabalho que os professores passam em termos de você pode, você consegue, você chega lá entendeu, trabalha a auto estima é muito bom, que muitas das vezes a gente se sente desanimada e realmente é muita luta, é muito sofrimento e a mulher acaba desistindo mesmo, acaba tipo se acomoda.

Para Heloisa, 44 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial o Programa Mulheres Mil transformou sua vida, pois a partir dele recebeu um incentivo para voltar a estudar e atualmente cursa o Técnico em Enfermagem no Instituto Federal Fluminense e tem um desejo de fazer o curso superior na mesma área. Em seu depoimento, podemos observar como o acesso ao direito social à educação transformou a sua relação no lar com marido e filhos, tornando-a uma mulher com mais autonomia e independência, ou seja, uma cidadã consciente do seu papel na sociedade:

A partir dele (do Programa Mulheres Mil), eles me deram um incentivo a voltar para sala de aula a não parar por aí, foi muito válido por isso. Porque até então meu marido queria que eu ficasse só em casa cuidando de filho, casa, tudo, depois que eu fui para as mulheres mil depois que eu peguei o gostinho da escola acho que eu não saio daqui mais (risos). Agora ele (o marido) não reclama mais, aceita que eu vá estudar porque ele achava assim, agora tá na vez dos filhos o que você tinha que aproveitar já aproveitou a tua hora já passou, agora a gente tem que investir nos filhos, mas hoje eu não penso assim e nunca é tarde, e depois do curso mulheres mil que eu consegui ir para escola agora eu não paro porque se eu voltar a ficar só cuidando de casa e filho vai voltar tudo que era antes. Eu não tenho uma faculdade, por quê? Porque eu tinha que cuidar de filho, nunca tive coragem de deixar um filho para fazer uma faculdade, hoje não, eles já estão todos grandes. No ano que vem eu já estou fazendo o vestibular para Enfermagem que vai ter no segundo semestre né, vou engrenar, e foi tudo a partir do mulheres mil. Eu fiquei quinze anos ali ó só casa e filho, agora eu não para não (risos).

Outra egressa que retornou aos estudos após o contato com o Programa Mulheres Mil foi Maria, 24 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial. Abandonou os

estudos após engravidar e não conseguiu mais retornar à sala de aula até iniciar o curso Técnico em Meio Ambiente:

Desde quando eu engravidei da minha primeira filha, eu tentava, mas aí tinha alguma coisa, por causa do pai dela que não gostava muito de me ver fazendo as coisas, de andar sozinha, aí eu parava, agora voltei.

Para Zumira, 33 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial que concluiu o curso Técnico em Meio Ambiente, o Programa Mulheres Mil foi decisivo na sua trajetória escolar, foi aquilo que segundo ela deu início a sua caminhada no Instituto Federal Fluminense (IFF):

Foi início para firmar meus passos para estar aqui dentro hoje ainda porque através do curso Mulheres Mil veio Meio Ambiente esse ano eu já tentei o ENEM pela primeira vez tive uma boa pontuação e ano que vem quero tentar de novo.

Josimara, 41 anos, também egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial que esteve há vinte anos afastada da escola a partir do Programa Mulheres Mil iniciou o curso Técnico em Enfermagem:

Eu to (sic) conseguindo né. Fui de carona nesse técnico de enfermagem e que amanhã ou depois eu esteja trabalhando em um hospital.

4.2.5- O significado do Programa e o aumento da autoestima

Para finalizar este capítulo, gostaríamos de tecer alguns comentários sobre o que o Programa Mulheres Mil significou para suas egressas. Tentaremos compreender se mesmo sem promover grandes avanços em termos de inserção no mercado de trabalho e aumento de renda as egressas viam o Programa como algo positivo e importante que trouxe alguma transformação para suas vidas além daquelas já mencionadas como uma elevação da escolaridade e um maior reconhecimento dos seus direitos como cidadãs.

Com o intuito de compreender se houve alguma transformação na vida das mulheres fizemos três perguntas. A primeira foi se a partir da obtenção de seu diploma, a egressa havia percebido mudanças em casa na sua relação com seu marido e filhos; a segunda questionava se o curso havia valido ou não a pena e a terceira versava sobre o significado do Programa Mulheres Mil. As respostas dadas a partir dessas perguntas foram muito positivas. Para a maioria daquelas mulheres ter a oportunidade de realizar

um curso foi muito importante pelos motivos mais variados, motivos estes que exporemos a partir de agora.

Para Miriam, o Programa valeu a pena por demonstrar o valor que tem a mulher:

Valeu, porque aqui a gente aprendeu de tudo, como se posicionar no mercado de trabalho, o valor da mulher entendeu, como ela se sente neste mercado de trabalho que ela também tem potencial de chegar lá, então pra mim foi muito bom. (Miriam, 30 anos, egressa de Artesão Bordado a Mão).

Heloísa que, como dissemos anteriormente, continuou seus estudos a partir do Programa Mulheres Mil relata outra mudança importante na sua vida. Segundo a egressa o fato de possuir um certificado de qualificação profissional fez com que a família, marido e filhos a valorizasse mais:

Acho que eles (marido e filhos) dão mais valor a gente A família tá me dando mais valor (breves risos). (Heloísa, 44 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial).

Algumas mulheres ganharam um sentido de independência e autonomia que não existia antes da entrada no Programa. A questão da autonomia é decisiva para avanços na cidadania feminina pois segundo Sennett “a autonomia é uma poderosa receita para a igualdade”³⁶⁴. Maria afirma que dependia do marido para tudo e agora poderia dar os seus próprios passos de forma autônoma:

Significou (o Programa) a verdade né, a verdade de ser uma mulher, de poder andar com os meus próprios pés, sem depender de ninguém. Uma independência que eu não tinha, eu sempre estava ali dependendo de alguém para poder caminhar junto comigo, agora eu mesmo caminho com as minhas próprias pernas. Eu não vivia eu vegetava. Eu deixava tudo por conta dele e não podia contrariar ele. Agora eu não aceito mais, o que eu passei eu não quero passar de novo eu quero fazer tudo diferente. (Maria, 24 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial).

Josimara, 41 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial nos mostra mais uma vez como a natureza do curso pode contribuir para a emancipação feminina e modificar as relações de gênero. Para a egressa o curso valeu a pena por demonstrar que as mulheres podem realizar tarefas que anteriormente eram consideradas somente masculinas:

³⁶⁴ SENNETT, Richard, op.cit, p.145.

Com certeza, valeu muito a pena porque o Brasil precisa de mulheres que fazem tarefas de homem já que elas podem ser marido e mulher dentro da casa pai e mãe ao mesmo tempo, elas podem fazer tarefas de homem também. Vejo caminhoneiras aí e tudo, curso de eletricista é uma tarefa de homem.

Pudemos observar que um dos principais efeitos do Programa Mulheres Mil na vida das participantes foi o aumento da autoestima de mulheres que se sentiam desvalorizadas na sociedade e também dentro do próprio lar. Entendemos que o Programa se revestiu de um caráter de acolhida que transformou a forma como as participantes viam a si mesmas. Várias egressas relatam que o Programa tem um enorme significado por fazê-las entender que agora são capazes de realizar algo. O relato de Gislana ao responder sobre o significado do Programa é elucidativo neste sentido:

Que as mulheres podem muito mais do que elas pensam. Muitas vezes as mulheres se limitam muito porque são mulheres, mas o Programa mostrou para mim que a mulher pode muito mais do que imagina, ela pode ir muito além do que ela acha do que ela pode, porque as pessoas as vezes limitam. O nome já diz mulheres mil elas tem que correr atrás mesmo, tem que fazer mesmo, não tem que abaixar a cabeça e o que for para ser de mulheres elas tem que abraçar. (Gislana, egressa de Artesão Bordado a Mão).

O aumento da autoestima ficou claro também em outros depoimentos como os de Kíssila e Luzia:

Valeu, no momento em que eu estava deprimida me ajudou. Melhorou minha autoestima, as professoras Almerinda e Roberta né muito assim pra cima dando muita força. Tinha algumas lá que contavam problemas uma pra outra isso também era muito bom. A gente via que tinha casos piores, uma estava se separando, briga judicial aí eu ficava assim eu estou pensando que eu estou ruim mas tem gente que tá pior. Pessoas com mais idade com experiência de vida, com alegria de viver, aí eu ficava olhando, aí eu sentava perto dessas senhoras né de mais idade eu achei muito bacana isso aí. Me deu assim um clic pra vida, eu me senti assim mais viva porque como eu disse tava num momento de depressão. (Luzia, 46 anos, egressa de Auxiliar de Cozinha).

Ajudou bastante. Eu também achava que eu não era capaz e eu aprendi que hoje eu sou capaz sim. (Kíssila, 24 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

Para algumas egressas o curso foi importante porque puderam demonstrar para os filhos ou demais familiares que mesmo com uma vida com dificuldade financeira e muitas vezes com um histórico de violência doméstica conseguiram concluir o curso e ter uma qualificação profissional. Um caso paradigmático neste sentido é o de Elisa que além de sofrer perseguição do ex-marido que a violentava, teve que transferir os filhos de sua

casa em um conjunto habitacional do Programa Morar Feliz³⁶⁵ no Bairro Eldorado na região do subdistrito de Guarus para outra no distrito de Travessão por causa da violência do tráfico de drogas. No entanto, para não perder a casa no conjunto habitacional para os traficantes tem que dormir na casa todos os dias enquanto os filhos dormem na casa alugada:

eu ganhei uma casa no Novo Eldorado, das casinhas da Rosinha, porque lá tá, só Deus na causa, muita violência e o tráfico lá está muito avançado, tá pesado, o clima lá não tá legal, é bala perdida, então não tem como eu obrigar os meus filhos a viverem em um lugar desses, até mesmo porque tem que fazer amizade se não fizer eles botam arma na cabeça, eles perseguem, eles pegam implicância, entendeu. Então eu não deixo fazer amizade com ninguém então é dentro de casa de casa o dia todo. Em travessão eles foram nascidos e criados lá. Então o que acontece, eu estou tendo que alugar uma casa em Travessão, depois de ter casa eu alugo uma casa em Travessão para cuidar dos filhos, só que eu tenho que ficar no Eldorado também porque senão eu perco a casa, os traficantes apanham, e ela já foi assaltada várias vezes, levaram aparelhos de som, levaram roupa, calçados, o que eles puderam apanhar, levar eles levaram. E ainda tem mais ainda, eles me descobriram lá em Travessão onde que eu estava, isso faz mais ou menos um ano, e ainda me ameaçaram, falaram que ou eu vendia a casa ou alugava pra eles ou então minha casa ia ser invadida, tipo eles iam entrar de vez. Eu tenho que ficar em um jogo de cintura lá e cá, é difícil. (Elisa, 47 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial).

Elisa enfatiza que mesmo que não tenha conseguido uma inserção no mercado de trabalho a partir da qualificação profissional, o Programa modificou a sua relação com os filhos que passaram a vê-la como um exemplo de pessoa que consegue uma superação mesmo com uma vida repleta de dificuldades e empecilhos:

Teve uma diferença, tipo assim, que os meus filhos estão vendo que apesar de todo sofrimento, de toda a luta, de todas as coisas que aconteceu, tipo, eu estou levantando a cabeça e dando a volta por cima, eu estou seguindo, eu estou tentando ser alguém eu estou tentando melhorar. E isso é uma coisa boa que passa pros filhos em relação ao nível de pensamento do jovem de hoje que não querem estudar, não querem trabalhar, não querem nada. Então tipo assim, mamãe com tudo isso mas ela ainda tá estudando, então eu também vou fazer alguma coisa entendeu? Eu acho que eu estou servindo de um bom exemplo para eles.

³⁶⁵ Programa Habitacional da Prefeitura de Campos dos Goytacazes que tem por objetivo construir casas populares para moradores que vivem em áreas consideradas de risco ou recebem aluguel social. As unidades habitacionais são construídas, majoritariamente, nas áreas periféricas da cidade. O conjunto habitacional é vulgarmente conhecido na cidade como “Casinhas da Rosinha” em referência a Prefeita Rosinha Garotinho.

Zumira também relatou que uma das principais transformações que o Programa Mulheres Mil gerou na sua relação com o marido e filhos foi o reconhecimento do valor ao estudo:

Eles (marido e filhos) reconheceram que valia a pena estudar o certificado tá lá e eu já tenho outros também daqui (IFF). (Zumira, 33 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial).

Outra questão marcante nas entrevistas que gostaríamos de demonstrar é que para muitas o Programa foi importante pelas novas amizades construídas e pela interação social nas aulas. Algumas egressas relataram o quão importante foi para elas deixar um pouco o ambiente doméstico e ir para o Instituto Federal Fluminense (IFF), afastando-se momentaneamente da rotina do lar:

a mulher precisa sair de casa para aprender alguma coisa né, e toda mulher tem que fazer alguma coisa para ter uma noção de como é a vida lá fora entendeu. Valeu a pena sim, a gente teve conhecimento, conheceu muita gente boa entendeu, valeu a pena, valeu sim. Aumentou o astral da gente entendeu, e a gente sai de casa para ter o conhecimento, conhecer pessoas novas, fazer novas amizades, entendeu, ajudou muito. (Jussara, 57 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

Eu fiz (o curso) para sair um pouco de casa entendeu, eu fiz por isso, eu estava me sufocando muito, é criança é muito problema é tudo por minha conta entendeu, aí eu fiz mais para arejar a minha mente, sair um pouco de dentro de casa, poder ver outros ares entendeu. (Isaura, 50 anos, egressa de Auxiliar de Cozinha).

Valeu por causa do que eu falei no começo, valeu a pena porque eu pude aprender algumas coisas e ter conhecido as meninas que eu não conhecia. (Dóris, 44 anos, egressa de Cuidador Infantil).

O contato com as colegas foi o melhor, foi o melhor porque a gente até manteve amizade um tempo depois a gente vai distanciando aí a gente tá tentando um dia se programar para ir ao shopping lanchar aquelas que quiserem, tá tentando ainda fazer isso mas nunca chega, a gente já tentou e não conseguiu vamos ver se a gente consegue. Aquele convívio ali foi muito bom porque muita gente que achava que a vida tava ruim via a vida da outra e via que a vida da pessoa não tava tão ruim assim e uma encontrava força na outra e aquela amizade ali foi muito bom mesmo, a gente viajou, a gente passeou, foi muito bom mesmo, ficou na memória e a gente teve toda atenção todo o conforto que puderam dar pra gente eles deram, nós fomos recebidas de braços abertos. (Luzia, 53 anos, egressa de Artesão Bordado a Mão).

Foi muito importante na minha vida porque assim eu gostei fiz novas amizades aproveitei, se tivesse outra oportunidade eu ia de novo. (Monique, 24 anos, egressa de Cuidador Infantil).

Sobre esta questão da interação social um depoimento que nos chamou a atenção foi o de Karine, a egressa mais nova dos cursos do Programa Mulheres Mil no campus Campos-Guarus. Ao ser questionada sobre a importância do curso, a egressa fala sobre a importância deste para as mulheres mais velhas:

Essa semana mesmo passada eu fui na casa de uma menina que eu estudei (no Programa) e ela se sentia muito presa e esse curso abriu uma oportunidade, um leque para que as mulheres mais velhas né poder se expressar no curso, se abrir, porque em casa elas não tem essa oportunidade de se abrir com familiares dizer o que estavam sentindo principalmente na aula de saúde da mulher que elas se abriram com a professora e foi uma oportunidade que elas tiveram agora depois de mais velhas que quando eram mais novas era mais difícil de ter estudado ter curso então foi muito bom o curso. (Karine, 22 anos, egressa de Artesão Bordado a Mão).

Pudemos observar também que algumas mulheres para poderem frequentar os cursos do Programa Mulheres Mil tinham que, com uma certa frequência, levar os filhos para as aulas. A constante falta de professores na Rede Municipal de Ensino somado ao papel feminino de caber somente a mulher a responsabilidade pelo cuidado com os filhos fez com que muitas crianças acompanhassem suas mães no decorrer do curso. O fato dos filhos serem aceitos pelos professores e também poderem se servir do lanche nos intervalos das aulas foi significativo para algumas egressas. Ao ser instada a falar sobre o significado do Programa, Aline e Regina relatam dentre outras coisas a acolhida que seus filhos receberam:

Gostei muito, foi muito importante pra mim, gostei muito mesmo. Pra falar a verdade se tivesse mais eu faria apesar da dificuldade que aqui é muito longe eles ia (sic) também as crianças gostavam, eles (filhos) foram. Aqui a gente tinha dificuldade pra deixar já que eles estudam de manhã ,aí eles deixavam a gente levar os nossos filhos, nós levava e era muito bem tratado o que nós (sic) comia eles comia, foi ótimo o curso, quem dera que voltasse. (Regina, 3 filhos, 33 anos, egressa de Cuidador Infantil).

Mudou tudo, melhorou para melhor minha vida, bem melhor, melhorou para ótimo, ótimo, ótimo, eu só tenho a agradecer a Assistente Social que passou para mim, os professores pela brincadeira, pela paciência com a gente em sala de aula, porque a gente ficava perturbando eles, nenhum professor graças a Deus reclamou de eu trazer meus filhos, todos eles aceitaram, se não eu não podia vir. (Aline, 34 anos, 3 filhos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

Muitas egressas viram no Programa Mulheres Mil a oportunidade de conhecer novos lugares e de sair pela primeira vez de Campos dos Goytacazes devido às visitas técnicas realizadas durante o curso. Luzia fala que um traço marcante do Programa foi ter conhecido o Rio de Janeiro em uma visita técnica ao CADEG (Centro de Abastecimento do Estado da Guanabara) que a permitiu conhecer outros pontos turísticos da cidade:

Eu nunca tinha saído de Campos eu fui ao Rio. Nós fomos ao zoológico e nós fomos no museu (Museu Histórico Nacional) que coisa linda aquilo lá, muito bonito. Pra mim foi assim ficou marcado na minha mente, tudo tá registrado do passeio entendeu. Aí fomos ver a múmia e eu falei, mas como que uma múmia fica aqui aí ela (guia) explicou que tinha tipo um gás que conservava ela. Fomos no CADEG e um dia passou no repórter aí veio tudo na mente, aí eu falei a lá onde nós fomos, mostrou também a Quinta da Boa Vista, e eu a lá onde nós fomos. E depois Roberta (professora) pediu pra passar nas praias, aí a gente gritando para pra gente pegar um pouquinho da areia e Roberta disse a gente não pode parar não, aí o pessoal gritando olha o Antonio Fagundes (risos) para o ônibus, uma gritou logo assim quando chegou olha papai! eu sem entender quem era papai, era o Cristo Redentor. Então isso tudo marcou muito né pra mim, aí o professor mostrando também o avião, olha vai decolar agora. (Luzia, 46 anos, egressa de Auxiliar de Cozinha).

Da mesma forma Gislana diz que um dos principais motivos de o curso valer a pena foi a visita técnica ao Rio de Janeiro:

Valeu mais a pena porque eu aprendi técnicas novas, coisa novas e conheci pessoas maravilhosas, conheci pessoas assim que eu vou levar pro resto da minha vida. Eu consegui ir ao Rio de Janeiro coisa que eu nunca tinha ido. Eles me levaram no museu para conhecer, eu não tinha noção, nós fomos ao zoológico, nós fomos a feira de São Cristovão coisas assim maravilhosas. Visitamos fábricas de bordados que eu nunca tinha noção, lugar que eu nunca tinha ido e assim eu acho que sempre vale a pena você estar fazendo coisas novas e já disse lá no IFF qualquer outro curso que tenha vocês me liguem se for do meu interesse eu vou estar fazendo, pra mim eu quero costura mas se não tiver, tiver qualquer outra coisa tendo um horário que bata com o horário da escola da minha filha eu quero fazer acho que é muito bom a gente aprender mais. (Gislana, egressa de Artesão Bordado a Mão).

É interessante observar que quanto mais a situação de vulnerabilidade social se faz presente, maior é a importância do Programa Mulheres Mil para as mulheres. Em relação às egressas de Santa Bárbara, no município de Cardoso Moreira, notamos através de suas falas que participar do Programa significava poder deixar por algumas horas do dia um lugar sem água encanada, sem rede de esgoto e sem nenhum tipo de

serviço, com uma estrada de terra de difícil trânsito, isto é, um local que utilizando as próprias palavras das entrevistadas não tinha nada. Fazer parte do Programa Mulheres Mil era, a nosso ver, a única oportunidade que aquelas mulheres tinham de pensar em algo novo para suas vidas:

eu aprendi coisas boas. Pra mim ficou marcado mesmo na minha vida. Assim, eu gostei muito de fazer o curso porque aqui a gente nunca tem oportunidade de fazer nada né, foi a primeira coisa que aparece assim que deu oportunidade para a gente de sair para fazer um curso porque aqui é distante, você percebeu a distância, que é aqui né e pra gente sair pra lá pra fora, pra gente fazer, a gente não tinha oportunidade, mais aí teve o carro pra poder entrar aqui pra apanhar a gente para locomover a gente pra Outeiro né foi muito bom ,foi uma experiência muito boa. (Rosimere, 33 anos, egressa de Cuidador Infantil).

Adorei, valeu muito a pena, eu queria voltar. A gente aqui não tem nada a única coisa que teve que deu ânimo pra gente foi isso e tem vários cursos em Outeiro e a gente não vai que a dificuldade é muito grande, o único curso que deu norte foi esse não é por causa do dinheiro não, mas por causa do curso, eu gostei mesmo era uma diversão pra gente, eu gostei do curso aprendi várias coisas, eu adorei. (Regina, 33 anos, egressa de Cuidador Infantil).

Pra mim significou bastante. Eu gostei de fazer o curso, acabou a gente ficou sentindo falta, se tivesse mais a gente até faria mais eu gostei. (Célia, 25 anos, egressa de Cuidador Infantil).

Para outras participantes, o Programa significou um aprendizado para a vida e também a oportunidade de obter conhecimentos sobre português, economia e informática. Além disso, algumas egressas relataram que o Programa foi importante para esclarecer o que é ser uma cidadã detentora de direitos:

Olha pra mim isso aí foi um aprendizado muito grande e uma maneira da gente aprender a viver né. Ensinou a gente a ser cidadão, eles se preocuparam muito com isso, com a questão da cidadania, isso foi muito importante né porque eles já entraram com isso primeiro né, levantando a cabeça da gente, primeiro mostrando a força que a gente tem os direitos da gente né, foi muito bom isso pra mim. Eu acho que deveria fazer mais esse curso porque dali a gente tirou tudo que a gente precisava pra sobreviver, pra continuar a viver, pra aprender até a conviver com os colegas né, saber conviver com as diferenças né e foi muito bom. Eu acho que esse programa foi muito bem pensado né a gente precisa ser independente como todo mundo quer, mas muitas vezes a gente não tá preparado pra isso, e esse programa fez isso. (Luzia, 53 anos, egressa de Artesão Bordado a Mão).

Me ajudou a crescer, a desenvolver, a respeitar os outros, a fazer com que me respeitem principalmente, me ajudou bastante. Valeu muito, muito, hoje pra mim me ajudou a ser uma pessoa melhor em todas as formas tanto pessoal quanto profissional. Tipo me ajudou o modo de tratar as pessoas entendeu, eu sempre fui muito estourada então ele me

ajudou a ter controle, me ajudaram que não é gritando e brigando que você vai conseguir as coisas é conversando e dialogando ele me ensinou isso e profissionalmente que abriu portas vagas de emprego pra mim. Hoje se eu faço que eu faço é graças ao curso que me ajudou muito, muito, então nossa, foi maravilhoso e se tivesse oportunidade de fazer de novo eu faria. (Priscila, 24 anos, egressa de Cuidador Infantil).

Porque Mulheres Mil não foi só o curso de auxiliar não, não ensinou só eletricidade, teve a parte do português, da matemática, teve a parte da sociologia né que interessou muito a gente, foi a parte melhor para mim porque me tirou muitas dúvidas e teve a parte da economia de dentro de casa de como a gente fazer para ter um dinheiro a mais dentro de casa, como fazer o dinheiro render. Eu gostei porque não foi só o curso técnico e lá fora a gente faz um curso e é só aquilo informática, informática, informática aqui não, aqui eu aprendi muita coisa que me ajudou. (Zumira, 33 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial).

Um aprendizado muito bom na vida de toda mulher que entrou para esse curso e mais respeito né, a sociedade respeita mais. (Josimara, 41 anos, Auxiliar de Eletricista Instalador Predial).

Eu tive ótimos professores, eu aprendi muito sobre a vida porque lá teve bastantes conhecimentos eu particularmente não tenho nem o que dizer só tenho a dizer a você que foi muito importante pra mim. Foi ótimo, foi muito bom, tivemos ótimos professores e muito esclarecidos, esclareciam tudo que a gente precisava saber, são muito pacientes com a gente para explicar e reexplicar o que a gente não entendia. Pra mim foi ótimo, não tenho mesmo o que dizer nada disso. Significou muita coisa, significou que eu aprendi muita coisa em relação à vida. (Tereza, 54 anos, egressa de Auxiliar de Cozinha).

Crescimento, capacitação e mais um profissionalismo pra minha vida né que amanhã ou depois eu possa seguir uma outra profissão. (Joana, 39 anos, egressa de Auxiliar de Eletricista Instalador Predial de Baixa Tensão).

A partir das falas acima expostas, notamos que o Programa Mulheres Mil foi importante para empoderar as egressas. O sentido do empoderamento aqui proposto é que as mulheres que participaram do Programa passaram a ter um potencial de domínio sobre suas próprias vidas. Obviamente não se tornaram totalmente autônomas, mas adquiriram a consciência necessária para decidirem sobre o seu próprio destino e iniciarem um processo de emancipação de relações muitas vezes marcadas pela dominação de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Demonstramos neste trabalho que a exclusão da mulher do público e por consequência da condição de cidadã e sua manutenção no espaço doméstico é fruto de um discurso que propagou a inferioridade feminina baseada em argumentos biológicos. Este discurso amparado fundamentalmente na medicina excluiu as mulheres da cidadania na Grécia e na Roma antigas.

O advento das revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII trouxeram significativas mudanças políticas e econômicas importantes para o desenvolvimento do conceito de cidadania. No entanto, para as mulheres, que representavam metade da humanidade, os avanços em relação as sociedades gregas e romana foram insignificantes.

Mesmo representando um momento histórico de rompimento com as tradições arraigadas e a hierarquia de poderes estabelecida, a Revolução Francesa pouco fez para as mulheres. A cidadania foi a elas negada pela difusão da ideologia de que eram naturalmente destinadas à esfera familiar e privada, para as quais possuíam virtudes específicas. Aquelas como Olympe de Gouges que tentaram subverter a ordem vigente reivindicando direito ao trabalho, direitos cívicos e igualdade entre os gêneros, expondo as contradições da proposta revolucionária pagaram com a própria vida.

Compreendidas as suas peculiaridades e idiossincrasia afirmamos como no Brasil – da mesma forma como nos países ocidentais mencionados – a conquista e a consolidação dos direitos civis, políticos e sociais no tocante às mulheres também esbarrou nos argumentos rousseanianos de uma essência feminina apta aos afazeres ligados ao lar, aos filhos e aos maridos.

Dessa forma, a luta pela igualdade entre homens e mulheres no que diz respeito à cidadania ainda é um caminho a ser percorrido. A sociedade brasileira ainda preserva iniquidades econômicas em desfavor do feminino. Nota-se uma persistência da desigual divisão sexual do trabalho, menor remuneração para os trabalhos realizados por mulheres, reprodução da violência doméstica, limitação em direitos sexuais e reprodutivos, baixa representação política e sobrecarga de trabalho na conciliação entre tarefas dentro e fora do lar. Os argumentos tradicionais e essencialistas que disseminam a ideologia de que as mulheres possuem uma natureza intrinsecamente separada da masculina e que possuem habilidades inatas destinadas às funções ligadas às esferas

familiar e privada, que forjaram a exclusão das mulheres da categoria de cidadã a partir da Revolução Francesa, ainda fazem adeptos em terras brasileiras.

Na busca de minimizar estas desigualdades e de combater este pensamento, emergiu a partir da década de 70 no Brasil o movimento feminista que influenciou decisivamente tanto na implantação das primeiras políticas públicas com recorte de gênero no início da década de 80 quanto na equiparação de direitos entre homens e mulheres cristalizada na Constituição de 1988.

Um momento importante na história do país de abertura de novas possibilidades para a redução das desigualdades de gênero foi à criação da Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM) no primeiro governo Lula. A dita secretaria que possuiu status de ministério inseriu a questão de gênero na agenda governamental procurando promover dentre outros quesitos, a autonomia econômica, o trabalho e a educação inclusiva das mulheres. Dentro desse contexto em que o Estado passa a tratar de forma mais cuidadosa a desigualdade de gênero e propõe medidas concretas para reduzi-la é que se deve entender o surgimento do Programa Mulheres Mil.

A análise do Programa Mulheres Mil do Campus Campos –Guarus do Instituto Federal Fluminense (IFF) apontou para uma distância entre a proposta de promoção de autonomia econômica e empregabilidade presentes nos seus objetivos e a inserção efetiva das egressas no mercado de trabalho. Entende-se que esta distância é consequência de alguns fatores como a inexistência de um programa de estágio que facilitasse o diálogo com o mercado de trabalho. Notamos, dessa forma, uma ausência de encadeamento entre o processo de capacitação profissional e a intermediação das mulheres na força de trabalho. Pensamos também que não foram observados com cuidado pelos gestores os arranjos produtivos locais, bem como não houve uma interlocução entre o Instituto ofertante dos cursos com o empresariado para que se criasse uma ponte entre formação profissional e mercado de trabalho.

Outros pontos podem ser levantados para explicar a baixa inserção no mercado de trabalho como carência de infraestrutura necessária para a realização de todos os cursos propostos, fato que ficou claro na ausência de instalações adequadas e de utensílios necessários para a realização das aulas práticas do curso de Auxiliar de Cozinha. Além disso, podemos mencionar a falta de incentivo e de estratégias para o empreendedorismo ou para o associativismo. Neste sentido, em termos de renda, o

Programa não contribuiu para alterar a precária realidade da maioria das mulheres ao não representar melhores oportunidades para a inserção no mercado de trabalho.

É relevante mencionar também que a absorção do Programa Mulheres Mil pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) ocorrido a partir de 2014 não trouxe mudanças significativas. Quando comparadas, as turmas anteriores e posteriores ao Pronatec não possuíam diferenças em termos de público-alvo, bem como em termos de inserção no mercado de trabalho e conquista de autonomia econômica. Neste sentido, percebemos que esta mudança não trouxe grandes impactos ao não modificar os resultados alcançados pelo Programa Mulheres Mil. A vinculação ao Pronatec pode ter dado um aspecto mais profissional ao Programa, pois os professores que antes trabalhavam de forma voluntária passaram a receber pelas aulas lecionadas. No entanto, esta vinculação trouxe um elemento negativo que merece ser mencionado. Na medida em que o Pronatec entrou em um processo de desconstrução causado principalmente pela escassez de recursos financeiros, o Programa Mulheres Mil não foi mais oferecido, deixando de existir como um Programa nacional.

Mesmo não cumprindo seu principal objetivo que era inserir suas egressas no mercado de trabalho, o Programa Mulheres Mil foi importante para empoderar mulheres que não tinham condições de sequer reconhecer os direitos que possuíam. Entendemos que o retorno à uma instituição de ensino fez com que as relações domésticas se transformassem, mesmo que de forma tímida. Foi comum em nossas entrevistas percebermos que a saída da mulher de casa para se qualificar causava um incômodo em maridos acostumados a vê-las somente dentro da esfera do lar realizando as atividades tradicionalmente femininas. Deve-se destacar, além disso, o exemplo em que muitas mulheres se transformaram para seus filhos, pois mesmo com muita dificuldade demonstravam que era possível obter um certificado de qualificação profissional quando as condições econômicas e sociais não eram as mais favoráveis.

O Programa Mulheres Mil foi importante para ampliar os conhecimentos das egressas sobre a questão da violência contra a mulher e os instrumentos existentes para combatê-la, encorajando-as a denunciar qualquer tipo de violência. Esse encorajamento é de grande relevância visto que um número significativo de participantes do Programa que

conseguiram concluir a qualificação profissional possuía um histórico de violência doméstica.

Deve-se mencionar também que o Programa trouxe outra mudança importante para a vida de suas egressas, qual seja, a forma como viam a si mesmas. As entrevistas demonstraram fartamente que a posse de um diploma trouxe um reconhecimento de autonomia e independência que anteriormente não existia. Dessa forma, mulheres que viviam numa relação de dependência dos seus cônjuges entenderam que poderiam caminhar por si mesmas, fato que aqui classificamos como um aumento da autoestima.

Por outro lado, se pensarmos a cidadania feminina não somente a partir do sentido clássico do termo com sua divisão em direitos civis, políticos e sociais, mas como o “direito de ter direitos, ou seja, como igualdade e como eliminação de formas hierárquicas relacionadas ao natural”³⁶⁶, podemos dizer que o Programa Mulheres Mil não promoveu a cidadania plena para as mulheres. Ao ministrar cursos em sua maioria voltados para a esfera doméstica e ao não modificar a divisão sexual do trabalho, o Programa reforçou os papéis tradicionais de gênero e as hierarquias consideradas naturais que colocam a mulher como responsável pelos cuidados do lar. Promover cursos como Auxiliar de Cozinha, Cuidador Infantil e Artesão Bordado a Mão demonstra para a sociedade e principalmente para a família das egressas que estas são atribuições “naturalmente” femininas, fato que contribui para perpetuação das relações de dominação entre os gêneros. Retoma-se os argumentos do século XIX e início do século XX em que a educação feminina justificava-se a partir de um discurso androcêntrico em que a mulher possuía papéis que a “natureza” lhe havia reservado e que deveriam ser educadas para serem melhores mães e esposas. A qualificação profissional neste sentido, além de não resolver a questão, agrava o problema, pois a egressa recebe um certificado que institucionaliza a desigual divisão sexual do trabalho, um diploma que a qualifica como a “rainha do lar” e que ali deve permanecer realizando suas funções.

Entendemos que os cursos na área de eletricitista por não serem atividades tradicionalmente femininas possuem um potencial transformador. As resistências encontradas pelas egressas deste curso dentro do próprio lar nos demonstra que oferecer

³⁶⁶ PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e Especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (orgs). *História da Cidadania*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2008,p.294.

um curso que não qualifica as mulheres para o trabalho no âmbito doméstico pode sinalizar para uma modificação nos papéis de gênero e alterar, mesmo que de forma incipiente, as relações de poder na esfera privada. Enquanto as egressas dos cursos da esfera da reprodução somente desempenhavam seu papel ao cozinhar, bordar e cuidar dos filhos, as egressas dos cursos de eletricitista eram tratadas com ironia por realizarem tarefas consideradas masculinas, o que não deixa de ser um indício de que algo que era solidificado dentro do lar – as funções naturais da mulher – foi retirado do seu devido lugar e, dessa forma, gerado uma reação negativa por parte dos homens e uma fratura nas relações conjugais historicamente assimétricas.

Portanto, gostaríamos de encerrar este estudo observando que mesmo com o avanço do movimento feminista no Brasil a partir da década de 70 do século passado e a conquista do espaço público pelas mulheres nos séculos posteriores, quando tratamos de cidadania feminina devemos ampliar o conceito. Entendemos que - e esta pretende ser nossa contribuição neste trabalho - as mulheres só serão cidadãs plenas quando a desigual divisão sexual do trabalho desmoronar. As responsabilidades para com as tarefas de reprodução, principalmente no que tange às atribuições domésticas é um fator que contribui decisivamente para obstar a conquista das mulheres à cidadania. Por mais que se avance em direitos civis, sociais e políticos, o nó de uma cidadania de segunda categoria só será desfeito quando homens e mulheres conseguirem partilhar de forma equânime a responsabilidade pelas tarefas domésticas e, dessa forma, é que poderão ocupar em condições de igualdade a esfera pública como verdadeiros cidadãos. Neste sentido, programas governamentais que buscam levar a avanços na cidadania feminina, não podem se furtar a promover medidas concretas e direcionadas ao questionamento da divisão sexual do trabalho e demais relações de poder entre homens e mulheres dentro do lar.

Por fim, acreditamos na relevância deste estudo por discorrer sobre um tema que ainda no século XXI é uma barreira à igualdade entre homens e mulheres, qual seja, a questão da cidadania. Entendemos que a oportunidade de investigar o Programa Mulheres Mil e sua implementação no campus Campos-Guarus do Instituto Federal Fluminense (IFF) possa contribuir para uma temática parcimoniosamente abordada na Sociologia brasileira que é a relação entre gênero e profissionalização. Esperamos que este trabalho possa inspirar outras investigações que focalizem políticas públicas ou programas governamentais que tenham um recorte de gênero.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Laís. Inserção das mulheres no mercado de trabalho na América Latina: uma força de trabalho secundária? In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana. *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

ABREU, Alzira Alves de. O que é cidadania e o que é ser cidadão? In: ABREU, Alzira Alves de (org). *Caminhos da Cidadania*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

AGACINSKI, Silviane. *Femmes entre sexe et genre*. Paris: Editions Du Seuil, 2012.

ÁVILA, Maria Betânia. Cidadania, Direitos Humanos e Direitos das Mulheres. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002.

AVRITZER, Leonardo. Um desenho institucional para o novo associativismo. *Lua Nova*, São Paulo, n. 39, 1997. Disponível em: www.scielo.br/scielo. Acesso em: 23 de maio de 2016.

AZEVEDO, Sergio de; PRATES, Antonio Augusto Pereira. Movimentos Sociales, Accion Colectiva y Planificacion Partipativa en el Brasil. *Revista EURE*, vol. XXI, n.64, Santiago de Chile, dezembro de 1995.

BADINTER, Elisabeth. *Palavras de Homens*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

_____. *O que é uma mulher?* Tradução de Maria Helena Franco Martins. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

_____. *Um é o outro: relações entre homens e mulheres*. 4.ed. Tradução de Carlota Gomes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. *Rumo Equivocado: O feminismo e alguns dos seus destinos*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BAUDELLOT, Christian. Conclusão Nada Está Decidido. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução de Clevi Rapkiewicz. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

BERQUÓ, Elza. Perfil Demográfico das Chefias Femininas no Brasil. In: BRUSCHINI, Cristina; Unbehaum, Sandra (Orgs). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução de Fernando Thomaz. 12.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRAGA, Ana Carolina Falcão. *Projeto Mulheres Mil e Gênero: comercialização das pequenas produções das mulheres no setor Santa Bárbara em Palmas-TO*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Curso de Pós-Graduação em Economia Agrícola, 2011.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: SPM, 2004.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *III Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013.

BRUSCHINI, Cristina; RICOLDI, Arlene Marinez; MERCADO, Cristiano Miglioranza. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, Albertina de Oliveira et al (orgs). *Mercado de Trabalho e Gênero: comparações internacionais*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho, educação e rendimentos das mulheres no Brasil em anos recentes. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Liliana. *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Editora Senac, 2007, p.52.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CAOLI, Cristiane. *Mulheres recebem em média 74,5% do salário dos homens em 2014*. Disponível em: www.g1.com.br. Acesso em 13 nov.2015.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CASTELLS, Manuel. *O Poder da Identidade*. 5.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CITTADINO, Gisele. *Pluralismo, Direito e Justiça Distributiva*. 4.ed. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2012.

COBO, Rosa. Democracia y Crisis de La Legitimación Patriarcal. In: MARTÍNEZ, Capitolina Díaz; MORENO, Sandra Demo. *Sociología y Género*. Madrid: Editorial Tecnos, 2013.

COMBES, Danièle; HAICAULT, Monique. Produção e Reprodução: Relações Sociais de Sexos e de Classes. In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée et al. *O Sexo do Trabalho*. Tradução de Sueli Tomazini Cassal. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CORTÊS, Iáris Ramalho. A Trilha Legislativa da Mulher. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O Que é Cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DOMINGUES, José Maurício. *Teorias Sociológicas no século XX*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FAGAN, Colette; O'REILLY, Jacqueline; RUBERY, Jill. O tempo parcial na Holanda, na Alemanha e no Reino Unido: um novo contrato social entre os sexos? In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução de Clevis Rapkiewicz. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

FALCÃO, Christiane Menezes Rodrigues. *Da Escola ao Trabalho: Representações Sociais de Jovens Alunos da EPT e seus Projetos de Futuro*. Dissertação de Mestrado em Políticas Sociais. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro de Ciências do Homem, 2010.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e Políticas Públicas. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, v.12, n.01, janeiro/abril, 2004.

FIORINO, Vinzia. Ser Cidadã Francesa: uma reflexão sobre os princípios de 1789. In: BONACHI, Gabriella; GROPPI, Angela (orgs). *O Dilema da Cidadania: direitos e deveres das mulheres*. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1995.

FRASER, Nancy. La justicia social em la era de La política de identidade: redistribución, reconocimiento y participación. *Revista de Trabajo*. Buenos Aires, ano 4, nº06, agosto-dezembro de 2008.

_____. Políticas Feministas na Era do Reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (orgs). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Ed.34, 2002.

FROTA, Maria Helena de Paula. Igualdade/diferença: o paradoxo da cidadania feminina segundo Joan Scott. *O Público e o Privado*. Fortaleza, nº19, janeiro/junho de 2012.

FUNARI, Pedro Paulo. A Cidadania entre os Romanos. In: In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *História da Cidadania*. 4.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

GASKELL, George. Entrevistas Individuais e Grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs). Pesquisa Qualitativa com *Texto, Imagem e Som*: um manual prático. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GERHARD, Ute. Sobre a Liberdade, Igualdade e Dignidade das Mulheres: o direito “diferente” de Olympe de Gouges. In: BONACHI, Gabriella; GROPPi, Angela (orgs). *O Dilema da Cidadania*: direitos e deveres das mulheres. Tradução de Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1995.

GHERARDI, Natalia. El trabajo y las mujeres: más allá de las fronteras del empleo e del cuidado. In: GHERARDI, Natalia. *Justicia, género y trabajo*. Buenos Aires: Libreria, 2012.

GOMES, Angela de Castro. *Cidadania e direitos do Trabalho*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

GONZALEZ, Débora de Fina. *De Vulneráveis a Empreendedoras*: Os limites da promoção da autonomia econômica das mulheres no Brasil. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Educação, 2013.

GROPPi, Angela. As raízes de um problema. In: BONACHI, Gabriela; GROPPi, Angela (orgs). *O Dilema da Cidadania*: direitos e deveres das mulheres. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

GUARINELLO, Norberto Luiz. Cidades-Estado na Antiguidade Clássica. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *História da Cidadania*. 4. Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

HEILBORN, Maria Luiza. Gênero: um olhar estruturalista. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar (Orgs). *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2006.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. *As Novas Fronteiras da Desigualdade*: homens e mulheres no mercado de trabalho. Tradução de Clevis Rapkiewicz. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

HIRATA, Helena. Reorganização da Produção e Transformações do Trabalho: Uma nova divisão sexual? HIRATA, Helena. Reorganização da Produção e Transformações do Trabalho: Uma nova divisão sexual?. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. *Gênero, Democracia e Sociedade Brasileira*. São Paulo: FCC; Ed.34, 2002.

_____. Relações Sociais de Sexo e do Trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. *Em Aberto*, Brasília, ano 15, n.65, jan./mar.1995.

_____. Flexibilidade, trabalho e gênero. In: HIRATA, Helena; SEGNINI, Líliliana. *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Indicadores Sociais Municipais 2010*. Disponível em: WWW.ibge.gov.br. Acesso em: 02 ago.2012.

_____. *Síntese de Indicadores Sociais 2009*. Disponível em: WWW.ibge.gov.br. Acesso em: 02 ago.2012.

_____. *Censo 2010*. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 de agosto de 2015.

_____. *Cidades@*. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 fev. 2016.

IZQUIERDO, María Jesús; VILLARROYA, Antonio Ariño. La Socialización de Género. In: MARTÍNEZ, Capitolina Díaz; MORENO, Sandra Demo. *Sociología y Género*. Madrid: Editorial Tecnos, 2013.

KARNAL, Leandro. Estados Unidos, Liberdade e Cidadania. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *História da Cidadania*.4.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

LAUFER, Jacqueline. Entre a esfera pública e a esfera privada: os desafios dos direitos das mulheres. In: MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. *As Novas Fronteiras da Desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. Tradução de Clevi Rapkiewicz. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

LIPSKY, Michael. *Street-Level Bureaucracy: Dilemmas of the individual in public services*. New York: Russel Sage Foundation, 2010.

LOPES, Cristiane Maria Sbalqueiro. Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção. *Cadernos Pagu*. n.26, Campinas, jan./jun.2006.

MARSHALL, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.

MATOS, Maria Izilda; BORELLI, Andrea. Espaço Feminino no Mercado Produtivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

MILL, John Stuart. *A Sujeição das Mulheres*. São Paulo: Escala, 2006.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Programa Nacional Mulheres Mil: Educação, Cidadania e Desenvolvimento Sustentável*. Disponível em: WWW.portal.mec.gov.br. Acesso em: 02 jul.2012.

_____. *Guia Metodológico do Sistema de Acesso, Permanência e Êxito*, p.03. Disponível em: WWW.portal.mec.gov.br. Acesso em: 13 de maio de 2015.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. *Pronatec Brasil Sem Miséria Mulheres Mil*, 04. Disponível em: WWW.mds.gov.br. Acesso em: 25 de maio de 2015.

MONDAINI, Marco. O Respeito aos Direitos dos Indivíduos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *História da Cidadania*.4.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Cidadania no Feminino. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *História da Cidadania*.4.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. *A ONU e as Mulheres*. Disponível em: nacoesunidas.org/acao/mulheres/. Acesso em: 03 de março de 2016.

OLIVEIRA, Antonio. Burocratas da linha de frente: executores e fazedores das políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, vol.46, n.06, Rio de Janeiro, Nov./Dec.2012. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 16 de maio de 2016.

OLIVEIRA, Olga Maria Bosh Aguiar de. *Mulheres e Trabalho: desigualdades e discriminações em razoes de gênero*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

PERROT, Michelle. As Mulheres e a Cidadania na França: História de uma Exclusão. In: PERROT, Michelle. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Bauru, SP: Edusc,2005.

_____. *Minha História das Mulheres*. Tradução de Angela M.S. Corrêa. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2012.

_____. PERROT, Michelle. *Mulheres Públicas*. São Paulo: Unesp, 1998.

_____. O que é um trabalho de mulher? In: PERROT, Michele. *As Mulheres ou os Silêncios da História*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PINSKY, Jaime. Introdução. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *História da Cidadania*.4.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. Igualdade e Especificidade. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *História da Cidadania*.4.ed. São Paulo: Contexto, 2008, p.269.

PINTANGUY, Jacqueline. Gênero, Cidadania e Direitos Humanos. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002.

REIS, Fabiana de Arruda. *O Ensino Profissionalizante (Feminino) no Brasil: Uma Análise da Escola Profissional Feminina Nilo Peçanha (Campos, Rio de Janeiro, 1922-1930)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2013.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alexandre. *Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania*. São Paulo: Unesp, 2013.

RIBEIRO, Letícia Érica Gonçalves. *A Qualificação Profissional e Cidadã: um estudo do Programa Mulheres Mil, a partir da experiência do Instituto Federal de Goiás*,

campus de Luziânia. Dissertação de Mestrado Profissional. Universidade de Brasília (UNB), Faculdade de Educação, 2013.

ROSEMBERG, Fúlvia. Mulheres Educadas e a Educação de Mulheres. . In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (orgs). *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

RÍOS, Marcela Lagarde y de los. La Violencia Contra Las Mujeres. In: In: MARTÍNEZ, Capitolina Díaz; MORENO, Sandra Demo. *Sociología y Género*. Madrid: Editorial Tecnos, 2013, p. 327.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Emílio ou da Educação*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SCHIENBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a ciência?*. Tradução de Raul Fiker. Bauru,SP: EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan Wallach. O Enigma da Igualdade. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, v.13, n.1, jan./abr.2005. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 03 jul.2012.

_____. A Cidadã Paradoxal: as feministas e os direitos do homem. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

SCOTT, Ana Sílvia. O Caleidoscópio dos Arranjos Familiares. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto, 2012.

SENNETT, Richard. *Respeito: A Formação do Caráter em um Mundo Desigual*. Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SINGER, Paul. A Cidadania para Todos. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *História da Cidadania*.4.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

SILVA, Marinete dos Santos. Costureira, Artista, Prostituta ou Cidadã?: As Francesas no Espaço Público Carioca no Século XIX e suas Vozes Dissonantes. In: FARIA, Lia; LÔBO, Yolanda (orgs). *Vozes Femininas do Império e da República: Caminhos e Identidades*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2013.

SILVA, Marinete dos Santos (Org). *Gênero, Poder e Tradição na Terra do Coronel e do Lobisomem*. Rio de Janeiro: Quartet: Faperj, 2009.

SILVA, Marinete dos Santos; ABREU, Cristiane de Cássia Nogueira Batista de. Tudo muda, mas nada muda: o diferencial feminino e a divisão sexual do trabalho. *Caderno Espaço Feminino*, v.29, n.1, 2016.

SOIHET, Rachel. A Conquista do Espaço Público. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. *Nova História das Mulheres*. São Paulo: Contexto: 2012.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. *A Classe Operária tem dois Sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SUÁREZ, Mireya; BANDEIRA, Lourdes. A Politização da Violência Contra a Mulher e o Fortalecimento da Cidadania. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. (Orgs). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Editora 34, 2002.

TOCQUEVILLE, Alexis. *A Democracia na América*. Tradução de Neil Ribeiro da Silva. 4.ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998.

TODOROV, Tzvetan. *O Medo dos Bárbaros: para além do choque das civilizações*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

TORNS, Teresa; CÁCERES, Carolina Recio; DURÁN, María-Ángeles. Género, Trabajo y Vida Económica. In: In: MARTÍNEZ, Capitolina Díaz; MORENO, Sandra Demo. *Sociología y Género*. Madrid: Editorial Tecnos, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro para Entrevistas

1. Nome:
2. Bairro:
3. Idade:
4. Situação Civil:
5. Escolaridade:
6. Cor:
7. Número de Filhos:
8. Curso:
9. Você trabalhava antes de realizar o curso? Qual era a renda?
10. Você trabalha atualmente? Qual a renda?
11. Por que você escolheu esse curso? Quais critérios?
12. O curso contribuiu para o que você conseguisse um emprego e/ou melhorasse sua renda?
13. Houve um encaminhamento da escola para o mercado de trabalho?
14. Você trabalha com carteira assinada?
15. Os conhecimentos adquiridos no curso têm sido proveitosos na sua vida diária?
16. O Programa Mulheres Mil contribuiu para ampliar seus conhecimentos sobre os direitos da mulher?
17. O Programa Mulheres Mil contribuiu para ampliar seus conhecimentos sobre a violência doméstica e as formas de combatê-la?
18. Em relação à violência contra a mulher, você se sente mais capaz ou não de denunciá-la?
19. A partir da obtenção de seu diploma, você percebeu mudanças ocorridas em casa na sua relação com seu marido e/ou filhos?
20. Em sua casa, de quem é a responsabilidade pelas tarefas domésticas como fazer a comida, realizar a faxina, lavar louças, roupas e cuidar dos filhos?
21. Quem na sua casa decide sobre o que fazer com o dinheiro?
22. Você acha que o curso valeu ou não a pena? Por quê?
23. O que o programa Mulheres Mil significou para você?

Apêndice B- Autorização da Diretora Geral do IFF Campus Campos-Guarus para manuseio dos dados socioeconômicos das alunas do Programa Mulheres Mil



CCH
LESCE

Campos dos Goytacazes, 29 de setembro de 2014

À Senhora Christiane Menezes Rodrigues Falcão

Diretora do Instituto Federal Fluminense – Campus Campos-Guarus

Senhora Diretora,

Sou professora do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte Fluminense e orientadora da tese de doutorado do aluno André Pizetta Altoé. Esse aluno tem como tema de tese “O Estado e a Cidadania Feminina: Vozes das Mulheres Mil” e, para que a mesma possa ser realizada será necessário o acesso aos dados socioeconômicos das alunas que compõe o programa Mulheres Mil. Por essa razão solicito autorização para que essa documentação seja manuseada pelo citado doutorando.

Gostaria de ressaltar a importância desse trabalho para o Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política e a seriedade e compromisso do referido aluno. André Pizetta Altoé foi meu orientando de iniciação científica tendo demonstrado desde então, a sua capacidade intelectual e seriedade de propósitos.

Asseguramos a confidencialidade no tratamento dos dados a serem obtidos com o compromisso de utilizá-los somente dentro dos objetivos propostos no estudo. Ao término da pesquisa, os resultados estarão disponíveis para a apreciação e consulta de toda a comunidade acadêmica do Instituto Federal Fluminense e demais instituições de ensino e pesquisa.



Atenciosamente,

Marinete dos Santos Silva

Profª Drª Marinete dos Santos Silva

Professora Associada UENF

Coordenadora do Atelier de Estudos de Gênero (ATEGEN)

emails: mdss@uenf.br / marinetedss@gmail.com

Página da Web: ategen.blogspot.com

Marinete dos Santos Silva
Prof. Assoc. / LESCE / CCH / UENF
MATR: 00848-2

De acordo,
Christiane Menezes Rodrigues Falcão
IF FLUMINENSE
Campus Campos-Guarus
Christiane Menezes Rodrigues Falcão em 29/10/24
Diretora Geral

ANEXO

Questionário Socioeconômico Aplicado as Ingressantes no Programa Mulheres Mil



PROGRAMA MULHERES MIL

FICHA DE INSCRIÇÃO			
Nome:			
Endereço:			
Bairro:	Cidade:	Estado:	
CEP:	Ponto de Referência:		
Data de nascimento: / /	Telefone/Celular:		
Sexo: () F () M	Estado civil:	Religião:	

SITUAÇÃO FAMILIAR E SOCIOECONOMICA

- 1- Quantas pessoas moram na sua casa, contando com você? _____
- 2- Quantos filhos você tem?
 Nenhum Um Dois Três Mais de três
- 3- Você tem alguma necessidade específica?
 Não
 Sim, deficiência auditiva Sim, deficiência visual
 Sim, deficiência física (motora ou da fala) Sim, deficiência múltipla (+ de uma deficiência)
 Sim, deficiência mental/intelectual Outra(s), qual? _____
- 4- Qual sua ocupação principal?
 Estudante Serviços gerais/empregado doméstico
 Desempregado Profissional liberal/autônomo
 Servidor público Procura trabalho pela primeira vez
 Trabalhador rural Do lar
 Empregado de empresa privada Outro, qual? _____
- 5- Qual a faixa de renda bruta mensal (sem descontos) de sua família?
 Não tenho renda
 Até 1 SM (Até R\$ 622,00)
 Entre 1 SM e 2 SM (R\$622,01 a R\$ 1.244,00)
 Entre 2 SM e 3 SM (R\$ 1.244,01 a R\$ 1.866,00)
 Mais de 3 SM (R\$1.866,01)
- 6- Você recebe algum benefício social do governo (participa de algum programa social)? Sim Não
 Caso sim, qual?
 BPC Bolsa família
 Cheque cidadão Pensão
 Vale alimentação Outro, qual? _____

SITUAÇÃO ESCOLAR

- 07- Qual a sua escolaridade?
 Analfabeto Alfabetizado Ensino fundamental incompleto
 Ensino fundamental completo Ensino médio incompleto Ensino médio completo
 Outra situação, qual? _____
- 08- Selecione a modalidade de ensino e tipo de escola que cursou referente ao seu maior grau de escolaridade?
 ensino regular em escola pública
 ensino regular em escola particular
 ensino supletivo em escola pública
 ensino supletivo em escola particular
- 09- Qual o principal motivo de seu interesse em participar do Programa Mulheres Mil?
 Incentivo da família/amigos Para conseguir emprego após o curso
 Próximo de casa Por ser ensino de qualidade
 Por ser gratuito Para se qualificar
 Para interagir com outras pessoas Outra situação, qual? _____
- 10- Que tipo de transporte você usaria para se deslocar de sua residência até o local do curso (IFF)?
 Ônibus Bicicleta Carro A pé Carona Moto

CRAS _____ Campos dos Goytacazes, ____ de _____ de 2012

Responsável pelo preenchimento: _____